



ISSN: 2238-1651

Agosto-Dezembro 2020

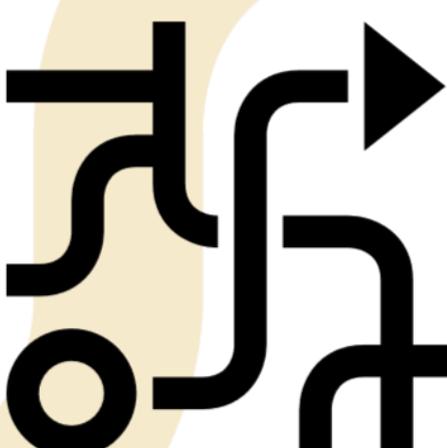
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA **TRILHAS** DA HISTÓRIA

Dossiê: “Relações Étnicas: Racismo, Educação e Sociedade”

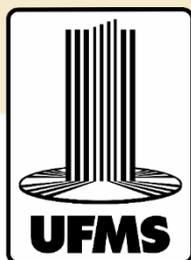




REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

**Revista do Curso de História da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas**

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



Indexação:



Revista Eletrônica Trilhas da História
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Curso de Licenciatura em História
Volume 10, Número 19, agosto a dezembro de 2020
ISSN: 2238-1651
<https://trilhasdahistoria.ufms.br/>



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

José Walter Cracco Junior, Unesp, Brasil
Ane Mayume Terra Santos, UFMS, Brasil
Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil
João Paulo Pereira dos Santos, UFMS, Brasil
Gabriela Natália Corrêa, UFMS, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
PET História Conexões de Saberes UFMS/CPTL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil
Prof.^a Dr.^a Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Carmen Norambuena Carrasco, Universidade del Chile, Chile
Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil
Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil
Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil
Prof.^a Dr.^a Mariana Estevez de Oliveira, UFMS, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Riván Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
Prof. Dr. Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof. Dr. Angelo Priori, UEM, Brasil
Prof.^a Dr.^a Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil
Prof.^a Dr.^a Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil
Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
 Prof.^a Dr.^a Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal
 Prof. Dr José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
 Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Nauk Maria de Jessus, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
 Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
 Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
 Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil
 Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil
 Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil
 Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira
 Prof.^a Dr.^a Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaios de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos.

A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecemos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
DOSSIÊ: RELAÇÕES ÉTNICAS: RACISMO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	18
<i>Cabelo crespo, corpo negro na luta cultural por representação afirmativa da identidade negra</i> Celia Regina Reis da Silva	19-32
<i>A lei 10.639/2003 e o Programa Nacional da Biblioteca na Escola do ano de 2013: como a temática étnico-racial tem sido tratada pelo programa dez anos após a sua implementação?</i> Felipe Lima, Jaqueline Santa Bárbara	33-50
<i>“E se fosse ao contrário?” Djonga e Fanon: um diálogo sobre racismo e alienação</i> Fábio Silva Sousa, Rogério Leão Ferreira	51-67
<i>Entre o Sul e o Norte de Mato Grosso: doenças, conflitos e a exclusão da liberdade (séculos XVIII e XIX)</i> Maria Celma Borges, Rafaely Zambianco Soares Sousa	68-91
<i>O “Nobre educador” da Bahia: trabalho, cidadania e sociabilidades (1870-1922)</i> Sivaldo dos Reis Santos	92-110
<i>Os Suruí/Aikewara e a Guerrilha do Araguaia: memórias de uma história em movimento</i> Andrey Minin Martin, Iolanda De Araújo Mendes	111-127
<i>A invisibilidade/camuflagem cigana: uma análise sobre a representação dos ciganos no olhar do gadje (não-cigano)</i> Marcio Edovilson Arcas, Ademilson Batista Paes	128-142
ARTIGOS LIVRES	143
<i>A preservação de uma memória: discussões sobre o patrimônio e a imigração no Brasil</i> Rodrigo dos Santos, Sandra Pelegrini	144-158
<i>De Marx ao Feminismo: uma análise interseccional de gênero e classe nas relações de trabalho</i> Joselia Aparecida Pires Vicente, Tânia Regina Zimmermann	159-178
<i>Entre a escravidão e o tribunal do santo ofício: afetos e desafetos do vigário da vara dr. Domingos Coelho Sampaio, Vila do Príncipe, Minas Gerais, de 1756 a 1762</i> Danilo Arnaldo Briskievicz	179-195

ENSAIOS DE GRADUAÇÃO	196
<i>Resistência escrava apesar da lei: a violência senhorial e cerceamento legal contra os escravizados no Brasil Império</i>	
André Guilherme Cremonesi	197-208
<i>A Construção do conhecimento histórico e a consciência histórica: um debate epistemológico</i>	
Deyse Vivian Dias, Victor Hugo de Almeida França	209-220
RESENHAS	221
<i>SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, 272p.</i>	
Raick de Jesus Souza	222-225
FONTES	226
<i>No caminho da salvação: os testamentos de Antônia Barbosa de Azevedo e do vigário Pantaleão da Costa de Araújo, capitania do Rio Grande do Norte (1790-1793).</i>	
Thiago do Nascimento Torres de Paula	227-241

APRESENTAÇÃO

Em 2019, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, sediou o evento intitulado Simpósio Multidisciplinar de Relações Étnicas: Racismo, Educação e Sociedade. O evento fora construído por várias mãos, na tessitura de práticas e diálogos entre cursos de licenciatura do campus, especialmente os cursos de História, Geografia e Pedagogia, representados por docentes e discentes comprometidos/as com a educação para as relações étnico-raciais. Além dos temas candentes para o debate das relações étnico-raciais, o encontro foi bem sucedido por conseguir reunir vozes negras e indígenas protagonizando os diálogos estabelecidos nas mesas redondas, simpósios temáticos, lançamentos de livros e atividades culturais. Eventos desta natureza têm como justificativa a urgência da produção de um novo estradar da universidade, desenhando bifurcações necessárias entre a educação e a luta antirracista.

Uma busca no Google de eventos acadêmicos ocorridos em novembro de 2019 possivelmente aponte para muitos outros lugares e entidades que realizaram atividades voltadas à semana da Consciência Negra naquela conjuntura. Provavelmente também o crescimento do número de pesquisas, ações e projetos a extrapolar a efeméride, seja uma realidade e uma conquista de que nos sentimos parte e que devem ser comemoradas. No entanto, passado um ano, perscrutando um olhar retrospectivo, concluímos que estamos longe de empreender uma alteração efetiva no estado de coisas e no cenário de violência que o racismo estrutural engendra. Ao adentrarmos o ano de 2020, pudemos constatar, não sem tristeza e indignação, que os passos são ainda muito curtos, apesar de tão necessários.

Marcado pelo advento da pandemia do novo Coronavírus, o ano de 2020 escancarou o racismo estrutural e aprofundou a chaga do negacionismo. Logo nos primeiros meses da conjuntura pandêmica, o mundo assistiu ao levante estadunidense em reação ao assassinato de George Floyd, um homem negro morto por um policial branco, em 25 de maio, na cidade de Minneapolis, em mais uma das abordagens violentas das instituições policiais sobre as populações negras, mas que, naquela ocasião, fora filmada e exposta nas mídias globais. Homens e mulheres de todo o planeta assistiram ao terrível assassinato daquele cujas últimas palavras foram: “eu não consigo respirar”. O fato foi corretamente lido pela sociedade como violência racista e a repercussão se politizou, fazendo emergir dali o movimento mundial intitulado “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam). Demonstrar que a abordagem policial difere a partir de marcadores de cor, evidenciando que a sociedade é amplamente racializada, foi um objetivo trilhado pelo movimento, apesar de persistirem visões negacionistas teimando em retrucar pelas redes que “todas as vidas importam”, numa tentativa de apagamento do racismo como causa estrutural da morte de Floyd. Não é exagero dizer que a sensibilização estadunidense frente a este fato pode ter abalado o

destino das eleições presidenciais dos Estados Unidos, uma vez que a resposta do líder máximo do executivo naquele momento não destoava da onda negacionista e mesmo não se distanciava de grupos de supremacia branca naquele país.

Aqui no Brasil, os primeiros sinais de que a epidemia também seria uma tragédia racializada vieram antes e foram, respectivamente, a notificação da primeira morte por Covid-19, no país, de uma empregada doméstica, e a evidente negligência do Estado contra os povos indígenas no combate à disseminação do vírus entre as comunidades. O Instituto Socioambiental apontou para essa omissão argumentando que o Estado inclusive ajudou a espalhar a doença entre os povos originários, por meio de profissionais da saúde que levaram o vírus para aldeias, como também pelo silêncio sobre garimpeiros e grileiros que aumentaram as invasões na Amazônia durante a pandemia e, ainda, pelo fato de indígenas terem de buscar o auxílio emergencial nas cidades.¹

Em maio de 2020, uma operação policial resultou na morte de uma criança de 14 anos, dentro de sua casa, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. João Pedro era mais um garoto negro, morador do complexo de favelas do Salgueiro, e sua morte expôs a terrível tradição da abordagem policial onde se concentram os pobres e negros das periferias que, como afirmava Carolina Maria de Jesus, constituem o “quarto de despejo” da sociedade.

Pouco tempo depois, em 02 de junho, fomos surpreendidos com o desfecho de uma tragédia a ser evitada se nosso povo pudesse se libertar da sua própria história, superando as dores e desigualdades infligidas, sobretudo, nas intersecções de raça, gênero e classe. Naquele dia, na cidade de Recife, morreu o menino Miguel ao cair da altura do nono andar de um prédio. Sua morte foi definida pela ONU como decorrente do racismo sistêmico, pois Miguel era uma criança negra e estava sozinho naquele andar por conta da negligência da patroa de sua mãe. A mãe de Miguel, Mirtes Souza, mulher negra, havia saído para passear com o cachorro da patroa. Assim como a sua própria mãe, era empregada doméstica e não pode contar com o direito ao isolamento social preconizado pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Djamila Ribeiro, ao refletir sobre o fato, expôs sua relação inegável com um passado colonial que teima em se reproduzir. Em texto publicado em 09 de julho no Jornal A Folha de São Paulo, a filósofa afirmou que era preciso atentar para algo insistentemente invisível, “o serviço doméstico em meio à pandemia, a hierarquização de vidas. A patroa que faz as unhas, enquanto Mirtes Souza, empregada doméstica, passeia com o cachorro”. Para esta

¹ Sobre tais argumentos e para acompanhar o programa de observatório do instituto frente à pandemia nos povos indígenas, acesse <https://covid19.socioambiental.org/>.

autora, Miguel “provou uma experiência comum para pessoas negras no país: ser uma presença indesejada, uma chateação preta no momento de vaidade da família branca”. Mas, como compreender que a queda e morte de uma criança é resultado de racismo? O que é preciso reconhecer por detrás do elenco de fatos imediatos daquele 02 de junho como fios invisíveis e históricos que colocam o menino Miguel, de apenas cinco anos, naquele elevador, cujos botões foram apertados pela patroa branca, primeira-dama de um município que tampouco ela residia?

Na época dos fatos foram ventiladas as noções de racismo estrutural e sistêmico em algumas reportagens e programas de repercussão que visavam explicar os acontecimentos a partir de leitura sociológica apontando que o racismo não se resume a práticas individuais, conscientes e isoladas, de aviltamento direto contra homens, mulheres e crianças lido a partir de marcadores raciais erigidos em processos de colonização eurocentrados. Um dos autores que se fez presente no debate público foi Silvio de Almeida, para quem o racismo é estrutural e também institucional, pois nossas ações e comportamentos “são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências”.

Apesar da repercussão destes e de outros casos, que incluiu até um movimento pela derrubada de estátuas e monumentos colonialistas ao redor do mundo, as dores da família de Floyd, de João Pedro e de Miguel, bem como os debates trazidos às superfícies das mídias e redes sociais não foram suficientes para produzir uma fissura sistêmica ou estrutural que interrompesse o ciclo histórico de violência infligida aos povos subalternizados e marcados pela negritude dos seus corpos.

Ao completarmos um ano de nosso evento, às vésperas do Dia da Consciência Negra de 2020, João Alberto Freitas, de 40 anos, foi tratado como criminoso, espancado e morto por seguranças no estacionamento de uma unidade do supermercado Carrefour em Porto Alegre. Seu crime: ser negro no Brasil. Mas, igualmente, como ocorreu com os tristes exemplos que elencamos acima, não foi dito a Beto que ele pagava com a vida por sua negritude, pois o racismo que impele as instituições a detratarem e destruírem pessoas negras só pode ser percebido pelo escancaramento do absurdo que se pensaria caso o evento ocorresse inversamente, com pessoas brancas. Só parece possível produzir alguma consciência e educação das relações étnico-raciais que superem as estruturas racistas quando o conjunto da sociedade assumir essa tarefa e, sobretudo, as pessoas brancas admitirem sua importância na luta antirracista, quando forem capazes de presumir seus privilégios invisíveis como serem tratados/as como pessoas sem previamente serem

suspeitas. Grada Kilomba, em entrevista à já citada Djamilia Ribeiro, alertou que “as pessoas brancas não se veem como brancas, se veem como pessoas. E é exatamente essa equação, ‘sou branca e por isso sou uma pessoa’ e esse ser pessoa é a norma, que mantém a estrutura colonial e o racismo”.

Os casos de violências tão terríveis como estes ocorridos após o nosso evento tensionam nossa própria esperança. Além das mortes decorrentes do racismo estrutural, que foram em número maior do que podemos supor aqui, também os casos de preconceitos e prejuízos produzidos pela omissão no combate ao racismo, e mesmo por sua reprodução, projetam cotidianamente os brancos/as ao centro e os negros/as e indígenas às margens. Basta lembrarmos do caso da entrevista da cofundadora do Nubank, Cristina Junqueira, ao programa Roda Viva (TV Cultura) do último 19 de outubro, em que afirmou, sobre contratar pessoas negras a partir de políticas afirmativas, que o banco não poderia fazê-lo pois não dá para “nivelar por baixo”.

Estas dinâmicas se beneficiam do silenciamento e da normatização e mantêm engrenagens muito antigas que, a despeito da centenária resistência, dos aquilombamentos e retomadas, das emancipações individuais e das pequenas conquistas legais, asseveram o fosso social que persiste e se desnudou ainda mais com a pandemia. A doença foi pior e, de fato, mais letal para aqueles e aquelas que já são atravessados pela chaga do racismo. A publicação do GT de Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), fundamentada na perspectiva de que a OMS, “concebe o racismo como um dos determinantes sociais do processo de adoecimento e morte”. Os autores/as consideram que “os desdobramentos da pandemia da Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo penaliza grupos vulneráveis, especialmente entre pessoas negras, está diretamente relacionado à polícrise sanitária, social, política, econômica, moral, crise na globalização e os fluxos migratórios etc”.

Produzir mudança que salve vidas implica uma tarefa de arco revolucionário e, na educação, uma radicalidade emancipadora. Com efeito, a denúncia e o anúncio, sejam eles viralizados pelas câmeras e redes que hoje podem contribuir com a desnaturalização da violência racial, seja na reunião de pessoas dispostas a dar um passo em outra direção, isto é, na direção da luta antirracista, é o trabalho de formiguinha a que temos de nos comprometer nas nossas rotinas de trabalho, estudos, nos almoços de família, nas rodas de conversas, no chão das escolas, de forma coletiva, perene e intransigente. É neste compromisso que trazemos e apresentamos o Dossiê Relações étnicas - Racismo, Educação e Sociedade.

Como já salientamos, sua proposta nasce do Simpósio Multidisciplinar de Relações Étnicas, mas ganha novo fôlego ao revisitarmos as experiências do ano que decorreu de lá pra cá, com a pandemia da Covid-19 e do racismo. Se alcançamos, na época, o bonito objetivo de construir um espaço pluralmente atravessado por olhares decoloniais, narrativas indígenas, vozes negras de homens e mulheres, estéticas diversas, em ações potentes e resistentes na denúncia das várias formas de opressão que marcam a nossa sociedade, como também de (re)existências a demarcar a educação como instrumento de luta e vivida/produzida pela ação humana no tempo, agora, compreendemos que o dossiê alimenta o anseio de manter vivo este espaço como marco de luta e esperança. Os textos, assim como o simpósio, também se constituem numa treliça interdisciplinar e trazem esta dimensão de enfrentamento aos muitos racismos, como os vividos nos espaços escolares, mas ainda em outros lugares da sociedade e a envolver sujeitos diversos, como negros e negras, indígenas e ciganos.

O texto *Cabelo crespo, corpo negro na luta cultural por representação afirmativa da identidade negra*, da historiadora e militante negra, Celia Regina Reis da Silva, apresenta densidade teórica e trabalho com as fontes na abordagem de uma temática de suma importância para o Dossiê ao estudar o corpo negro e o cabelo crespo, em vista da discriminação vivida por crianças, adolescentes e jovens, tanto no espaço escolar quanto em outros lugares da sociedade. Mas apresenta também o seu reverso, ou seja, as múltiplas manifestações culturais da juventude negra de São Paulo, especialmente das periferias, na denúncia desta situação e na apresentação, vivência e (re)existência de outras práticas que implicam a valoração das vidas negras, na sua mais ampla acepção. Ao discutir essas questões no ambiente escolar, a autora denuncia como a escola acaba por ser este lugar de segregação e racismo se não problematiza-los em suas raízes e efetivar práticas antirracistas em seu cotidiano. Desse modo, o texto é um alento para pensarmos questões fundamentais na apreensão das múltiplas formas de luta, especialmente na abordagem do corpo e do cabelo negro e na criatividade das periferias na reinvenção de outras práticas que vão de encontro à violência contra pretos e pretas.

O texto *A lei 10.639/2003 e o Programa Nacional da Biblioteca na Escola do ano de 2013: Como a temática étnico-racial tem sido tratada pelo programa dez anos após a sua implementação*, de Felipe Lima e Jaqueline Santa Bárbara, traz uma temática muito relevante para a Educação e a História, ao abordar a forma como os negros e negras vem sendo retratados na literatura infantil, especialmente como se constitui (ou se nega) a identidade negra, a partir da análise de livros disponibilizados pelo PNBE/2013, dez anos após a Lei 10.639/03. Desse modo, ao entrevistar duas professoras que trabalham com o ciclo

fundamental e analisar 60 livros enviados para as escolas brasileiras, os/as autores/as abordam uma discussão fundamental acerca das questões étnico-raciais e do trabalho desenvolvido em sala de aula.

O texto 'E se fosse o contrário?' Djonga e Fanon: um diálogo sobre racismo e alienação, de Fábio Silva Sousa e Rogério Leão Ferreira, ao trabalhar duas linguagens diferenciadas (um autor e um videoclipe), traz uma contribuição necessária para a análise do racismo e das formas de opressão que marcam a sociedade no Brasil e em outras partes do globo. Ao discutir Frantz Fanon e sua obra "Pele negra, máscaras brancas", e o Rapper Djonga, numa linguagem explícita e até direta, por vezes, ao confrontar-se com a alienação do negro, o texto problematiza a quem favorece a identificação com o branco e nos aponta caminho para superarmos o racismo impregnado em nosso tecido social.

O texto Entre o sul e o norte de Mato Grosso: doenças, conflitos e a exclusão da liberdade (séculos XVIII e XIX), de uma das autoras desta apresentação e de Rafaely Zambianco Soares Sousa, discute temas como doenças, conflitos e a exclusão da liberdade na história dos negros e negras escravizados entre o norte e sul de Mato Grosso. Ainda que não se refira diretamente à temática das relações étnico-raciais, possibilita a compreensão de um cenário em que imperavam doenças e insalubridades no Brasil Oitocentista, em particular incidindo sobre a vida dos negros e negras, escravizados e libertos. Contrapondo-se às mazelas que marcaram mais de 350 anos de escravidão temos também, nesta história, o desejo e a busca pela liberdade, como expõe uma das fontes de 1872, em que liberdade, vida, doença e morte se entrelaçaram pelos caminhos e arredores do Cuyabá. Ao conhecermos o passado suas lições nos ensinam a necessidade do combate ao racismo no presente, em todos os lugares em que ele se estrutura, pois, comumente, a sua história é a de permanência da injustiça, da Colônia ao século XXI, mas também de muitas lutas ao longo do tempo.

O texto O 'Nobre educador' da Bahia: trabalho, cidadania e sociabilidades, de Sivaldo dos Reis Santos, ao discorrer sobre a trajetória do professor negro Elias de Figueiredo Nazareth, que fora docente e diretor da Escola Normal da Bahia, contribui com novas análises podendo dar visibilidade historiográfica aos trabalhadores negros que vivenciaram momentos sociais de tensão e mudanças entre o fim do século XIX e começo do XX. Apresentando fontes da Hemeroteca Digital Brasileira como jornais, revistas e relatórios de autoridades públicas na área da educação, da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, o texto propõe uma ruptura sobre aquilo que Chimamanda Adichie chamou de "uma história única", que comumente naturaliza um lugar específico para determinados sujeitos nas narrativas da história e que pode ser tensionada com pesquisas

que desvelem a agência de homens e mulheres a se desviarem desses lugares atribuídos arbitrariamente, e não sem resistências coletivas e individuais, evidentes nestas obras.

A interpretação acerca dos Suruí/Aikewara e a Guerrilha do Araguaia: memórias de uma história em movimento, dos autores Andrey Minin Martin e Iolanda de Araújo Mendes, evidencia pesquisa empírica, especialmente na produção das fontes orais. Ao narrar as memórias da guerrilha do Araguaia, os autores dão conta de explicitar os marcos de memória impressos pela ditadura militar, assim como a reconstrução do direito moral à terra e, inclusive, à reivindicação à expansão de seus limites. Ao contribuir para a história indígena, o texto explicita a proximidade com a temática do racismo, porque também esses grupos, os povos originários, vivem na pele, no corpo, na carne, a violência que marca a nossa história, do passado ao tempo presente. Reconstituir uma história de lutas e uma reivindicação de memórias é fundamental para não deixar que estas histórias sejam silenciadas, especialmente no contexto da ditadura civil-militar.

Marcio Edovilson Arcas e Ademilson Batista Paes, em *A invisibilidade/camuflagem cigana: uma análise sobre a representação dos ciganos no olhar do Gadge (não-cigano)* apresentam uma reflexão basilar para a análise da representação dos ciganos na Literatura e em outras fontes trabalhadas em sala de aula. Os autores problematizam como o mito construído em torno dos ciganos desvela a inexistência da alteridade face a esses povos, prevalecendo interpretações centradas na discriminação, intolerância, racismo e violência. Diante disso, a invisibilidade dos ciganos é apontada e denunciada pelos autores, fazendo-nos entender o quanto o racismo também se estrutura na negação da diferença e no desconhecimento de outros grupos sociais.

Este Dossiê, ao sistematizar reflexões de diferentes grupos, com autorias de diferentes áreas, apontando para o quanto nos constituem enquanto um mosaico carregado de belezas, ambiguidades, contradições, pode contribuir para a humanização desses temas, mas mais que isto para a percepção de que nos constituímos das diferenças que devem ser valorizadas positivamente na acepção mais ampla da palavra, fazendo com que o antirracismo seja a tônica de nossas ações, dos nossos compromissos com a vida, com as histórias e memórias de George Floyd, João Pedro, Miguel e Beto, de Marielle Franco e de tantas outras..., na relação dialógica da teoria e práticas imbricadas e constituídas de gente em sua diversidade.

Maria Celma Borges e
Mariana Esteves de Oliveira

APRESENTAÇÃO: ARTIGOS LIVRES, ENSAIOS E RESENHAS

Abrindo a sessão ARTIGOS LIVRES, temos o texto “A preservação de uma memória: discussões sobre o patrimônio e a imigração no Brasil”. Esse artigo desenvolvido por Rodrigo Santos e Sandra Pelegrini objetiva articular o conceito de patrimônio cultural com as discussões sobre a imigração, privilegiando processos migratórios no pós-Segunda Guerra Mundial, com especial ênfase para os suábios, húngaros, poloneses e italianos. O texto problematiza a importância de pensarmos a construção de espaços de memória que visibilizem esses processos de deslocamentos tão importantes para pensarmos uma ideia de patrimônio nacional numa perspectiva mais abrangente e inclusiva.

Abarcando elementos significativos propostos pelo dossiê, o texto das pesquisadoras Joselia Aparecida Pires Vicente e Tânia Regina Zimmermann intitulado “De Marx ao feminismo: uma análise interseccional de gênero, classe e raça nas relações de trabalho” reflete por meio de uma perspectiva interseccional, de gênero, raça, etnia e classe, que evidencia as relações entre o capitalismo e dominação masculina. No texto as autoras buscam evidenciar a desigualdade das mulheres nas relações de trabalho, na vida doméstica, bem como em outras formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa, como características inerentes ao momento atual da sociedade capitalistas que devem ser entendidos, para serem combatidos e superados.

O texto do professor Danilo Arnaldo Briskievicz é outro que também dialoga com a perspectiva geral aberta pelo dossiê e que permite pensar o processo de escravização de povos africanos na América pela perspectiva dos afetos e desafetos que permeavam a empresa colonial portuguesa na América. Seu título “Entre a escravidão e o tribunal do santo ofício: afetos e desafetos do vigário da vara dr. Domingos Coelho Sampaio, Vila do Príncipe, Minas Gerais, de 1756 a 1762”, demarca bem essa perspectiva e possibilita ao leitor conhecer alguns aspectos singulares desse processo.

Dando continuidade a uma tradição da revista, que é abrir espaço para a publicação de trabalho de acadêmicos da graduação. Uma ação que visa fortalecer o pensamento acadêmico e valorizar a divulgação científica entre os graduandos. A Sessão Ensaio de Graduação traz neste número dois ensaios. O primeiro “Resistência escrava apesar da lei: a violência senhorial e cerceamento legal contra os escravizados no Brasil império”, assinado pelo acadêmico do 8º período do curso de História, André Guilherme Cremonesi debate a relação violência e resistência no processo de emancipação da escravização no Brasil, buscando problematizar alguns marcos e apresentar uma perspectiva de interpretação

sobre o processo que dialogue e valoriza as diversas formas de resistência que são invisibilizados por algumas obras sobre o período.

JÁ o ensaio “Construção do conhecimento histórico e a consciência histórica: um debate epistemológico” desenvolvido pelos graduandos Deyse Vivian Dias e Victor Hugo de Almeida França tem por objetivo apresentar um panorama epistêmico acerca da construção do conhecimento histórico, refletindo como a escrita da história se altera ao longo do século XX sob a influência de determinadas correntes historiográficas. A grande preocupação do texto é debater como a didática da História se torna uma das principais ferramentas para se pensar a formação de uma consciência histórica nas sociedades humanas, tornando-se uma questão central para a ciência histórica nas primeiras décadas do século XXI.

Na Sessão Resenhas, Raick de Jesus Souza nos apresenta a temática e os principais argumentos da obra de Jesse Souza *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro*. Buscando responder a indagação que orienta toda a obra que ‘é pensar o paradigma hegemônico que preside os nossos intelectuais na construção de nosso passado nacional? A resenha faz um bom convite a leitura dessa obra que inegavelmente tem contribuições importantes para pensarmos as características nefastas de nossa herança colonial.

Para fechar em grande estilo o atual número da revista Trilhas da História, temos na Sessão Fontes, a contribuição de Thiago do Nascimento Torres de Paula, cujo título é “No caminho da salvação: os testamentos de Antônio Barbosa de Azevedo e do vigário Pantaleão da Costa de Araújo, capitania do Rio Grande do Norte (1790-1793)”. O texto faz uma análise inicial das fontes, fruto do uso dado a elas em sua pesquisa, além de trazer uma transcrição completa dos documentos que podem ser conservados e compartilhados para pesquisas futuras.

Três Lagoas, dezembro de 2020

DOSSIÊ

CABELO CRESPO, CORPO NEGRO NA LUTA CULTURAL POR REPRESENTAÇÃO AFIRMATIVA DA IDENTIDADE NEGRA

KINKY HAIR, BLACK BODY IN THE STRUGGLE FOR AFFIRMATIVE REPRESENTATION OF BLACK IDENTITY

SILVA, Celia Regina Reis da *

<https://orcid.org/0000-0001-6650-2909> 

RESUMO: Esse texto é um viés de um estudo que levantou e trouxe para análise questões relacionadas a cabelo crespo, corpo negro entendido enquanto território de insurgências em estéticas de reexistência na decolonialidade de corpos, seres e saberes invisibilizados por padrão cultural hegemônico eurocêntrico. Trazemos ações de coletivos culturais em relações interculturais, intertextuais expressando sua negritude. Trata-se de práticas culturais identitárias atuais em luta contínua afro-diaspórica pela cultura e (auto) representação nas relações raciais moderno/colonial.

Palavras-chave: Cabelos crespos, corporeidade negra, identidade negra, afro-díaspóra, reexistência.

ABSTRACT: This study raised and analysed issues related to kinky hair, understood as a territory of insurgencies in reexistence aesthetics in the decoloniality of bodies, beings and knowledges made invisible by the hegemonic Eurocentric cultural pattern. The research, focused on cultural collective movements, particularly kinky hairstyles in intercultural, intertextual, expressing their Blackness. They are current cultural identity practices in a productive dialogue with the past, in a continuous Afro diasporic struggle for culture and (self) representation in the racial relations of modernity.

Keywords: Kinky hair, Black corporeality, Black identity, African diaspora, reexistence.

* Professora Dra. Em História Social pela PUC/SP. E-mail: celregreis@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

Este texto que ora apresentamos trata-se de uma reflexão, a partir de estudos que realizamos no doutorado: *Crespos Insurgentes* estética revolta: memória e corporeidade negra paulistana, hoje e sempre.

Cabelo crespo, corpo Negro na luta cultural, compreendido enquanto território de contestação que emerge quando atentamos aos seus movimentos culturais empreendidos por jovens afro-brasileiros em São Paulo. Cabe lembrar, vem de longe a estratégia corporal de expressar e afirmar heranças de ancestralidades africanas através de representações no contencioso campo de demarcações raciais da modernidade.

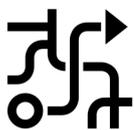
Quando comecei a buscar referências de cabelo crespo para desenvolver esse estudo, fui encontrando-o pela cidade: em cabeças, corpos, muros, tatuagens, vestimentas. Marcas como *Cresposim* e *Deeanto*. Muitas referências ao cabelo como símbolo de afirmação da identidade negra, expressão da cultura negra e, principalmente, de contestação ao racismo em provocações ou exposições de símbolos como imagens de ícones negros, personalidades na luta antirracista, nas culturas negras, o pente garfo, a cabeleira, as tranças, o Black Power, os Dreads.

O texto reflete um estudo realizado a partir de movimentos culturais, nos quais jovens negros manifestam-se, através de narrativas literárias e performáticas negras e periféricas. Inseridos no campo da História Social, referindo-se aos modos como cabelos crespos, corpos negros, veiculam e expressam modos de ser, pensar e de viver; tais lócus de estudo foram pensados como territórios culturais. Não em perspectiva cronológica linear, mas em relação de diálogos entre múltiplas temporalidades, trançando encontros entre gerações.

CABELO CRESPO, CORPO NEGRO EM PROCESSOS EDUCATIVOS AFRO-POPULARES

O interesse por esse tema de pesquisa existe já há algum tempo. Nasceu, também, da nossa experiência pessoal como pesquisadora e educadora no ensino de história, onde tais questões sempre estiveram presentes nas escolas.

No espaço educacional encontramos conflitos entre sujeitos do universo escolar por conta de referências pejorativas atribuídas a estudantes, constantemente sendo chamados de macaco, corpo de piche, cheiro de queimado, sujo, fedido..., investindo contra crianças e



adolescentes negros através dos cabelos: “cabelo de Bombril”, “de palha de aço”, “duro”, “cabelo assolam”, “miojo”, “cotonete de orelhão” e por aí adiante.

Muitas vezes o cabelo crespo tornou-se assunto em sala de aula, não como conteúdo, mas como questão de relacionamento entre estudantes, ou às vezes, entre esses e professores, diretores e funcionários da escola. Sempre foi inquietante o fato de que as alunas que tinham cabelos crespos ou carapinha, estivessem com seus cabelos presos, amarrados e os meninos com a cabeça raspada ou bem curto, usando bonés. Ainda é comum ouvir profissionais da educação tecendo críticas em relação aos alunos que mantêm seus cabelos crespos soltos, “armados”. O cabelo crespo solto é impensável no ambiente escolar, sendo apenas aceito se estiver alisado, “preso” de alguma forma.

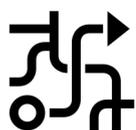
A vida escolar de estudantes negros revela-se um “inferno”, com vivências cotidianas de humilhações por conta da pele negra, dos cabelos crespos, dos penteados afros. Os meninos sempre se esconderam sob bonés, e a escola proíbe seu uso, gerando conflitos que chegam à suspensão, evasão e expulsão. Se alunos negros deixam o cabelo crescer a pressão para cortar é forte.

Nas relações raciais, o cabelo é um elemento polêmico, ter cabelos crespos pode significar muitas histórias, experiências familiares, escolares, de trabalho, amorosas conflituosas. Sociabilidades marcadas por corporeidades menosprezadas, vidas marcadas por tentativas de submissão via processos violentos de alteração da aparência capilar, que deve assemelhar-se ao padrão liso; simultaneamente, também, ocorrem exposições de insubmissas madeixas crespas, nos mais variados penteados em insurgências a perfis ocidentais.

Reações aos ditames do eurocentrismo, que avesso a diferenças investe na colonização de “outros”, impondo sua cultura imperial, subalterniza o que escapa de sua métrica, sufoca resistências, expropria os outros de si mesmos, aposta na identidade fragilizada como versa Kintê: “Sempre empenham / Que as pretas / Sempre tenham / Queixas pelas madeixas”².

Diante do fenômeno de subalternização, material e simbólica, hoje, a grande São Paulo encontra limites, percalços em nova onda de negritude, de afirmação de perfis, de posturas do refazer-se na contramão da ética e estética da branquitude. Além de parâmetros conceituais de ser humano construído pelo ocidentalismo cristão, de sua concepção de universalidade norteadas pela “razão” e individualidade “civilizada”.

² KINTE, Akins. Poesia “Duro não é o cabelo”. In *Cadernos Negros*, 2012, volume 35, p. 22-3.



CORPOREIDADE NEGRA, MEMÓRIA E DIÁSPORA

Sob opressão, negros e negras em diásporas, vítimas de tentativas de aniquilação física, psíquica, moral, epistêmica; frente a processos coloniais reagiram e reagem. Passaram e passam por angústias, agonias, sempre resistindo e reconstruindo estratégias de preservação de suas culturas, de suas cosmovisões, de suas tradições em memórias de reexistências.

Frente colonialidades, penteados afros expressam protagonismo contestador, em arte corporal que comunica, insurge, fala de pensamentos crespos, filosofias a contrapelo, religiosidade em ética de matriz africana e antirracista, em subjetividade corpórea, construindo linguagens próprias.

O cabelo como antídoto, promotor de reflexões anti-eurocêntricas, na contramão de ideologias produtoras de sentimentos de superioridade branca e inferioridade negra, implica, segundo Raymond Williams (1979), bombardear tais conceitos, alcançando o âmago de como, historicamente foram forjados.

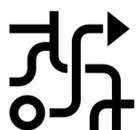
Sobretudo, a construída beleza branca, pautada em lutas por significados frente a povos extra-europeus. Superior/inferior, belo/feio, bom/ruim estabeleceram-se socialmente através de representações e símbolos que alimentam o imaginário social dominante, tornando-se ao longo do tempo naturalizados.

Quando nos reportamos a corpos negros em diásporas, cabe destacar não trouxeram somente seus corpos físicos, sobretudo hábitos, cosmogonias, cosmologias, festejos, lembranças. Expressam-se, representam suas memórias dançando, produzindo sons, ritmos, cadências, ornamentando seus corpos com vestimentas e penteados enraizados em performances de “tradição viva”. Povos que, silenciados pelo tráfico e escravismo, traduziram suas culturas africanas nas Américas através da língua do corpo.

Corpos negros e cabelos crespos carregam valores, tradições, culturas e espiritualidades. Produzidos em suas cosmologias em persistente comunicação corpórea, em códigos culturais ressignificando a diáspora negra.

A cabeça, especialmente os cabelos crespos se inserem na comunicação corporal, manifesta através dos penteados afros, considerados aqui como manifestações artísticas, penteados esculturais. Trata-se de “estéticas de memórias ancestrais, próximas, familiares, cotidianas” e também, religiosas.

Estigmas como feio e ruim imposto aos africanos e seus descendentes, passam por um processo de revisão pelos estigmatizados que fazem da representação negativa,



construída pelo branco, uma reversão a auto representação, em que símbolos do estigma passam a ser símbolos da afirmação da identidade negra: *Black is beautiful, I love my Hair*.

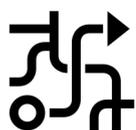
Sendo diversas as formas de depreciação do corpo negro, invisibilidade ou presença são estereotípias ancoradas no fortalecimento de estigmas. Vários grupos, em diversos movimentos negros, buscam apropriar-se das ferramentas de exclusão com o objetivo de refazer significados. Nesse processo, a literatura, o teatro, o quadrinho, a dança, entre muitos outros, são ocupados no intuito de desconstruir a visão negativa e inverter o quadro dos negros que ficaram a margem da escolarização oficial.

O século XIX foi um período, para a historiografia, de consolidação da ciência, como detentora de uma verdade universal, medida para validação ou estigmatização de conhecimentos produzidos por diferentes culturas. Período de solidificação das teorias que justificavam práticas de colonialidade em construção desde os séculos XV e XVI. Marco do desenvolvimento da modernidade/colonialidade, que no entender de Walter Mignolo (2003), são duas faces da mesma moeda, onde o desenvolvimento da modernidade europeia se firma na colonização de povos não europeus, através da sujeição do poder, do saber e do ser outro.

Eventos destinados à valorização do corpo negro, da beleza negra, visando despertar, cativar o gosto pelos cabelos crespos, atualmente são frequentes. Encontros como Encrespa Geral, Encrespa São Paulo, Meu Turbante, Deusas Urbanas expressam África até nos acessórios: brincos, colares, faixas e turbantes, com tecidos africanos ou similares.

O corpo é performado até na vestimenta, que veste até a cabeça, grifes como: Boutique Crioula, Preta Rainha e Xongani, que produzem adornos com a temática e simbologias da cultura afro-brasileira. Trata-se de investimentos em arte corpórea afirmando a identidade negra.

Há quem chame essa estética, por estar fora do contexto religioso, de estética vazia, que muitas pessoas aderem ao uso dos turbantes sem significados religiosos ou políticos. Cabe ressaltar, não há estética vazia, toda estética carrega significados. Sobretudo a veiculada pelos turbantes, dreads e black power por exemplo, num contexto atualizado e mesmo quando não compreendido. Trata-se de ressignificações que não perdem sua raiz, participam de uma ética e estética contestatória, que se opõem a padrões hegemônicos; abrindo reflexões, trazendo à tona vozes silenciadas, que esculpem corpos negros, vestimentas, ornamentos, estampas, penteados.



Em diáspora, re-fazer significa re-existir, partindo do descartar a sobrevivência ao potencializar a supervivência frente o sistema dominante que individualiza, descaracteriza, proíbe e controla rituais e práticas em relações que fortaleçam o viver comunitário de povos negros. Em maneiras de viver, interativa, comunicativa, intercambiando dons que possibilitam ir muito além, dá-se a sobrevivência de corpos negros, utilizados e reutilizados há séculos.

Apesar da palavra diáspora africana parecer expressar um acontecimento no passado, longínquo, olhares atentos na busca de encontros com culturas soterradas pelo rolo compressor da colonialidade que visa apagar, solapar sofrimentos numa estrutura alisada, de expressão eurocêntrica, torna-se perceptível que homogeneizar pertenças negras é impossível. Em cada dobra, sobrevivem matrizes de cultura do que se queria apagar.

A diáspora é contínua, tanto no movimento físico, material, quanto sensível e cultural. No “entre lugares” se mantém vivas, acesas, como percebemos nesse momento de efervescência cultural negra no Brasil, cujo símbolo cabelo crespo, expressa a negritude.

REEXISTÊNCIAS NEGRAS EM PROCESSOS EDUCATIVOS AFRO-POPULARES

A juventude negra “tá nessa pegada” de que arte revoluciona, ocupando todos os espaços: muros, bares, garagens, casas de cultura, ruas, praças. É o Quilombaque, em Perus; Espaço Cultural Elo da Corrente, em Pirituba; Sarau na Brasa, Brasilândia; Brechoteca e Sarau do Binho, no Campo Limpo; Sarau e livraria Suburbano Convicto, no Bexiga; Cinema na Lage e Sarau Cooperifa, no Piraporinha; Sarau Magoma, no Capão Redondo; Capulanas Cia Arte Negra, no jardim São Luiz; Mjiba Mulher, no Céu Três Lagos, Grajaú; Útero Urbe, grafite de Carolina Teixeira; Soberana Ziza, Grafite; Os Crespo Cia de Teatro pelas ruas, praças e palcos de Sampa; Clariô Teatro, em Taboão da Serra; Sarau Perifatividade, Parque Bristol no Ipiranga; Sarau Adhemar, na Cidade Adhemar; Manifesto Crespo, coletivo de jovens negras; Du Morro Produções, na Brasilândia; Marginaliaria, na Zona Leste; Cozinha Hip Hop, de Zinho Trindade, entre muitos outros.

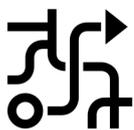
Tais manifestações culturais em suas diversas linguagens traduzem larga caminhada que vem de longe, em luta contra o racismo e o colonialismo. Reverenciam os ancestrais e protagonizam, ao seu modo, esse novíssimo Movimento Negro.



Atuam como agentes de mudança, uma vez que pressionam, provocam, interferem. De posse de saberes e práticas culturais afro historicamente rejeitadas pela escola, expressões artísticas e oralidades subalternizadas realizam o que órgãos oficiais de educação nunca se propuseram fazer. Iniciando pelas bordas, em instâncias comunitárias, vão se fortalecendo e adentrando espaços nunca antes permitidos, até mesmo em escolas. Promovem reflexões coletivas, formação que valoriza e respeita saberes e corporeidades além “padrão” ocidental, estimulando situações de aprendizagens pautadas em diálogos, respaldo à diversidade corporal e cultural, fortalecendo laços comunitários de grupos negros periféricos, em evidente contraponto ao individualismo e competitividade do sistema mundo.

A importância da atuação desses coletivos faz parte de um processo longínquo de grupos negros insurgentes a prisões, outrora físicas no cárcere da escravidão; hoje simbólicas, no cárcere de imaginários sociais, aniquiladores de humanidades extra ocidentais; tornando as pessoas subalternizadas objetos de uso e descartes. Tem como alvo a violência que através de órgãos institucionais, entre eles a escola, a mídia, o padrão de beleza ocidental que fragilizam subjetividades fraturadas, danificando organizadas existências negras, como podemos perceber no poema a seguir:

Ali, naquela viela
Existe uma princesinha triste
Ela está chorando
Porque estão rindo do seu cabelo.
Ali, naquela viela
A princesinha chora
por não querer ir pra escola
Ela diz não ter amiguinhos
E que a professora
Sempre a deixa de castigo.
E ali, mais uma vez
A princesinha vai chorar
Ela pede a Deus
Que lhe dê cabelos lisos,
olhos azuis e pele branca
Seria igualzinha as "lindas princesinhas"
Dos contos de farsas

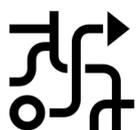


Oh, menina princesa!
Enxergo em você tanta beleza
Seu cabelo trançado é realeza
Sua pele cor da noite
É linda, tenha certeza
Seu sorriso é luz
Contagia minha alma
Seus olhos, que não são azuis
Me transmitem calma
Oh menina princesa!
Sim, você é princesinha
Nossas histórias encantadas
Foram apagadas
Mas você relatará um dia
Bela menina dos olhos de jabuticaba
Não ligue para quem te faz chorar
São pessoas que ainda não sabem
Que somos realeza
Menina negra
De linda beleza
Você sim
É uma princesa³.

A luta por representações em torno do racismo, no ambiente escolar, é o que expressa o poema de Raquel Almeida, onde percebemos a desconstrução da ideia eurocêntrica em torno do paradigma de beleza hegemônico, da superioridade branca, estimulada na mais tenra idade, através de contos de fada, livros didáticos e literatura clássica. Construindo, desde cedo, a baixa autoestima das crianças negras, causa sofrimentos e depreciações de seus atributos de beleza negra, por não terem pele branca e olhos azuis.

A poetisa Raquel relatou, em Sarau Elo da Corrente, em Pirituba, que fez essa poesia para sua sobrinha, quando expressara desgostos vividos na escola. O poema tem data, cor e

³ Poema de Raquel Almeida. Duas gerações vivendo no gueto. Selo editorial Elo da Corrente, São Paulo, 2011, p. 22-23.



lugar. É contemporâneo, traduz um cotidiano escolar que reproduz estereótipos racistas, considerados “normais” dada sua naturalização e “fixidez” na sociedade brasileira. Dialoga com o pensamento da professora Petronilha Gonçalves⁴, quando aborda relações étnico-raciais na escola, conceituando Educação como “processo de formação, por meio dos quais nos tornamos pessoas, situadas inicialmente numa cultura, depois em contato/confronto com outras, no seio de uma sociedade que articula privilégio para uns e marginalização para muitos outros”.

O racismo e a colonialidade em ambiente escolar se manifestam em inúmeros gestos, valores, vocabulário, métodos e práticas pedagógicas, enfraquecendo identidades que o educando traz consigo, de sua vida em família, comunidade, sua origem social e cultural, como expressa o poema. Ainda podemos perceber que seus versos têm uma função social antirracista, à medida que questionam valores presentes e transmitidos na prática educacional e procura empoderar crianças negras hostilizadas por seu pertencimento étnico.

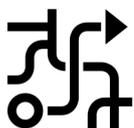
Invertendo os valores brancos, desconstrói o mito de beleza vigente, que se insinua em desejos infantis estimulados em publicidades, revistas de moda, brinquedos, jogos e mídias em contínuo retorno. Questiona padrões que estão na raiz, em mitos que “justificam” a superioridade europeia e que, não passam de “contos de farsas”. São “mentiras” que fortalecem uns, enfraquecendo outros, em sociedade excludente, eivado de preconceitos em centrado e evolutivo apego a padrões e conhecimentos eurocentrados. Ainda caracteriza ignorâncias dos que não sabem de procedências reais da população negra, buscando em histórias e mitos africanos sua ancestralidade e passado de “realeza”.

Nessa perspectiva, o poema aponta para mudanças, que estão em reflexões de artistas e intelectuais negros em torno de suas histórias, até então invisibilizadas, que virão à tona na medida em que forem relatadas por protagonistas negros e negras, falando de si, escrevendo suas memórias e trajetórias históricas, até então banidas e ignoradas, formatadas para um lugar social imposto, como condenação por um defeito de cor.

Tal questionamento, também encontramos em “Vaguei os livros e me sujei com a merda toda”, um vídeo documentário produzido por Akins Kinté, no qual os depoentes reclamam da invisibilidade negra nos livros didáticos, na literatura clássica, nos contos de fadas:

aquelas historinhas já manjadas, chapeuzinho vermelho, branca de neve [...] nem pra limpar o pé da princesinha branca o negro serve [...] muito ruim as

⁴ Palestra proferida no Museu Afro em “Diálogos com acervo afro Brasil”, no dia 16/10/2010, São Paulo, SP.



referências que eu tive quando eu era criança e adolescente, eu não conseguia me enxergar como sujeito de nada... a história é dos brancos, eles eram os bonitos, que ditavam o que era certo e o que era errado, quem era feio (tá ligado) e isso acabou dando afastamento pra mim da minha própria cultura, da minha ancestralidade⁵.

Esse depoimento compõe parte de documentário, demonstrando efeitos das ações de uma escola eurocentrada, onde jovens negros e negras narram suas experiências escolares. Falando sobre suas visões acerca do sistema educacional, onde, “aqueles velhos clássicos de sempre [...] são racistas escancaradamente, ou às vezes, nas entrelinhas” ou em atividades “que eles passavam pedagogicamente, eu me reconhecia sempre com coisas más”; e ainda, “o livro didático não fala por si só, você não vê na escola [...] não pega num cabelo crespo, professor não beija uma cara negra”.

Tais relatos permitem perceber o quão perverso é o ambiente escolar fazendo com que seus alunos negros e negras vivam rituais de estereótipias com “representações paradoxais: conota[ndo] rigidez e ordem imutável” como também desordens. Assim, o sistema escola reforça sua “missão” como instituição oficial, participando ativamente de um processo histórico de desumanização da alteridade extra ocidental.

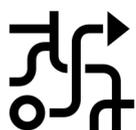
Percebe-se o racismo subjacente a práticas escolares bem além-literatura educacional que versa sobre filosofias educativas, cujas propostas humanistas, visões universalistas e ações pedagógicas configuram-se desumanizantes por reproduzirem estratégias dominantes, enquadrando crianças negras em categorias fixas, num continuum de estigmatizações:

Quando era pequeno 3^a e 4^a série sempre gostei de teatro (tá ligado) e sempre propus umas peças de teatro na escola, a fim de me ver encenando (tá ligado) e pra toda peça que eu propunha, que eu escrevia os roteiros e tal, eu ficava sem papel. E várias vezes eu representei a pedra, [...] representei o cachorro, [...] quando alguém for encenar João e o pé de feijão, um preto nunca vai ser João porque João não era preto, não vai ser o pé de feijão, porque o pé de feijão é meio que o protagonista da história⁶.

Cabe ressaltar que os jovens que compartilham conosco suas experiências escolares, mesmo vivenciando muitas experiências de sofrimento e desgaste de sua autoestima, se apropriaram das ferramentas do letramento, dominaram as “competências” necessárias para se organizar e denunciar o racismo escolar. Hoje formam coletivos com

⁵ Depoimento de Tito. In *Vaguei os livros e me sujei na merda toda*. Edições Toró, 2007.

⁶ Depoimento de James Bantu. In *Vaguei os livros e me sujei na merda toda*. Idem.



propostas de intervenção nessa realidade, onde realizam situações de empoderamento da população negra brasileira fora e dentro das escolas.

Tais ações significam dar visibilidade a “demandas” negras no campo epistêmico e da estética corporal, em diálogos intertextuais e interculturais. Essas ações pedagógicas introduzem no espaço educativo performances corporais, saberes e experiências memoriais de culturas afro-diaspórica, contribuindo também, para que as escolas cumpram a Lei 10639/03, atualizada em 11645/08.

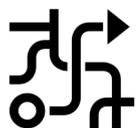
Coletivos Culturais em ações pedagógicas afro-populares realizam intervenções artísticas e formativas que realizam, promovendo reflexões acerca do corpo negro, do racismo, da diferença racial, a estética corporal de matrizes africanas, visando provocar “fissuras” nos padrões de beleza e saberes eurocentrados, em espaços e situações de educação escolar e popular.

Coletivos culturais como: Manifesto Crespo, Terça Afro, Perifatividade, Bonecas Makena, Esperança Garcia tem seu ativismo pautado em práticas formativas, colocando, no centro da roda, diálogos sobre culturas afro-brasileiras e pertencas africanas, favorecendo movimentos e atitudes de negritude, com reconhecimento de suas estéticas e saberes e valores, enfim, afirmando identidades negras.

A ação dos saraus periféricos em escolas, também periféricas, tem o papel de “interlocutor”, “mediador”, pois leva para dentro destas suas expressões culturais, seu potencial de criatividade e potenciação de universos deixados nas margens. Nessa circunstância, o estudante encontra, até que enfim, a possibilidade de ver, se ver e expressar suas referências culturais tão reprimidas por essa mesma escola que recebe o sarau.

Nessa perspectiva, encontramos na apresentação de uma publicação da experiência de Sarau em escolas, realizada pelo Coletivo Perifatividade, a definição de “um novo meio de educação”. O trabalho, realizado de forma itinerante, aconteceu na favela e no CEU Parque Bristol, visando desenvolver em seu público uma “atitude proativa”, em que procuram mais que realizar o Sarau de “forma receptiva”, mobilizar as pessoas para interação com,

[...] opção de outra música, de uma leitura que a quebrada se identifique e se reconheça, diferentemente da literatura indicada no sistema educacional tradicional, tudo isso sem imposições. Somente fazer com que aquelas pessoas possam saber que, em seus bairros, também moram pessoas que fazem outras formas de arte e cultura e



que elas possam ser protagonistas dessas ações, tanto quanto quem a está fazendo naquele momento⁷.

Pode-se pensar que caminhos de multiletramento influenciam outras práticas que tem visado decolonizar seres e saberes em perspectiva intercultural, ou seja, “em sentido contra hegemônico” tem-se intensificado na região andina da América, significando o que, no dizer de Catherine Walsh, “se preocupa também, com exclusão, negação e subalternização ontológica, epistêmico-cognitivo de grupos e sujeitos racializados” (2009, p.23). Essa intelectual defende processos educativos interculturais críticos, como prática política. Mas é especialmente “com seres de resistência, insurgência e oposição, os que persistem apesar da desumanização e subordinação”.

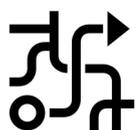
O Coletivo Manifesto Crespo atua desde 2010, desenvolve um trabalho acerca da estética capilar crespa, percorrendo diversos espaços sociais, com suas oficinas de tranças, dreads, turbantes, sempre iniciando os trabalhos afirmando o propósito “político” que carrega o trabalho cultural que desenvolvem. Trançar, turbantar, dançar, cantar, são verbos conjugados numa relação intertextual, mediadas por reflexões que se apresentam como princípio de luta na perspectiva da descolonização, ou reeducação corporal e de autoimagem, encampada por esse coletivo. Como bem expressou Dena Souza, o objetivo é: “fazer o grupo refletir, intervir, na forma de pensar o corpo negro, na perspectiva de aceitação de si mesmo, afirmar a autoimagem de forma positiva”⁸.

Nesse sentido, o coletivo organiza e desenvolve ações de intervenções culturais em perspectiva pedagógica afro-popular, onde a ancestralidade africana é a referência estética corporal e capilar. Seus processos formativos carregam ética de matriz africana: coletiva, comunitária, de saberes partilhados e incorporados, reafirmando ethos e estética em culturas de tradições orais.

A formação e afirmação da identidade negra é foco de atenção desses coletivos culturais, aqui tratados na perspectiva de reexistências culturais. Nesses coletivos, africanidades se delineiam, migram para a escola com sentidos que não são da escola. Lançam sementes de africanidades a fim de que floresçam práticas pedagógicas libertadoras, decoloniais de corpos, cabelos, seres e saberes.

⁷ Perifatividade nas escolas. Coletivo Perifatividade. São Paulo. 2012, p. 11.

⁸Ver <http://manifestocrespo.blogspot.com.br>.



FONTES

LIVROS

ALMEIDA, Raquel; M.A.Z.O, Soninha. *Duas gerações sobrevivendo no gueto*. São Paulo: Elo da Corrente Edições, 2011.

FONSECA, Ana. PEREIRA André. RAMS, Paulo. (orgs). *Perifaticidade nas escolas*. São Paulo: Coletivo Perifaticidade, 2012.

KINTÉ, Akins. Poesia “Duro não é o cabelo”. In RIBEIRO, Esmeralda. BARBOSA, Márcio (orgs). *Cadernos Negros*, volume 35: poemas afro-brasileiros. São Paulo: Quilombhoje, 2012.

DOCUMENTÁRIO

Vaguei os livros, me sujei com a merda toda. Roteiro: Allan da Rosa e Akins Kinte. Direção de Arte: Mateus Subverso. Brasil. 2007, 27’30”.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias Acoradas em corpos negros*. São Paulo: Ed. Educ. São Paulo, 2014.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *Sin garantías*. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Universidad del Cauca, Envión, 2010.

HAMPÂTÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI ZE-ZERBO, J. (org). *História Geral da África*. Ática/Unesco, v.1. Belo Horizonte: EDUFMG, 1982.

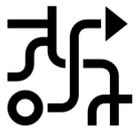
IROBI. Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na Diáspora. *Projeto História*, n. 44, São Paulo, Educ. junho/2005.

MIGNOLO, Walter D. *História locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizontes: Ed. da UFMG, 2003.

SILVA, Célia Regina Reis. *Crespos insurgentes, estética revolta: memória e corporeidade negra paulistana, hoje e sempre*. Tese (Doutorado em História) - PUC/SP: São Paulo, 2016.

WALSH. Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In CANDAU, Vera Maria (org). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. *Pedagogias decoloniales: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivier*. Tomo II. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017.



WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
_____. *Cultura*. Paz e terra. 2° ed. 2000.

Recebido em: 20/11/2020

Aprovado em: 10/12/2020

A LEI 10.639/2003 E O PROGRAMA NACIONAL DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DO ANO DE 2013: COMO A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL TEM SIDO TRATADA PELO PROGRAMA DEZ ANOS APÓS A SUA IMPLEMENTAÇÃO?

LAW 10.639/2003 AND THE NATIONAL LIBRARY PROGRAM AT SCHOOL OF THE YEAR 2013: HOW HAS THE PROGRAM'S ETHNIC-RACIAL THEME BEEN TREATED TEN YEARS AFTER ITS IMPLEMENTATION?

LIMA, Felipe*

<https://orcid.org/0000-0002-8671-747X> 

BÁRBARA, Jaqueline Santa**

<https://orcid.org/0000-0001-8976-0476> 

RESUMO: Considerando a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatórios o ensino e a discussão da temática étnico-racial dentro das escolas, este artigo investiga a presença da cultura negra ou indígena dentro da coleção de livros do Programa Nacional da Biblioteca na Escola/2013. A abordagem metodológica é qualitativa e quantitativa de cunho documental e abrange um itinerário de inspiração etnográfica, uma vez que se apropria da técnica da entrevista quando indaga a algumas professoras sobre a utilização dos livros da referida biblioteca nos contextos formativos em que atuam. O referencial teórico utilizado é baseado em autores do campo da educação cuja discussão evidencia os conteúdos e as formas dos livros como instrumentos promotores de cultura. Minimamente, os livros do PNBE/2013 atendem aos requisitos da lei supracitada, cuja orientação é a de que os professores levem os contextos formativos para o espaço em que atuam, levantando as discussões sobre questões étnico-raciais com a intencionalidade de forjar indivíduos que respeitem o outro.

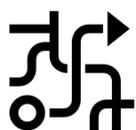
Palavras-chave: História; pós-modernismo; teoria; relativismo; linguagem.

ABSTRACT: In view of Law 10.639/2003, which made it compulsory to teach and discuss ethnic-racial issues within schools, this article investigates the presence of black or indigenous culture within the collection of books from the National Library Program at School / 2013. The methodological approach is qualitative and quantitative of documentary nature and covers an ethnographic-inspired itinerary since it appropriates the technique of the interview when it asks some teachers about the use of the books in that library in the training contexts in which they work. The theoretical framework used is based on authors from the field of education whose discussion highlights the contents and forms of books as a tool that promotes culture. At a minimum, the PNBE / 2013 books meet the requirements of the aforementioned law, whose orientation is that teachers take the training contexts to the space in which they work, raising discussions on ethnic-racial issues with the intention of forging individuals who respect the other.

Keywords: Literature; Preconception; Non-verbal dimension of the book.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) – Brasil. Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). E-mail: felipelima_silva@outlook.com.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) – Brasil. E-mail: jaquesantabarbara@gmail.com.



INTRODUÇÃO

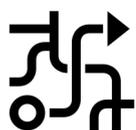
Quando éramos crianças, adorávamos fazer parte do mundo imaginário, fantasioso, cheio de magia e mistérios que a literatura nos proporcionava com seus contos e fábulas, mesmo que não fôssemos os leitores da história. Compreende-se a literatura como um dos principais mecanismos capazes de ajudar na formação social do indivíduo, devido ao seu poder de formação de caráter do ser humano; entretanto, sua concepção se dá de forma diferente do valor que atribuímos a ela nos dias de hoje, em que tem sido utilizada como um mecanismo de controle de massas e protótipo educativo – sobretudo de mulheres, que constituíram suas concepções de mundo a partir daquilo que essas histórias lhes ensinavam desde a sua primeira infância.

Cada história que passamos a conhecer traz em seu contexto significados, ideologias e visões de mundo únicas que podem ajudar numa compreensão segura do significado da própria vida, processo importante na maturação do indivíduo. A sabedoria do ser é construída a partir de pequenos passos por meio do começo mais coloquial possível, permitindo que ele adquira a partir de experiências e ensinamentos aprendidos a capacidade de entender a si e aos outros. É aqui que a literatura entra, pois ela é capaz de ajudar a criança no encontro do eu, garantindo um acesso profundo e significativo às questões torrenciais desse ser tão pequeno – como, por exemplo, qual o seu papel na sociedade e o caminho a ser trilhado durante a sua vida. Os contos de fadas, os contos, os poemas, enfim, todo esse mundo rico construído pela literatura é o mediador da aprendizagem de problemas íntimos dos seres humanos, transmitindo significados manifestos e latentes que ajudam na solução de dificuldades cotidianas.

Entretanto, essas histórias falham ao construírem a visão da criança a partir de um único biótipo detentor de beleza, digno de salvação e atenção: o homem branco europeu. O negro muitas vezes não é ilustrado na história, ou sequer aparece como personagem coadjuvante do enredo ali contado, o que contribuiu para a construção de uma imagem negativa dos povos africanos já nesse contexto; afinal, quem quer ficar excluído da história ou ser digno de ser salvo por um príncipe?

Com o advento da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas do país, os olhares se voltaram com maior atenção às temáticas de cunho étnico-racial, tendo em vista o descaso com a história do negro no Brasil.

Assim, a mesma lei, passa a considerar o ensino de temas étnico-raciais essencial para a constituição e o entendimento por parte da sociedade, do negro, como alicerce



fundador a sua constituição atual. Isso faz com que as editoras prestem mais atenção à inserção desse personagem nas histórias que chegam até às escolas de todo o país. Todavia, essa inserção muitas vezes pode ser feita de forma distorcida, por meio da construção de estereótipos negativos ligados à constituição de mentiras sobre um povo que tanto sofreu nas mãos de outros que se achavam dignos de dominá-lo.

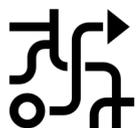
O personagem negro, inserido na literatura de cunho infantil, muitas vezes é constituído de forma inferior quando ligado ao personagem branco, o que nos leva a inferir uma série de possibilidades subversivas quanto à cultura afro-brasileira e ao próprio indivíduo negro; afinal de contas, quem quer ser o vilão e o herói nessa história?

O artigo busca constatar a presença da identidade negra dentro dos livros distribuídos pelo Ministério da Educação nas escolas brasileiras, compreendendo como se dá a sua constituição em meio às histórias. O texto está dividido em: caminhos metodológicos, em que se apresenta de que forma o trabalho é desenvolvido; a fundamentação teórica, que contribui para um melhor entendimento do tema com a apresentação dos sujeitos entrevistados e do desenvolvimento de seu trabalho com a temática étnico-racial nas salas de aula; a análise de dados, em que analisamos os livros feitos a partir da coleção do PNBE/2013; e as conclusões, que nos levam a perceber que, por muitas vezes, essa inserção da identidade negra dentro de uma história se dá de forma distorcida ou constituída em cima de um estereótipo negativo.

Destaca-se a necessidade de ampliar a discussão para além das análises das práticas pedagógicas e escolares, entendendo a complexa e emergencial necessidade de políticas públicas de democratização da leitura pela dilatação de acesso, incrementando as salas de aula e bibliotecas escolares de leituras com representatividade e superação de dogmas, dada a importância de romper definitivamente com a dicotomia entre livros com valor literário e os exclusivamente pedagógicos. A análise a partir do PNBE pretende verificar como esse recurso influencia a formação do leitor literário e supera questões didáticas, promovendo reflexões mais amplas que tragam experiências significativas para as crianças, não só padronizando saberes, mas estimulando a imaginação, a criticidade e a sua autonomia.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com base na problemática levantada, que aborda a forma como o negro é inserido dentro da literatura infantil, a pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo de inspiração etnográfica tem por objetivo entrevistar professores do ciclo fundamental de educação



considerando a relevância da temática étnico-racial dentro da sala de aula. As entrevistas tinham como questão central a compreensão do processo de escolha dos livros a serem trabalhados com as crianças no espaço escolar. Diante das respostas, nos vimos obrigados a ampliar as expectativas da pesquisa e avançamos para uma análise documental dos livros indicados pelos/as entrevistados/as, pois os livros compõem as caixas do PNBE distribuídas aos municípios do país durante o ano de 2013. Serão analisados 60 livros considerando a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino das temáticas étnico-raciais na escola, como mote da pesquisa. Nesse sentido, buscamos nos livros a presença da identidade negra para explicitar as questões étnico-raciais nas histórias, apoiando-nos nos dados das entrevistas.

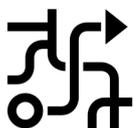
Em seguida, trazemos uma catalogação dos 60 livros considerando o título da obra, o autor, o ano em que foi lançado e a editora que o produziu em busca das questões étnico-raciais, observando a assiduidade ou não da abordagem dessa temática e a construção de estereótipos. Portanto, as análises resultam do entrelaçamento dos dados obtidos com as entrevistas e da persecução da temática étnico-racial nos livros selecionados e constantes na coleção do PNBE de acordo com as indicações dos/as entrevistados.

A escolha pelo material de 2013 do PNBE justifica-se devido à comemoração de uma década da promulgação da lei que insere a temática nos currículos escolares, lançando um olhar em perspectiva para enxergar as possíveis alterações ocorridas após dez anos de sua vigência e a sua influência sobre as literaturas que estão sendo oferecidas para as escolas municipais pelo Ministério da Educação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura faz parte do contexto sócio cultural do homem desde a Antiguidade. É praticamente impossível definir uma data de surgimento, ou como o conceito de literatura se constituiu entre os homens, mas sabe-se que o homem é responsável pelo seu surgimento devido à maneira de transmitir a herança cultural da espécie (COSTA, 2008). Por ser um mecanismo importante de transmissão da tradição e da herança cultural desde a sua gênese, a literatura pode em si estar carregada de preconceitos e transmitir ideologias ainda na infância, período de formação do indivíduo.

Na Europa, no século XV, já era possível encontrar livros considerados de “literatura infantil”, já que suas temáticas eram voltadas às crianças – ainda que sua construção fosse subsidiada pela Igreja e esses livros, conseqüentemente, estivessem desvirtuados de seu objetivo original, ou seja, o tema é direcionado a criança, mas com objetivo mais pedagógico do que



literário. Já no Brasil, a literatura se configura a partir do ano de 1808, com a implantação da imprensa régia (COSTA, 2008).

Ramos e Paiva (2014) ressaltam que os textos, contos e histórias presentes em um livro são a materialização do pensamento humano e que, a partir das visões da sociedade, são capazes de registrar evoluções dirigidas ao discurso que desempenham uma função cultural. Considerando esse pensamento, podemos dizer que os livros possuem em si uma força capaz de modificar as conformidades sociais, fazendo com que a sociedade passe a se questionar quanto às conveniências de cada grupo social – como, por exemplo, o preconceito racial.

Buendgens e Carvalho (2016) consideram que o preconceito é uma produção humana estabelecida nas relações sociais e tem como base os meios desiguais de produção de vida. A literatura infantil, por se constituir como um mecanismo de construção do homem com base em suas leituras de contos e fábulas, a partir de sua minoridade, pode ser o caminho central na luta pela desestabilização dessa ideologia na sociedade.

A literatura tem importante papel na construção da identidade dos afrodescendentes e na valorização cultural desses povos, além de seu caráter formativo e educativo para o exercício da cidadania e da convivência com a diversidade. Entretanto, a grande maioria das obras não problematiza de modo mais direto as relações de poder e assimetrias entre brancos e negros: questões como preconceito e racismo, por exemplo, não são explicitamente tratadas. O combate ao racismo deve ser tema de discussão entre os estudantes na sala de aula; a literatura deve estar a serviço da informação e da reflexão sobre as práticas sociais vigentes e as relações étnico-raciais, a fim de que a cultura negra seja de fato valorizada, não como curiosidade ou exotismo, mas como elemento constitutivo da cultura e da sociedade brasileira (CABRAL; MARTINHAGO; CAROLA, 2018).

Os livros voltados à educação infantil naturalmente têm especificidade em relação à sua linguagem, ao seu público-alvo e às suas características estéticas – formatos, dimensões, assuntos e montagens de cenas interativas. A leitura, antes mesmo da alfabetização, treina a criança a relativizar o que sente e entende da obra pela acessibilidade de suas formas (RAMOS; PAIVA, 2014).

Considerando esta vertente, a literatura deve ser vista como ferramenta para levar o debate sobre o respeito e as diferenças à sala de aula; se a classe se conformar com a vulgarização dos termos como diferença e preconceito, reafirmará a hierarquia da desigualdade. Street (2000) credita às páginas dos livros novas funções semióticas com outras potencialidades e especificidades capazes de atender a públicos-alvo novos e/ou ampliados, deixando os livros com mais de uma forma de estruturação, com modalidades capazes de movimentar saberes e conhecimentos em diferentes áreas.

A literatura infantil, por meio da ludicidade e da linguagem leve e adequada ao imaginário infantil, colabora para que até mesmo assuntos mais complexos sejam discutidos – como o respeito às diferenças, o combate ao racismo e a intolerância, uma vez que na infância ocorre a construção da



identidade. A infância é o período no qual tudo aquilo a que os pequenos têm acesso e com que convivem se tornam referenciais na construção de suas teorias de mundo, suas ideias de família, de sociedade, de relações e de si mesmos. A escola, ambiente institucional e sociocultural propício para o conhecimento e a transmissão da herança cultural, deve contribuir para a formação de leitores fluentes social, cultural e eticamente com acervos que tematizem, através de narrativas, a representatividade nas ilustrações e imagens, ampliando o acervo e, principalmente, o repertório das crianças. É fundamental que o professor reflita sobre as obras literárias no currículo escolar e no conteúdo da disciplina que irá lecionar aos seus alunos, bem como sobre as atividades que proporá para os educandos desenvolverem em classe. No caso do livro didático e dos livros da literatura infantil, a percepção da representação do negro por meio das imagens presentes nas publicações é imprescindível para a criança.

Arbolea (2013) aponta que as narrativas infantis influenciam a concepção estética e o sentido de beleza da criança, não apenas por meio da representação iconográfica, mas também da identidade étnica e cultural e da própria imagem que se constrói de cada personagem com base em sua experiência no enredo da história.

Do ponto de vista de Bakhtin (1992), é neste aspecto que as narrativas funcionam como estratégias formadoras de consciência; isto é, a leitura de uma história, um conto, uma narrativa qualquer pode proporcionar a oportunidade de o leitor se deparar com situações vividas pelas personagens que provocará nele sensações, reflexões e formas de identificação que são capazes de acrescentar valores à consciência do leitor ao se identificar com os personagens, gerando assim um conhecimento ético e estético.

Os educadores devem ter muito bem definidos seus compromissos sociais para que, com objetividade, implantem ações que realmente façam com que as desigualdades étnicas sejam discutidas, e não dissimuladas dentro da própria sala de aula. O “mascaramento” das diferenças entre as etnias faz com que comportamentos como o racismo continuem intactos; todavia, o professor não pode em momento algum ser conivente com essa prática. A dificuldade de se posicionar diante do preconceito étnico faz com que o educador legitime ainda mais situações de cunho preconceituoso (LIMA; ROMÃO; SILVEIRA, 1998).

Arbolea (2013) ressalta que uma obra literária, qualquer que seja ela, faz com que as crianças, ao associarem os conflitos das personagens à sua prática cotidiana, construam reflexões e interconexões com a obra tanto a partir de sua própria experiência quanto por meio das mediações do trabalho pedagógico do professor. Uma história infantil, contudo, não é, ou quase nunca é, escrita por crianças; é uma obra dirigida a este público, mas é de invenção e intenção do adulto (MEIRELES, 1984).

Na construção estereotípica dos personagens, destacamos que, a partir dos valores da cultura eurocêntrica, branca, cristã e ocidental, outros valores foram convencionados, como a representação iconográfica e ideológica da maldade através de personagens como lobos e bruxas,



habitantes hediondos da floresta – indicando, desde então, o eterno conflito da civilidade urbana *versus* a barbaridade do campo e da floresta –, além da associação quase que imediata do mal com pessoas feias. Ressaltamos, ainda, que a representação da ideia de beleza como clássica e universal através da descrição física e psicológica da Branca de Neve, por exemplo, ressalta aspectos físicos e culturais de uma determinada raça. Nessa construção estereotípica, o negro é normalmente tornado coadjuvante na ação e, por consequência, na vida; a partir dela, pode-se ressaltar, intencionalmente ou não, relações de poder e padrões de beleza que convenciam imagens estereotipadas em mensagens morais (ARBOLEYA, 2013).

A literatura brasileira infantil contemporânea oferece obras que valorizam a diversidade e o lugar do negro na sociedade, embora isso seja relativamente recente e essas obras não sejam todas de fácil acesso ao público em geral. É importante que o professor, como mediador desse caminho, disponibilize essas obras a seus alunos e converse com eles sobre o assunto, provocando a reflexão sobre a vida em sociedade, a causa e a complexidade das desigualdades sociais, favorecendo o desenvolvimento do respeito à diversidade cultural para a construção de uma sociedade democrática em que as diferenças étnicas não se tornem pretexto para exclusões e atitudes preconceituosas.

Ao estudar obras literárias que ressaltam a importância da cultura afro-brasileira, o estudante negro desenvolve sua autoestima, tem sua identidade étnica confirmada e valorizada e vislumbra a possibilidade de reconstruir a história do seu povo. Os demais estudantes aprendem a valorizar a diversidade cultural do nosso país e a respeitá-la, compreendendo criticamente as relações sociais e aderindo a atitudes contrárias ao racismo (CABRAL; MARTINHAGO; CAROLA, 2018).

A educação é uma das ferramentas mais privilegiadas e capazes de transformar o homem biológico em homem social, o inculto em uma pessoa culta. É o único instrumento hábil para a transformação dos sujeitos, a fim de que eles, por sua vez, sejam capazes de transformar a sociedade, como afirmava Paulo Freire. A escola deve ter o papel de destacar do indivíduo o preconceito que traz impregnado em si, devido ao convívio em seu meio social particular. Por ser um espaço de aprendizagem da convivência, nela se encontram reunidas diferentes etnias; logo, a escola deve prezar pelo espírito de democracia entre seus estudantes e funcionários.

A Lei nº 10.639/2003, aprovada em maio do mesmo ano, por exemplo, é um dos instrumentos de validação da educação para tratar da temática com cientificidade, uma vez que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. No período pós abolição da escravatura foi na educação que a população negra viu a chance de alcançar novos postos e enfrentar os/as brancos/as numa sociedade em pleno processo de modernização. A lei garante que a história da África seja tratada numa perspectiva positiva, sem privilegiar apenas as denúncias da miséria que atinge o continente. A aprovação da lei foi de suma importância para que os negros tivessem parte dos seus direitos efetivados.



Já no ano de 2013, dez anos após a promulgação da 10.639/2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sofre uma atualização e, em seu artigo 26, passa a definir que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira; o conteúdo programático inclui o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro às áreas social, econômica e política na história do Brasil.

O documento inclui ainda, a partir do artigo 79b, o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, obrigatório no calendário escolar. É importante frisar que a identidade do negro e do afrodescendente deve ser trabalhada durante todo o ano letivo, não se restringindo às datas comemorativas da abolição da escravatura, em 13 de maio, e da morte de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), para que crianças e jovens aprendam mais sobre suas histórias, a fim de desconstruir possíveis mecanismos de racismo.

Estudar temas provenientes da história e da cultura afro-brasileira e africana não é importante apenas para aos negros e afrodescendentes, mas para todos os brasileiros, em prol de uma sociedade mais democrática. Deste modo, o protagonismo negro favorece tanto a autoestima da criança negra quanto a criança não negra que vê os personagens negros representados, o que contribui para uma ruptura do processo de exclusão e preconceito, em busca do caminho da equidade. É importante contar a história pelo viés de negros notáveis, que fizeram contribuições importantes, mas, muitas vezes, tiveram suas memórias apagadas ou esquecidas – assim como utilizar as possibilidades de trabalho a partir da literatura e dar voz às crianças, respeitar e valorizar o seu lugar de fala, rompendo o silenciamento e promovendo oportunidades de partilha para uma formação leitora e de indivíduos capazes de perceber e enaltecer outras vidas, outras culturas e experiências.

Segundo o Ministério da Educação, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura de alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura. O atendimento é feito de forma a abranger, de forma universal e gratuita, todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

O programa divide-se em três ações: PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio; e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da educação de jovens e adultos por meio da avaliação e da distribuição de obras de cunho teórico e metodológico.



APRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

A entrevista realizada com as professoras de ensino fundamental se baseou em um questionário desenvolvido junto à turma de Literatura Infantil do sexto período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, sob responsabilidade do Professor Dr^o. Christian Muleka.

O questionário era composto por uma apresentação do respondente e quatro questões que se baseavam há quanto tempo lecionava, quais livros eram escolhidos para serem lidos para as crianças em sala de aula, observando-se o critério de escolha das obras e se há, por parte do docente, a tratabilidade das questões sobre diversidade durante esse trabalho de leitura, focando o olhar na contribuição à luta contra o preconceito.

As questões construídas junto a turma do sexto semestre de Pedagogia da UFMS/CPTL e elencadas para o questionário foram as seguintes:

Apresentação do (a) entrevistado (a): Idade, formação e quanto tempo de trabalho.

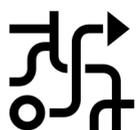
- 1- Quais são os livros lidos para as crianças?
- 2- Existe algum critério na escolha? Se sim quais?
- 3- Você leva em consideração questões como gênero, sexualidade, étnico racial, classe social ou faixa etária?
- 4- Você acha que os livros podem colaborar nas discussões contra os preconceitos?

Na escolha dos profissionais de educação entrevistados (as), optamos por entrevistar uma professora da rede municipal de Ilha Solteira, residência de um dos autores do texto, e uma professora da rede municipal de Três Lagoas, residência do outro autor.

As duas entrevistadas foram escolhidas com base nos seguintes critérios: a professora de Três Lagoas está desenvolvendo um projeto étnico-racial no momento da escrita do artigo; já a de Ilha Solteira está cursando mestrado e desenvolvendo pesquisas sobre diversidade étnico-racial a partir do olhar dos currículos do município em que atua.

A primeira professora entrevistada, S. B., 42 anos de idade, é docente no município de Ilha Solteira, interior do estado de São Paulo, graduada em Letras com mais de 18 anos de profissão. Ela dá aulas de português no ensino fundamental e, atualmente, está em fase de finalização do seu mestrado em diversidade cultural e étnico-racial.

No processo de escolha dos livros, S. B. avalia que busca contemplar os mais diversos gêneros textuais ao longo do ano letivo – contos, fábulas, lendas e mitos, poemas, textos instrucionais, adivinhas e histórias em quadrinhos –, tendo em vista o plano de educação do município. Nesse processo de escolha, ela considera a faixa etária de seus alunos e a visão



diversificada, sem privilegiar apenas o eurocentrismo que a maioria das histórias infantis traz em seu contexto. Segundo ela, o acervo da escola preza somente por esse único modelo de história; por esse motivo, ela precisou investir em livros infantis que abordem visões diferentes das já repetidamente apresentadas nos materiais convencionais.

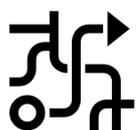
Nas questões de diversidade, S. B. acha mais do que importante evitar livros que consideram a superioridade do homem em relação à mulher, de uma etnia em relação à outra etc. Quanto às questões de sexualidade, ela avalia que a escola ainda não apresenta materiais do gênero para serem discutidos, o que infelizmente reforça a ideia de tabu em relação ao tema, que em nada contribui para o desenvolvimento sadio da criança e o conhecimento do seu corpo. Pequenas oportunidades como essa podem fazer a criança entender até que ponto uma ação é normal ou não, construindo em si a segurança necessária para que imponha limites quando se trata do seu corpo. A professora acredita que os livros são um importante canal no combate ao preconceito:

Sim, acredito que bons livros podem colaborar com as discussões sobre os diversos tipos de preconceitos no ambiente escolar e que essas discussões podem colaborar com a diminuição de preconceitos, racismo e intolerância. Entretanto, percebo pouco envolvimento das escolas nesse sentido. Não há formação continuada com essa finalidade, tampouco as bibliotecas escolares estão recebendo livros que contemplem essas temáticas (S. B., entrevista com os autores).

S. B., com mais de 18 anos de profissão, pondera que a escola não prepara os professores para tratar de questões como o preconceito, e que as bibliotecas apresentam descaso na aquisição de livros com temáticas que ajudem o professor e a criança a entenderem que o preconceito ocorre a partir da ausência de conhecimento do indivíduo sobre determinado assunto. Por isso, é importante levantar esse tipo de questão dentro de sala de aula, a fim de que a criança perceba que somos diferentes e não há nada de ruim nisso, muito pelo contrário.

A segunda professora entrevistada é H. F., de 41 anos de idade; formada em Pedagogia, exerce a docência há cerca de 15 anos. Atuante na rede pública do município de Três Lagoas (MS), ela considera que lê muitos livros para os seus alunos do ensino fundamental, baseando suas escolhas sobretudo por meio das coleções do Ministério da Educação, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o PNBE.

A docente considera que planeja as suas aulas considerando o trabalho em cima de um livro, aproximando seus alunos da cultura letrada. Ela não se pauta em questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade, classe social ou faixa etária na escolha de seus livros e,



quando o faz, é sempre com um tema voltado especificamente a algum processo de socialização compartilhado entre seus estudantes. A professora considera ainda que os livros são de suma importância para que as crianças entendam os assuntos mais densos da sociedade; escolher a literatura para desenvolver esse trabalho permite que a criança compreenda o mundo que a rodeia a partir da fantasia mágica que existe nos livros.

Percebemos entre as duas docentes uma disparidade de interesses no que se relaciona à abordagem das questões étnico-raciais trabalhadas em sala de aula. Enquanto uma faz disso prática corriqueira em seu plano, a outra utiliza os livros para planejar suas aulas, mas sem considerar a representação social que o livro pode trazer às crianças. Aproximar a criança do mundo letrado é importante, mas essa aproximação deve ser feita com base em materiais selecionados e que permitam à criança compreender a diversidade do mundo que a cerca.

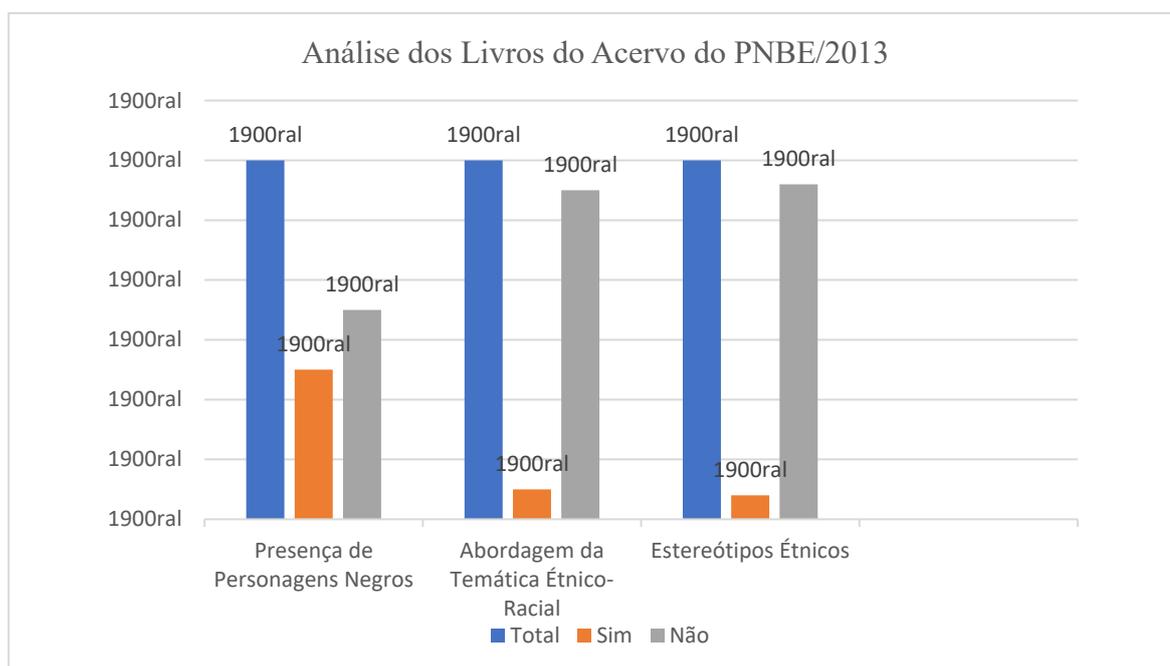
A escola deve ser a responsável pela adição desses materiais em seu arsenal, e não o professor o responsável por buscar algo a partir do seu interesse. A instituição educacional deve estar pronta e preparada para capacitar seu corpo docente a partir de cursos e materiais que possibilitem aproximar a temática à realidade da escola, já que o Brasil é composto por vários povos de diferentes grupos e que formam uma nação rica e mista. Considerar o diferente é obrigação do ser humano – e livros, histórias, contos e fábulas têm papel de suma importância na construção de um indivíduo não alienado, capaz de enxergar o outro como um semelhante seu.

OS LIVROS DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE/2013

Com base nas falas das professoras, percebemos a necessidade de buscar, nesses materiais disponibilizados às crianças pelo Ministério da Educação, a representatividade étnico-racial na literatura infantil – e se esses livros têm se pautado em temáticas sociais cuja discussão é necessária dentro da sala de aula a fim de formar indivíduos sociais empáticos. Em nossa análise, nos atentamos a seis pontos durante a leitura do livro.

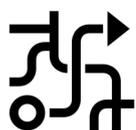
O primeiro é o título e a representatividade que ele pode trazer só no primeiro olhar da criança para o livro, buscando compreender a escolha do autor para tratar de questões étnico-raciais. Depois disso, focamos no ano de publicação do livro e na editora, fixando o marco da Lei nº 10.639/2003 como precursor na abordagem da temática dos materiais que adentrariam as escolas.

Os últimos três pontos baseiam-se na história contada pelo livro e se, nela, existem personagens de mais de uma etnia – africana, oriental, asiática ou ocidental –, mas sempre nos atentando para a presença do negro e do indígena na história, e como eles são retratados dentro do contexto narrativo; se há abordagem étnico-racial por parte da história, seja para empoderar, seja para difamar uma imagem; e, ainda, se há estereótipos étnicos construídos em cima dos personagens. Tais apontamentos podem ser observados a partir da análise do gráfico 1, que se encontra logo a seguir:



Fonte: elaborado pelos autores com base na análise documental

Dentre os 60 livros analisados em busca de conteúdos sobre diversidade étnico-racial, apenas 25 deles apresentam personagens afro, independentemente da temática abordada. Levantamos essa questão porque é importante considerar que o livro que a criança vai manusear represente a sua realidade, a realidade do seu país; portanto, é imprescindível que todos representem a população brasileira como ela é: diversa. Mais da metade da população brasileira (cerca de 54%) é negra, segundo dados do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); um livro que deixa de representar isso acaba por afirmar um comportamento que não queremos propagar: a negação da presença do negro e do indígena em nosso país. Negar a nossa cultura é negar quem somos e, principalmente, desconsiderar o chão construído com tanto suor e sofrimento por um povo que foi tirado do seu seio.

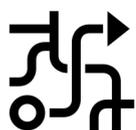


A maioria das histórias é composta por personagens do mundo animal, fenômeno da figurativização, que vão desde insetos até grandes mamíferos. É possível utilizar uma série de artimanhas para discutir sobre a diferença com as crianças. No livro *A joaninha que perdeu as pintinhas*, por exemplo, a personagem principal sofre uma crise de identidade devido à perda de suas pintas; por causa disso, seus amigos e familiares deixam de reconhecê-la. Podemos apontar quão singela foi a ideia do autor, ao considerar a importância de aceitarmos as nossas características do modo como elas são, pois fazem parte de nossa identidade e constroem o que somos. A partir desse contexto, podemos abordar a aceitação do meu cabelo, da minha cor, do meu nariz, entre tantas outras características fenotípicas dos seres humanos.

Esse livro não aborda uma temática étnico-racial nítida, mas permite que o professor desenvolva temas transversais como o mencionado acima. Apenas cinco dos 60 livros abordam a temática étnico-racial de forma explícita, o que é muito valioso para ser observado por uma criança, pois permitirá a construção de um comportamento de aceitação do mundo ao seu redor e de suas diferenças desde muito cedo.

No entanto, o professor pode utilizar de forma inteligente o viés de algumas histórias, construindo o seu trabalho de diversidade étnico-racial com base em livros não propriamente feitos para isso. Um exemplo são os livros paradidáticos como *A Abelha, Para que serve o ar? Que delícia de bolo*, entre outros, que podem levar o professor à quebra de paradigmas junto com as crianças. No primeiro mencionado, por exemplo, o professor pode levar as crianças a refletirem acerca da liquidez da sociedade humana contra a rigidez e imobilidade da colmeia de abelhas e, a partir disso, fazer a criança entender que nenhum de nós tem um lugar definido na sociedade – muito pelo contrário: diferentemente das abelhas, somos capazes de ocupar lugares diferentes dentro de um grupo, pois não há autoridade que defina o que você é ou o que deve fazer qualquer que seja sua raça, etnia, religião ou orientação sexual.

No livro *A Bola Dourada*, o brinquedo de mesmo nome viaja o mundo passando por lugares como a África, por exemplo; mas nas ilustrações, há uma ausência de qualquer personagem negro. Esse comportamento, de exclusão de outras diversidades além da branca, percebemos em vários exemplares da coleção, como nos livros *Música no Zoo*, *O Mundinho Azul*, *O Pequeno Paraquedista*, *O que Ana sabe sobre alimentos saudáveis*, entre tantos outros. Essa exclusão de outras etnias, por mais suave que seja, contribui para que a criança construa o mesmo comportamento nos seus círculos de amizade. Sabemos que a literatura é um dos principais mecanismos utilizado desde a Antiguidade para “adestrar” a



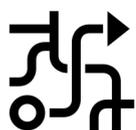
sociedade, desde a mais tenra infância, e essa prática permanece atualmente. Apresentar para a criança o leque de diferenças entre as pessoas no livro, ajuda na construção da identidade e na concepção do entendimento do outro como similar a mim, derrubando os mitos de superioridade entre as pessoas.

Existem exemplares da coleção que apresentam também o negro em minoria, como no caso dos livros *Turma da Mônica: Folclore Brasileiro* e *Beleléu e os Números*, entre outros. Destacamos esses dois porque a Turma da Mônica tem sido o carro-chefe do entretenimento infantil para a população brasileira desde o século XX, e só recentemente incluiu entre os seus personagens um menino negro – Jeremias, além do destaque totalmente estereotipado em cima da figura do Cascão, um menino negro e sujo. É imprescindível considerar que, num país onde mais de 50% da população é negra ou afrodescendente, os negros deveriam estar representados em maior número nos livros ou dentro do núcleo principal; afinal, ninguém quer ser aquele que aparece de vez em quando em uma história ou outra.

Os casos de estereótipos, mesmo raros, ainda existem, mas devem ser evitados dentro da sala, pois contribuirão com ideias clichê que em nada colaboram para a destruição de comportamentos preconceituosos. Em *Beleléu*, por exemplo, destacamos a ideia acima mencionada, em que o personagem é o único negro da história e apresenta um aspecto sujo, além de ser bagunceiro e teimoso. Pode ser que a escolha não tenha sido intencional, mas a nossa sociedade vive numa ideia de uma democracia racial que não existe; construir estereótipos em personagens de histórias infantis contribui para a propagação de construções culturais falsas. O fato de associar o preto ao lobo mau na maioria das histórias de Chapeuzinho Vermelho, como no caso do livro *Chapeuzinho Vermelho e as Cores*, contribui para essa disseminação. Associar o preto a algo ruim e detestável é também sinônimo de preconceito. Fenótipo não define maldade, classe, comportamento ou caráter.

Numa outra forma de contar a mesma história, destacamos o livro *Mamãe é um Lobo*, em que, quando a mãe da personagem vira um lobo, ele não é preto, o que nos permite considerar o que foi mencionado acima. O mais sutil do comportamento e da aparência será sempre percebido pela criança; por isso, é imprescindível saber o que será apresentado a ela.

Destacamos também o singelo trabalho no livro *Sofia, a Andorinha*, que nos propõe a abordagem da deficiência como algo não limitante a partir de seu personagem principal. Quando tratamos de diversidade, devemos considerar a inclusão de negros, mas também de indígenas, deficientes, idosos, entre outros grupos. A nossa sociedade é rica e diversificada; por isso, é importante considerar a abrangência que ela alcança até mesmo nas histórias



infantis, pois o professor, o escritor e o desenhista formarão a cabeça e as concepções de mundo dos futuros cidadãos que tomarão as rédeas desse país. Por isso, devemos desde muito cedo fazê-los compreender a diferença como parte integral da funcionalidade da sociedade.

Há na coleção livros que apresentam grande diversidade entre os personagens, ou nos quais todos são negros, ou que abordam a temática étnico-racial em seus enredos – como, por exemplo, *O menino Nito*, *O grande e maravilhoso livro das famílias*, *Família Alegria*, *A velhinha na janela*, *Maracatu*, entre outros. Fica aqui o exemplo a ser seguido. O Brasil é composto majoritariamente por negros ou afrodescendentes, e, nada mais justo do que retratar isso nos livros infantis – já que, se considerarmos as pessoas que compõem a nossa sociedade, o branco é quem teria que aparecer de forma muito singela em representações cotidianas, não o contrário.

O acervo analisado faz parte do PNBE/2013, vinculado ao Pacto Nacional na Idade Certa (PNAIC), cujo objetivo é viabilizar aos professores um momento de formação em que o uso das obras literárias tenha destaque. Para tanto, os professores revisitaram conceitos importantes, como livros literários, didáticos e paradidáticos, para que pudessem, a partir dessas definições, buscar na literatura a possibilidade de desenvolver um trabalho reflexivo importante para além de um ensino conteudista, orientado também para a formação humana, que respeita e valoriza as diferenças. O olhar para as obras foi potencializado através do conhecimento dos recursos literários que, implicitamente, permeiam algumas histórias e garantem a possibilidade de o docente enriquecer sua prática com reflexões sobre assuntos densos e importantes de forma lúdica, com linguagem acessível – com o objetivo de promover uma educação preocupada em alcançar uma sociedade mais justa e equitativa.

CONCLUSÕES

Percebemos, até aqui, que as professoras têm buscado incluir da forma que consideram adequada a discussão da temática étnico-racial em suas salas de aula a fim de obter o resultado esperado, de acordo com o que a Lei nº 10639/2003 preconiza: a identificação do negro como pilar fundamental da estruturação da sociedade brasileira. Entretanto, as docentes têm encontrado dificuldades para obter esses livros, pois a escola deixa de investir na compra de materiais que tratem do assunto. Quando voltamos o nosso



olhar para o material oferecido pelo Ministério da Educação, percebemos uma inserção desse grupo social nos livros oferecidos, ainda que timidamente.

Parece-nos que a lei de cotas tem sido aplicada inclusive nas ilustrações dos livros, como se o negro tivesse que brigar por algo que é representativo de sua história: o reconhecimento de sua importante participação na composição do Brasil. Os livros comprados e oferecidos às escolas, por vezes, são reproduções de materiais estrangeiros, que muitas vezes diferem da realidade aqui vivida. Ao adquirir um livro para a coleção do PNBE ou PNAIC, é interessante estar atento à representatividade dessa parcela da sociedade nas histórias; se o livro for essencial para a coleção, que pelo menos as suas ilustrações sejam repensadas para retratar a realidade de nossa sociedade.

O professor e a educação são os principais motores de construção de uma sociedade mais justa e com diferenças menos gritantes. Por mais que a escola esteja reproduzindo um comportamento imposto por um sistema capitalista opressor, o docente deve ter por obrigação lutar contra todo e qualquer tipo de cultura social que acentue as diferenças e propague os preconceitos dentro da comunidade. A literatura infantil, fundante na formação do indivíduo, dialoga com o desejo de uma sociedade igualitária; se podemos começar por meio do lúdico, de boas estratégias de leitura e indicações literárias, que façamos agora, com urgência.

Com dizia Paulo Freire (2016), o mentor da educação para a consciência, a escola e a educação têm como objetivo ensinar o aluno a ler o mundo para que, a partir disso, ele possa transformá-lo. Com uma prática de sala de aula que seja capaz de desenvolver a criticidade dos alunos, na contramão do senso comum, é essa a visão que o professor deve ter como obrigação de transmitir aos seus estudantes. Devemos enxergar o mundo com um olhar crítico, considerando a diversidade que nos rodeia e criticando as aberrações capitalistas que propagam desigualdade, dor e sofrimento para os menos abastados.

A escola deve possibilitar ao aluno o contato com o livro de literatura, pois trata-se de um importante objeto cultural, que possibilita um modelo de educação no qual a transmissão de saberes acumulados sirva de subsídio para o aluno posicionar-se de forma crítica, reelaborando esses conhecimentos e reorganizando-os dentro do contexto social atual, com sua pluralidade de concepções e de modos de ser, estar e ressignificar a vida. Quanto maior for o contato do leitor com obras literárias, mais conhecimento ele terá sobre a diversidade cultural existente e, conseqüentemente, mais respeito e valor atribuirá a ela.

O professor precisa estar atento para perceber indícios de preconceito e discriminação racial nas obras utilizadas em sala de aula, excluindo aquelas que possam



sugerir alguma forma de elitismo racial ou de proposta mal resolvida de democracia racial. É importante estar atento às formas mais sutis de reiteração da inferiorização dos personagens negros, permeando o cotidiano escolar com literaturas que tematizem a cultura afro-brasileira e os personagens de forma positiva, visando ao enfrentamento de práticas pedagógicas de homogeneidade e racismo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARBOLEYA, Valdinei José. O negro na literatura infantil: apontamentos para uma interpretação da construção adjetiva e da representação imagética de personagens negros. 27 de abril. 2013. *Portal Geledés*. Disponível: <https://www.geledes.org.br/o-negro-na-literatura-infantil-apontamentos-para-uma-interpretacao-da-construcao-adjetiva-e-da-representacao-imagetica-de-personagens-negros/>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, ano 134, n. 248, 23 dez. 2003. Seção 1, p. 27.833-41.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, ano 140, n. 8, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

BUENDGENS, Jully Fortunato; CARVALHO, Diana de. O preconceito e as diferenças na literatura infantil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 591-612, 2016.

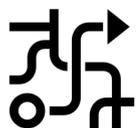
CABRAL, Gladir da Silva; MARTINHAGO, Daiane Barreto; CAROLA, Carlos Renato. A representação do negro na literatura infantil contemporânea Brasileira. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 15, n. 40, p. 274-99, 2018.

COSTA, Marta Moraes da. *Literatura Infantil*. Curitiba: IESDE, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria. *Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural II*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1998. (Série Pensamento negro em educação, v. 4).

MEIRELES, Cecília. *Problemas de literatura infantil*. Rio de Janeiro: Summus, 1984.



RAMOS, Flávia Brocchetto; PAIVA, Ana Paula Mathias. A dimensão não verbal no livro literário para criança. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, v. 14, n. 3, p. 425-47, 2014.

STREET, Brian. *Lectura, Escritura y Matemáticas como prácticas sociales: Diálogos desde los Estudios Latinoamericanos sobre Cultura Escrita*. México: Siglo XXI, CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe), 2000.

Recebido em: 07/11/2020

Aprovado em: 05/12/2020

“E SE FOSSE AO CONTRÁRIO?” DJONGA E FANON: UM DIÁLOGO SOBRE RACISMO E ALIENAÇÃO*

“WHAT IF IT WAS THE OTHER WAY AROUND?” DJONGA AND FANON: A DIALOGUE ON RACISM AND ALIENATION.

FERREIRA, Rogério Leão**

<https://orcid.org/0000-0002-9713-8633> 

SOUSA Fábio da Silva***

<https://orcid.org/0000-0001-9767-9248> 

RESUMO: A partir do livro "Pele negra, máscaras brancas", de Frantz Fanon (2008) procura-se dialogar sobre os constructos teóricos do autor quanto ao processo de alienação do homem negro. Nesse contexto, remete-se à linguagem simbólica de Djonga presente no álbum "Ladrão" produzido em 2019, e o videoclipe do rap Hat-Trick, no qual é possível constatar o dia de um negro com o rosto pintado de branco, o rapper acorrentado como escravo surge no vídeo "pendurado" no pescoço do personagem que interpreta a cena. O objetivo é apresentar as ideias de Djonga e Fanon sobre a alienação que ocorre no processo de escravidão e no choque do racismo que com seu impacto devastador desvela e determina as engrenagens dessa alienação. Ao perceber o racismo cada vez mais presente, admite-se a importância das ideias de Djonga e Fanon sobre como se engajar contra o sistema opressor.

Palavras-chave: Frantz Fanon; Djonga; racismo.

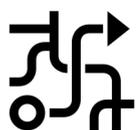
ABSTRACT: From the book "Black skin, white masks", by Frantz Fanon (2008), an attempt is made to discuss the author's theoretical constructs regarding the alienation process of black men. In this context, reference is made to the symbolic language of Djonga present in the album "Thief" produced in 2019, and the rap video clip: "Hat-Trick", which shows the day of a black man with his face painted white, the rapper chained as a slave appears in the video "hanging" around the neck of the character who plays the scene. The objective is to present Djonga and Fanon's ideas about the alienation that occurs in the slavery process and in the shock of racism that with its devastating impact unveils and determines the gears of this alienation. In realizing the increasingly present racism, the importance of Djonga and Fanon's ideas on how to engage against the oppressive system is admitted.

Keywords: Frantz Fanon; Djonga; racism.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

** Graduado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Aquidauana e mestrando do curso de pós-graduação interdisciplinar em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Aquidauana/PPGCult. E-mail: rogerioleao86@gmail.com.

*** Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista/UNESP/Assis, docente e coordenador do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Nova Andradina e docente permanente do curso de pós-graduação interdisciplinar em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Aquidauana/PPGCult. E-mail: fabio.sousa@ufms.br.



INTRODUÇÃO

Podemos observar que historicamente existe uma ação política e epistêmica que é formulada e engendrada de forma prática por parte daqueles que ocupam o poder e o espaço hegemônico da sociedade global, dessa forma é construída uma rede de instalados no poder que arquitetam e executam o plano de subalternização do “outro” ao colocar em andamento um amplo projeto de segregação, de ódio, de privilégios e que, sobretudo, nega as diferenças a partir de um processo de estigmatização de diferentes sujeitos da sociedade.

A discussão a respeito do racismo e da possível alienação do homem negro é um campo de debate contestador, seja no cotejo das expressões culturais ou na perspectiva da construção dos saberes e conhecimento. Saberes esses tantas vezes reprimidos por uma estrutura colonizadora, eurocêntrica e imperialista, que de certo modo busca legitimar a hegemonia branca numa sociedade construída pela pluralidade, mas não em prol desta.

Nesse sentido, a identidade negra se viu forçada a sucumbir cada vez mais ao “embranquecimento” e as “máscaras” não eram outras senão um modo de ser aceito, um meio de sobrevivência, numa estrutura que exclui e assassina, seja em representações estéticas, quanto de modo geral aos modos de existência que não se enquadram aos padrões universalizantes.

Por outro lado, sempre houve a resistência que de modo algum se separa da vida e da própria forma de existir do negro, seja por meio da cultura oral, às expressões culturais e religiosas, “negros fazem da arte a sua trincheira”. Desse modo, o Samba, o Funk, o Rap, o Jazz e tantos outros estilos musicais e outras expressões artísticas cumprem uma função maior que a meramente estética, ainda que seja essa inquestionável e, além disso, propagam a vida, a existência e o grito daqueles que não puderam ser ouvidos.

Assim, esse artigo tem como objetivo discutir sobre o processo do racismo e da alienação do homem negro na sociedade operante, portanto remete-se essa ideia ao clássico de Frantz Fanon, “Pele negra, máscaras brancas”, publicado originalmente em 1952 e também à produção musical do videoclipe do *rapper* Djonga, *Hat Trick*, primeira faixa que compõe o álbum “Ladrão”, lançado em 13 de março de 2019. Esse título foi criado pelo *rapper* ao fazer uma alusão discriminatória que é dada por parte da sociedade as pessoas negras, um estereótipo negativo e depreciativo. Em Djonga, a expressão “Ladrão” significa também “tomar de volta” e trazer “para os seus” o que lhes fora roubado. Esse projeto já fica explícito na capa do referido álbum:



Figura 1: capa e contracapa do álbum “Ladrão”, do *rapper* Djonga.
Fonte: <https://rollingstone.uol.com.br/Djongaladrao>
 Acesso: **Acesso:** 15 out. 2020

Na capa do álbum, o *rapper* já se apresenta para o que veio: coberto de ouro segurando uma cabeça ensanguentada de um membro da *Klu Klux Klan*. Na contracapa, podemos visualizar os avós fundadores da velha guarda da Mocidade Alegre ao assentar em uma mesa farta, com comida, chandon, ouro e a mesma cabeça do racista sobre a mesa, repousando como um prêmio.

Com um roteiro contestador, Djonga, ao interpretar as cenas em frente às câmeras apostou em um audiovisual contundente e de muito conceito fugindo do padrão estético hegemônico, como sinaliza na letra do rap “ [...] Me desculpa aí/ Mas não compro seu branqueamento de MC/ Eu sigo falando o que eu vejo/ Tem uns irmão que tá falando o que essa mídia quer ouvir” (DJONGA. *Hat-Trick*, 2019).

A REVOLUÇÃO EM FRANTZ FANON

A partir das leituras de Frantz Fanon, podemos afirmar que uma das principais - senão a principal - características de uma sociedade pós-colonial é o racismo, inserido em um sistema hierárquico que divide a humanidade em superiores e inferiores mediante um sistema de marcas, de acordo com a histórica específica de cada país ou região. Esta linha divisória entre superiores e inferiores tem uma profunda repercussão sobre o que entendemos como humano.

No prefácio do clássico “Pele negra, máscaras brancas”, Lewis R. Gordon apresentou uma breve biografia de Fanon, a ver:



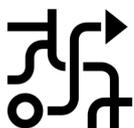
Fanon é mais conhecido como um revolucionário. Nascido na ilha da Martinica em 20 de julho de 1925, era um homem carismático de grande coragem e brilho, tendo lutado junto às forças de resistência no Norte da África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que foi por duas vezes condecorado por bravura. Após completar seus estudos em psiquiatria e filosofia na França, dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia (hoje renomeado como Hospital Frantz Fanon) e tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando, assim, na lista de cidadãos procurados pela polícia em todo o território francês. Todo o resto de sua vida foi dedicado a esta batalha, enfatizando sua importância na luta para transformar as vidas dos condenados pelas instituições coloniais e racistas do mundo moderno. Fanon morreu de pneumonia em 6 de dezembro de 1961 em Bethesda, estado de Maryland, nos Estados Unidos, enquanto buscava tratamento para sua leucemia. (GORDON, 2008, p.11).

“Pele negra, máscaras brancas” foi impresso quando Fanon tinha 27 anos de idade, mas a sua escrita ocorreu quando o autor tinha 25 anos. A princípio tinha como destino ser sua tese de doutorado em psiquiatria, porém foi recusada pelos membros da comissão julgadora que optaram por estudos que abarcassem uma abordagem de cunho “positivista” no ramo da psiquiatria, exigindo mais fundamentações físicas para investigações de fenômenos ligados a psicologia.

Todavia, Fanon não se arrependeu da escrita de sua obra e, com muito esforço, obteve o título de doutorado. Tais reflexões estão presentes na introdução do clássico.

Este livro deveria ter sido escrito há três anos... Mas então as verdades nos queimavam. Hoje elas podem ser ditas sem excitação. Essas verdades não precisam ser jogadas na cara dos homens. Elas não pretendem entusiasmar. Nós desconfiamos do entusiasmo. Cada vez que o entusiasmo aflorou em algum lugar, anunciou o fogo, a fome, a miséria... E, também o desprezo pelo homem. O entusiasmo é, por excelência, a arma dos impotentes. Daqueles que esquentam o ferro para malhá-lo imediatamente. Nós pretendemos aquecer a carcaça do homem e deixá-lo livre. Talvez assim cheguemos a este resultado: o Homem mantendo o fogo por autocombustão. O Homem liberado do trampolim constituído pela resistência dos outros, ferindo na própria carne para encontrar um sentido para si. (FANON, 2008, p.27).

Os pensamentos de Fanon influenciaram a política, a sociedade, a literatura, os Estudos Culturais e a filosofia, tanto, que hoje há centros, clínicas e hospitais que foram fundados em sua memória. Além de “Pele negra, máscaras brancas” Fanon também escreveu “Os condenados da terra” em 1961, obra publicada postumamente e produzida durante um período de dez semanas, quando ele já sofria de leucemia.



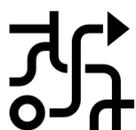
Ao compreendermos a leitura da obra de Frantz Fanon, descobrimos que para deixar de sermos alienados, não é suficiente transformar nossa visão de mundo do ponto de vista cognitivo intelectual, é preciso sair do estado de inércia, da zona de conforto e investidos de autonomia engajarmo-nos numa luta concreta e prática. Denota-se no transcorrer da obra, o quanto a análise psíquica ou aquilo que se refira ao sistema de funcionamento mental do sujeito estava tão presente em seu modo de ver e interpretar a vida e a produção de significados:

Não sentiremos nenhuma piedade dos antigos governantes, dos antigos missionários. Para nós, aquele que adora o preto é tão "doente" quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco. Em termos absolutos, o negro não é mais amável do que o tcheco, na verdade trata-se de deixar o homem livre. (FANON, 2008, p. 26).

Assim, percebe-se em Fanon que a alienação pela cor é provocada pelos efeitos da escravidão e do colonialismo a fim de conservar a exploração econômica da dominação colonial, no choque provocado pelo racismo com seus efeitos nefastos em reproduzir as hierarquias que regem essas relações raciais. O autor vai se debruçar a analisar as patologias que nascem da internalização do racismo pelos negros ao ponto de sentir a vergonha de si mesmo, o duplo narcisismo, a relação com a linguagem, a relação sexual afetiva, os complexos de inferioridade e a fascinação pelo branco.

Fanon leva em conta o entendimento do que seja a relação identitária do ser negro-branco que perpassa por um filtro de um "duplo narcisismo" que se manifesta como um aprisionamento. Em suas palavras, "O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura". Tal dicotomia gera nesse contexto um círculo altamente dependente e vicioso "Nossos esforços foram guiados apenas pela preocupação de pôr fim a um círculo vicioso". Desta forma, existem brancos que se consideram superiores aos negros e existem "[...] alguns negros querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito". (FANON, 2008, p. 27).

Denota-se, portanto que a representação de si dentro dessas categorias se constrói na relação de oposição ao outro. Ou seja, para Fanon, dentro desse sistema, resta apenas uma alternativa ao colonizado que deseja se valorizar: ocupar o lugar do outro, pois só o outro pode ser completo. O negro deve tentar sob todo custo tornar-se branco. Essa negação de si coloca o colonizado numa posição neurótica, num confronto psíquico contra si próprio



e como consequência nasce nele um “complexo de inferioridade”. É justamente deste complexo que o colonialismo europeu se apropria e deste se alimenta.

Este círculo movido como que um vício corresponde ao complexo de inferioridade do negro que tem como correlato natural o complexo de superioridade do branco. Fanon coloca a questão dessa maneira quando afirma: “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”. (FANON, 2008, p. 90).

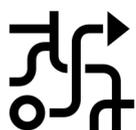
Para podermos compreender como é o processo de alienação do negro e do branco, se faz necessário atermos ao modo de relação psíquica social desses sujeitos, portanto, ao remeter essa ideia, Fanon nos traz a problemática vivenciada pelo homem de cor. O autor nos alerta que “A civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. Mostraremos, em outra parte, que aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco” (FANON, 2008, p. 30). A indagação que persiste é “Que quer o homem? Que quer o homem negro? O autor chega a afirmar que mesmo expondo-se ao ressentimento de seus irmãos de cor, que “o negro não é um homem”. (FANON, 2008, p. 26).

A colonização retira a identidade e o espírito do oprimido, e limita a tal povo à falta de ser. Então, podemos perceber que a sociedade colonial existe de forma maniqueísta, onde para os brancos foi privilegiada a zona do ser e ao indivíduo negro restou a zona do não ser.

O negro ao se situar na “zona do não ser” só existe enquanto corpo quando o europeu identifica os seus saberes que serão associados ao corpo, daí vem as insinuações do tipo “a negra é quente, o negro é forte, tem gingado, bom corredor etc.”. Como reforça o autor: “O branco está convencido de que o negro é um animal; se não for o comprimento do pênis, é a potência sexual que o impressiona. Ele tem necessidade de se defender deste “diferente”, isto é, de caracterizar o Outro.” (FANON, 2008, p.147).

Esse tipo de alusão animalesca é fruto de uma conceituação da mentalidade europeia que remete a inferiorização do negro e que terá como critério a vinculação direta entre o negro e a sua possível potência sexual, corpórea e biológica. Constrói-se assim uma categoria de ser humano taxado como ameaça e medo por parte do europeu, uma categoria de menos “civilizados”, na medida em que, ao contrário dos europeus, são reféns dos impulsos relacionados a agressividade, impulsos musculares e sobretudo impulsos sexuais.

Depreende-se disso o que Deivison Mendes Faustino nos traz ao afirmar que:



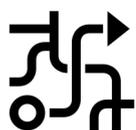
Para Fanon, portanto, o “preto é um objeto fobógeno e ansiógeno” que se torna depositário – epidermiza – todas as projeções fetichizadas daquilo que “falta” ao branco. O autor explica ainda que a fobia é um medo irracional, pré- lógico, em relação a algum *objeto* real ou imaginado, pois “A fobia é uma neurose caracterizada pelo temor ansioso de um objeto (no sentido mais amplo de tudo o que é exterior ao indivíduo) ou, por extensão, de uma situação” (FANON, 2008: 136-137). “Ter a fobia do preto é ter medo do biológico. Pois o preto não passa do biológico. É um animal. Vive nu” (FANON, 2008: 143). O negro é corpo e, como corpo, com seu membro exageradamente avantajado, hiper sexualizado e o mais próximo possível dos impulsos naturais (ou animais) e primitivos (FANON, 2008: a14), desajusta o esquema corporal do branco(a). Tem-se aqui, explica Fanon, um misto masoquista de repulsa e desejo que explica por que a maioria dos linchamentos ocorridos na primeira metade do século XX nos Estados Unidos eram acompanhados pela extração literal dos pênis dos homens assassinados. Ao se referir a essas representações, Fanon chega dizer que elas se convertem em um desejo masoquista de auto- violação, expresso em homens brancos que procuram homens negros para manter relações sexuais com suas esposas ou em mulheres que afirmam que depois de ter “deitado” com um negro nunca mais teve prazer com outro “tipo” de homem. (FAUSTINO, 2015, p.69).

Ao estar inserido em um mundo em que o critério de humanidade e universalidade é branco, a única possibilidade que eu tenho de me “humanizar” ou ser reconhecido como humano é a via do “embranquecimento” é, portanto, vestindo as máscaras brancas. A verdadeira desalienação do negro, como anuncia Fanon, “implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais”. (FANON, 2008, p. 28)

Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco. Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2008, p.28)

Portanto, podemos entender assim que essa tomada de consciência deve ser pautada por uma análise que ultrapasse a dimensão meramente econômica da dominação. Sem uma identidade o negro tenta se fazer branco negando a si mesmo em busca do privilégio da sua existência social e da individualização.

Fanon traz uma provocação nos alertando para o risco da sedução da cultura dominante e chama-nos a atenção ao dizer que no processo de alienação a linguagem também tem um peso essencial, pois significa “empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de



uma civilização” (FANON, 2008, p. 33). Nesse sentido, nas entrelinhas, o autor aponta que “o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa”. (FANON, 2008, p. 34). Desse modo, o colonizado se vê obrigado a deixar sua cultura e sua própria língua de lado para adotar a linguagem do colono.

O autor descreve como jovens negros antilhanos ao emigrarem para a Europa e naquele contexto específico a França retornam de lá simbolicamente embranquecidos, transformados em franceses, dominando a sua língua e a sua cultura. O autor demonstra que o colonialismo não está baseado somente no poderio bélico e econômico das nações europeias, mas principalmente na diferença de raça:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34).

Além da experiência da língua há também uma mudança de personalidade que Fanon descreve do negro que conhece a metrópole e que se torna um “semideus”. O negro que já viveu na França quando retorna a sua terra volta radicalmente transformado. “Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta”, como se houvesse “realizado um ciclo”, como se houvesse “adicionado algo que lhe faltava”. Retornam, nos diz Fanon, “literalmente cheios de si”. (FANON, 2008, p. 35).

DJONGA E A “WHITE FACE”

O *rapper* mineiro Gustavo Pereira Marques, conhecido popularmente como Djonga, com 26 anos de idade cursou História na UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) e desistiu no último semestre para se dedicar à música, ao enxergar nela a arte a qual o faria sair de sua zona de conforto. Dessa maneira, ao ingressar no *rap* produziu quatro álbuns na carreira. A saber: “Heresia” (2017), “O menino que queria ser Deus” (2018), “Ladrão” (2019) e “Histórias da minha área” (2020) todos gravados em 13 de março dos seus respectivos anos de lançamento.

O MC surge como destaque no *rap* Nacional numa ascensão avassaladora sendo o primeiro e único *rapper* brasileiro a ser indicado em prêmio internacional de *hip-hop*. Com letras afiadas e vídeo clipes contundentes, demonstra em sua produção artística uma



descolonização interessante ao engajar-se em uma luta antirracista que visa desconstruir a cultura branca apropriadora e hegemônica, que se traduz europeia e ocidental instituída, que desloca e apaga o saber de outros povos, seja da cultura africana, sul-americana ou até mesmo indígena em uma espécie de organização em círculo e hierarquização vertical.

O que podemos perceber, de maneira preliminar, é que Djonga já se referia a Franz Fanon, quando em 2017, aceitou fazer uma participação em um videoclipe de um *rap*. Em um dos trechos da letra, o MC já sinalizava sobre seu saber teórico. A ver: “[...] Frantz Fanon que o diga/ Tira essa máscara branca [...]”. (WELL feat. DJONGA. *Muito bem feito*, 2017).

O rap enquanto gênero musical é um dos elementos constitutivos da cultura *hip-hop* e traz em seu corpo estético a ligação entre palavra e som, oriundo das comunidades periféricas. O som em forma de ritmo e poesia aponta para uma dimensão política latente, que reivindica uma postura cidadã de seu participante, promovendo um tipo específico de compromisso social com a coletividade que o cerca. O *rapper* representa assim a voz de minorias sociais, cercadas por uma realidade em que se destacam a pobreza, a violência e o racismo, apresentando-se como elemento de resistência às opressões, como descrito por Roberto Camargos:

A importância dessa cultura/música para os debates em torno da sociedade contemporânea está, em termos gerais, no fato de que parte considerável dela constitui meios de expressão associados às classes populares e, sob seu prisma (de pessoas comuns, de trabalhadores) ganha corpo uma intrigante interface entre história, cultura, sociedade, protesto social e vida cotidiana [...] uma importante via para adentrarmos no terreno dos conflitos, das tensões e do poder que opera desigualmente na vida social, conduzindo-nos a repensar os processos sócio- históricos no Brasil atual (que, não raro é visto, com pessimismo pelos *rappers*) e as contradições que os cercam, mesmo quando a difusão do *rap* está associada, em alguma medida, à indústria cultural (particularmente a do entretenimento) e, por isso, seja tachado de alienante. (CAMARGOS, 2015, p. 18).

Assim, ao termos a oportunidade de conhecer o saber literário do MC e sua desenvoltura artística torna-se pertinente para esse estudo o fomento a tal pesquisa, pois ajudando-nos a observar o modo como retrata essa construção identitária em suas composições e produções áudio visuais e de que forma se traduz a sua postura de enfrentamento crítico e de resistência no rap.

Na criação da cenografia interpretada pelo artista se faz um questionamento sobre o tratamento racial instilado ao ser colonizado “E se fosse ao contrário?”, o roteiro perpassa

a conduta de um jovem negro periférico vivendo duas vidas, uma de branco e uma de negro, desvelando como é diferente o tratamento da sociedade de acordo com cada.

Na análise a seguir, podemos visualizar como é contextualizada, de forma minuciosa, a produção sobre *Hat-Trick* e qual a aproximação com as concepções críticas de Frantz Fanon.

O rapper introduz na filmagem um homem negro com o rosto pintado de branco. Na cena, é possível perceber uma negação por parte do personagem de si mesmo desprezando assim suas origens e outros negros que o cerca. O personagem ignora e se recusa a dialogar com as pessoas daquele ambiente social, seja na periferia de onde sai ou mesmo até o seu destino, em uma espécie de negação, de recusa a conhecer ou, ao menos, abrir diálogo com pessoas como ele, enquanto age como branco para ser aceito por outros brancos.



Figura 2: primeiras cenas do clipe *Hat-Trick*: o desprezo aos negros.
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE
Acesso: 15 out. 2020

Em seguida, o personagem negro se direciona para uma reunião onde demonstra estar feliz, por estar dividindo o mesmo espaço apenas com pessoas brancas, como, se de fato, esse fosse o seu lugar de merecimento e, sobretudo o “pódio conquistado”.



Figura 3: cena do clipe *Hat-Trick*: a alegria com pessoas brancas.

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE

Acesso: 15 out. 2020

A partir desse momento, entra em cena Djonga que aparece no visual vestido com trajes de escravo com correntes nas mãos e com uma voz na cabeça do homem que tenta libertá-lo, ao mostrar o verdadeiro caminho a ser trilhado. Isso se concretiza quando o artista limpa o rosto branco do homem negro.



Figura 3: cena do clipe *Hat-Trick*: Djonga, uma voz descolonizadora.

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE

Acesso: 15 out. 2020

Nesse momento, o MC assume o controle da situação ao aparecer no vídeo clipe a desconstruir a alienação do personagem por meio de sua voz na música. O que decorre desse encenar é uma reviravolta de sentido, o que provoca uma grande mudança, fazendo-o assumir seus valores, origens e se tornando humilde, no qual se destaca a frase “Ou tu vai ser mais um preto que passou a vida em branco?”:

Dinheiro é bom
Melhor ainda é se orgulhar de como tu conquistou ele (é)
Aquelas coisas, né, o que se aprende no caminho importa mais do que a chegada
Isso te faz seguir real, igual um filme de terror na direção de Jordan Peele
Aquelas coisa, né, quem vai com muita sede ao pote, 'tá sempre queimando largada
É pra nós ter autonomia, não compre corrente, abra um negócio
Parece que eu 'to tirando, mas na real 'to te chamando pra ser sócio
Pensa bem, tira seus irmão da lama, sua coroa larga o trampo
Ou tu vai ser mais um preto que passou a vida em branco?
(DJONGA. *Hat-Trick*, 2019)



Figura 3: cena final do clipe *Hat-Trick*: o regresso as raízes.

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE

Acesso: 15 out. 2020

Portanto, podemos verificar que no vídeo clipe da música o enredo da produção artística do *rapper* aborda o impacto do branqueamento no inconsciente do negro, ou seja, um tipo de estranheza de sua própria condição que reflete no próprio afastamento de si, o que resulta em uma blindagem cognitiva para recusar os valores e as condições de vida da população negra. O resultado que processa disso faz com que o negro, que é socialmente dominado, subordinado e inferiorizado por uma concepção original de seu ser, de sua individualidade e do seu grupo social, seja obrigado a tomar o branco e sua cultura como “modelo padrão” de identidade para se incorporar ao seu modo de vida social, comportamental, econômico, etc.

Daí nasce a figura do “negro que deseja ser branco” e da necessidade de uma mudança nesse pensamento, ainda enraizado na nossa sociedade, que é responsável pela tentativa de destruição da identidade de povos oprimidos. O tal personagem claramente não



se sente orgulhoso de ser um negro, negando suas origens e tentando se aproximar dos brancos.

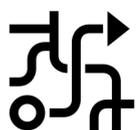
É interessante como Djonga reflete a alienação identitária do homem negro, assim especificada também na canção “O cara de óculos” do mais recente álbum “Histórias da minha área”. A ver “[...] O mano que critica fogo nos racista e é dos nosso, entende e vive, prova que nem o próprio preto tá pronto pra ver o preto livre [...]”. (DJONGA, *O cara de óculos*, 2020). Denota-se aqui que estar na zona do não ser, significa sobretudo um complexo traduzido em uma negação de seu comportamento e de sua cor. Nesse contexto, Fanon sinaliza:

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade. (FANON, 2008, p. 33).

Portanto, ao vasculharmos nas entrelinhas a perspectiva sobre o racismo e as formas de alienação do homem de cor a partir do olhar de Fanon e agenciamento do *rapper* verificamos a missão do despertar o resgate as raízes e a autonomia de “seu povo”, como dito na letra do rap “[...] Do alto do morro, rezam pela minha vida / Do alto do prédio pelo meu fim [...]”. (DJONGA, *Hat-Trick*, 2019). A metáfora está bem posta nesses versos, em que é o morro que protege o negro, em sua história, magia e união, enquanto os prédios, dos executivos, dos homens brancos, bem explicitados visualmente no clipe, somente desejam a morte desses corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizar o racismo enraizado na sociedade brasileira, o *rapper* e seu trabalho artístico mantém uma relação direta com o influente pensador francês Frantz Fanon e seus estudos sobre a psicopatologia da colonização. Ao trazer a pintura facial como uma espécie de máscara usada pelo protagonista do clipe, a crítica se torna mais do que presente. Oprimido, o personagem representa os entraves encontrados pelos negros para conseguirem se ver livres do lugar onde foram postos pela colonização. Daí nasce a figura do “negro que deseja ser branco”.



A produção audiovisual de Djonga chama a atenção pela simplicidade e a caracterização dos personagens. A criação do videoclipe *Hat-Trick* mantém essa regularidade. É modesto - sem megalomanias -, mas transmite as ideias do MC mineiro com objetividade. Segue conceitos básicos: a letra diz, o vídeo mostra.

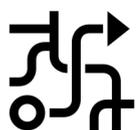
No argumento, Djonga explora o “preto de alma branca”, que nega suas origens e seus semelhantes para agradar a branquitude. Ao mesmo tempo que se sente livre, o negro está preso – é um escravo. A *white face* representa muito bem isso, sendo utilizada para causar desconforto. Inclusive, ele reitera algumas vezes a pergunta: e se fosse ao contrário?

De acordo com Franz Fanon, os comportamentos dos negros e colonizados são em suma o efeito de uma relação colonial cruel e desigual, desigualdade colonial essa que impõe e coloca o dominado em uma verdadeira situação física e psíquica neurótica que se traduz em opressão, insensibilidade, pavor e medo.

A fim de escapar dessa situação, Fanon faz-nos uma provocação ao sustentar que a solução não está em um discurso moral ou aquilo que se refira ao campo das ideias. Dessa forma, não é suficiente afirmar que o colonialismo, o racismo e seus efeitos são nefastos, rudes e ruins, é preciso tomar uma atitude concreta ao me investir da contra violência e sobretudo constatar-me enquanto sujeito alienado. Assim, ao reconhecer essa situação eu me desapego da cauterização e condicionamento mental em busca da emancipação e liberdade.

Desse modo, se depreende nesse contexto que se requer uma operação muito mais profunda que tem, para Fanon, uma relação com seu compromisso, sua militância de conhecimento e causa. Para ele, o homem precisa ser liberto de dentro para fora. Mas, como explica Fanon, as motivações para se desalienar são essencialmente diferentes se compararmos situações econômicas ou status social, como, por exemplo, o negro doutor em medicina e o negro que trabalha na construção do porto. O primeiro está alienado porque “concebe a cultura europeia como um meio para se desligar de sua raça”, o outro está alienado porque é “vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior”. (FANON, 2008, p. 185).

A solução para que o negro escape de seu complexo de inferioridade é ativar sua mente e seu inconsciente. A tomada de consciência é um primeiro passo que é fundamental e que significa muitas vezes para o negro deixar “cair as máscaras” que são as diferentes máscaras de imagens impostas pelo branco ou as máscaras da falsa imagem do branco que se dá o negro imitador. Deixar cair as máscaras e lutar.



Assim pudemos denotar através das leituras realizadas do clássico do autor que o primeiro passo para a liberdade é admitir a escravidão, o que nos torna não completamente livres, mas conscientes da escravidão, o que dá o primeiro poder de libertação porque o indivíduo é completamente escravo quando ele não reconhece que o seja, que o é. Quando ele diz: eu sou escravo, a cabeça dele começa a se libertar. A verdade liberta mesmo que seja a verdade que constata.

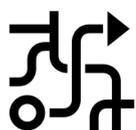
O indivíduo ou o sujeito não é liberto apenas quando fica livre de sua prisão mas ele começa a ser liberto quando constata o que o levou a esse aprisionamento, antes de ficar livre do processo de libertação, é necessário ficar livre num processo de constatação, pois se o sujeito não se constatar escravo e nem identificar as variedades de escravidões que o dominam não há possibilidade nem por onde começar a ser livre. Na alienação não existe libertação, por isso deve-se recorrer ao conhecimento, pois a liberdade pressupõe um conhecimento, portanto, um auto- conhecimento de si mesmo de que se é escravo. A partir disso abre-se os olhos e vive-se a libertação como tal, mas é preciso num segundo passo eu reconhecer minha libertação da escravidão, não tenho mais dívida, alguém pagou minha alforria.

Em 1952, ao revisar o texto de "Pele Negra, máscaras brancas" para a publicação, Fanon escrevera a seguinte frase:

Não levamos a ingenuidade até o ponto de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo homem possam mudar a realidade. Para o negro que trabalha nas carvoarias, plantações, construções, etc só há uma solução, a luta. E essa luta, ele a empreenderá e a conduzirá não após uma análise marxista ou idealista, mas porque, simplesmente, ele só poderá conceber sua existência através de um combate contra a exploração, a miséria e a fome. (FANON, 2008, p. 185).

A verdadeira desalienação do negro, como anuncia Fanon desde a introdução de "Pele negra, máscaras brancas", "implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais". (FANON, 2008, p. 28), por isso, não basta ao negro dizer que tem orgulho de ser negro. O autor entende que a negritude é um meio necessário para a emancipação do negro, mas não deve ser compreendida como um fim em si mesmo.

Para Fanon, a desalienação e a emancipação se dariam com a conquista da liberdade, uma conquista dura e violenta porque se a "liberdade lhes fosse dada, não haveria emancipação". A conquista da liberdade não depende apenas de uma inversão de comportamentos identitários e psicológicos, como, por exemplo, ao afirmar a superioridade do negro sobre o branco. Fanon o coloca da seguinte maneira: "Para nós, aquele que adora



aos negros está tão 'doente' quanto àquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco". (FANON, 2008, p. 26).

A única maneira de sair da dominação é destruir o sistema transformando suas bases, por isso, Fanon insiste, citando Marx, que "O problema não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo". (FANON, 2008, p. 33). E, o clipe *Hat-Trick* de Djonga, é um exemplo de como o negro pode se libertar, quando quebrar esse discurso no qual o branco, e todas as suas representações, deve ser um caminho a ser trilhado. A população negra não tem de usar máscaras brancas.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS, Roberto. *Rap e política. Percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FAUSTINO, Deivison Mendes. "*Por que Fanon? Por que agora?*": *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOCHI, Marcos Alexandre Bazeira. *Hip Hop brasileiro: tribo urbana ou movimento social*. São Paulo: FACOM, 2007. n. 17.

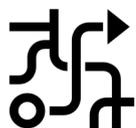
HERSCHMANN, Micael. O funk e o *Hip Hop* invadem a cena. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. Janeiro e São Paulo. In: *Análise Social*. Lisboa, 2009. n. 192. p. 605-634. Livro - Disponível em: <http://www.hotsitespetrobras.com.br> Acesso em: 16 ago. 2019.

LOUREIRO, Bráulio Roberto de Castro. *Arte, cultura e política na história do rap nacional*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, no 63, 2016.

MOURA, Beatriz. *Djonga, o menino que queria ser Deus*. mar./2018. Portal Vice. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/ywqaby/djonga-menino-queria-ser-deus-entrevista. Acesso em: 26 ago. 2019.

SÁ, Simone Pereira de. *Som de preto, de proibidão e tchutchucas: o Rio de Janeiro nas pistas do funk carioca*. In: CUNHA, Paulo; PRYTHON Ângela (Orgs.). *Ecos urbanos: a cidade e suas articulações midiáticas*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 228-247.

TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som; as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.



ZENI, Bruno. *O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva*. Estudos avançados, USP, n. 18, São Paulo, jan./abr. 2004. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 15 ago. 2019.

FONTES

DJONGA. Hat-Trick. In: DJONGA. *Ladrão*. São Paulo: Ceia Ent, 2019. Faixa 1. Spotify (4m19s).

_____. *Histórias da minha área*. São Paulo: Ceia Ent, 2020. Spotify (34m43s).

WELL MC (feat. Djonga). *Muito bem feito*. Minas Gerais: Estúdio RC 16, 2017. Spotify (4m17s).

Recebido em: 10/11/2020
Aprovado em: 05/12/2020

ENTRE O SUL E O NORTE DE MATO GROSSO: DOENÇAS, CONFLITOS E A EXCLUSÃO DA LIBERDADE (SÉCULOS XVIII E XIX)

*BETWEEN THE SOUTH AND THE NORTH OF MATO GROSSO: DISEASES,
CONFLICTS AND THE EXCLUSION OF FREEDOM (18TH AND 19TH CENTURIES)*

BORGES, Maria Celma*

<https://orcid.org/0000-0002-1282-956> 

SOUSA, Rafaely Zambianco Soares**

<https://orcid.org/0000-0003-3251-8384> 

RESUMO: Escravidão, conflitos e doenças estavam amalgamados pela vila de Sant'Anna do Paranahyba e também por outros rincões do sul e o norte de Mato Grosso no cenário do XIX. Frente a essa realidade, este texto parte de uma discussão breve do olhar dos viajantes para as doenças e insalubridades que acometiam as pessoas no Brasil Oitocentista, em particular, os escravizados, a fim de adentrar à Sant'Anna e apreender a correlação entre crimes, doenças e a escravidão. O diário de viagem "Derrotas", de Joaquim Francisco Lopes e de seu ajudante, João Henrique Heliott, ao narrar as incursões pelo sul do Mato Grosso na ocupação de vastas extensões de terras, no período de 1829 a 1857, a mando da Coroa e de interesses privados, traz evidências importantes para a análise dos conflitos e doenças vividos entre sertanistas e escravizados, assim como povos originários e pobres e livres pelos lugares por onde passavam. A obra "Inocência", de Taunay, por sua vez, traz-nos vestígios da doença e da escravidão por terras desta vila e nos indica de que modo as temáticas arroladas se correlacionavam. Partindo dessa localidade, recuamos ao século XVIII e chegamos à vila do Cuyabá, no norte, e a seus arredores. No trabalho com uma fonte de 1872, nos deparamos com a vida, a doença e a morte entrelaçadas, em Cuyabá, como a dizer que para os escravizados, principalmente, era muito difícil estabelecer a distinção e mesmo a escolha entre a vida e a morte.

Palavras-chave: Mato Grosso; Doenças; Conflitos; Escravidão.

ABSTRACT: Slavery, conflicts and diseases were amalgamated by the village of Sant'Anna do Paranahyba and also by other corners of the south and north of Mato Grosso in the XIX century scenario. Considering this reality, this text starts from a brief discussion of the travelers' view of the diseases and unhealthiness that affected people in 19th century Brazil, in particular, the enslaved, in order to enter Sant'Anna and learn the correlation between crimes, diseases and slavery. The travel diary "Derrotas", by Joaquim Francisco Lopes and his assistant, João Henrique Heliott, narrating the incursions into the south of Mato Grosso in the occupation of vast tracts of land, from 1829 to 1857, at the behest of the Crown and of private interests, brings important evidence for the analysis of conflicts and diseases experienced by sertanistas and enslaved people, as well as indigenous peoples and poor and free ones by the places where they passed. Taunay's work "Innocence", in its turn, brings us traces of disease and slavery in the lands of this village and shows us how the listed themes correlated. Departing from this location, we go back to the 18th century and arrive at the village of Cuyabá, in the north, and at its surroundings. In working with a source from 1872, we came across life, disease and death intertwined in Cuyabá, as if to say that for the enslaved, it was very difficult to establish the distinction and even the choice between life and death.

Keywords: Mato Grosso; Diseases; Conflicts; Slavery.

* Professora Titular do curso de História da UFMS/CPTL. E-mail: maria.borges@ufms.br.

** Graduada em História, CPTL/UFMS, Mestre em História pela UFGD, professora da rede estadual de ensino de MT. E-mail: rafaely_zss@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

“ninguém pode fiar-se na tal vila de Sant’Ana; é uma peste de febres”
(TAUNAY, 2002, p. 30).

No contexto do século XIX, a Vila de Sant’Anna do Paranahyba figurava nas memórias e relatos de viagens como “uma peste de febres”, um lugar em que não se poderia “fiar”. Essa imagem resume, de certo modo, o cenário de doenças comuns por aquelas terras, divisa com as províncias de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Escravidão e doenças estavam amalgamadas mostrando as intempéries que acoassavam a vida de homens e mulheres, indistintamente, pelos arraiais e vilas entre o sul e o norte de Mato Grosso. Se a condição fosse de escravizados¹, as moléstias poderiam ser ainda maiores, como vimos nos autos criminais. Morriam-se muitos, mas não somente escravizados.

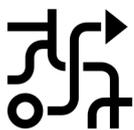
São estas histórias que desejamos contar, ao discutir as doenças² e a escravidão na Vila de Sant’Anna e pelas estradas e matas que a ligavam ao norte, à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Escravizados e senhores foram os personagens centrais ao tentarmos mapear as moléstias que os afligiam e as situações a que estavam sujeitos³. Mas outras pessoas adentraram a cena, como os povos originários e pobres e livres, por encontrarem-se imersos nesse mundo de doenças, semelhante ao que ocorria por outros rincões do Brasil. O foco do texto centrou-se nas doenças no século XIX, mas na discussão de uma das fontes o recuo ao XVIII se fez necessário, especialmente na análise da escravidão em Cuyabá, com ênfase também para os conflitos entre indígenas e escravizados.

Anterior à discussão do objeto específico é preciso apresentar algumas impressões dos viajantes pelo Brasil no século XIX, especialmente em relação às doenças e ao debate acerca do saber médico e o popular, a fim de apreender as imagens que se construía das práticas medicinais naqueles tempos em que a escravidão, ao menos até as últimas décadas da abolição, mantinha-se como estrutura basilar de toda a sociedade brasileira, inclusive de Mato Grosso.

¹ Optamos pelo termo “escravizado”, pois a escolha pelo léxico “escravo” remete à condição simbólica cativa como algo inerente ao ser e normatiza um racismo estrutural que permeia nossas construções semânticas. Para mais, ver: Harkot-de-la-Taille; Santos (2012).

² Para um debate das doenças como objeto da História, consultar: MONTEIRO; CARNEIRO (2012).

³ Para uma análise da escravidão no sul de Mato Grosso, algumas referências se fazem necessárias, como: Borges (2015); Brazil (2002); Camargo (2010); Moura (2008) e Silva (2020).



A seguir, na procura de indícios que apontassem para as doenças em Sant'Anna nos deparamos com dois autos criminais - um Sumário de Culpa e um Processo-crime⁴ - os quais tratavam, em meio à trama, da doença e das mortes de um escravizado e de um senhor. Os vestígios deixados por essas fontes propiciaram pensar os limites da justiça, o papel das “mesinhas”, tal como o poder do saber médico no *sertão*.

Nas narrativas de viagem, para a compreensão do que significava adentrar os *sertões* e neles viver as intempéries comuns ao meio, como as doenças a que estavam expostos cotidianamente, trabalhamos um diário de viagem escrito por Joaquim Francisco Lopes (2007) e seu ajudante, João Henrique Heliott, a fim de evidenciar o percurso desses sertanistas na ocupação e conquista do sul de Mato Grosso. Ao final do texto, retomamos ao século XVIII e início do XIX, discutindo as impressões de Joaquim da Costa Siqueira (1872) a respeito de Cuyabá, do período de 1789 a 1817, narrativa em que, após enfatizar os encontros e desencontros entre indígenas e negros escravizados, apontou vestígios da presença de cativos numa situação inusitada na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, onde o casal de negros fugidos, junto a seus filhos, retornara ao cativeiro devido uma doença que acometeu à escravizada.

ALGUMAS IMPRESSÕES DO OLHAR DOS VIAJANTES NO XIX: ENTRE DOENÇAS E A INSALUBRIDADE

Segundo Manthorne (1996), antes da vinda da família real para o Brasil, em 1808, os domínios portugueses no Novo Mundo eram praticamente fechados para estrangeiros e viajantes. Eram comuns as narrativas de religiosos e viajantes estrangeiros das terras da Colônia, desde o século XVI⁵, todavia a exploração científica se fortaleceu após a abertura dos portos brasileiros, quando naturalistas, artistas, outros estudiosos e demais viajantes adentraram o interior da colônia, junto ao movimento de “interiorização da metrópole” (DIAS, 1972), objetivando explorar, aventurar-se e adquirir novas experiências, mas especialmente fornecer informações do que a natureza poderia ofertar de interesses econômicos. Dava-se naquele contexto uma iconografia da natureza e, de certo modo, sem que se quisesse, também dos povos do Brasil.

⁴ Os processos-crime foram encontrados no acervo do Memorial da Justiça. Arquivo do Tribunal de Justiça, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

⁵ “Sobre essas narrativas destacamos os trabalhos como o de Gabriel Soares de Sousa (1851), Pero de Magalhães Gandavo (2008), Fernão Cardin (1925)”.



Quanto às doenças envolvendo o universo da escravidão ainda no Império, deve-se considerar que o tráfico negreiro, no comércio de homens e mulheres no Atlântico, de uma ponta a outra, por mais de três séculos e meio, constituído pela força e a violência, contribuiu fundamentalmente para a deterioração das condições de vida dos africanos na travessia e em terras do Brasil, em portos e mercados legais e clandestinos, ao levarmos em consideração que durante o deslocamento forçado de povos de diferentes etnias e em sua travessia havia também uma inevitável transição de doenças advindas da África e ainda da Europa⁶. Somavam-se a isto as condições adversas tanto no percurso da viagem quanto de imediato em solo brasileiro pelas doenças que acometiam toda a sorte de pessoas.

No contexto do XIX, as explorações pelo interior do país, que resultaram em contribuições científicas, agregaram-se aos conhecimentos dos viajantes naturalistas europeus e contribuíram para o processo de colonização dos lugares distantes do litoral brasileiro. Em “Inocência”, de Taunay (2002), encontramos o naturalista Meyer, um viajante estudioso, vindo da Alemanha, que coletava espécimes de nossa fauna, particularmente de insetos e borboletas pelo sertão mato-grossense, patrocinado pelo governo de seu país. Essas viagens evidenciavam o poder das nações que as financiavam para conhecer os recursos das terras americanas, em vista, nos parece, não do conhecimento e dos costumes das pessoas que nela habitavam e de seus saberes, mas da natureza, da flora e da fauna, e do que poderiam fornecer de interesses econômicos para a exploração. Também em vista de apreender a adaptação humana ao clima tropical.

Quanto aos relatos desses viajantes, as considerações de Certeau são fundamentais para entendermos que o espaço é um lugar praticado: “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço (...)”, as quais “de fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam” (CERTEAU, 1999, p. 200). Os relatos aqui considerados estiveram permeados de representações centradas mais na flora e na fauna do que nas pessoas, e assim o espaço construído pela narrativa de viagem (o lugar praticado) é um ambiente em que a natureza é central e cobre tudo, é onipresente, e o espaço destinado ao homem, nessa narrativa, é mínimo ou inexistente.

O olhar eurocêntrico centrou-se na natureza, não nas especificidades e costumes dos povos dessas terras. Daí a narrativa desses personagens, quando aparece, quase sempre pejorativa - e como negação da alteridade -, especialmente se direcionada aos negros, pobres

⁶ Quanto a este debate, consultar: Barbosa (2008); consultar ainda Kodama (2009).



e livres e indígenas. A eugenia imperava no cenário de fins do XIX e buscava legitimar a interpretação da inferioridade da “raça tropical”.

Ao narrar as viagens de Alphone Rendu ao Brasil, no XIX, Morais contribuiu para a compreensão deste debate. Rendu era um médico francês que, ao se deslocar para o novo continente, viria com objetivos similares a muitos viajantes e estudiosos europeus: conhecer o meio ambiente local, as doenças e os costumes de outros povos, a fim de entender a adaptação humana aos climas quentes, entre outros interesses. Os homens que viajavam para outras terras distantes da Europa “acreditavam na ideia de que o clima quente e úmido era extremamente prejudicial à saúde física e moral do homem europeu” (MORAIS, 2013, p.38).

Em suas considerações finais Morais destacou que: “As viagens científicas contribuíram para a obtenção de informações sobre as doenças e os costumes dos povos, e também para a coleta de espécies animais e vegetais”. Isto resultou “no avanço de diversos ramos das técnicas e das ciências, entre as quais o estudo sobre o aclimatamento humano”. Ainda nessas considerações, ressaltou que o discurso de Rendu desnudou: “a construção de estereótipos étnicos e raciais que se apoiavam sob argumentos sanitários. A dita ‘raça tropical’, seus costumes, suas doenças, a especificidade do clima e da topografia dos trópicos foi colocada sob o signo da insalubridade” (MORAIS, 2013, p.53-54).

Magalhães, ao discutir as práticas medicinais e os saberes populares que vigoraram no contexto do século XIX no Brasil, observou que:

[...] era o tempo das maravilhas curativas, do purgante de Leroy aplicado contra pneumonia, desintéria, hidropisia e envenenamento. Também ‘era a época do *purgare et sanare*, das mezinhas, do chá de melissa, ou erva-cidreira, de losna, da flor de laranjeira ou de sabugueiro, da folha de goiaba ou de quebra-pedra’, e dos almanaques de medicina doméstica (MAGALHÃES, 2004, p.195-196).

Segundo esta autora, esses saberes que advinham das culturas africanas, indígenas e portuguesas foram chamados de “medicina popular”, no século XX, por Câmara Cascudo (MAGALHÃES, 2004, p.197). Vale lembrar também que a homeopatia passava a ser vista como uma ciência bastante valorizada nas últimas décadas do XIX. Alencastro, ao apresentar a obra “História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional”, discutiu a vida e a ordem privada no Império e chamou a atenção para a mudança de paradigmas em relação à saúde naquele momento histórico. Conforme o autor:

[...] a homeopatia incorpora, como se verá em seguida, práticas da medicina afro-brasileira e da fitoterapia indígena. Médicos homeopatas interessam-se



por curas obtidas mediante sonambulismo e o magnetismo, abrindo a via ao Kardecismo, enquanto os positivistas fazem propaganda da homeopatia (ALENCASTRO, 1997, p.44).

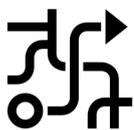
No século XX, a institucionalização da medicina no Brasil, conforme Magalhães, “[...] significou romper com longos séculos nos quais vigorava o atendimento médico feito por curandeiros, herbalistas, seguidores dos conhecimentos empíricos dos indígenas africanos e jesuítas, ou por práticos pertencentes aos segmentos inferiores da sociedade” (2004, p.199). Mesmo que questionemos a expressão “segmentos inferiores”, as contribuições da autora são importantes para entendermos que a experiência empírica fazia-se fundamental naquele momento histórico.

Por mais que houvesse o lugar para a homeopatia no Brasil do XIX - diferentemente do que ocorreria no século seguinte - nos rincões de Mato Grosso, do norte ao sul, tais práticas não eram vistas com bons olhos pelo saber médico institucionalizado, como é possível depreender do trabalho com as fontes. Entretanto, ela era bem mais comum e usada como medida de profilaxia de forma contumaz se comparada com o acesso a tratamentos médicos. Podemos dizer que o uso de “mesinhas” era o modo possível de viver, ou melhor, sobreviver, num espaço marcado por moléstias.

EM SANT’ ANNA DO PARANAHYBA: CRIMES, DOENÇAS E ESCRAVIDÃO

Para a reflexão proposta neste texto, vimos a necessidade de observar o recorte temporal e um breve histórico de Sant’Anna do Paranahyba, que principia pela discussão da chegada dos colonizadores, vindos do triângulo mineiro, nas primeiras décadas do século XIX, para o leste e sul de Mato Grosso, os quais traziam consigo escravizados, camaradas, e ainda gado, porcos e instrumentos de trabalho que poderiam ser úteis para enfrentar o “desconhecido”.

De acordo com Camargo, a ocupação das terras nessa localidade e a formação de Sant’ Anna do Paranahyba deram-se, inicialmente, pela trajetória dos mineiros de sobrenome “Garcia Leal” – José, João, Joaquim e Januário – partindo da fazenda Monte Alto, em Minas Gerais, no ano de 1828, “[...] os quais numa verdadeira corrente migratória perscrutaram os sertões, singraram rios e alcançaram a região de Santana de Paranaíba”. Observa ainda que: “Juntamente com familiares, camaradas e trabalhadores escravizados, conduziram gado, aviamentos e ferramentas, para a empreitada de ocupação e colonização” (CAMARGO, 2010, p.68).



Lucídio narrou que não fora fácil estabelecer-se nessa localidade, haja vista o fato de esta ação não contar com somente um homem, mas com muitos, somando-se a falta de estrutura para que ali pudessem se fixar. A intenção da “conquista” era a de constituição de grandes propriedades, pela formação de invernadas, mas junto à pecuária, “principal produto fornecedor de capitais para as trocas comerciais”, fazia-se necessária a produção de alimentos, como destaca este autor: “A agricultura era o elemento capaz de prover o sustento orgânico das famílias, cujos excedentes poderiam ser comercializados (LUCIDIO, 1993, p.103).

Em 19 de abril de 1838, o povoado de Sant’Anna do Paranyhyba era elevado a distrito, subordinado a Cuyabá, capital da Província. Em 13 de agosto daquele ano, o delegado da freguesia, José Garcia Leal, recebia a resposta do vice-presidente da Província de Mato Grosso, José da Silva Guimarães, quanto à solicitação da criação de uma escola elementar de primeiras letras na localidade. O vice-presidente observou que: “o delegado tem sido solícito e zeloso em promover o bem estar, aumento, cultura e prosperidade dos habitantes desse lugar” (MATO GROSSO, 1838-1839).

Segundo Silva, a ocupação das terras de Mato Grosso foi impulsionada, primeiramente pela mineração no século XVIII, e no XIX, para o sul de Mato Grosso, deslocaram-se não somente colonizadores frustrados com a mineração e paulistas, mas ainda muitos outros sujeitos. Migrantes, conforme a autora, que imbuídos de suas estruturas políticas e sociais, juntando-se aos camaradas, agregados e trabalhadores escravizados que os acompanharam e os povos originários que já habitavam as redondezas, especialmente da etnia Cayapó, constituíram o cenário social de Sant’Anna do Paranyhyba (SILVA, 2020).

É importante entendermos essa localidade, pois foi a partir dela que seguiriam as primeiras incursões para o sul de Mato Grosso, contadas, em pormenores, em “Derrotas” (LOPES, 2007). Em seu interior e arredores pululavam as “moléstias”, como narrou Taunay em “Inocência” (2002), bem como em “Viagem de Regresso de Matto Grosso à Corte” (1969).

As condições de saúde da população de Sant’Anna do Paranyhyba são expostas por esse viajante, nos fazendo entender que a Vila fora apresentada por ele, conforme Silva, como: “ao mesmo tempo idílica e decadente, contraste que a torna pitoresca”. Esta autora assinala ainda que, no texto “Viagem de Regresso de Mato Grosso à Corte”: “[...], a exuberância dos laranjais em seus ‘auríferos pomos’ e ‘cândidas flores’ opõe-se às ‘miseras casinholas’, ao silêncio da vila abandonada em razão das febres e ao aspecto pouco saudável



de seus moradores” (2020, p.58). Nas palavras de Taunay encontramos esta descrição de Sant’Anna:

Transpondo um corregozinho e subindo uma ladeira onde há míseras casinholas, chega-se á principal rua da povoação, outrora florescente núcleo de população, hoje dizimada das febres intermitentes, oriundas das enchentes do Paranahyba, ou pelo menos já estigmatizada d’esse mal, o que quer dizer o mesmo, visto como os moradores que de lá fugiram, não voltam mais. 800 habitantes mais ou menos, 3 ou 4 bem alinhadas, uma matriz em construção, há muitos lustros, o tipo melancólico d’uma vila em decadência, o silêncio por todos os lados, crianças anêmicas, mulheres descoradas, homens desalentados, eis a Vila de Sant’ Anna, ponto controverso entre as províncias de Goyas e de Mato Grosso, pretendendo esta a posse por tê-la fundado e aquela por ter-lhe dado os meios de vida, enviando-lhe a pedido dos moradores, o mestre escola, o pároco e outras autoridades (1969, p.29)

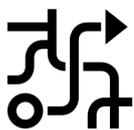
Também foi sobre esta vila que os autos criminais trataram, contando da morte do escravizado Sebastião e da vida e morte de um senhor de terras e de gente, José Martins Pereira, oriundas, conforme as sentenças, não do assassinio de Sebastião, por seu senhor, ou do erro médico sentenciando à morte o fazendeiro, mas de doenças que infestavam o lugar e seus moradores.

Na perspectiva da análise da doença e dos escravizados em Sant’ Anna encontramos alguns vestígios nos Livros de Classificação de Escravos (MATO GROSSO DO SUL, 1874). Esta fonte resultou da exigência da Lei Rio Branco, de 1871, que criava o fundo emancipador para a compra de alforrias, entre outras medidas emancipacionistas. Ao analisar esta documentação, Camargo destacou que a partir desse momento os proprietários:

[...] Deviam registrar seus cativos nas juntas de classificação dando informações sobre cada cativo que possuíam, em que muitos escravizadores registravam escravos doentes, incapacitados para o trabalho. Por sua vez, os mais saudáveis, capazes de serviço na lavoura, eram excluídos dos benefícios da lei. Justificava-se tal atitude pelo interesse que os proprietários tinham em manter, atado à sua lavoura, os escravos mais aptos e saudáveis (2010, p.172).

Ou seja, no caso dos escravizados, aqueles acometidos por algum tipo de doença tinham uma “chance” maior de se tornarem forros, devido ao fato de estarem “debilitados” e não poderem mais desenvolver os trabalhos para os quais eram requeridos. Já os cativos em boas condições físicas não se tornariam forros com tanta facilidade, já que os senhores dificilmente abririam mão de seus serviços.

Homens e mulheres escravizados eram alvos de muitas doenças devido fadigas e privações próprias da sua condição, acrescidas das intempéries nas viagens pelas incursões



aos *sertões* mato-grossenses. Enfermidades também poderiam ser adquiridas em vista de conflitos com povos originários, a escassez de alimentos, os ataques de animais, as condições climáticas, entre outros. Os autos criminais e, posteriormente, os relatos de viagem e memórias, contribuem para compreendermos este cenário, indicando-nos possibilidades de correlação entre a doença e a escravidão⁷.

Dois autos criminais, instaurados em Sant'Anna do Paranahyba nos anos de 1862 e 1878, nos fornecem algumas informações de doenças nessa localidade e a respeito de mesinhas, remédios caseiros que foram utilizados para tentar saná-las, o que talvez tenha derivado na morte dos enfermos, como sugeriram as fontes. O primeiro, um Sumário de Culpa⁸, tratou da morte do cativo Sebastião. O segundo processo não envolvia diretamente escravizados, mas um senhor de escravos. Os dados de ambos dão indícios das condições de saúde e de doenças vividas em Sant'Anna, do contexto social, afora outras informações nem sempre explícitas em documentos de outra natureza.

Por isso, fez-se necessário indagarmos a respeito da escrita e do foco de abordagem do escrivão, tal como do libelo do promotor. Observar ainda quais as cláusulas do processo, como se desenrolaram as falas das testemunhas, dos acusados e demais envolvidos, quais os “não ditos” nas entrelinhas da trama, entre outras informações, como: ano, referência às profissões, posses, naturalidade, se era livre ou escravo, idade. Dados que possibilitaram acompanhar parte das trajetórias dos indivíduos e conhecer lugares como: nomes de fazendas, sítios, rios, lugares de passagem, condições de vida e de saúde. Ou seja, pelas fontes criminais foi possível esquadrihar estas informações na tentativa de encontrar pistas a respeito das doenças e da escravidão por essa localidade.

O primeiro auto criminal (MATO GROSSO DO SUL, 1862) refere-se à morte de Sebastião, denunciada como derivada das chibatadas que lhe dera seu senhor devido acusação de “roubo de um colar de ouro”. A acusação de assassinato do escravo pelo senhor, feita pela Promotoria, foi explícita logo nas primeiras páginas da denúncia. Todavia, no decurso do processo, uma das testemunhas sugeriu que a morte poderia ter sido pelo uso indevido de mesinhas. O Sumário foi instaurado em 1862. Nele, o fazendeiro Isaias Joaquim Guimarães apareceu como suspeito de ser o responsável pela morte do escravo Sebastião.

⁷ Quanto às doenças vividas ou presenciadas por esses viajantes e sertanistas, sua comitiva e familiares na Vila de Sant'Anna do Paranahyba e pelos arredores, caminhos e casebres, do sul ao norte de Mato Grosso, podemos citar: sezões (febres), mal-de-engasgo, bócio (tireoidite), chagas, epilepsia, pestes de carrapato, maleita, sarnas, feridas bravas, dor de cabeça, bronquite, hidropesia (retenção de urina), hipoemia intertropical (ancilostomíase ou popularmente “amarelão”), impaludismo (o mesmo que malária), lepra, entre outras.

⁸ O Sumário do Culpa constitui-se como a parte inicial da investigação, anterior à instauração do processo propriamente dito.



No ofício emitido pelo chefe de Polícia, Jesuino de Souza Martins, encaminhado à Promotoria de Sant' Anna, solicitava-se a investigação do caso. O relato de parte das testemunhas arroladas possibilitou entender uma trama histórica carregada de violência e de parcialidade da justiça.

Uma das testemunhas, ao ter sido indagada se sabia da morte desse escravo, respondeu que “sabia por ouvir dizer que o escravo Sebastião falecera dos açoites que lhe mandara dar Isaias Joaquim Guimarães”⁹. A história que se desenrolou apresenta os limites da afirmativa das relações harmoniosas entre senhores e negros escravizados nessa Província. Isto nos leva a compreender que não é possível afirmar a harmonia no desnudar da violência, ou seja, o assassinio do escravo pelo senhor. Todavia, a fonte tornou-se interessante para observamos a solicitação de instauração de uma investigação para apurar esse caso, “ainda que o parecer do juiz municipal tenha sido o de não aceitar a denúncia baseando-se no fato de que não teve testemunhas que pudessem afirmar ser verdade, sem ser “por ouviu dizer” (BORGES, 2015, p. 197).

Em março de 1862 foram arroladas cinco testemunhas, dentre elas, proprietários de escravos, como o reverendo Francisco de Sales de Souza Fleury, Manoel Ferreira Dias, negociante; Alferes Antonio Franco de Souza, negociante; Francisco Anselmo Brito, negociante e Lucas Antonio da Silva, lavrador. Escravos não foram chamados como informantes, dando a entender, pelos ofícios enunciados, quem detinha o poder da palavra.

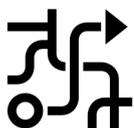
A primeira testemunha, o reverendo Fleury, de 58 anos, morador de Sant'Anna do Parahyba, nascido em Itabira, Minas Gerais, ao ser indagado do caso respondeu que “sabia por ouvir dizer que o dito escravo faleceu dos mencionados açoites e que indo ele testemunha confessá-lo e ungido [...] e que sabe por ouvir dizer que quem mandou açoitá-lo fora Isaias Joaquim Guimarães e que nada mais sabe e sem eu perguntá-lo deu se por findo [...]”¹⁰.

Manoel Ferreira Dias, 42 anos, negociante, casado, morador na Vila de Sant'Anna e natural da Província de Minas foi a segunda testemunha e:

[...] respondeu que sabia por ouvir dizer que o escravo Sebastião falecera dos açoites que lhe mandara dar Isaias Joaquim Guimarães: Sendo lhe mais perguntado se sabia com instrumento foram dados uso o açoite, informou que ouviu dizer que foi dado com laço, sendo-lhe mais perguntado se sabia qual motivo pelo qual havia mandado castigar, respondeu que ouviu dizer que foi pelo roubo que [...] o escravo Sebastião ai furtara de um colar de ouro.

⁹ MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 2.

¹⁰ MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 2.



E por nada mais ser perguntado deu-se por findo este depoimento (MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 4).

A terceira testemunha, o alferes Antonio Franco de Sousa, de 38 anos, negociante, casado, também morador em Sant'Anna do Paranayba, nascido na Província de S. Paulo “em costume disse nada, perguntado se sabia do que tinha falecido o escravo, respondeu ter sido por açoite”¹¹.

Francisco Anselmo Brito, 48 anos, empregado público, casado, morador em Sant'Anna, e oriundo de São Gonçalo, Província de Minas Gerais, quarta testemunha no processo constou que não sabia se o escravo Sebastião havia falecido dos açoites ou de algum remédio que tomou: “[...] visto que o dito escravo se achava em uso de remédios por causa de outras enfermidades, e sendo-lhe mais perguntado se sabia qual o motivo porque fora castigado e com que instrumentos, respondeu que ouviu dizer que fora castigado com um laço, por causa do roubo de um colar de ouro”¹².

Lucas Antonio da Silva, de 58 anos, foi a quinta testemunha. Lavrador, viúvo, morador na Vila de Sant'Anna do Paranahyba, natural de Minas, ao ser indagado se sabia que tinha falecido o escravo Sebastião e por qual motivo disse que: “ouviu dizer que fora castigado com um laço por causa do roubo de um colar de ouro”¹³. Vale observar que quase todas as testemunhas deste caso reafirmaram “saber por ouvir dizer” que a morte do escravo Sebastião decorrera de “açoites” dados pelo senhor devido ao “roubo de um colar de ouro”. Afora a quarta testemunha que levantou indagações quanto ao real motivador da morte, ou seja, não sabia dizer se fora pelos açoites ou “algum remédio usado que tomou visto que o escravo se achava em uso de remédios por causa de outras enfermidades”, as outras falas foram muito similares.

A expressão “ouvir dizer” indica o temor das testemunhas em assumir o conhecimento do caso, talvez por envolver um senhor de terras e de escravos. Se “ouvirem dizer” quer dizer então que não sabiam ou não queriam saber de fato o ocorrido, e isto contribui para inocentar ao senhor. Em vista disso, possivelmente o fazendeiro tenha sido liberado sem ao menos ser ouvido. Revela-se aí para que lado pendia a balança da justiça. O ofício emitido pela Justiça pública visando a apuração dos fatos foi considerado improcedente pelo juiz municipal, Joaquim de Oliveira Simões, por entender que:

¹¹ MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 5.

¹² MATO GROSSO DO SUL, 1862, p.5.

¹³ MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 6.



[...] sendo a parte oficial que o delito fora público, todas as testemunhas depuseram vagamente de ouvir dizer; vê-se mais ainda pelo depoimento da terceira e quinta testemunhas que duvidavam ainda mesmo de ouvir dizer o motivo da morte do escravo, enfim [...] de que o escravo se achava enfermo e em uso de remédios e que o instrumento com que fora castigado não produzia a morte [...] Sob estes fundamentos o hei despronunciado (MATO GROSSO DO SUL, 1862, p. 8).

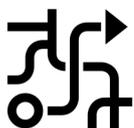
Nesse cenário, questionamos se seria realmente o uso de “remédios” para a cura de alguma doença que lhe imputara a morte, como sugeriu o juiz, ou se a doença serviu como luva para justificar a violência da escravidão. O parecer do juiz foi bastante tendencioso na medida em que confundiu até mesmo as informações das testemunhas, já que não foi a terceira e nem a quinta testemunha e sim a quarta a levantar a indagação quanto ao real motivo da morte, sugerindo ter sido talvez pelo uso de remédios.

Em agosto de 1862, cinco meses após ser instaurado foi dado o veredicto de absolvição do acusado, sem ao menos o fazendeiro ter sido interrogado, o que sugere a rapidez na resolução do caso. Foi reveladora a parcialidade da justiça, na medida em que tratava de julgar um proprietário de terras e de escravos tendo como vítima o escravizado Sebastião.

Doze anos após este acontecimento, em 1874, Izaias Joaquim de Guimarães apareceu no Livro de Classificação de Escravos para Fundos de Emancipação de Sant’Anna do Paranahyba, com a informação de que tinha quatro escravos, o que revela ter sido um senhor de não tão poucos escravizados para o contexto de Sant’Anna. Afora ele, entre os cinquenta e oito senhores de escravos arrolados, apenas outros sete possuíam mais escravos, sendo o maior proprietário aquele que detinha dez pessoas. (Apud MOURA, 2008, p. 404-411)

O segundo processo (MATO GROSSO DO SUL, 1878) parece não se correlacionar à problemática específica do texto, todavia, ao tratar de um fato que envolvia um senhor de gente e de terras, numa localidade de senhores de poucos cativos, talvez a fonte nos traga indícios de uma trama maior. Este processo refere-se à doença e à morte, em Sant’Anna, de um senhor de terras e escravos, e nos revela parte da história envolvendo Thomas José Martins, médico, acusado de levar a óbito José Martins Ferreira, conhecido como José Gabriel, acometido de epilepsia desde a infância.

O processo criminal nos conta que no dia 8 de Março de 1878 morreu José Martins Pereira, em Sant’Anna. A acusação era a de que Thomas José Martins, médico, matou a vítima por envenenamento. Tal afirmativa derivava do fato de que, conforme a denúncia, José Gabriel teria vindo de sua fazenda para a Vila em bom estado de saúde e o tratamento



resumia-se a tomar os remédios prescritos e seguir a dieta. Porém, os medicamentos não estavam apresentando o efeito desejado, já que o enfermo, nos termos do processo, ficara com “febre, evacuações contínuas, dor no aparelho digestivo, soluços, ansiedade, delírio, tosse, língua denegrida, perda da fala, prostração”, chegando ao óbito e, conforme as testemunhas, a vítima sofria de epilepsia desde a infância. Tinha ataques esporádicos, mas nada tão graves como o que ocorrera após “a ingestão do medicamento”. Os relatos disseram que “vivia em bom estado de saúde e havia intervalo entre seus ataques”¹⁴.

No dia 12 daquele mês foi expedido pelo delegado de polícia, Bento José Gomes, um mandado solicitando que as três primeiras testemunhas comparecessem na manhã seguinte, às 8 horas, na Comarca Municipal para deporem, sendo elas: Antonio Branco de Oliveira, de 45 anos, casado, negociante e natural da Província de São Paulo; Marcelina Theresa de Jesus, 27 anos, casada, natural e moradora da vila de Sant’Anna e Manoel Pereira Dias, 56 anos, casado, empregado público, natural da Província de Minas Gerais.

As duas primeiras testemunhas atestaram que não sabiam ao certo se a vítima morreu devido envenenamento pelo uso de medicamentos oferecidos pelo médico réu do processo, mas sabiam que se tratava de uma enfermidade da vítima¹⁵. A terceira testemunha, Manoel Pereira Dias, sabia que a vítima se tratava com o réu, todavia, não sabia dizer se a moléstia não cedia aos medicamentos ou se apareceu nova enfermidade, na medida em que o seu estado deteriorava, vindo a falecer de vinte a trinta dias após ter se encaminhado para o segundo tratamento com o Reverendo Vigário Salles¹⁶.

No início do mês de abril de 1880 foram chamadas novas testemunhas. João Antonio da Silva, de 54 anos, negociante, casado, natural da Província de Minas, foi o primeiro a depor, afirmando que “[...] Sabia que José Gabriel achava doente nesta Villa, e que foi medicado pelo acusado, pelo Reverendo Vigário Fleury e pelo farmaceutico Albino Latta...”¹⁷.

A segunda testemunha, Joaquim Pereira Dias, de 25 anos e natural da vila de Sant’Anna, também “ouviu falar” que o Vigário Fleury, o mesmo que aparecera como testemunha no primeiro processo criminal analisado, dava remédios ao falecido depois que o médico acusado, Thomas, deixara de dar. Já para Manoel Pereira Dias, 60 anos, natural de Minas Gerais, terceira testemunha, a vítima começou a ser tratada por Thomas, todavia

¹⁴ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 2-3.

¹⁵ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 11, 12.

¹⁶ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 13,

¹⁷ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 19.



como a moléstia não cedia aos medicamentos passou a ser tratado pelo Reverendo Vigário Salles Fleury, cujo tratamento durou 34 dias. Por isso, acreditava que a vítima faleceu da enfermidade e não do tratamento.

A quarta testemunha, Galdino Ferreira de Sousa, de 40 anos, solteiro e natural de Minas Gerais, contou que Thomas lhe disse não dar remédios “há cinco dias ao enfermo”, e depois desta conversa demorou dias até este último morrer¹⁸. Lucas Antunes da Silva, 46 anos, empregado público, casado, natural da Província de Minas Gerais foi a quinta testemunha do processo, e depôs o mesmo que a terceira testemunha¹⁹. Por fim, para esta última testemunha, Antonio Pereira dos Santos, 49 anos, fazendeiro, casado e natural de Minas Gerais, a moléstia agravou-se após o início do tratamento feito com Thomas, quando fora perceptível, conforme Antonio, que a vítima “passou a enfraquecer tanto que não pode mais levantar da cama até morrer”²⁰. Esta mesma testemunha também reafirmou a participação do vigário na tentativa de medicar o doente, porém, José já se achava em tão mal estado que não mais falava. Por isso, para ele, José morreu por causa dos remédios mal aplicados ou pela dieta imposta pelo médico, mas o “envenenamento” não fora de propósito.

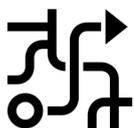
Em seu parecer, o juiz concluiu que, como as testemunhas não depuseram contra o denunciado, o médico Thomas, dava-se então a despronúncia findando o processo. A questão central fora se a morte resultou da ingestão de substâncias venenosas, dadas pelo médico, pelo vigário ou pelo farmacêutico, as quais “destruíram completamente seus órgãos intestinais”, como constou na denúncia do corpo de delito. Todavia, no desenrolar da trama não chegaram a esta conclusão. Ainda assim, uma das testemunhas também sugeriu que talvez a moléstia não tenha cedido ao medicamento fazendo com que aparecesse nova enfermidade.

Sobre o tratamento dado pelo vigário é interessante indagarmos porque lhe coube cuidar do corpo do paciente, medicando-o, e não somente da alma, o que se esperaria de um membro de uma ordem religiosa. Sabemos que, no século XIX, era grande a dificuldade de atendimento médico às enfermidades devido à escassez de pessoas formadas para a prática da medicina. Pela falta de assistência médica especializada, mesmo aqueles que possuíam bens materiais recorriam ao auxílio de religiosos, quando este outro não surtia efeito ou mesmo paralelamente, como é o caso analisado.

¹⁸ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 24.

¹⁹ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 25.

²⁰ MATO GROSSO DO SUL, 1878, p. 26.



Recorrer ao saber popular no uso de ervas era uma prática comum no período, já que havia falta de profissionais médicos em praticamente todos os lugares, e especialmente nas regiões interioranas do país, fazendo com que muitos religiosos exercessem a arte de curar. Por sua formação e, em vista disso, pelo acesso à leitura especializada, esses religiosos poderiam obter instruções médicas no acesso a periódicos versando sobre plantas para a composição de mesinhas, entre outras indicações. É o caso do personagem Cirino, de “Inocência” (2002), boticário, que não concluiu o curso de medicina, no entanto possuía conhecimentos derivados de seu trabalho, tendo em mãos o livro Chernoviz²¹, bastante utilizado no período, pois descrevia moléstias e indicava tratamentos.

Em relação ao processo, não temos respostas para saber quem ou o que causou a morte de José Gabriel: se fora responsabilidade do médico que o acompanhava no tratamento de sua doença; do vigário por ter aplicado “mesinhas”; ou ainda do farmacêutico, como sinalizou uma das testemunhas. Talvez até mesmo uma nova enfermidade, como sugerira também outro depoente. Mas é interessante pensar que no século XIX deram-se conflitos entre o saber médico acadêmico e o popular. O saber popular no conhecimento das plantas que a natureza oferecia era algo mais palpável e possível à parte significativa da população, mas questionado pelo saber médico, que mesmo diante de suas fragilidades se impunha como a última palavra, a exemplo do resultado da sentença do processo.

A fonte analisada a seguir colaborará para compreendermos parte desta sociedade Oitocentista em que, como narramos anteriormente, um senhor foi acusado pela morte de um escravizado, e um médico pela morte de um fazendeiro. Em “Derrotas” (2007) poderemos entender um pouco melhor as adversidades vivenciadas pelos caminhos das incursões, especialmente as doenças vividas pelos vários personagens nas estradas, vilas e casebres por onde pousavam ou mesmo onde fixavam residência, como no caso da família e de cativos de Joaquim Francisco Lopes.

“DERROTAS” PELOS “SERTÕES” DO SUL DE MATO GROSSO: ENTRE DOENÇAS E CONFLITOS

Nas memórias de Joaquim Francisco Lopes e de João Henrique Heliott, seu ajudante, intitulada “Derrotas” (2007), é possível acompanhar os caminhos percorridos por esses sertanistas, pelo sul de Mato Grosso, em incursões, junto a indígenas, escravizados e

²¹ Sobre o uso de Manuais de Medicina Popular que contribuíram para a instrução acadêmica de inúmeros praticantes leigos da medicina (GUIMARÃES, 2005).



pobres e livres, no processo de conquista e usurpação das terras, principalmente dos povos originários, em nome do Império e, mais tarde, em nome do Barão de Antonina. Tais viagens deram-se entre os anos de 1829 a 1857. As doenças encontradas e também vividas pelos caminhos e pousos envolvendo a comitiva, bem como familiares de Lopes, demonstraram parte desta história que vimos tentando contar. Uma história marcada por intempéries e conflitos envolvendo vários personagens.

O sul de Mato Grosso figura, costumeiramente, nestes relatos como confins desabitados de “civilização”, mas bem sabemos que prenes de “gentios”, como se evidenciou na obra. Em meio aos *sertões*, procuramos encontrar os vestígios das doenças, assim como às ações dos escravizados, o que não foi uma tarefa fácil, por serem poucas as referências e não encontrarmos seus nomes, pois quase sempre denominados de “africanos”.

Um dos indícios deu-se na quarta “Derrota”, momento em que Helliott relatou a dificuldade na composição da expedição, pois em vista de conflitos na viagem resultando em mortes, fugas e doença, de “doze índios e quatro africanos para remeiros”, afora “oito praças” e demais camaradas, restaram o “comandante, piloto, dois camaradas, sete índios, três africanos, oito praças de primeira linha, e um cadete” (2007, p.117). Dos quatro que iniciaram a viagem, três africanos acompanharam então esta incursão, como narra Helliott. Eram esses cativos, na maior parte das vezes, que carregavam mantimentos, cargas, abriam picadas, mas muitos também fugiam de seus senhores, e entravam pelas matas e cerrados a caminho da liberdade. Acerca das doenças que acometiam a todos, encontramos um trecho da obra em que Lopes contou do escravo Lourenço que ficou para trás, impedido de prosseguir viagem por “crescer muito a barriga e não poder andar”:

Em novembro chegou meu mano Gabriel, e três índios caiapós, embarcados, enviados pelo referido Garcia, trazer-me farinha e ver o estado em que eu me achava; e com efeito me via nos maiores apertos possível; o escravo Lourenço, doente, crescendo muito a barriga e não podia andar, participei ao dito e entreguei o escravo a meu mano e conduziu para o Monte Alto (2007, p.19).

Nessas expedições, os sertanistas contavam com o auxílio de saberes da vida no cerrado, principalmente dos índios Cayapó que habitavam grande extensão de terras entre o norte e o sul de Mato Grosso. Parte desses povos que ali permaneceu vivenciava o processo de aldeamento, como uma política do século XIX, cuja meta era a “civilização e catequese”. Nessas incursões, os embates não se limitavam aos sertanistas e indígenas que se recusavam



ao aldeamento. Ocorriam entre os próprios camaradas, rivalizando entre si por alimentos e desavenças de várias ordens. Também entre escravizados e camaradas, como segue:

Na madrugada de 11, o piloto de minha canoa recebeu umas bordoadas na cabeça, e uma facada na boca do estômago; acusou dois negros do aldeamento do delito, os quais foram presos e remetidos para o subdelegado do Jataí, e assim ficamos com um camarada e um africano de menos (2007, p.120).

Tais acontecimentos permitem indagar como viviam esses agentes sociais, fragilizados especialmente em relação à eminência de conflitos, como as “bordoadas na cabeça” e “uma facada na boca do estômago”. As plantas medicinais encontradas na natureza talvez pudessem indicar o que o *sertão* poderia oferecer para minimizar esses sofrimentos do corpo. O relato de Heliot sugere esta questão, ao observar que: “a maior parte é limpa, a pastagem bem como o capão de mato de cultura, tem muitas ervas medicinais como ruibarba canapias, douradinha, cipó- chumbo e outras” (2007, p.136).

As doenças que acometiam indistintamente os viajantes, narradas por Lopes e Heliot, eram pestes de carrapato; sezões, como as vividas pelo irmão e o cunhado de Joaquim Lopes, e maleitas, tendo os quatro filhos adoecidos deste mal. O parto e a criação de filhos recém-nascidos também era um processo difícil, como nos contou o responsável pela incursão. Lopes colocou em evidência as dificuldades vividas por sua esposa que, após o parto, foi impedida de amamentar em função de estar acometida por “sarna nos seios”.

Chegando o tempo do parto, a mulher lançou a criança, eu mesmo assistindo, servindo de parteira – Deus louvado! – tudo se arranjou com felicidade. Passados quinze dias mais ou menos, rebentou umas sarnas nos peitos da mulher, de maneira que impediu o inocentinho mamar; tais foram as ditas sarnas que alvoroçando tomou todo o corpo na espécie de queimaduras de fogo e estando assim logo entrevou (2007, p.18).

As precárias condições de saúde imbricavam-se com a escravidão. O ambiente úmido, a extensa vegetação, a diversidade de insetos e animais, a fragilidade da higiene e de saneamento, todos esses fatores causavam a proliferação de doenças e febres, como explicitam os casos envolvendo a família de Lopes. Dessa forma, é possível depreender que escravizados e senhores deparavam-se com as doenças, dentre outras adversidades, por todo o percurso do sul de Mato Grosso e inventavam modos de vida para delas se livrar, quando possível. Os “sertões eram hostis”, como diriam os sertanistas, mas ainda propiciavam a cura, por meio da riqueza do cerrado, da flora, e também dos saberes, especialmente de negros cativos e de indígenas para lidar com essas doenças.

Neste debate, o conceito de “sertão” torna-se importante para entendermos a trama narrada pelas “Derrotas”. Acerca do que vem a ser o “sertão”, Amado entendeu que esta



categoria “está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil” (1995, p. 146). Poderia significar áreas despovoadas de habitantes “civilizados” no interior do país, “habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente” (1995, p.148). Assim, os *sertões* eram descritos como espaços distantes de regiões urbanas, ditas “civilizadas” e de “cultura”. Eram apresentados ainda como pouco habitados, desconhecidos e perigosos, espaços interiores da colônia onde a natureza era “bruta e exuberante”.

Sabemos que estes *sertões* não eram desabitados, pois eles estavam repletos de povos originários desde longa data, o que diverge do discurso do “vazio”. O que não podemos deixar de notar são os diferentes significados que o sertão comportava. Se para alguns, como para a administração colonial e imperial, o sertão poderia estar associado a algo pejorativo, confins do interior brasileiro, repleto de “índios selvagens, incivilizados, natureza e animais exóticos”, para outros se configurava como um espaço de liberdade e de possibilidades, a exemplo das muitas incursões registradas na história de Mato Grosso, como descreveu a obra em análise, assim como dos quilombos que se formavam em seu interior. Como exemplo disso Amado destacou:

Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, ‘sertão’ representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz (1995, p.149).

Na continuidade do texto, recuando no tempo e adentrando aos sertões do norte de Mato Grosso, vemos a importância de trabalhar com as memórias de Joaquim da Costa Siqueira (1872), as quais expõem acontecimentos entre os séculos XVIII e XIX que nos dão indícios de doenças, escravizados e indígenas pelos arredores do Cuyabá.

NOS ARREDORES E VILA DO CUYABÁ: VIDA, DOENÇA E MORTE AMALGAMADAS

Partindo dos campos e da Vila de Sant’Anna no século XIX, interpretado por Sr. Pereira, do romance “Inocência, como “uma peste de febres”, faz-se um recuo ao XVIII, no trabalho com o texto “Compêndio Histórico Cronológico das notícias de Cuyabá” (SIQUEIRA, 1872). Nesta fonte, Joaquim da Costa Siqueira teceu uma narrativa dos



acontecimentos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá e arredores, envolvendo o período de 1779 a 1817. A nosso ver, a sua exposição contemplou vários temas, como: presídios, destacamentos militares, bandeiras contra os povos originários denominados pelo autor de “gentios bárbaros”, intempéries climáticas, assassinatos de autoridades, festas, e ainda mortes de escravos²² por “gentios” no norte e sul desta Capitania, ainda que, conforme Jesus, tenha se limitado à Cuyabá por desconhecimento de Mato Grosso²³.

Conforme a autora Jesus, Joaquim da Costa Siqueira era natural de São Paulo e nasceu entre os anos de 1740 e 1741: “foi morador em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e nela exerceu o cargo de vereador da Câmara em 1786, capitão da cavalaria auxiliar e juiz das medições e demarcações das sesmarias” (2012, p.97). Contou ainda que Siqueira faleceu em 1821 e, conforme seu inventário, possuía escravos, móveis, prata, cobres, ferramentas, duas sesmarias e casa de morada “na rua de Baixo”.

Na análise desta fonte, observamos que Siqueira enfatizou o confronto de indígenas e escravizados, como em 1787: “Matou o gentio no dia 29 de julho no sítio de José Rodrigues Corrêa Leal, sito nas margens do Arica, três escravos, e no dia 31 na fazenda do capitão José Pereira Nunes cinco pessoas, ambos estas povoações distam desta vila a primeira oito e a segunda seis léguas” (1872, p.19).

Na referência ao ano de 1798 encontramos outra notícia semelhante, na qual Siqueira contou que o Cayapó: “não cessa de fazer hostilidade, aproveitando-se do tempo e ocasião matou no sítio do Jutubá, sítio do rev. Manoel de Albuquerque Fragoso, no dia 06 de março uma escrava preta e dois filhos pequenos”. Nesta mesma passagem de seu texto ainda destacou: “e logo no dia 18 em o sítio de Domingos José de Azevedo, na paragem chamada Quilombo, matou sete escravos” (1872, p.39).

Estas notícias mostram o universo de contradições de nossa história, da colônia ao império, em que povos originários e escravizados não somente constituíram alianças e viveram em quilombos partilhando do mesmo lugar e do sonho da liberdade, mas também se enfrentaram por esses caminhos da conquista. No mesmo ano de 1798 encontramos outra narrativa a mostrar o reverso das histórias anteriores, ao expor o que acabamos de afirmar:

No dia 8 de Dezembro foram apreendidos no engenho do rio da Casca do sargento mór Antonio da Silva Albuquerque um índio de nação Bacairy e um preto que havendo fugido

²² Para uma discussão da escravidão no norte de Mato Grosso, consultar: Volpato (1993).

²³ Jesus atenta para o fato de que as informações apresentadas por Siqueira se limitam à Cuiabá “já que as de Mato Grosso desconhecia e não tinha tido tempo de buscá-las” (2012, p.97). Mas, o texto interessa por dar indícios dos negros escravizados e dos povos originários por essa localidade.



destas minas se havia refugiado para as terras daqueles bárbaros, e se acham na cadeia retirando-se os mais sem fazerem hostilidades por serem pressentidos (1872, p.39)

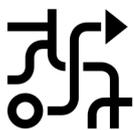
Já no ano de 1800, ao contar sobre uma diligência realizada à procura de um quilombo, Siqueira evidenciou os desencontros entre os povos originários e os quilombolas, bem como a violência da administração da Capitania. Conforme este narrador, no dia 03 de junho daquele ano chegara ao sertão do Norte a bandeira comandada por José Luiz Monteiro, que “[...] não achou o quilombo dos pretos por terem sido todos assassinados pelo gentio Chavante, a quem conquistou, conduzindo-os, e também vários Pacairys, que se fez repartir pelo povo, e como estranharam os alimentos, morreram quase todos” (1872, p.142).

Na Vila do Cuyabá, no ano de 1812, encontramos ainda nesta fonte outro caso a desvelar as condições adversas vividas pelos escravos fugidos, numa íntima relação com as doenças:

No primeiro de Abril apareceu nesta Vila uma mulher cativa de João Ferreira Mendes, e um negro que com ela havia fugido para o mato, onde estiveram o espaço de vinte e dois anos, tendo neste tempo a dita mulata doze partos, dois dos quais sendo perigosos, animado pela necessidade de salvar a vida de sua companheira, o mencionado negro em um tirou do ventre em pedaços a criança que nele estava morta, introduzindo como pode a mão até o lugar em que fez esta arriscada operação, e em outro as páreas, com que salvou-se do risco em que estava de ficar no bosque em que vivia com seus filhos (1872, p.86).

Esta fonte é densa em informações do modo de vida daqueles que fugiam ao cativo. Conta-nos uma história de dores, mas ainda de amor, pois na tentativa de salvar a vida de sua companheira, cativa de João Ferreira Mendes, o companheiro com quem ela fugira, fazia vinte e dois anos, retorna junto aos 10 filhos. Foram mais de duas décadas de vida em liberdade, conquistada à duras penas, e vivenciada no “mato”, “no bosque”, como expressa Siqueira, apresentando o lugar como “perigoso”, ou seja, o “risco em que estava de ali ficar”. A narrativa nos levou a entender que o escravo, sendo companheiro e ainda o parteiro, foi aquele que trouxe a vida dez de seus filhos, sendo que os dois últimos partos ameaçaram à companheira do risco de morte pela delicada situação.

Retornar à Vila do Cuyabá implicou para esse negro escravizado a perda da liberdade, mas ainda a possibilidade de salvar a vida da mulher amada, e isto era o que mais importava, nos parece, naquele momento. Doença e liberdade mostraram os seus limites e os meandros dessa relação. Quisera pudessem ter permanecido no “bosque”, no “mato” por toda a vida, sem o retorno à escravidão, mas as encruzilhadas entre a escravidão e a liberdade, e em meio a ela a doença, deram muitas voltas, e o retorno, mais do que o cativo



em si, talvez sinalizasse, por mais adverso que fosse, para a possibilidade da continuidade da vida.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No decurso do texto, do sul ao norte de Mato Grosso, entre os séculos XVIII e XIX, buscamos trabalhar, por meio de fontes diversas, como autos criminais, diário de viagem e uma crônica de Cuyabá, a correlação entre a escravidão e as doenças no sul de Mato Grosso, especialmente em Sant'Anna do Paranahyba e arredores, e ainda nas proximidades de Cuyabá, no norte. Encontros e desencontros entre senhores, negros escravizados e indígenas foram abordados, a fim de mostrar a linha tênue entre viver e morrer naquelas paragens.

São histórias de dor, como o assassinato do escravo Sebastião e a morte do senhor de escravos, João Gabriel; narrativas de doenças e muitas outras intempéries vividas e contadas em “Derrotas”, mas também de amor do escravo por sua companheira, como nos contou a última fonte. Ao buscarmos os vestígios dessas histórias necessitamos entender que, ao revés da ordem de violências, a luta pela liberdade se fazia sentir e mostrava a sua presença incômoda, a exemplo da fuga de indígenas e negros escravizados das incursões, como constam em “Derrotas” e na narrativa de que por vinte e dois anos vivera na mata o casal de escravos e seus filhos, forçados a retornar a Cuyabá, por motivo de doença.

São estas histórias que precisamos contar, mesmo que sejam poucos os indícios da documentação. Se buscarmos a “agulha no palheiro” talvez se possa encontrar essas marcas desbotadas que o tempo não deu conta de apagar. Daí a crônica, assim como as memórias e relatos de viagem, serem fontes importantíssimas para este exercício. Os autos criminais também nos mostram a doença, a violência e a escravidão pelas terras de Sant'Anna, assim como a precariedade no atendimento à saúde e as práticas de cura, por meio de remédios caseiros e de outros saberes populares. Fontes diversas, mas que se assemelham no diálogo possível à busca dessas histórias entre o norte e o sul de Mato Grosso. Doenças, encontros, desencontros, tratamentos, morte e cura, aparecem nas tramas vividas por homens e mulheres que parecem estar à margem da história, mas a margem denuncia o interior: a importância de perscrutar caminhos buscando desvios para quem sabe escrever outras histórias.

REFERÊNCIAS



ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: SOUZA, Laura de Mello e; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs). *História da vida privada no Brasil*. vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995.

BARBOSA, Keith. Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

BORGES, Maria Celma. Escravidão e liberdade no sul de Mato Grosso: o cotidiano e o extraordinário na vida dos escravos em Sant'anna do Paranahyba (1862 a 1882). *Anais XVI Semana de História*, UFMS, Campus de Três Lagoas: Curso de História, Ag. 2015.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso -1718-1888*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo (Editora da UPF), 2002.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS: UFGD, 2010.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788> . Acesso em: 26/10/2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite. A interiorização da metrópole. (1808 a 1853) In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

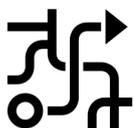
GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil / Pero de Magalhães Gandavo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrin. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago, 2005.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. (2012). Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*. (III SIDIS). Dilemas e desafios na contemporaneidade. Anais. Campinas, SP, 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em: 22/10/2020.

JESUS, Nauk Maria de. A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v.5, n.2 Julh-Dez, 2012.

KODAMA, Kaori. Antiescravidão e epidemia: 'O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela', de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, Abr-Jun, 2009.



LOPES, Joaquim Francisco. *Derrotas*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007.

LUCIDIO, João Botelho Antonio. *Nos confins do Império um deserto de Homens povoados por Bois - A ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830-1870*. Dissertação (Mestrado em História), Niterói, RJ: UFF, 1993.

MAGALHÃES, Sônia M. de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História), Franca, SP, UNESP, 2004.

MANTHORNE, Katherine E. O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX. *Revista Usp*. São Paulo: Jun-Agosto, 1996.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça de. *Matrícula de escravo*. Documento 18, Caixa 17, 1874. Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça de. *Processo-crime, 1878*, Paranaíba, caixa 115/Documento histórico 4000. Autora: A Justiça Pública; Réu: Thomas José Martins; Local: TJMS.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça de. *Sumário de Culpa, 1862*, Paranaíba, caixa 114/Documento histórico 3965. Autora: A Justiça Pública; Réu: Isaias Joaquim Guimarães; Local: TJMS.

MATO GROSSO, *Arquivo Público*. Registro de Correspondência Oficial com o interior da Província. Período: 1838-1839, doc. 56, estante 05, Rolo 00, F05.

MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *As Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2012.

MORAIS, Rosa Helena de Santana Girão de. Raça, Clima e Doença: a viagem de Alphonse Rendu para o Brasil (1844-1845). *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá, vol.6, n.2, Jul-Dez, 2013.

MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

SILVA, Cassia Queiroz da. *Pobres livres nos sertões do sul de Mato Grosso - Sant' Anna do Paranyha – século XIX*. Curitiba: CRV, 2020.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compendio histórico cronológico das notícias do Cuyabá, repartição da Capitania de Mato Grosso Desde o princípio do anno de 1788 até o fim do anno de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1850, Tomo XIII, 2ª. ed, 1872.

SILVA, Cássia Queiroz da. *Pobres livres nos sertões do sul de Mato Grosso – Sant'Anna do Paranyha (séc. XIX)*. Curitiba: CRV, 2020.



SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4795>. Acesso em: 26/10/2020.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Inocência*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. Viagem de Regresso de Mato-Grosso à Corte. IN: *Revista Trimestral do Instituto HistoricoGeografico e Etnographico do Brasil*. Tomo XXXII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: B. L. Garnier- Livreiro- Editor, 1869.

VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

Recebido em: 06/11/2020

Aprovado em: 05/12/2020

“O NOBRE EDUCADOR” DA BAHIA: TRABALHO, CIDADANIA E SOCIABILIDADES (1870-1922)

*BAHIA “NOBLE EDUCATOR”: WORK, CITIZENSHIP AND
SOCIABILITIES (1870-1920)*

SANTOS, Sivaldo dos Reis*

<https://orcid.org/0000-0002-4797-377X> 

RESUMO: A historiografia recente da escravidão e do pós-abolição no Brasil tem avançado seus estudos sobre as experiências de trabalhadores negros livres no período em que ainda vigorava a escravidão. Nesse sentido, apresentamos neste artigo a trajetória do professor negro Elias de Figueiredo Nazareth que desempenhou, ao longo de sua vida, um trabalho bastante significativo como professor e diretor da Escola Normal da Bahia. Nossa pretensão ao apresentar as experiências profissionais do Elias Nazareth, é contribuir com novas análises investigativas que possam dar maior visibilidade historiográfica aos trabalhadores negros que vivenciaram momentos sociais de tensão e mudanças entre o fim do século XIX e começo do XX. Para a construção deste texto, foram consultados na Hemeroteca Digital Brasileira: jornais, revistas e relatórios de autoridades públicas na área da educação na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Elias de Figueiredo Nazareth; trabalhadores negros; sociabilidades.

ABSTRACT: The recent historiography of slavery and post-abolition in Brazil has advanced its studies on the experiences of free black workers in the period when slavery still prevailed. In this sense, we present in this article the trajectory of the black professor Elias de Figueiredo Nazareth who performed throughout his life a very significant job as a teacher and director of the Escola Normal da Bahia. Our intention in presenting the professional experiences of Elias Nazareth, is to contribute with new investigative analyzes that can give greater historiographic visibility to black workers who experienced social moments of tension and changes between the end of the 19th century and the beginning of the 20th. For the construction of this text, it was consulted in the Hemeroteca Digital Brasileira: newspapers, magazines and reports of public authorities in the area of education in the second half of the 19th century and in the first decades of the 20th century.

Keywords: Elias Nazareth; black workers; sociability.

* Mestre em História Social - Universidade Federal da Bahia. E-mail: srsvaldosa321@gmail.com.

“O NOBRE EDUCADOR”

O nobre educador, professor Elias de Figueiredo Nazareth, tão conhecido da sociedade baiana, faz anos hoje. Competência real, ilustração sólida, inteligência esclarecida, com muita dignidade e critério dirige o antigo estabelecimento de ensino Instituto Normal.¹

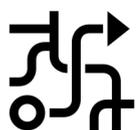
A data era 20 de julho de 1914, o *Gazeta de Notícias* trouxe na primeira página do seu periódico uma foto do professor Elias Nazareth e ao lado estas considerações que destacamos na citação acima. Mas, quem foi este educador merecedor de todos estes elogios? O que exatamente ele realizou na área da educação pública? Quais foram as suas redes de sociabilidade? São questões que passaremos a destacar nas próximas páginas.



Figura 1: Elias Figueiredo Nazareth
Fonte: *Gazeta de Notícias*, 20/07/1914, p.1

O registro de batismo do professor Elias Nazareth não foi localizado, também não tivemos a sorte de encontrar informações sobre a sua família, nesse sentido, ficamos sem saber se ele nasceu livre ou se foi um liberto. É mais provável que tenha nascido livre e que sua família ou algum padrinho tivesse recursos para sustentar seus estudos, porque o ensino secundário não era um nível de ensino amplamente disponível para as classes sociais mais pobres em Salvador na segunda metade do século XIX. Miguel Luiz da Conceição

¹ *Gazeta de Notícias*, 20/07/1914, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira



argumenta que o ensino secundário, preparatório para o ingresso nas Faculdades, era geralmente reservado as elites que assumiam o comando político e econômico da província. Nesse sentido, caso Elias Nazareth fosse um liberto, seria um caso bem particular (CONCEIÇÃO, 2007, p.46).

As fontes sobre Nazareth relatam apenas informações sobre a sua experiência como educador, e é sobre este consistente conjunto de informações que trataremos neste texto. Em fevereiro de 1871, Elias de Figueiredo Nazareth recebia o seu diploma de *aluno-mestre*, termo de época que significava a habilitação do profissional de educação para a ministração de aulas. Ao longo de toda a sua vida profissional, Elias trabalhou como professor na Escola Normal, uma instituição escolar pública que ofertava o ensino secundário na cidade. A escola admitia ambos os sexos, mas as salas de aulas eram separadas, existia espaços anexos para homens e mulheres. Nesta instituição, Elias Nazareth lecionava as disciplinas *métodos teóricos e práticos, desenho linear e português*. A trajetória de vida deste profissional foi fortemente marcada pelo trabalho desenvolvido dentro da *Escola Normal de homens*.

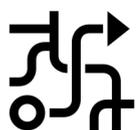
Professor atuante no sentido de discutir os problemas e soluções para o ensino público na cidade, Elias Nazareth estivera na Primeira Conferência Pedagógica realizada em Salvador em dezembro de 1875. O evento aconteceu no Liceu Provincial e contou com as participações do então Diretor Geral da Instrução Pública da Província, José Eduardo Freire de Carvalho, dos membros do Conselho Superior de Instrução, e muitos outros professores públicos da Bahia. Neste evento, Elias Nazareth foi nomeado secretário do Conselho Superior de Instrução, era a sua primeira honraria, mas viriam outras ao longo de sua vida profissional.²

Ainda na década de 1870, Elias recebeu diversas menções honrosas por parte das autoridades públicas na área de educação em função do trabalho que o professor desenvolvia em sala de aula. Em geral, se destacava nos Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia, elogios ao aprendizado adquirido pelos estudantes do professor Nazareth e a "ordem e o zelo que se notava em suas escolas".³

Preocupado com os métodos de ensino na cidade, em 1875, Elias escreveu um *Compêndio de Desenho Linear*. O *compêndio* é um livro que reuni informações relativas a uma área específica de saber. O professor José Joaquim de Palma, membro do Conselho Superior

² Fonte: Relatórios dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia. Ano: 1875, p.263. Hemeroteca Digital Brasileira.

³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia. Ano: 1877, p.140. Hemeroteca Digital Brasileira.



de Instrução Pública da província da Bahia e Diretor da Escola Normal, teceu elogiosas considerações a respeito do trabalho do professor Elias Nazareth, ele argumentou o seguinte: “tenho a honra de apresentar minha opinião a respeito do compêndio de desenho linear do professor Elias de Figueiredo Nazareth, de sua utilidade e adoção para as escolas normaes”. José Joaquim argumentou ainda que faltava um material didático desta natureza na província, neste sentido, pontuou que: “o compêndio do professor Nazareth preenche bem esta lacuna, que coligi da leitura que dele fiz”.⁴

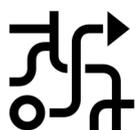
Este compêndio de desenho linear foi lido por outro importante professor e personagem na história da Bahia, Manuel Raimundo Querino (1851-1923). Em 1923, o artigo de Querino: *Os homens de cor preta na história* foi publicado na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Neste artigo, ele fez um estudo sobre a biografia de 38 homens negros que, na sua concepção, tiveram uma importância significativa para a história da Bahia e do Brasil. Ao destacar o professor Elias Nazareth, Querino revelou algumas informações até então desconhecidas pelo autor deste artigo, como por exemplo, algumas notas que Nazareth escreveu sobre a história do Liceu Provincial, que na Primeira República passou a denominar-se Ginásio da Bahia, e a informação de que o professor Nazareth foi comissionado pelo ministério do império para estudar os progressos do ensino primário nas Repúblicas do Prata.⁵

Não temos razões para desconfiarmos das informações reveladas por Querino no que diz respeito a pesquisa elaborada pelo professor Elias Nazareth a serviço do governo imperial. Como demonstraremos ao longo deste texto, no período da Primeira República, este professor viajava por outros estados estudando e copiando os modelos de ensino de outras escolas, mas, por hora, vamos continuar destacando algumas ações do professor ainda na segunda metade do século XIX.

Em novembro de 1879, Elias Nazareth elaborou uma cartilha de *ABC*, mas dessa vez, seu trabalho foi consistentemente criticado por um jornalista anônimo que trabalhava na redação do jornal *O Monitor*. De acordo com as argumentações do jornalista, o trabalho do professor Nazareth não passava de uma cópia da *Cartilha Maternal* criada por um professor

⁴ O Monitor, 08/08/1876, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

⁵ QUERINO, Manuel R: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009, p.193. Maiores informações sobre o Manuel Raimundo Querino, VER: ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino entre letras e lutas (1851-1923). Tese de doutorado em História Social defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004; GLEDHILL, Sabrina. Travessias no atlântico negro: Booker T. Washington e Manuel Raimundo Querino. Editora Funmilayo Publishing, 2008.



de Portugal cujo nome era João de Deus. O autor argumentou do seguinte modo: “a carta de ABC do sr. professor Nazareth era pelo menos desnecessária, pois o que nela há de bom não passa de cópia da cartilha maternal, mas cópia tímida”. Com base na leitura atenta que fez da cartilha do professor, o autor foi apontando os erros: “começando pelas vogais, o sr. Professor Nazareth segue exatamente a cartilha de João de Deus, e parece segui-la ainda quando apresenta por sua vez cada consoante, formando com elas as palavras que já constituir-se podem”.⁶

Mas ao concluir a sua crítica, o jornalista do *O Monitor*, chamou atenção para a importância que o professor Elias Nazareth tinha nos meios intelectuais da cidade e respeitosa e argumentou o seguinte: “o Sr. professor Nazareth sabe em que conta temos a sua inteligência e proficiência, pode, portanto, ouvir de nossos lábios a verdade em toda a sua franqueza, sem experimentar o ressentimento injusto a que se entregam os espíritos vulgares”.⁷ Não sabemos exatamente se o professor cujo trabalho foi criticado ficou ressentido, mas sabemos que ele respondeu, e *O Monitor* destacou a sua réplica nas primeiras páginas do seu jornal.

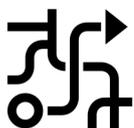
O Monitor fez questão de destacar primeiro que foi o próprio professor Nazareth que enviou para a redação do jornal um exemplar da cartilha do ABC esperando dos jornalistas críticas e recomendações sobre o seu trabalho, algo muito comum na época. Em sua carta dirigida à redação do jornal, Elias Nazareth explicou que estudou diversos autores que vinham elaborando cartilhas sobre o ABC e ratificou que o seu trabalho era original no sentido de propor “inovações, que lacunas vinha preencher”. Este argumento era exatamente a questão central do debate, na medida em que, para “os jornalistas” do *O Monitor*, o trabalho do professor Nazareth seguia as diretrizes metodologias de outras cartilhas.⁸

A crítica do jornalistas do *Monitor* ao trabalho desenvolvido pelo professor Nazareth refletia em grande parte o momento histórico-social que vivia a província da Bahia na segunda metade do século XIX. No dia 4 de março de 1870, foi aprovada a resolução n.1.116 que estabelecia a primeira Reforma Educacional da província. Segundo o historiador Jucimar Cerqueira dos Santos, a partir da implementação desta reforma crescia nos meios intelectuais da cidade a crença iluminista de que a educação era a base fundamental para o

⁶ O Monitor, 20/11/1879, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷ Ibid; op. cit

⁸ O Monitor, 30/11/1879, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.



progresso nacional e o exercício da cidadania.⁹ Nesse sentido, a partir da década de 1870, ocorreu na província da Bahia um progressivo aumento de escolas noturnas para trabalhadores, em sua maioria, escolas para as pessoas negras livres e libertas¹⁰.

Parte da imprensa e alguns intelectuais na província acompanhavam o trabalho que era realizado na área da educação pública, sobretudo, no nível da escolarização primária que era obrigatória. Nesse sentido, a cartilha do *ABC* escrita pelo professor Nazareth era motivo de interesse por parte de algumas pessoas letradas que defendiam a importância de novas ferramentas de ensino para o aprendizado das primeiras letras em um país que, segundo o censo de 1872, chegava a 80% da população analfabeta (SANTOS, 2018, p.22). O político Rui Barbosa (1849-1923) era um dos críticos, em 1886, ele escreveu se referindo ao ensino primário que “tudo era mecânico e inútil, a criança representava o papel de recipiente passivo de formulas, definições e sentenças”.¹¹

O que para nós é mais importante destacar neste artigo é o investimento intelectual do professor Nazareth que pesquisava e elaborava ferramentas didáticas que pudessem ajudar a qualificar o ensino e o aprendizado ainda na década de 1870, em um contexto de escravidão. Embora a criação de escolas noturnas já fosse uma realidade e o crescimento de movimentações abolicionistas também, a Bahia continuava um dos principais centros escravistas do império. Portanto, o lugar social que este professor, “homem de cor” ocupava na Escola Normal era uma realidade que chama atenção pelo seu protagonismo.

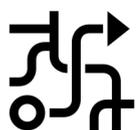
A despeito das críticas recebidas, Nazareth continuava fazendo um bom trabalho na Escola Normal de Homens. Em 1878, alguns alunos desta instituição se reuniram com a finalidade de cobrar do presidente da província Henrique Pereira de Lucena (1835-1913) “necessidades de algumas medidas relativas ao ensino”. Na ausência do diretor da Escola, Joaquim José de Palma solicitou ao professor Elias Nazareth que ficasse responsável pela reunião dos alunos.¹² Já em 1882, o próprio professor Nazareth junto com uma comissão de outros professores, elaboraram um abaixo assinado endereçado ao presidente da província,

⁹ SANTOS, Jucimar Cerqueira. Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. VER: LUZ, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2009, pp.131-154

¹⁰ CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia Oitocentista. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2007.

¹¹ LUZ, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2009, pp. 127-128.

¹² O Monitor, 12/04/1878, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.



o objetivo foi cobrar do poder público novas mobílias escolares para as escolas públicas primárias da província, assinaram o abaixo assinado: o Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia, José Joaquim de Palma, o professor Antônio Bahia da Silva Araújo, Antônio Pacifico Pereira, professor da Faculdade de Medicina, e Francisco dos Santos Pereira.¹³ Não sabemos se as reivindicações dos professores foram atendidas, mas consideramos importante destacar a agência política do professor Nazareth no sentido de se mobilizar coletivamente em função de uma melhor estrutura das escolas públicas.

Foi uma trajetória bastante intensa que o professor Elias Nazareth viveu na Escola Normal de Homens nos últimos anos do império. E este empenho continuou nas primeiras décadas do século XX. Em 1891, ele também trabalhava como professor no Colégio S. Luiz Gonzaga que ficava localizada no Largo do Pelourinho e funcionava no sistema de internato e externato, sob a direção do conêgo João Nepomuceno de Souza. Elias lecionava a disciplina português.¹⁴

Nos primeiros anos do regime republicano, a Escola Normal passou por algumas alterações no quadro de disciplinas que eram ofertadas no regime imperial e estas mudanças parecem não ter agradado o professor Elias Nazareth. Em 1896, ele elaborou uma petição direcionada as *Comissões de Constituição e Legislação de Instrução Pública da Bahia* reclamando pelo fato de ter sido aposentado de ministrar a disciplina: *métodos teóricos e práticos* que foi substituída pela disciplina *de pedagogia*. As Comissões examinaram a petição do professor Nazareth e decidiram encaminhar a questão para o Governo do estado.¹⁵ Esta é uma questão interessante, na medida em que as próprias Comissões tinham autoridade suficiente para negar a petição do professor Nazareth, mas, por que não o fizeram? Será que a longa experiência do professor no magistério intimidou a decisão das Comissões?

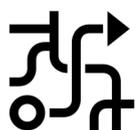
De todo modo, o professor Nazareth precisou acatar a decisão da legislação educacional do estado que substituiu a disciplina *métodos teóricos e práticos* por *pedagogia*.¹⁶ Mas Nazareth continuou trabalhando na instituição, e em abril de 1912, tomou posse como

¹³ Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia. Ano: 1882, p.222. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁴ Outros professores que lecionaram neste Colégio, foram: João Angelo do Sacramento (Aula Primária), Job de Carvalho (Latim), Manuel C. Devoto (Francês), Belardino da Costa (inglês), Ludgero Pacheco (Geografia e História), Leopoldino F. Tantú (Matemática). Fonte: Jornal de Notícias, 28/01/1891, p.3 Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁵ Anaes da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia. Ano: 1896, pp.11-50 Hemeroteca Digital Brasileira

¹⁶ Anaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia. Ano: 1895, p.258.Hemeroteca Digital Brasileira.



diretor da Escola Normal (que na Primeira República também era denominada de Instituto Normal). Depois de 40 anos de prática em sala de aula, sua gestão à frente desta instituição de ensino era bastante elogiada pelas autoridades públicas e pelos jornais de Salvador. O governador da Bahia Antônio Muniz Sodré Aragão (1881-1940), em mensagem a assembleia do estado reconheceu o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo professor e escreveu:

A Escola Normal, excelentemente instalada em edifício adequado, sob a competente direção de um dedicado diretor, professor Elias de Figueiredo Nazareth, e servida por ilustre corpo docente, precisa apenas do ponto de vista material de poucos melhoramentos.¹⁷

Os elogios ao profissionalismo do professor Elias de fato se justificavam, ele trabalhava com dedicação pela escolarização no estado. Em 1911, Nazareth participou do Congresso de Geografia realizado em São Paulo. Neste congresso, ele representou a Bahia com duas monografias destacando as características geográficas do estado. Como a Bahia ficou por um longo tempo sem representante no Congresso, a *Revista do Brasil* agradeceu a presença do professor exaltando suas qualidades intelectuais.

Uma das personalidades mais competentes e venerandas do professorado Bahiano, espírito altamente empreendedor, caracter probó, apreciado por todos aqueles que tem a felicidade de trata-lo por perto. O professor Nazareth, que há pouco tempo representou a Bahia, com brilho notável, no Congresso de Geographia, realizado em São Paulo, é lente Cathedrático do Instituto Normal, onde sabiamente ensina as sciencias de Strabão e Herodoto. Ao distinto philologo e historiographo, os nossos cumprimentos respeitosos de envolta com os fervorosos votos pela sua felicidade e de sua virtuosa consorte.¹⁸

Elias Nazareth visitava escolas em outros estados do Brasil como em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e copiava seus modelos de administração. Em 1913, este professor-diretor fez uma "remodelação das escolas anexas ao Instituto Normal" e substituiu o material pedagógico do instituto. O jornalista do *Gazeta de Notícias* que visitou a escola em 1913, fez um registro positivo do que viu.

Hoje prazer uma visita ao Instituto Normal, onde se encontram salas confortáveis e espaçosas, salas próprias de estudo e de recreio, um bem cuidado jardim, onde a infância encontra a diversão, obedecendo tudo escrupulosamente aos conselhos dos modernos higienistas.¹⁹

A visita de jornalistas às instituições de ensino na Primeira República em Salvador era muito comum. Os olhares dos jornalistas eram mais direcionados para a higiene do

¹⁷ Mensagens do Governador da Bahia para a Assembleia, Ano: 1918, p.60 Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁸ Revista do Brasil, Ano: 1911, p.61 Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁹ Gazeta de Notícias, 05/04/1913, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.



espaço escolar. Na maioria das vezes, os relatos davam conta de uma estrutura em que prevalecia o desconforto em sala de aula, precariedade do mobiliário escolar, odor e falta de ventilação. Nesse sentido, a descrição que fizeram do Instituto Normal em 1913, era uma realidade incomum na cidade.²⁰ Deve-se destacar o importante trabalho que realizava o professor Elias Nazareth, mais também existia um maior investimento financeiro dos poderes públicos com a educação secundária se comparada à educação primária, portanto, a maioria das escolas municipais que ofertavam o ensino primário estavam em estado de precariedade se comparadas aos institutos e ginásios que trabalhavam com a formação de professores (SILVA, 2018, p.68)

ELIAS NAZARETH E O CONGRESSO BRASILEIRO DE INSTRUÇÃO

Em julho de 1913, a Bahia sediou o terceiro Congresso Brasileiro de Instrução primária e secundária. Este evento reunia educadores de diversas regiões do Brasil para discutir temas relacionados a educação pública e privada. Elias Nazareth fez parte da comissão organizadora, ele ficou responsável pela tesouraria, ao lado dele na organização estiveram presentes: o presidente do Congresso, professor Arlindo Fragoso, o primeiro secretário Octaviano Moniz Barreto, e os professores Manoel Carlos Devoto (diretor do Ginásio da Bahia) e Ernesto Carneiro Ribeiro (diretor do Instituto Carneiro Ribeiro). O *Gazeta de Notícias* foi um dos periódicos que mais deram destaque ao Congresso, um dia antes do evento, este periódico destacou em sua primeira página os principais organizadores, dentre eles a foto do professor Nazareth e do presidente de honra, o Governador José Joaquim Seabra (1855-1942) que em 1913, estava vivendo o seu primeiro mandato.²¹

²⁰ SILVA, Fabiano Moreira. Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2017, p.68

²¹ *Gazeta de Notícias*, 01/07/1913, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 2: Congresso Brasileiro de Instrução
 Fonte: Gazeta de Notícias, 01/07/1913, p.1

Nos meses que antecederam a realização do Congresso, Elias Nazareth seguramente estivera muito ocupado porque além de integrar a comissão responsável pelo evento, ele era o diretor da Escola Normal, local onde foi realizado o Congresso. Nesse sentido, era de sua responsabilidade zelar e administrar o espaço para que tudo ocorresse bem. Em junho, foram realizadas algumas obras na Escola, o salão nobre da instituição foi reformado, alguns cuidados foram tomados por parte do poder público para recepção dos educadores da Bahia e de outros estados.²² No dia 28 de junho chegaram a Salvador, o secretário do Conselho Superior de Ensino e Lente da Escola Normal do Rio de Janeiro, José Bernardino Paranhos da Silva; Gomes Freire, professor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte; Dr.

²² Gazeta de Notícias, 06/06/1913, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.



Rodrigues Alves Pereira- Diretor do Ginásio de Campinas, e Mariano de Oliveira- Inspetor escolar em São Paulo.²³

Foram selecionadas 30 teses escritas pelos professores públicos em Salvador que seriam discutidas no Congresso. As teses foram separadas no nível do ensino primário (formação escolar para crianças e adolescentes) e secundário (formação escolar para adultos). Chama atenção o título de algumas teses aprovadas para discussão, destacamos algumas: *“Na obra da educação atual, a moralidade pública tem melhorado por efeito da escola ou da família?”* *“A escola primária tem tido um caráter mais instrutivo que educativo: como corrigir este desvio e estabelecer o equilíbrio destas duas culturas pedagógicas?”* *“A mulher precisa de mais ginástica do que o homem?”*

O título das teses destacadas neste texto foram elaboradas por professores (as) do ensino primário, neste nível de ensino, grande parte dos profissionais eram mulheres. Em sua maioria, estas educadoras eram descendentes de famílias abastadas de Salvador na Primeira República.²⁴ As educadoras estavam diariamente trabalhando com crianças e jovens e percebiam algumas necessidades na relação ensino-aprendizagem como observamos no título das teses. Não sabemos se foi um professor do sexo masculino ou feminino que escreveu sobre *se a mulher precisa de mais ginástica do que o homem*, mas esta é uma questão muito interessante que revela as tensões da prática do ensino nas relações de gênero em Salvador nas primeiras décadas do século XX.

Pelo que descreveu o *Gazeta de Notícias*, periódico que apoiava politicamente o governador Seabra, o Congresso foi um sucesso. Um dia após a realização do evento, 3 de julho, este jornal lembrou aos seus leitores da ocasião importante em que o Congresso aconteceu: *“a solenidade que ontem ao lado da gloriosa data do nosso inolvidável 2 de julho, empolgou o coração da família baiana, deverá perdurar, saudosamente nos espíritos de todos os seus assistentes, pois, foi brilhantíssima”*. Não podemos assegurar se o congresso empolgou mesmo o *“coração da família baiana”*, mas este evento, sem sombra de dúvida, tivera uma importância significativa para o professor Elias Nazareth que se preocupava com o ensino público no estado e estava disposto a discutir suas melhorias.

²³ *Gazeta de Notícias*, 28/06/1913, p.2 Hemeroteca Digital Brasileira.

²⁴ SILVA, Fabiano Moreira. Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2017, p.48; COSTA, Ana Alice; CONCEIÇÃO, Héliida. Revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918-1919). IN SANDERBERG, Cecília et all. Fazendo Gênero na Historiografia Baiana. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.



O PROFESSOR NAZARETH E A IMPRENSA BAIANA

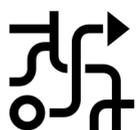
O leitor já deve ter percebido ao longo da narrativa deste artigo que o professor Nazareth era bastante elogiado pela imprensa de Salvador. Do Império à República, os adjetivos que se destacam nas fontes em relação a sua pessoa e ao trabalho que ele desenvolvia na Escola Normal são abundantes. Mas, existem algumas questões que não podem deixar de ser mencionadas neste texto: qual era o entendimento que o professor Elias Figueiredo Nazareth tinha sobre a sociedade baiana? Como ele se identificava racialmente? A imprensa baiana reagiria diferente caso Nazareth se posicionasse publicamente acerca das questões raciais de seu tempo?

Formulamos estas questões porque a historiografia recente do pós-abolição tem apresentado narrativas de alguns intelectuais e professores negros que ousaram se posicionar publicamente sobre sua própria identidade racial e ao mesmo tempo denunciavam práticas racialistas que identificavam. Um dos exemplos mais conhecidos é do professor Hemetério José dos Santos (1858-1939), um professor negro bastante conhecido no meio intelectual da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX, cuja trajetória foi marcada pela defesa pública no que se refere à história negra no Brasil. Apesar de ter lecionado por longos anos em instituições escolares prestigiosas tanto no Império quanto na República, em 1917, Hemetério foi surpreendido com a notícia da expulsão de seu filho de uma escola administrada por religiosos e se mobilizou. Ele escreveu três cartas; uma dirigida ao presidente da República Venceslau Brás (1868-1966) outra ao ministro do Interior, e mais uma missiva ao diretor do Colégio São Vicente de Paula.²⁵

Aderaldo Pereira dos Santos, que examinou a carta de protesto do Hemetério dos Santos dirigida ao padre diretor do Colégio São Vicente de Paula, Guilherme Adrianus, destacou que este professor estendeu a sua crítica há outras escolas, além das religiosas, escreveu Hemetério: “não citarei os milhares de colégios de todo o paiz, por não vilipendia-los, nem de leve, evoluindo-lhes os nomes em tão nojenta e esporádica maneira de educar pela exclusão” (SANTOS, 2019, p.247).

Outro personagem conhecido pela historiografia é o advogado e político Monteiro Lopes que foi eleito deputado federal em 1909, mas precisou articular uma campanha

²⁵ SANTOS, Aderaldo Pereira. A arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019, p.246. Outra referência sobre a trajetória do Hemetério José dos Santos, VER: SILVA, Luara dos Santos. “Etimologias Preto”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro, 2015.



nacional para ser diplomado no cargo. Grande parte dos políticos e da imprensa carioca argumentavam que houve fraude na eleição, quando na verdade estavam dissimulando o incômodo de ver um homem negro inserido no círculo do poder republicano. A historiadora Carolina Vianna Dantas destaca em seu texto uma série de imagens e textos que buscaram racializar a imagem do político Monteiro Lopes. As representações estereotipadas sobre o corpo e o intelecto do político negro revelavam o quanto boa parte das elites cariocas estavam afinadas com os discursos e práticas racistas que se disseminavam pelo Brasil em fins do século XIX e começo XX²⁶.

Em relação ao professor Nazareth, não identificamos nas fontes nenhuma representação estereotipada sobre a sua imagem. Suas fotos eram destacadas nas primeiras páginas dos periódicos e até mesmo as charges eram respeitadas, como identificamos na *Revista do Brasil* em 1911. Neste ano, Elias Nazareth era o diretor do Grêmio Literário da Bahia, uma instituição literária fundada em 1860 por jovens literatos de Salvador. Nos primeiros anos da República esta instituição recebia diversos eventos públicos na Rua Chile, em geral aconteciam declamações de poesias, apresentações de livros e de peças teatrais. Como era o diretor da instituição, cabia ao Elias Nazareth apresentar o literato que iria se apresentar, foi assim que aconteceu em 1911, e a *Revista do Brasil* traduziu o momento com uma charge que destacamos na figura 3.

²⁶ DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: "um líder da raça negra" na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010; DANTAS, Carolina Vianna. Eleições e mobilizações negras : o caso das viagens de Monteiro Lopes pelo Brasil (1909-1910). Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico v.I. Organizadores: Martha Abreu, Carolina V. Dantas, Hebe Mattos, Beatriz Loner, Karl Monsma. Niteói: Editora da UFF, 2014.



Figura 3: Charge do Elias Nazareth
 Fonte: Revista do Brasil, 1911, p.29

Na figura 3, observamos que o professor Nazareth está ao centro, acompanhado por cinco homens brancos. Como era o diretor do Grêmio Literário, Nazareth abriu a sessão e “depois passou a presidência ao dr. Arnaldo Damasceno Vieira”. De fato, observamos na charge que Elias está com o braço apontado para o dr. Arnaldo Damasceno que “depois de explicar o motivo daquela reunião e convidar para secretários os literatos Jackson Figueiredo e Aloysio Silva, deu a palavra ao venerando dr. Silio Boccanera”.²⁷ Toda esta série de apresentações e formalidades era para abrir o espetáculo da noite, que foi a leitura do primeiro drama do jovem literato e jornalista Altamirando Requião cujo título foi: “A queda do Gênio”. Segundo a *Revista do Brasil* o salão nobre do Grêmio Literário da Bahia estivera lotado, participaram deste evento; representantes da imprensa, comissões das Escolas Superiores e do Instituto Normal, membros da Academia de Letras e do magistério das academias, “e demais pessoas gradas”.²⁸ Não há na charge nenhum sinal estereotipado do físico do professor Elias Nazareth, como as revistas *Careta* e *Fon Fon* costumavam fazer com

²⁷ Revista do Brasil, 1911, p.29 Hemeroteca Digital Brasileira.

²⁸ Altamirando Requião nasceu na Bahia em 27 de agosto de 1893, além de escrever poesias e peças teatrais, em 1911, Altamirando trabalhava na redação da Revista do Brasil, o que justifica em grande parte o destaque dado por este órgão de imprensa ao evento no Grêmio Literário no dia 25 de julho do ano de 1911. Revista do Brasil, 1911, p.29 Hemeroteca Digital Brasileira.

o político Monteiro Lopes no Rio de Janeiro.²⁹ A representação do professor Nazareth na charge é semelhante aos demais; calçado e vestido com fraque, ele está no centro, na posição de um anfitrião que recepciona bem os seus convidados.

E por fim, o periódico *A Notícia*, trouxe em sua primeira página a foto do professor Nazareth ao lado dos 29 novos professores da Escola Normal em 1915. Na fotografia aparecem sentados os professores Alipio Franca, Golçalves da Cruz e ao centro Elias Nazareth.³⁰



Figura 4: Os novos professores
Fonte: *A Notícia*, 10/12/1915, p.1

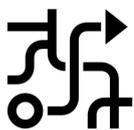
Como podemos observar na fotografia, são muitas estudantes recém- formadas *alunas-mestras*, 27 no total, e apenas 2 professores homens.³¹ A qualidade da fotografia não é boa, mas podemos observar o professor Nazareth, já bem idoso, sentado na frente.³²

²⁹ DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: "um líder da raça negra" na capital da República. Salvador: Afro-Ásia, 2010.

³⁰ *A Notícia*, 10/12/1915 Hemeroteca Digital Brasileira

³¹ Os nomes das professoras são: Ruth Vasconcelos da Silva, Noelia Vasconcelos da Silva, Almerinda Rodrigues Lucas, Aurea Almerinda dos Humildes, Maria Elisa Leonor de Souza, Rosa Soares Albergaria, Lindaura de Aguiar Travessa, Aurea Perreira Maltez, Rosalina de Cerqueira Lima, Lysia Rocha da Cruz, Adelina Ribeiro, Sylvia Ferreira de Britto, Palmira Balthazar da Silveira, Alice Alves Barreiras, Erothildes Dias Coelho, Almerinda Novis, Anita Honorina Ribeiro, Antonieta Cachoeira da Silva, Ana Cristina de Castro Cerqueira, Perpetua Fernando Trindade, Esmeralda Paraguassú da Silveira, Arlinda Fernandes Requião, Maria Madalena Pereira Fróes, Estelita Borges Moreira, Joana de Lourdes dos Anjos, Alzira Theonas de Santana, Ana Durvalina Muniz. E os dois professores: Oswaldo O. Dwyer e Manoel Amâncio da Purificação. Fonte: *A Notícia*, 10/12/1915, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.

³² *A Notícia*, 10/12/1915, p.1 Hemeroteca Digital Brasileira.



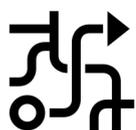
Portanto, o que há de comum entre os meios de comunicação impresso de Salvador que destacaram as fotos do professor Elias Nazareth na Primeira República foi o respeito demonstrado por este educador negro. Não devemos chegar a conclusões simples, como por exemplo, assegurar que a representação positiva da imprensa sobre a sua imagem tinha relação direta com o "silêncio" que Nazareth guardou sobre as questões raciais de seu tempo. Defendemos o argumento de que os elogios da imprensa estavam diretamente ligados ao trabalho que o professor Nazareth realizava na área da educação pública desde a segunda metade do século XIX.

De fato, os jornais e revistas que apresentamos neste texto não mencionam a cor do professor, não há nenhuma referência aos termos: *preto*, *negro* ou *homem de cor*. Nesse sentido, é possível concluir que a imprensa baiana produziu um apagamento da identidade racial do personagem em destaque neste artigo? Acreditamos que sim, mais também é importante destacar que, grande parte da imprensa de Salvador durante a Primeira República, silenciava a respeito das questões raciais, é bem raro localizar nas páginas dos jornais algum evento sobre a discriminação racial na cidade.

A pesquisa da historiadora Meire Lúcia Alves dos Reis constatou que os periódicos de Salvador reafirmavam cotidianamente a ideia de que não havia imposição de limites ao desenvolvimento do negro na sociedade, e quando os jornais reportavam-se a problemas raciais tinham em vista sempre outros países, em especial, os Estados Unidos (REIS, 2000, p.30).

No entanto, isso não significa necessariamente que o professor Nazareth não possa ter sofrido situações de constrangimento ou humilhações pelo fato de ser um homem negro, ou que ele próprio tenha se posicionado frente há alguma situação de discriminação racial dentro da instituição de ensino que lecionava. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, eram poucos homens negros lecionando na cidade do Salvador. No nível de ensino que o professor Nazareth atuava, o *ensino secundário*, a ausência de docentes negros era ainda maior. Seguramente as tensões raciais existiam e também faziam parte do cotidiano escolar da capital baiana (SILVA, 2017, p.111).

Portanto, existem algumas lacunas na trajetória de vida do professor Nazareth, sobretudo, no que se refere a questão racial, que ainda não são possíveis de serem desvendadas. As fontes consultadas revelam apenas suas múltiplas atividades na área da educação pública, "ocultando" outras questões relevantes na vida deste personagem importante para a história da educação pública na Bahia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 6 de novembro de 1922, o professor Elias Nazareth faleceu. O Conselho Superior de Ensino, do qual era membro, lhe prestou a seguinte homenagem: "O Conselho teve o pesar de ver desaparecer um de seus mais esforçados membros, cuja vida foi sempre dedicada ao magistério, prestando relevantes serviços por mais de quarenta anos".³³

Foi de fato uma longa trajetória na área do magistério, desde o período imperial, Elias Nazareth se mobilizava individual e coletivamente na perspectiva de qualificar o ensino e a estrutura da educação pública na cidade em que vivia. A elaboração de um compêndio de desenho linear, de uma cartilha de ABC, visita as escolas em outros estados, participações em congressos, são ações que denotam a agência de um homem que esteve muito preocupado com a cidadania e escolarização dos baianos. Portanto, considero que Elias de Figueiredo Nazareth é mais um personagem importante na historiografia da abolição do Brasil, na medida em que a sua rica trajetória nos informa sobre a agência de alguns educadores negros dentro e fora de sala de aula, militando contra um dos problemas centrais do país em fins do século XIX e começo do XX, o analfabetismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia Oitocentista. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

COSTA, Ana Alice; CONCEIÇÃO, Héliida. Revolta dos resignados: a participação feminina na greve das professoras (1918-1919). Salvador: Neim/Ufba, 2001.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes: "um líder da raça negra" na capital da República. Afro-Ásia. Salvador, n.41, p.167-209, 2010.

GLEDHILL, Sabrina. Travessias no atlântico negro: Booker T. Washington e Manuel Raimundo Querino. Editora Funnilayo Publishing, 2008.

LEAL, Maria das Graças Andrade. Manuel Querino entre letras e lutas (1851-1923). Tese de doutorado (Doutorado em Letras). Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

³³ Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros. Ano: 1922, p.182 Hemeroteca Digital Brasileira



Luz, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese de doutorado (Doutorado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

QUERINO, Manuel Raimundo. Seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009.

REIS, Meire Lúcia Alves. A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937). Dissertação. (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

SANTOS, Jucimar Cerqueira. Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889). Dissertação. (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

SILVA, Fabiano Moreira. Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

SANTOS, Aderaldo Pereira. A arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930). Tese de doutorado. (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Luara dos Santos. "Etimologias preto": Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seu tempo (1888-1920). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

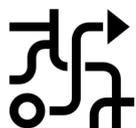
FONTES

Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia. Ano: 1876, p.263 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em ><http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=Elias%20Figueiredo%20Nazareth&pasta=ano%20187&pagfis=8605>

Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia. Ano: 1877, p.140 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em ><http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=Elias%20Figueiredo%20Nazareth&pasta=ano%20187&pagfis=8850>

Annaes da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia. Ano: 1896, pp. 11-50 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em ><http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236586&pesq=Elias%20Figueiredo%20Nazareth&pasta=ano%20189&pagfis=1789>

Annaes da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia. Ano: 1896, p.50 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em ><http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236586&pesq=Elias%20Figueiredo%20Nazareth&pasta=ano%20189&pagfis=1828>



Mensagens do Governador da Bahia para a Assembleia (BA). Ano: 1918, p.60. (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em ><http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=872989&pesq=Elias%20Nazareth&pasta=ano%20191&pagfis=3094>

Revista do Brasil. Ano: 1911, p.61 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em ><http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=390062&pesq=Elias%20Nazareth&pasta=ano%20191&pagfis=3626>

Recebido em: 05/10//2020

Aprovado em: 05/12/2020

OS SURUÍ/AIKEWARA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA: MEMÓRIAS DE UMA HISTÓRIA EM MOVIMENTO

THE SURUÍ/AIKEWARA AND THE ARAGUAIA'S GUERRILLA: MEMORIES OF A HISTORY IN MOVEMENT

MARTIN, Andrey Minin*

<https://orcid.org/0000-0001-5082-3599> 

RESUMO: A Guerrilha do Araguaia (1972-1974) é considerada o maior conflito armado ocorrido durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ocorrida no sudeste do Pará, na região denominada Bico do Papagaio, o tema ainda suscita debates acerca da pluralidade de sujeitos envolvidos no acontecimento. O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação do grupo indígena Suruí/Aikewara neste conflito, buscando compreender como esta memória é atualmente construída pelo grupo e exerce força na busca de reparações que permeiam este acontecimento, como a demarcação territorial. Para tanto, utilizamos os relatórios produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, e da Comissão da Verdade Suruí-Aikewara, realizada em Marabá, no ano de 2012, que contou com os depoimentos dos próprios sujeitos destes grupos, tendo como proposta analisar e reparar violações dos direitos humanos durante a ditadura militar. Por esta gama documental, em diálogos com a historiografia sobre o tema, propomos analisar um período e acontecimento que ainda suscitam importante debate sobre os Suruí/Aikewara e sua participação no conflito, bem como o protagonismo destes na tessitura de sua própria história.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; Suruí/Aikewara; História e Memória.

MENDES, Iolanda de Araújo**

<https://orcid.org/0000-0003-3447-4071> 

ABSTRACT: The Guerrilla do Araguaia (1972-1974) is considered the greatest armed conflict that occurred during the military dictatorship (1964-1985). In the southeast of Pará, in the region called Bico do Papagaio, the theme still succinct debates about the plurality of subjects involved in the event. The present work aims to analyse the participation of the indigenous group Suruí/Aikewara in this conflict, trying to understand how this memory is currently built by the group and exerts force in the search for reparations that permeates this event, such as the territory demarcation. To this end, we used the indigenous reports granted by the National Truth Commission, created in 2011, and the by the Suruí-Aikewara Truth Commission, held in Marabá in 2012. The commission took statements from the individuals from these indigenous groups, and it had as its proposal to analyse and repair violations of human rights during the military dictatorship. By this documentary range, in dialogues with historiography on the theme, we propose to analyse a recent period and event that still raises an important debate about the Suruí/Aikewara and their participation in the conflict, as well as the protagonism of these in the tessitura of their own history.

KeyWords: Guerrilha do Araguaia; Suruí/Aikewara; History and Memory.

* Andrey Minin Martin. Doutor em História-UNESP. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. E-mail: andrey.martin@ufms.br.

** Graduada em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. E-mail: iolandaamendes@gmail.com.



O QUE SABEMOS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

...quem vai escrever esta história, serão os *kamará* ou serão vocês?”... a gente meio que conseguiu na hora nessa discussão e eu acabei convencendo-os de criar uma comissão deles sem intervenção de outros *kamará*... e a partir desse momento eles tomaram a decisão de criar a própria CV... Como existe no país uma luta no sentido dessa verdade histórica, eu sou daqueles que acredito e incentivo a criação das comissões de verdade, acho que é uma forma interessante de trabalhar o período da ditadura militar... criar comissões de verdade é importante e ajuda muito nessa discussão democrática no Brasil...¹

Ponderar a história do Brasil recente remonta uma tarefa em que sua miríade de fatos e acontecimentos ainda ecoa em discursos e narrativas de grupos e sujeitos que, para além de compreender o passado, buscam legitimar suas ações no tempo presente. E, neste aspecto, a ditadura militar² e ações como a Guerrilha do Araguaia compõem, como assevera Rodrigo Peixoto (2011), “uma questão aberta que mantém vivo o episódio”.

No contexto da ditadura militar no Brasil instaurou-se um regime político entre os anos de 1964 e 1985 que proporcionou distintos capítulos em uma trajetória de luta armada, censura e jogos políticos. Nesta vertente, de longe, a denominada Guerrilha do Araguaia, ocorrida na divisa dos estados do Pará, Maranhão e hoje de Tocantins, em uma região conhecida como Bico do Papagaio, representa o maior conflito armado deste período no país, centrado no desmonte da luta armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região. Seus acontecimentos estão permeados em diferentes fases, ocorridas entre 1972 e 1974, fatos marcados pela chegada das forças armadas na região até a morte da última guerrilheira. Em um cenário digno de verdadeira guerra campal, o evento contribuiu significativamente para agravar uma realidade de conflitos agrários que permeiam a região desde sua formação.

¹ Entrevista Paulo Fonteles Filho, 23 de maio 2014, Marabá. Apud GARCIA, 2014.

² Uma diversidade de terminologias tem sido apontada para designar este período, estimulando um interessante debate historiográfico. Neste trabalho adotaremos a expressão ditadura militar, mantendo um diálogo aberto com a pluralidade de autores que utilizam outras terminologias. Para saber mais ver: FICO, Carlos. Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 9, n^o 20, 2017.

Neste trabalho adotaremos a terminologia “ditadura militar” a partir das orientações tecidas por REIS, Daniel Arão. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.



Andrea Garcia (2015) corrobora em seus trabalhos para demonstrar como a guerrilha intensificou a problemática de conflitos existente na região, não tendo estes sujeitos, segundo autora, outra opção ao se verem diretamente envolvidos nos acontecimentos. Conflitos entre os fazendeiros, camponeses e indígenas deram margem à impunidade para os crimes cometidos, e sob à sombra do medo comunista da Guerrilha do Araguaia, as autoridades fechavam os olhos para os conflitos agrários na região no pós-guerrilha. Mas os povos indígenas nunca desistiram de seus direitos, rompendo o silêncio para tais impunidades e enunciando a continuidade das lutas no tempo presente.

Daniel Aarão Reis (2005) pondera que a luta armada esteve presente desde o início da ditadura militar, tendo significativa expansão a partir de 1966 com a presença de movimentos de guerrilhas armadas por todo o país, ultrapassando os espaços urbanos.³ Este movimento compõe um espectro da polarização política gestada ao longo da década de 1960, que resultaram em vinte e um anos de regime autoritário⁴ no Brasil.

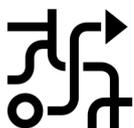
Quando a Guerrilha do Araguaia começou o país encontrava-se sob a égide do governo de Emilio Garrastazu Médici, sendo este período considerado pela historiografia como o de maior cerceamento das liberdades e direitos sociais⁵. As ações praticadas pelo Estado, durante o governo de Médici, iam para além de qualquer preocupação com os direitos humanos, considerado pela historiografia o período mais sangrento da ditadura militar. Nesse período o estado possuía um gigantesco sistema de segurança e inteligência militar, nunca antes visto no país.

Ao longo do conflito, entre 1972 a 1974, foram realizadas três grandes campanhas de busca e abate aos comunistas e apoiadores pelos militares na região do Araguaia. A primeira, chamada de “Operação Papagaio”, ocorreu no início de 1972 com aproximadamente oitocentos militares envolvidos. Esta primeira operação foi considerada um fracasso, pois os guerrilheiros tiveram conhecimento da “passagem de agentes federais procurando

³ No caso da região de estudo, qual seja o Bico do Papagaio, a chegada em 1966 de Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como “Osvaldão” daria início a presença de integrantes do PC do B na região, posteriormente marcado pela presença de jovens estudantes que haviam participado de manifestações em grandes centros entre 1966 e 1972.

⁴ No período de 1961 a 1964, o presidente João Belchior Marques Goulart, conhecido como “Jango” foi deposto do seu cargo com um golpe militar, em março de 1964, na medida em que seus atos eram tachados como subversivo comunista, pelos ideais de reforma agrária, dentre outros, como discorre Daniel Aarão Reis (2005). Estruturalmente, o Brasil enfrentava uma crise econômica proveniente de governos anteriores, mas que adentraram as pressões de grupos e sujeitos contrários aos caminhos traçados por este último presidente.

⁵ Implementado pela Junta Militar em dezembro de 1968, o AI-5 ampliava os poderes diretos de execução presidencial sobre estados e municípios, retirando, dentre outras ações, as garantias constitucionais, como *habeas corpus* de qualquer sujeito acusado de crimes contra a segurança nacional, como seria o caso utilizado contra a guerrilha.



forasteiros [...] por uma dona de hotel em Xambioá” e mesmo achando que não tinham sido descobertos, conseguiram fugir a tempo e se esconderem em lugar seguro para não serem pegos pelos militares (GASPARI, 2002, p.422).

Devido à movimentação dos militares ter sido bem expressiva na região, em especial na cidade de Xambioá, onde foi montada uma base militar, os moradores ficaram assustados com a movimentação, desaprovando a operação e se omitindo a contribuir com informações que os levassem ao paradeiro dos guerrilheiros, como pontua Peixoto (2011). As estratégias usadas foram consideradas como um fracasso, na medida em que o objetivo geral da operação era fazer uma limpeza total dos guerrilheiros na região do Araguaia em um curto prazo, e não capturar somente cinco dos guerrilheiros como aconteceu.

A Operação Sucuri, a segunda realizada, foi totalmente sigilosa, na qual os militares se infiltram disfarçadamente no meio dos camponeses como compradores de arroz, comerciantes e como funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no intuito de colher o maior de número de informação possível que os levasse ao paradeiro dos guerrilheiros e de seus apoiadores na região. Esse contato amistoso entre o exército disfarçado e a população local foi bastante significativo para o sucesso desta operação e a seguinte, pois os mesmos criaram programas de criminalização em relação aos guerrilheiros, que dificultaram a aproximação e comunicação entre os guerrilheiros e a população local, dificultando, conseqüentemente, sua permanência na região (PEIXOTO, 2011).

A partir desta nova situação gestada pela operação Sucuri, iniciaram uma nova investida de infiltração, denominada de “Operação Marajoara”. Essa terceira operação teve início em outubro de 1973, sendo o estágio mais sangrento do embate entre os militantes do PC do B e o exército brasileiro. Logo nos primeiros dias 70% da rede de apoiadores foi neutralizada, os guerrilheiros foram surpreendidos, capturados e presos, sendo sua maioria executados na selva quando houve confronto direto (MORAIS e SILVA, 2005). Nesta operação, contando com aproximadamente trezentos militares, o apoio da população local foi decisivo e determinante para seu desfecho. Assim, em outubro de 1974 foi executada Walquíria, a última combatente guerrilheira, próximo a cidade de Xambioá. Mesmo após o término oficial das operações a presença do exército na região do Bico do Papagaio se manteve, sendo realizado pelos militares um sistema de monitoramento e controle por alguns anos, chamado por alguns autores de “a guerra que veio depois” (PEIXOTO, 2011)

Os números oficiais indicados pelo partido a época apontam que cerca de sessenta e nove pessoas formaram o grupo participante da guerrilha, variando para alguns autores



para uma média de setenta e três combatentes, sendo sua grande maioria homens (SOUZA, 2002; GASPARI, 2002; CORRÊA, 2013). E desse número total, quarenta e um guerrilheiros foram executados nas bases montadas pelo exército em diversas áreas da região e outros dezoito foram mortos nos enfrentamentos, geralmente nas matas. Durante as três operações, que ocorreram entre 1972 e 1974, o exército brasileiro envolveu cerca de três mil militares, incluindo as polícias federais, rodoviárias e Civis. Essa estimativa aproximada de mortos ao longo do evento é maior quando incluímos indígenas e camponeses. Esses números chegam a ser imprecisos, quando analisados os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), devido às contradições na documentação organizada pela ditadura, quase nula em grande parte dos documentos.

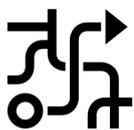
A região do Araguaia foi palco para as mais diversas atrocidades, envolvendo para além das disputas entre guerrilheiros e militares. Muitos grupos e sujeitos acabaram se envolvendo nos conflitos, tais como camponeses, profissionais liberais e mesmo os indígenas Suruí/Aikewara da região do Bico do Papagaio, no Sudeste do Pará, onde ocorreu a referida Guerrilha. E esta diversidade de relações ainda ecoa em novas possibilidades de análise.

OS SURUÍ/AIKEWARA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Segundo os estudos realizados pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário, a região da ocorrida guerrilha foi historicamente ocupada por diferentes etnias, como Karajá, Xambioá, Gorotire Kayapó, Xikrin, Suruí e Kuben-Kran-Kegn.⁶ Ao longo do processo migratório e de ocupação das terras, centralmente no século XX, sua presença foi cada vez mais reduzida. Destes, os Suruí/Aikewara são os povos indígenas que ainda hoje habitam o sudeste do estado do Pará. Na região do Araguaia, onde aconteceu o maior conflito armado na ditadura militar, a aldeia Sororó dos Suruí/Aikewara está localizada entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, aproximadamente 100 km de Marabá, maior cidade da região.

De acordo com Paula Miranda Monteiro (2018) os Suruí/Aikewara pertencem à língua Tupi Guarani, de tronco tupi. A maior parte da comunidade atual fala a língua portuguesa, e uma pequena parcela, os mais idosos, fala a língua materna. Contudo, segundo autora, “se deve ressaltar o grande processo de resistência e de revitalização da língua materna, pelos

⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha. 30cmx40cm.



quais passam os Suruí em busca de fazer com que a língua Suruí volte a ser falada por todos da aldeia Sororó, e esse processo também tem a escola como forte aliada” (p. 02). No período dos primeiros contatos poucos indígenas falavam o português, o que, segundo Monteiro, tendo sua atual denominação, Suruí, realizada pelo Frei Gil Gomes Leitão, mas que até hoje não é totalmente aceita por alguns de seus membros, que se autodenominam Aikewara, de modo que optamos por chamá-los de Suruí/Aikewara. Suruí, pois é nome mais comum e frequente nos relatos produzidos pelos não indígenas e Aikewara por ser o nome que eles se auto denominam.

Emaranhada na década de 1970 em um cenário de violência e novas ocupações, centrado entre os jovens do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e o exército, a presença deste grupo tem sido rememorada no tempo presente como os verdadeiros “cortadores de cabeça” desta guerrilha. Entre diferentes canais de comunicação, principalmente a imprensa, os Suruí/Aikewara foram transformados em mercenários, assassinos que, de acordo com as recomendações, iam executando as funções ora ditas pelos militares, ora se aproximando dos próprios guerrilheiros.

A aldeia indígena foi palco para uma das bases militares montadas na região durante terceira/ e última operação de aniquilamento aos guerrilheiros. No fim da operação Marajoara a aldeia ficou com aproximadamente 40 (quarenta) indígenas para uma população que era de 126 (cento e vinte seis) antes da chegada dos não indígenas. Hoje contam com mais de 300 (trezentas) pessoas, um aumento populacional considerável se comparado às péssimas condições as quais se encontrava a aldeia no pós-guerrilha. Possuindo uma área de 26.258 hectares, hoje demarcada ⁷, a expansão do agronegócio em terras indígenas ainda é um problema, mesmo com as terras demarcadas legalmente. A presença de garimpeiros na região também é muito intensa, fazendo com que a resistência seja a língua materna nos últimos anos desses povos indígenas.

1. Contudo, os Suruí/Aikewara foram peças-chaves para o sucesso das campanhas de abatimento dos guerrilheiros, pois, em muitos momentos, foram postos como guias para os militares no adentrar da mata. Por isso mesmo, tais debates, que por muito tempo ficaram à margem da historiografia, se tornam hoje peças fundamentais para

⁷ Por meio do Decreto Nº 88.648, em 30 de agosto de 1983, as terras dos indígenas Suruí/Aikewara foram demarcadas e homologada com uma área total de 26.258 hectares, distribuídos entre os municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá. Essas terras expõem as aldeias como uma ilha verde em meio a uma contínua área de pastagens, na medida em que a criação de gado na região -e um dos principais meio da economia regional.



o entendimento dos acontecimentos, ganhando novos capítulos a partir de movimentos como a própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011.

A temática sobre Guerrilha do Araguaia sofreu represálias ficando uma memória traumática em toda a região mesmo com o fim do conflito, não sendo trabalhadas diretamente tais temáticas nas escolas no ensino básico, em disciplinas obrigatórias, como Estudos Amazônicos. Trabalhar temas complexos como Guerrilha do Araguaia e sobre a participação dos indígenas Suruí/Aikewara é fundamental para a região, que passa por conflitos de terras desde sua formação aos dias atuais.

Essa censura sobre o assunto se deu na região pela presença das forças de segurança por vários anos após o conflito, sendo uma figura significativa para isso o major Curió, contando ainda com o intensivo aparato de censura, os generais colocaram o tema na lista de divulgação proibida, ocorrendo somente entre 1978 e 1979⁸ a aparição de pequenos fragmentos sobre o ocorrido. Até meados dos anos 1990 o seguimento das publicações era semelhante, sendo perceptíveis os silenciamentos por parte de moradores da região, como pontua Peixoto (2011). As obras desse período abordam centralmente as relações entre militares e os jovens comunistas, destacando-se gradualmente os embates e conflitos agrários ou mesmo a questão da luta armada na região⁹.

E até os dias de hoje a produção de obras sobre a guerrilha compõe uma verdadeira “batalha de narrativas”, entre obras produzidas por jornalistas ainda em fins da década de 1970 e outras mais recentes lembradas por ex-militares e combatentes, marcadas por um certo “revisionismo e revanchismo” ante o que já foi produzido.¹⁰ Porém, muitos outros sujeitos e grupos emaranhados nestes acontecimentos ainda não teriam visibilidade na produção historiográfica, como os próprios Suruís/Aikewara.

Seria por volta de fins dos anos 1990 e na primeira década do novo século que estes sujeitos ganhariam centralidade em novas narrativas sobre o evento, mesmo de forma

⁸ As primeiras reportagens publicadas ocorreram em Porto Alegre, em 1978, pelo Coojornal, sendo publicadas no ano seguinte outras mais pelo jornal O Estado de São Paulo.

⁹ Destacam-se obras como SOARES, Gláucio Ary Dillon; Maria Celina D’Araújo e Celso Castro 1995 A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A esquerda em armas: a Guerrilha do Araguaia. Goiânia, Centro Editorial Universidade Federal de Goiás, 1997; ROCHA JUNIOR, Deusdedit A. A Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Dissertação. Brasília:Unb, 1995, 158 p.

¹⁰ Ainda em fins da década de 1970 e 1980 encontramos algumas publicações realizadas, como “A Guerrilha do Araguaia: a história Imediata”, organizado por Palmério Dória e “Araguaia: o partido e a guerrilha”, de Wladimir Pomar. A partir das últimas décadas tem se intensificado a publicações de memórias e relatos de ex-militares sobre o conflito, como “Xambioá: guerrilha no Araguaia”, do capitão-aviador Pedro Corrêa Cabral, de 1993 e “A guerrilha do Araguaia-revanchismo: a grande verdade”, do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, de 2002, intensificando a guerra de narrativas sobre o conflito.



parcial. E tal destaque ocorreria justamente pela intensificação das lutas destes sujeitos por garantia de seus direitos políticos civis e sociais, que gradualmente dariam visibilidade dentro de novas produções e pesquisas. Neste aspecto, a memória tem sido observada como uma estratégia/mecanismo pela qual estes sujeitos têm alçado uma nova visibilidade. A criação de comissões de investigação de direitos humanos sobre a memória da ditadura militar, como a CNV, tem produzido novas possibilidades para o debate, que ficam evidentes nos novos trabalhos.

Assim, este debate caminha para superação de uma possível história fechada nas mesmas polaridades, que produziu importantes interpretações ligadas a uma tradição historiográfica marxista, mas que ainda necessita ser superada, com muitas lacunas a serem observadas. As novas abordagens e escritas sobre o tema estão mudando, percebendo que o protagonismo está também em pequenas ações. Ainda assim, são poucos os trabalhos que interpretam o crescimento demográfico dos indígenas como protagonismo e que as escolhas feitas pelos mesmos são sinais de ação que devem ser vista como significantes. O que não nos cabe dizer se foram boas ou ruins suas escolhas, mas como decisões tomadas com autonomia por um grupo ou sujeito que produz um protagonismo de acordo com suas possibilidades.

A partir destas lutas na busca de esclarecimento e reparação aos envolvidos, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 18 de Novembro de 2011, instituída pelo governo do Brasil na presidência de Dilma Rousseff, com intuito investigar violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de Setembro de 1946 e 05 de Outubro de 1988 no Brasil. O pedido de esclarecimento ao Estado partiu principalmente da ação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, contando com a participação de comissões estaduais, municipais, universidades e sociedade civil, bem como grupos de camponeses e indígenas da região onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia, com participação contundente para o desenrolar dos fatos ocorridos na região do Araguaia. No final de 2014 a CNV findou seus trabalhos com a entrega de um relatório completo à presidente da República, como ficou determinado em lei.

Por isso mesmo, entender estas lutas e o acontecimento aqui pesquisado por meio do narrar dos próprios indígenas Suruí/Aikewara é sem dúvida justo e necessário. Em 2012, juntamente com a CNV, os indígenas tomaram a iniciativa de criar sua própria comissão, sendo a primeira comissão indígena do país, com pouca interferência dos não indígenas, ressaltando seu protagonismo.

A CNV contou com a parceria do Comitê Paraense de Memória e Verdade e Justiça e com a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. Por meio dessas audiências foi



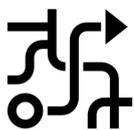
interessante observar como a população acompanhou diretamente todo processo, estando presente em todas as plenárias, como demonstrado na documentação produzida nesta comissão. As audiências propiciaram que as histórias de violação dos direitos humanos se tornassem visíveis em todo o país, pelos vários meios de comunicação em que eram divulgadas.

A criação desta comissão voltada diretamente pelo e para os Suruí/Aikewara demonstra como estas narrativas têm centralidade para compreensão dos acontecimentos ocorridos durante a guerrilha, bem como para ampliação da própria construção de suas trajetórias e memórias. Pelos documentos e depoimentos podemos entender o teor desta proximidade, como relata a jovem liderança Winorru Suruí à integrante da CNV, Maria Rita Kehl:

Durante três anos, de 1971 a 1973, os Aikewara viveram assustados quando ouviam qualquer barulho de carro ou avião, logo pensavam que iriam ser mortos. Muitos tinham insônia, não conseguiam dormir tranquilos, porque o tempo todo eram ameaçados por soldados do exército que lhes diziam para fazer as crianças calarem a boca, “senão todos vocês vão morrer”. [...] é triste saber e viver na democracia para a qual foi preciso lutar e perder muitas vidas; ter essa liberdade que hoje temos que custou vidas de verdadeiros heróis que não podem jamais ser esquecidos, e cuja lutas foram interrompidas com violência e mortes.¹¹

Garcia (2015) destaca três questões contundentes para entendermos a participação e luta dos Suruí/Aikewara pela reparação e esclarecimento dos excessos cometidos por parte do exército na Ditadura Militar no evento da Guerrilha do Araguaia. Em primeiro, a luta pela reparação econômica, por terem perdido plantações, chegando a passar fome, somado a morte de animais e o cerceamento da livre atividade em seu território com a presença dos militares. A segunda, e a que mais tem evidências nas produções acerca do acontecimento, remete a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos envolvidos na Guerrilha do Araguaia, em que há possíveis ossadas em terras indígenas. A terceira, e não menos importante, é sobre a própria narrativa histórica a partir destes sujeitos, na medida da superação do silenciamento, devido ao medo e traumas do que viveram, dando margem à construção de sua participação no evento por meio de problemáticas do passado e do presente.

¹¹ Leitura da carta dos Suruí/Aikewara pelo responsável Winorru à Comissão Nacional da Verdade em audiência em 13 de Maio de 2014. Carta disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/carta_aikewara.pdf, acessada em 23/04/2020.



Logo, a memória é um mecanismo fundamental nesse processo, pois é importante lembrar que é uma história que não está completamente esclarecida, as implicações do presente condicionam diretamente a narrativa do passado, o que contribui para a mudança em alguns relatos. Jacques Le Goff (1992) discute essa relação documento, monumento e a importância do passado para a construção da memória em seu coletivo. A história, filha da memória, visa a reconstrução do passado para atender, por exemplo, tanto as necessidades do presente, como realizar uma nova representação de seu passado, seletiva, parcial e ligada a novos interesses e necessidades. Logo, os relatos destes sujeitos acabam sendo determinantes, dentre outras questões, para própria luta pela permanência em suas terras no tempo presente.

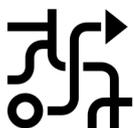
As terras dos Suruí/Aikewara não tinham sido demarcadas antes da Guerrilha do Araguaia. Uma das “justificativas” dos militares por estarem à procura dos guerrilheiros e de terem o apoio dos indígenas, era de que tais grupos de comunistas queriam tomar as terras da união, por isso a permanência do exército na região. Em 1977 a demarcação das terras foi feita com uma área bem menor do que a área ocupada.¹² Posteriormente, organizações não governamentais passaram a apoiar minorias com questões agrárias, e a luta dos Suruí/Aikewara começou a ter um apoio externo de fato, não só dos agentes da FUNAI, para a revisão da demarcação de suas terras, ainda no final da década de 70. Os indígenas, juntamente com essas organizações, foram montando estratégias para o uso das terras, forçando a sua revisão e impedindo que as grandes empresas cada vez mais avançassem em suas terras.

Táticas para a expansão do plantio de alimentos demonstram às autoridades competentes que a população indígena cresceu consideravelmente, não sendo suficientes suas terras, além de demonstrar através da memória dos mais velhos e até mesmo dos militares que adentraram a região, que a demarcação está equivocada, sendo necessário rever seus limites, pois rios que apareciam nos relatos anteriores como parte das terras, agora estão de fora e são elementos essenciais para a preservação da cultura e da sobrevivência dessa etnia na região.

A partir de 1971, segundo decreto expedido pelo governo militar ¹³ toda área na região do Araguaia e Marabá foi posta como “área de segurança nacional”. Sendo os Suruí/Aikewara o único grupo indígena a ter participação na Guerrilha do Araguaia e

¹² Hoje a terra Indígena Sororó, tem 26.258 hectares, homologados por meio do Decreto 88.648 (publicado no DOU em 31.08.1983).

¹³ Entrevista realizada em outubro de 2014, para Garcia (2014).



estando seu território diretamente conectado aos espaços ocupados pela guerrilha, os militares se aproximaram desde o início das operações na busca de montar bases em suas terras, adentrá-las na busca dos guerrilheiros, bem como se aproximar dos indígenas para colaboração para entradas nas matas. Segundo os relatos, mantendo permanência 24 horas em suas terras, esta aproximação contou com a promessa de uma série de benefícios, como armas, munição e proteção contra os guerrilheiros. Segundo o depoimento de Tawé os militares chegaram a sua aldeia causando muito medo:

[...] Aí chegaram lá a tropa, vinha... por terra, aí vieram... o comandante vinha no avião. Aí avião chegou primeiro. Aí nessa época, naquela época, quer dizer (hoje as mulheres são mãe, não é?), era tudo criancinha, eles ficaram com medo daquele barulho do avião, helicóptero, né? Ele desceu bem no meio da aldeia que... arrancou tudo... a “capote” [cobertura] da casa, da aldeia... Aí as crianças (que é hoje a mãe) correram para dentro da mata que... primeira vez... não sabiam o que era aquilo, né? Elas correram! Até a mãe, correu pra dentro da mata, outro entrou dentro da casa, pra ficar lá, pra ninguém ver!! Aí desceu um dos militares que são “coronel”, essas pessoas né? Grande! Aí pediu para..., quem estava nessa época era o... Warini mais o irmão dele, Sawara’á, que ele era cacique, né? Na época (Sawara’á, que hoje está aí). Aí ele [militar] pediu [perguntou] pra ele [cacique] se ele não viu pessoa que vinha por terra, fardado assim tudo, né? E nós não sabia o que que era isso, não! Nós não conhecia direito também quem era o militar, né? Nós não... a gente via só nome, mas a gente não sabia o que eles andavam fazendo. Aí... Chegaram lá, invadindo, assim, né? Botaram arma nas mulheres, os homens que estavam, aí eles ficaram com medo... Por que era... por que que eles estavam fazendo aquilo com eles? Ficaram com medo... As crianças tudo chorando... Aí falou assim: “Num tem alguém por aqui por perto?” Se correrem, que podia... atirar atrás, né? Aí o... o cacique na época era... o Sawara’á, né? Aí falou na linguagem pra ele: “Não, não tem ninguém não, mas já pedi para eles não correr” (ele entendia pouco... bem pouquinho mesmo... a palavra do... português, né?). [...] Aí daqui a pouco chegaram mais outras tropas atrás. Aí fizeram do mesmo jeito de novo: cercaram lá, aí começaram falar que ninguém era para sair... todo mundo dentro da casa lá. Aí então fizemos do jeito que eles falaram. Que nós não queria que acontecesse alguma coisa... podia atirar na gente... matar, né? ¹⁴

Para facilitar o acesso, estradas foram abertas dentro do território indígena, como a OP-2, atualmente Br-153, o que aumentou a presença e contato com os militares. Segundo o relatório, tais iniciativas influíram diretamente no ir e vir dentro do território, visto que atividades do cotidiano, como a caça, plantio, e celebrações foram cerceadas por indicação dos militares, para não correrem o risco de serem confundidos com os guerrilheiros. E apesar dos mais novos dizerem que não conheciam os guerrilheiros, os mais velhos, em seus relatos, dizem ao contrário. Os guerrilheiros eram bem-vistos tanto pelos camponeses como pelos indígenas Suruí/Aikewara, devido as suas ações de assistência à comunidade. Serviços

¹⁴ Entrevista concedida a Iara Ferraz e Orlando Calheiros em agosto de 2013. Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77, p. 09.



como de enfermagem, consulta médica, troca de mercadorias e alfabetização, tanto de adulto quanto de crianças, eram correntes entre estes grupos. Waiwera relata que conheceu uma das guerrilheiras, a Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina. “Tem uma que não... num tou me lembrando mais não... Ah! Dina! Chegou aqui, Dina, *kamará kuxó* [mulher não indígena] que era brancão, ela chegou aqui pra nós, avisando pra nós: “Ah, tem muito! polícia aí na estrada – que ela falou pra nós”.

Como estratégia, os militares passaram a explicar, a seu modo, o motivo da missão na aldeia e quem eram tais terroristas que procuravam, como evidencia o depoimento de Tawé:

Eles [militares] falaram que foi assim: esse povo chamado por nome “terrorista” fugiram de num sei aonde, do Rio de Janeiro... de Brasília pra cá, né? diz que... eu acho que por causa de negócio de política né? eu entendia uma coisa pouca na época, eles falaram, contaram:

- Não, porque aconteceu assim: política! Porque perderam (eu num sei quem foi que perdeu, um de política, né?) aí começaram a briga, brigaram contra militar, essas coisa tudo, acho que... pegaram a arma de militar, falando, botando desculpa, sei lá, num sei como foi que aconteceu mesmo!

Um deles falaram que... assaltaram banco... sequestraram policial de lá também, num sei aonde, acho que foi em Belém, num sei - eles contando pra nós.

- E nós tamo à procura deles! a turma dele ta aqui! ele tem que contar pra nós aonde que eles deixaram o resto, da turma!

Ele [Josias] contou pra ele [militar]:

- Ta nesse local, pra cá assim, tal lugar, tal tal ... Assim nós fomos com ele, assim mesmo, com medo! A gente num podia dizer nada... faz de conta que a gente era mudo, né! num podia falar”.¹⁵

Para além de um desfecho, os trabalhos já realizados, bem como a documentação produzida em espaços como a Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Suruí/Aikewara, demonstram como nossa história recente, especificamente da ditadura militar, ainda possui muitas páginas a serem desveladas. Os arquivos estão sendo abertos, as análises e debates estão à prova, e os grupos indígenas, tais como os Suruí/Aikewara, ainda permanecem como sujeitos de uma história em construção. Muitos outros capítulos ainda serão tecidos pelos rastros da memória indígena...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerrilha do Araguaia contribuiu diretamente para uma mudança de hábitos na aldeia dos Suruí/Aikewara. Tanto pela presença dos paulistas, que mantinham uma boa

¹⁵ Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77. 2013, p. 21 e 22.



relação com indígenas, com dicas de cultivo da terra e troca de mercadorias, como pela presença do exército, com uma base militar dentro da aldeia interferindo completamente na rotina dos Suruí/Aikewara.¹⁶ Ainda assim, desde a época um certo “silêncio” demarcou estes acontecimentos, que, nas palavras de Paulo Fonteles Filho, “muito já se disse sobre os grupos que lutaram contra o regime... todos já foram citados, menos os índios”.¹⁷ Algumas publicações e reportagens ao longo dos anos esporadicamente mencionavam os Suruí/Aikewara.

Mesmo após o conflito, o que a historiografia denomina como “guerra que veio depois”, a presença militar não cessou, centrada principalmente na busca dos corpos enterrados, principalmente nas terras indígenas. Este desdobramento adentraria diretamente a leitura externalizada da participação Suruí/Aikewara no conflito, o que contribuiria para a construção da narrativa de apoiadores da ditadura. Para as gerações contemporâneas dentro da aldeia, a luta pela construção de uma nova memória transformasse então em uma forma de reparar seu povo, mas também como uma estratégia de busca de ampliação de seu território, sensivelmente diminuído ao logo da década de 1970.

Esses sujeitos têm interesses e vantagens significantes ao participar de tal acontecimento, como tem na contemporaneidade como qualquer outro sujeito, pois são capazes de perceber o que lhes envolve, agindo conforme seus interesses. A ampliação e a gradual abertura dos arquivos nas últimas décadas, conjuntamente à realização destes depoimentos, tem demonstrado como realmente as terras nesta região sofreram significativas transformações, em que espaços de rios e castanhais ficaram fora dos limites desta demarcação ocorrida em 1977, sendo engendradas assim, nestas novas comissões, estratégias e buscas de/para reparação.

Desta forma, uma das preocupações ao longo deste trabalho foi a de tentar compreender a participação do grupo indígena Suruí/Aikewara na Guerrilha do Araguaia, buscando apontar como a historiografia brasileira foi construída acerca dessa temática. Contando com uma rica documentação produzida centralmente pela Comissão Nacional da Verdade, buscamos elucidar, a partir das próprias narrativas indígenas, um novo olhar para a história deste grupo e, diretamente, deste acontecimento. Logo, elucidar como os

¹⁶ GARCIA; Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

¹⁷ Paulo Fonteles Filho foi coordenador da Comissão da Verdade do Estado do Pará. Filho do advogado da CPT, Paulo Fonteles que foi assassinado em 1986, sendo um dos primeiros a pesquisar sobre a Guerrilha do Araguaia.



Suruí/aikewara reagiram ou se posicionaram e como a historiografia tem construído essa participação remontam a proposta deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruteia Lima. *Geografia regional contemporânea do bico do papagaio: a região e a regionalização*. XI Encontro ANPEGE. São Paulo, Unesp, 2015.

ARENZ, Karl Heinz. *Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII)*. in: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Paka-tatu, 2016.

BAUER, Caroline S; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regima de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

BELTRÃO, J. et al. *De vítimas a indiciados: um processo de ponta-cabeça*. Surui Aiekewara verus Divino Eterno. Laudo antropológico. Espaço Ameríndio. Porto Alegre. V2, n2, jun/dez 2008.

BRAGA, Magno M. Marçal. *Rota Transamazônica: Nordestinos e o Plano de Integração Nacional*. 1. ed. Curitiba: Pismas, 2015. v. 1.

CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá: guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Edit. Record, 1993

CALHEIROS, Orlando. *Aikewara: Esboços de uma sociocosmologia tupi-guarani*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional/ UFRJ, 2014.

CAMPOS F.o, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DÓRIA, Palmério et al., *A Guerrilha do Araguaia*. História imediata. Nº 1, São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FARIA, Mateus Henrique de. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História* Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando: “O tempo da guerra” – os *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia. Relatório Comissão Nacional da Verdade, Maio 2014.

FIGUEIREDO, LUCAS. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das letras, 2015



FONTELES, Paulo. *Araguaianas*. As histórias que não podem ser esquecidas. Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi. São Paulo, 2013.

GARCIA, Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewara*: uma etnografia da memória e do esquecimento. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN;

_____. “Trajetória da(s) memória(s) Aikewara: do evento da Guerrilha do Araguaia até a Comissão de Anistia no atual contexto de revisão da ditadura brasileira”. Dissertação, Unicamp, 2015.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Memória individual e coletiva. 2ª ad. São Paulo, Vértice, 1990.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª. Ed, 1982

LAIARA, Roque de Barros; MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 35).

LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. In: “História e Memória”. Campinas: EdUnicamp, 1992.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militares Na Amazônia*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos., Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 2000

NEVES, Ivânia dos Santos; CORRÊA, Maurício Neves. *O povo indígena Aikewára e a Guerrilha do Araguaia: mediação, apropriação e resistência nas fronteiras de identidades*. “Amazônia e o direito de comunicar” - Belém/PA, 2011.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícios. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015. <http://revista.anphlac.org.br/>.

NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MARTIN, Andrey Minin. *Produzir energia, (pro)mover o progresso: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e os caminhos do setor energético*. Tese. Doutorado em História. UNESP, 2016. 351 f.

MECHI, Patricia Sposito. 2012. “*Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*” Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MONTEIRO, John Manuel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John Manuel. (Org.). *Tempos Índios: História e Narrativas do Novo Mundo*. Pag. Antologia Índios, 2007.



- MONTEIRO, Paula Miranda. *Os suruí/aikewara nos tempos da guerrilha do araguaia: história, memória e educação*. XIV Encontro Nacional de História Oral. Unicamp, 2018.
- MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4ª. ed.
- MOURÃO, Monica. 2005. *Memórias clandestinas. A imprensa e os cearenses desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora
- MOURA, Clóvis (Apresentação). 1979. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Ed. Alfa Omega. Série História Imediata.
- PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez
- PEREIRA, Airton dos Reis. “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”. - Recife: Editora UFPE, 2015.
- PEREIRA, Mateus Henrique de faria. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História Belo Horizonte*, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 12.
- POMAR, Wladimir. 1980. *O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- PORTELA, Fernando. 1986. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 7ª. ed.
- RODRIGUES, Antonio. 2008. *Araguaia – entre soldados e guerrilheiros*. Curitiba: Prottexto.
- ROCHA JUNIOR, Deusdedith A. *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação. Brasília:Unb, 1995.
- SÁ, Glênio. *Araguaia – relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.
- SALLES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth/FHC/ UNICAMP, 2001.
- SANTOS, Rafael R. N. dos. “DIS O ÍNDIO...”: outra dimensão da lei: políticas indigenistas no âmbito do Diretório dos índios (1777-1798). Dissertação, UFPA, 2014.



SANTOS, Rafael R. N. dos; SANTOS, Pyterson Romano dos. “Protagonismo indígena por meio do Aconteceu Boletim (1980-1987): lutas, tensões e perspectivas no processo de redemocratização”. In: COELHO, Anna C. Abreu; MACHADO, Eliane M. *Do Ensino de História em novas fronteiras: ou de como se faz pesquisa e extensão no Sul e Sudeste do Pará*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. 2002. *Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade*. Brasília: edição do autor. 51

SOUSA, Deusa Maria de. 2011. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

STUART, Hugo. 2006. *A lei da selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial.

TELES, Janaína de Almeida. “Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)” *História Unisinos* 18(3):464-480, Setembro/Dezembro 2014.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FONTES

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Vol. 01. Brasília, 2014.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha. 30cmx40cm.

FIGUEIREDO, Lucas. “O segredo dos índios Aikewara”. *Revista GQ*, n.1, abril 2011, pp. 156-163.

ROSA, João Guimarães. Com o vaqueiro Mariano. Rio de Janeiro: Edições Hipocampo, 1952.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Oban/Doi-Codi. Brasília, Editerra Editorial, 1987.

Recebido em: 26/10/2020

Aprovado em: 05/12/2020

A INVISIBILIDADE/CAMUFLAGEM CIGANA: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS CIGANOS NO OLHAR DO GADJE (NÃO- CIGANO)

*THE INVISIBILITY/CAMOUFLAGE GYPSY: AN ANALYSIS ON THE
REPRESENTATION OF GYPSIES IN THE GAZE OF GADJE (NON-
GYPSY)*

ARCAS, Marcio Edovilson*

<https://orcid.org/0000-0002-7979-3167> 

PAES, Ademilson Batista**

<http://orcid.org/0000-0002-4043-6242> 

RESUMO: A crise lançada pela pandemia do coronavírus levantou questionamentos ao redor de todo mundo acerca do tipo de sociedade que está sendo construída e como será o futuro da humanidade. A tragédia da COVID-19 teve como pano de fundo, especialmente em território americano, a proliferação das *fake news* e do negacionismo científico, assim como a grande preocupação de diversos setores sociais para as discussões em torno das mudanças climáticas. Desse modo, os apontamentos que pretendo realizar indicam para a demanda da historiografia, especialmente na área da Teoria e Filosofia da História, de considerar com afincamento o atual contexto de crise político-ambiental. O que proponho é uma aproximação das questões da historiografia com as problemáticas explicitadas pelas ciências naturais, baseada no fato de que ambos os campos são ameaçados pelo negacionismo obscurantista, no crítico momento em que as distinções entre o tempo histórico e geológico estão em um vertiginoso processo de sobreposição.

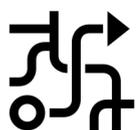
Palavras-chave: COVID-19; Fake News; Crise Climática.

ABSTRACT: The crisis launched by the coronavirus pandemic raised questions around the world about the model of society that is being built and what the future of humanity will be like. The challenge of COVID-19 had as a background, especially in American territory, the proliferation of fake news and scientific negationism, as well as the great concern of various spheres of society for the discussions on climate change. Hence, the points I intend to make indicate for the demand of historiography, especially in the Theory and Philosophy of History area, to take a hard look at the current context of political-environmental crisis. What I propose is an approach of the questions of historiography with the problems made explicit by the natural sciences, based on the fact that both fields are threatened by obscurantist negationism, at the critical moment when the distinctions between historical and geological time are in a dizzying process overlap.

Keywords: COVID-19; Fake News; Climate Change.

* Mestrando em Educação (UEMS, campus Paranaíba), membro do GEPHEB (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - CNPq - 2005). Email: marcio.arcastafe@gmail.com.

** Doutor em Educação Escolar (UNESP), Docente Adjunto (DE) dos cursos de Pedagogia e Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Desenvolve estudos e pesquisas nos campos da história e da história da educação brasileira. É líder do GEPHEB (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - CNPq - 2005). Email: marcio.arcastafe@gmail.com.



APRESENTAÇÃO

Em 2019, para participação do Simpósio Multidisciplinar de Relações Étnicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus Três Lagoas, elaborei o trabalho “A construção histórica da intolerância ao cigano: do mito do surgimento dos ciganos aos materiais divulgados em sala de aula”¹. Este texto procura sintetizar toda a pesquisa realizada desde então, focando principalmente na invisibilidade e camuflagem do grupo, visando assim, contribuir para que os mesmos possam ser respeitados e seus direitos garantidos; a principal diferença nos textos se dará por uma visão mais focada no olhar do cigano.

Os roms (ciganos na língua romani-cigana) são distribuídos em sete grupos (clãs): Kalderash, Moldowaia, Sibiaia, Roraranê, Hitalihiá, Matwiwia e Kalé (calon); eles têm em comum a língua ágrafa, e a tradição oral de sua cultura, além de manter características do nomadismo. No entanto, não é possível conceituá-los como etnia, ainda que estejam espalhados por todo o mundo e presentes em vários momentos históricos (especialmente a partir do século XIII quando seu contato com a Europa começou a se intensificar e registros sobre estes grupos surgiram). Andarilhos, músicos, negociantes, gitanos; várias foram as formas como foram chamados por onde passaram; em cada um desses lugares² aprenderam e deixaram suas marcas (HILKNER,2008, p.5) .

O cigano, ‘outro’ em relação ao europeu, desde então é julgado dentro da moral europeia, onde não há espaço para que se expresse, não é o interlocutor dos textos e narrativas que os mencionam, não é protagonista da história e, como coadjuvantes, lhe sobram apelos pejorativos (como veremos na literatura). Sendo na maioria das vezes meros figurantes das narrativas, passam assim despercebidos.

Em “Pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010, p. 54), a indiana Gayatri Chakravorty Spivak irá criticar como autores europeus tentam explicar o mundo a partir do ponto de vista europeu, logo, tentar com a lente do colonizador explicar culturas e indivíduos que fazem partes de regiões colonizadas, o ‘outro’, em relação ao europeu, é algo impossível. A

¹ O texto apresentado no Simpósio foi publicado como capítulo de livro: ARCAS, M. E. PAES, A. B. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA AO CIGANO: DO MITO DO SURGIMENTO DOS CIGANOS AOS MATERIAIS DIVULGADOS EM SALA DE AULA. DOI 10.22533/at.ed.92720210913 (páginas 133 a 145) (in) OLIVEIRA, A. C. Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história. Editora Atena, Ponta Grossa-PR, 2020.

² “A ideia de lugar toca uma dimensão afetivo-existencial importante, ligada ao sentimento de pertencimento e de familiaridade com o espaço físico que nos rodeia. Trata-se de uma realidade simbólica e de sua representação” (TRESOLAVY, 2020, p.90). Essa possibilidade de dar sentido ao espaço é próprio do humano. Esta definição, em relação ao cigano ganha outros significados, já que para a sua cultura, em especial a calon, o lugar é ideal quando proporciona a possibilidade de liberdade.



voz acadêmica detentora do conhecimento científico, por mais que tente fazer esse papel, irá fracassar. Se isso já é algo recorrente para culturas fixadas em estruturas nacionais com espaços geográficos minimamente definidos, é praticamente impossível para uma que seja ágrafa e nômade, que transmite sua memória por meio da tradição oral como a cigana.

O gadje (não-cigano) é limitado para falar sobre os ciganos, situação que deve ser levada em consideração no decorrer da leitura deste texto. O “subalterno não pôde falar”, parafraseando Spivak, a explicação sobre a origem do povo cigano reproduzida por boa parte dos textos acadêmicos não faz parte das narrativas contidas nas suas tradições orais. Enquanto os pesquisadores permanecem condicionados à teoria nazista de que teriam surgido na Índia, por volta de 1000 a. C; entre os ciganos, a explicação é outra:

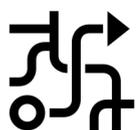
Minha avó Yordana Stanescon, conhecida e respeitada pelo meu povo como BIBI YORDANA, a PHURI DJIEÍ (matriarca, dona da sabedoria), nossa rainha, nos ensinava: “Nosso povo saiu do fundo da terra, e fomos então escravizados pelos egípcios. Foram tantas as humilhações e os maus-tratos a que fomos submetidos, que na época criou-se um dialeto próprio, o ROMANÊS, para que nos comunicássemos, sem que nossos algozes compreendessem o que falávamos...”(STANESCON, 2007)

O fragmento citado acima faz parte do livro *Lilá Romai – Cartas Ciganas*, escrito pela cigana Mirian Stanescon, Presidente da Fundação Santa Sara Kali, ex-Conselheira da SEPPIR da Presidência da República, Delegada da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Membro do GT de Enfrentamento a Intolerância e Discriminação Religiosa e Promoção dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ. Em sua obra, busca resgatar a história, costumes e tradições dos ciganos, uma busca para preservação.

Ao longo da minha caminhada, li e ouvi barbaridades sobre o meu povo, que, talvez por ser vítima de seculares preconceitos e perseguições, se protege, isolando-se. Resolvi então quebrar o silêncio e lutar pelo resgate da verdade. (STANESCON, 2007, p.7)

Além do esforço histórico das culturas dominantes em esconder a presença do cigano ou eliminá-la (FAGIC, 2020), o isolamento e a camuflagem parte também dos próprios grupos como um mecanismo de sobrevivência (vários são os exemplos de pessoas que tiveram algum destaque social e suas origens ciganas foram camufladas³ temendo retaliações) (MATUOKA, 2018).

³ Elvis Presley, Charlie Chaplin, Michael Caine, Pablo Picasso, Shayne Ward e o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek são exemplos de pessoas que alcançaram sucesso e mantiveram suas origens ciganas camufladas.



Na sequência, será apresentado como os gadje teorizaram as afirmativas sobre as origens indianas dos ciganos, além de como estes têm sido apresentados na literatura e como isso chega até os materiais didáticos (questionando como o aluno é impactado com estas colocações). Então, é apresentado o ponto de vista cigano sobre suas origens e sua cultura; e, ao final, conclui-se que somente uma educação de caráter transgressor pode contribuir para que estas minorias saiam da condição marginalizada em que se encontram.

A ORIGEM DO CIGANO SEGUNDO OS GADJE

“Somos ciganas do Egito, lemos a sorte futura”
João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina* (1955)

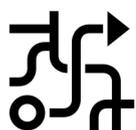
Como já citado anteriormente, não coube aos grupos ciganos fornecerem argumentos sobre sua origem e muito do que é dito sobre sua cultura e estilo de vida; iremos analisar quais foram os contextos e argumentos utilizados pelo gadje para afirmar que a origem cigana é indiana. Vale ressaltar que esta informação não é tão importante para os ciganos como afirma Mirian Stanescon:

A mim não importam os livros que consideram a Índia o berço dos ciganos. Não que eu despreze os livros; ao contrário, sempre incentivei o hábito da leitura entre um povo cuja cultura é oral e não escrita (STANESCON, 2007, p.15).

Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial o mundo passa a conhecer os horrores promovidos pelos nazistas nos campos de concentração: espaços reservados aos indesejados, aqueles que poderiam de alguma forma atraparlar os ‘arianos’ de conseguirem alcançar a perfeição. Homossexuais, deficientes, pessoas de orientação política contrária, judeus, testemunhas de Jeová e ciganos eram levados para estes espaços de escravidão, tortura e morte⁴.

Para os nazistas, os ciganos eram especiais (GUIMARÃES, 2015), pois linguistas alemães detectaram semelhanças da língua romani (idioma cigano) com o sânscrito (idioma indo-ariano presente na Índia), logo determinaram que sua origem era indiana (usaram a pigmentação mais escura do que a dos Europeus do Norte da pele cigana e alguns traços culturais como justificativa), assim como também determinaram que os “arianos” foram os fundadores do sistema de castas hindu. Estudar os ciganos era entender a origem ariana e

⁴ A perseguição aos ciganos não foi exclusividade da Alemanha, em diversos países foram criadas leis de exclusão aos ciganos, países como Inglaterra, EUA e URSS (LAROUSSE, 1973. P. 1662-1664); leis impondo distancia dos acampamentos ciganos para as casas dos cidadãos. Foram ainda acusados de vários crimes sem provas, o que resultou nas mais diversas punições (AGUIRRE, 2006).



sua superioridade, por isso não demorou para servirem de cobaias para as mais odiosas pesquisas, o anticiganismo ganhava caráter pseudocientífico (anticiganismo).

O hinduísmo é baseado em um sistema de castas que, segundo a tradição encontrada no hino RigVeda, teria se originado a partir do sacrifício do Deus Purusha, e da divisão de seu corpo se originaram as bases da sociedade, destas ‘partes’ surgiram quatro comunidades de pessoas. No sistema de castas, a vida da pessoa é determinada pela hereditariedade e de qual grupo sua família faz parte, quanto mais acima da pirâmide mais privilégios (os Brahmins ficaram no topo desta divisão); com o tempo, outros subgrupos foram surgindo, acentuando a desigualdade. O racismo estruturado no hindu servia aos interesses de organização social dos nazistas.

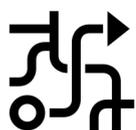
No século XIX, alguns europeus, buscando uma justificativa para sua “superioridade racial”, começaram a usar o termo ariano de forma equivocada: para estes, os arianos eram uma raça que teria sido a primeira a assumir o topo da pirâmide social hinduísta. Não há raça superior, tampouco raça ariana; o que há é um grupo de línguas conhecidas como indo-europeias, dentre essas línguas, por exemplo, fazem parte o sânscrito e o português.

Na busca em legitimar a origem cigana, os nazistas procuraram relação de seus traços culturais com a cultura hindu. Logo encontraram na deusa Kali (pele escura) e seus seguidores as relações necessárias, então atribuíram a esta a origem da devoção dos ciganos à Santa Sara Kali⁵.

Na tradição, a deusa Durga, esposa de Shiva, foi amaldiçoada após lutar com um demônio, das gotas de seu sangue surgiram demônios; quando estes tinham a cabeça cortada, o sangue que jorrava gerava novos demônios. Então, surge Kali (em algumas versões uma transformação do próprio Shiva, em outras de Durga), esta lambia o sangue das cabeças cortadas e com isso novos demônios não surgiam. Kali representava a Natureza e como esta age para a manutenção da vida, não era tratada como um demônio, pois sua prática de ceifar vidas indesejadas garantia a base para a vida. Kali é representada ensanguentada, com um colar de crânios (dos demônios mortos por ela), e com a língua para fora (simbolizando o ato de lamber o sangue).

Sem dúvidas, uma imagem assustadora para os padrões ‘civilizatórios’ do Ocidente. A história foi distorcida, pois ela fora representada como devoradora de pessoas, geralmente derrotados em batalhas e, para completar, os ciganos foram tidos como seus adoradores,

⁵ Irei apresentar a história e importância da Santa Sara Kali e as narrativas dos ciganos que são contrárias a esta afirmação no subtítulo como os ciganos contam sua história e apresentam sua cultura.



que por estarem na base da pirâmide social hindu, fugiram da Índia e passaram a 'contaminar' os arianos que haviam se instalado no Norte Europeu. O fato é que a origem indiana dos ciganos passou a ser aceita no meio acadêmico a partir dos apontamentos nazistas.

"Saíram da Índia, caminhando em uma única direção e originária do Sind e Punjab. Foram para o Afeganistão, para a Pérsia, para a Romênia, Asia Menor, entrando na Europa pela Grécia". (HUIZINGA, 1984, p. 28).

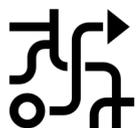
A pesquisadora cigana Jordana Aristicth (1995) discorre que não há como afirmar com precisão a origem cigana somente com o que fora apresentado e ainda ressalta que tal cultura pode ser mais antiga do que o próprio sistema hinduísta. Propõe, ainda, um traçado de migração em que os ciganos passam a se espalhar por toda a Europa a partir do leste, chegando na Península Ibérica desde as Invasões Mouras, permanecendo mesmo com o fim das Guerras de Reconquista⁶. Conhecendo o território, os ciganos teriam estabelecido rotas comerciais por toda a Península.

Paulo Miceli (2008) relaciona a chegada dos ciganos a Lisboa: a cidade começava a ter importância portuária no século XV e atraiu comerciantes que, em um primeiro momento, alegraram os lusitanos com suas roupas, danças, instrumentos musicais e estilo de vida. No entanto, com o decorrer do tempo, as práticas culturais ciganas foram criminalizadas e eles colocados à margem da sociedade pela Igreja, Inquisição e corte.

Para o pesquisador português Gabriel Pereira Bastos (2012), Portugal tem feito pouco para mudar a situação incômoda que os ciganos ainda vivem. Pois mesmo passados cinco séculos, a falta de políticas públicas específicas para os ciganos tem os mantido na situação de marginalidade em Lisboa e nas demais cidades do país. Ao contrário da Espanha que tem investido em educação e nos últimos anos conseguiu mudar a situação de várias comunidades ciganas, Portugal age como o restante da Europa. Os ciganos continuam migrando do Leste Europeu em busca de melhores condições de vida e, assim como ocorre há vários séculos, ainda sofrem com a xenofobia.

Mantendo a minoria cigana marginalizada e silenciada, ocultando essa marginalização bem como a responsabilidade do Estado e macro-instituições associadas ou cooperantes na manutenção dessa mesma marginalização, e co-optando uns poucos 'assimilados' como 'mediadores culturais', com contratos precários e deficientemente remunerados, para cooperarem com uma política que impede a auto-determinação desta minoria, dentro da organização política dos

⁶ Entre 711 e 726 exércitos islâmicos oriundos do norte da África invadiram a Península Ibérica, a partir de então, várias foram as tentativas cristãs de retomar o território o que ocorreu somente em 1492 com a conquista do Reino de Granada pelos reis cristãos.



portugueses, o Estado auto-elogia-se onde faltam motivos para tal e inventaria «boas práticas» onde elas quase não existem (BASTOS, 2012, p.44).

Se hoje as políticas para promover o bem-estar-social dos ciganos são insuficientes, os colocando à margem e preservando a intolerância, no passado, as leis visavam banir, punir e escravizar.

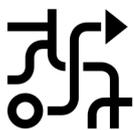
Mandamos a los egipcianos que andan vagando por nuestros reinos y señoríos con sus mujeres e hijos, que del día que esta ley fuera notificada y pregonada en nuestra corte, y en las villas, lugares y ciudades que son cabeza de partido hasta sesenta días siguientes, cada uno de ellos viva por oficios conocidos, que mejor supieran aprovecharse, estando atada en lugares donde acordasen asentar o tomar vivienda de señores a quien sirvan, y los den lo hubiese menester y no anden más juntos vagando por nuestros reinos como lo hacen, o dentro de otros sesenta días primeros siguientes, salgan de nuestros reinos y no vuelvan a ellos en manera alguna, so pena de que si en ellos fueren hallados o tomados sin oficios o sin señores juntos, pasados los dichos días, que den a cada uno cien azotes por la primera vez, y los destierren perpetuamente destos reinos; y por la segunda vez, que les corten las orejas, y estén sesenta días en las cadenas, y los tornen a desterrar, como dicho es, y por la tercera vez, que sean cautivos de los que los tomasen por toda la vida. Isabel y Fernando, Medina del Campo, 1499. Recogido en la Novísima Recopilación, Libro XII, título XVI. (FAGIC, 2020).

O fragmento acima faz parte das “Pragmáticas”, um conjunto de proibições e punições destinados aos ciganos (de 1499 até 1793). No início, deveriam procurar empregos conhecidos ou sair dos territórios hispânicos, se pegos deveriam ser açoitados e, se reincidentes, deveriam ser escravizados e ter as orelhas cortadas.

As punições passaram por alterações: em um primeiro momento, as coroas espanhola e portuguesa não queriam os ciganos no Novo Mundo, no entanto, com o tempo, os ‘degredados’ começaram a ser enviados para as Américas. O primeiro registro sobre ciganos na colônia portuguesa foi de João Torres e sua família (esposa Angelina e filhos) em 1574 (PIERONI, 1993), no entanto, não há documentos que comprovem se chegaram de fato nas novas terras. No século XVIII, vários foram deportados para a colônia portuguesa, D. João V especificou que os mesmos não deveriam se instalar em cidades portuárias, mas que fossem enviados aos sertões, para servirem nos embates que eram travados contra indígenas. Para a corte, a ganância dos ciganos poderia gerar lucros, o que não obtiveram com os indígenas (DONAVAN, 1992).

Outras fontes, como viajantes, tropeiros retornam aos estereótipos corriqueiros, como “sujos”, “trapaceiros” e “ladrões”. Isto funciona como um indicador: os ciganos eram raramente considerados por si mesmos, e com frequência, eram sinônimos de barbárie, imundice, desonestidade e imoralidade. (RUDE, 1991, p. 17)

OS CIGANOS NA LITERATURA



Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos: ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócio, porque tinha certeza de levar carolo. A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria, e se não, o nosso Leonardo pode dizer alguma coisa a respeito. (ALMEIDA, 1988 p.19)

O carioca Manuel de Antônio de Almeida (1831-1861), formado em medicina, trabalhava como jornalista no Correio Mercantil, além de ter sido administrador da Tipografia Nacional (funcionário público). Morreu no naufrágio do vapor Hermes em 1861 durante viagem de campanha eleitoral, pleiteava o cargo de candidato da província. Ficou conhecido pelo romance Memórias de um Sargento de Milícias, que inicialmente foi publicado como suplemento literário “A Pacotilha”, sob o pseudônimo de “Um brasileiro”, entre 1852-53, sendo editado como livro em 1854-55 em dois volumes.

Antônio Cândido (1993) trata a obra como um componente nacional dos elementos tradicionais da cultura popular brasileira, os personagens são apontados como exemplares para explicar a “dialética da malandragem” (ordem x desordem, apresentados nas escolhas dos principais personagens). Logo, Leonardo, “o herói desta história” (ALMEIDA, p.03), com sua personalidade travessa e antipática, além de atitudes maldosas que denotavam desde cedo uma “velhacaria para aquela idade” (ALMEIDA, p.10), somada ao contato com os ciganos, que, conforme a citação anterior “só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria” ao Rio (ALMEIDA, p.19), Antônio Candido vai construir uma narrativa para expor como surge o perfil do ‘jeitinho brasileiro’, segundo Leonardo Flach:

Entre as possibilidades de formas de aprendizagem negativa formadas a partir do jeitinho posso citar: a) tratar algo público como se fosse particular; b) acostumar-se a menosprezar uma regra geral e procurar abrir uma exceção; c) utilizar a posição hierárquica para a resolução de problemas, com expressões como “você sabe com quem está falando?”; d) pensar que já que o governo não cuida do que é público, ninguém deve cuidar. E isto resulta em atitudes coniventes com o jeitinho resultando, como pensar que cada um deve cuidar daquilo que é seu, e que somente o governo cuida do que é público, não reclamar e criticar sobre as situações em que o jeitinho ocorre (FLACH, 2012, p.14).

Desse exemplo, notamos que um dos clássicos mais populares e revistos em escolas do Brasil (Memórias de um Sargento de Milícias) e um aclamado sociólogo e crítico de literatura (Antônio Cândido de Mello e Souza) descrevem os ciganos de formas pejorativas; ora, imaginemos um adolescente de origem cigana, identificado com um grupo ou camuflado (condição que iremos abordar no decorrer deste texto), que recebe da professora de literatura como indicação de leitura a obra de Manuel de Almeida. Como este indivíduo irá se sentir nas menções sobre sua cultura?



Infelizmente, esse não é o único exemplo possível, já que outras obras da literatura clássica internacional e nacional representaram os ciganos de forma pejorativa, com maior ou menor intensidade, *Notre-Dame de Paris* de Victor Hugo (2011 – obra original de 1482)⁷ e *Drácula* de Bram Stoker (1897) são alguns exemplos.

(...)o que se dizia na costa e no sertão, todos sabem: cigano é outra nação, duvidosa [...] Nação à parte, casta de bruxos e gatunos, os ciganos vivem de enganos e embustes, de trapanças. Levados pelas aparências há quem diga e até escreva que os ciganos são o resto da corte real da Babilônia. [...] Um povo sem chão, onde já se viu ninguém pode confiar (AMADO, 1985, p. 24, 25).

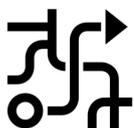
Gabriel Garcia Márquez (2014) mostrou em ‘*Cem Anos de Solidão*’ um cenário diferente, publicado em 1967 e vencedor do prêmio Nobel de Literatura de 1982, pois traz em seu romance José Arcadio Buendía, morador da fictícia Macondo, um lugar distante que anualmente recebia a visita de um grupo de ciganos liderados por Melquíades, homem honesto e justo, que trazia as novas descobertas do resto do mundo para o vilarejo. Na relação de ambos, não havia preconceito, pelo contrário, quando José Arcadio Buendía descobre que seu amigo viajante faleceu, se entristece sobremodo.

Terry Eagleton (2013) em ‘*Teoria da Literatura: Uma Introdução*’, traz a noção de que é difícil traçar elos entre fato e ficção, assim, ler Victor Hugo, Jorge Amado, Manuel Antônio de Almeida, ou qualquer outra literatura com o intuito de buscar paralelos com a realidade é algo complexo. A questão é: será que o leitor sabe disso? O adolescente de nosso exemplo citado acima conseguirá ver que o apresentado não tem relação com a cultura de seu povo? O aluno que estuda com ciganos irá conseguir fazer essa distinção? As escolas não têm sido um ambiente amigável para os ciganos do mundo todo (MATUOKA, 2018), seja pelo ambiente ríspido, pela falta de mecanismos que assegurem a permanência dos alunos ou na falta de participação das famílias ciganas no cotidiano escolar (CASA-NOVA, 2006).

Com forte presença cigana, a Espanha tem procurado valorizar essa cultura nos últimos anos. O acesso ao ensino superior de alguns membros tem contribuído para mudanças significativas, a educação é o meio pelo qual a marginalização deste grupo tem sido combatida (ROMÁN, 2010; PARELLA, 2010). Um belo exemplo a ser seguido.

COMO OS CIGANOS CALON CONTAM SUA HISTÓRIA E APRESENTAM SUA CULTURA

⁷ A cigana Esmeralda é apresentada como uma mulher de beleza encantadora, porém, suas escolhas amorosas, ‘denunciam’ sua moral distante dos ideais cristãos



Os ciganos se identificam como cristãos, no entanto, não são obrigados a seguirem uma religião⁸, suas práticas religiosas estão condicionadas ao culto a Santa Sara Kali⁹ (canonizada no século XVIII), padroeira dos ciganos. Kali, no romanês, significa ‘pele negra’; seu dia ‘santo’ é comemorado nos dias 24 e 25 de maio. Os nazistas foram os primeiros a relacionar a ‘santa’ a ‘Kali’ da cultura indiana, pesquisadores até hoje fazem essa relação, o que é inadmissível para os ciganos, que se sentem duplamente ofendidos: primeiro pela forma que a ‘padroeira’ é relacionada a um ‘demônio’ e segundo, pelo fato do discurso nazista ainda ser usado para definir sua cultura.

Há várias narrativas sobre a vida da ‘santa’, em algumas teria sido uma escrava de Maria que se converteu ao Cristianismo, em outras versões teria sido a parteira de Cristo e na mais comum teria sido forçada junto a algumas mulheres e discípulos a entrarem em um barco como punição imposta pelos romanos que, graças a uma oração fervorosa¹⁰, teriam chegado a salvo até a Costa Francesa¹¹ onde hoje é Saints-Maries-de-la-Mer, lá teriam sido recepcionados por ciganos que se converteram ao cristianismo¹².

É um povo eminentemente pacífico, nunca lutou pela posse da terra, mas, sim por seu uso temporário, o que sempre lhe foi negado. Por todas as injustiças, discriminações e preconceitos que meu povo tem sofrido, nunca será demais lembrar das palavras do amado e finado Papa João Paulo II em seu discurso em 1999: “Enquanto a humanidade não resgatar sua enorme dívida para com nossos irmãos ciganos, nenhum de nós poderá falar em direitos humanos e cidadania” (STANESCON, 2007b, p.20).

Os ciganos do Brasil¹³ nunca tentaram criar uma organização com fins belicosos, uma vez que a forma com que lidam com a natureza e sua noção de liberdade os desprende do controle das relações sociais, portanto o governo é algo indiferente para eles. Em sua

⁸ Em Santa Fé do Sul/SP encontramos uma Igreja Evangélica cujo pastor é cigano do grupo calon. <http://www.radarmissionario.org/valdir-apolinario-presidente-da-maci-conta-sobre-missoes-em-comunidade-cigana/> acesso em: abril de 2020.

⁹ No Brasil, os ciganos também adoram a imagem de ‘Nossa Senhora Aparecida’.

¹⁰ Sara teria tirado seu lenço e coberto sua cabeça, na oração prometeu que se fossem salvos iria se tornar uma escrava de Cristo. A partir de então, as mulheres ciganas casadas, segundo a lenda, teriam começado a usar lenço na cabeça.

¹¹ Sara Kali prometera que se a viagem terminasse bem ela iria cobrir os cabelos para sempre com um lenço em sinal de devoção; mulheres do grupo Rom que são viúvas cobrem o cabelo com lenço (véu) e existe a crença de que se levar um lenço até o pé da imagem ela realiza milagres incríveis.

¹² Há outras narrativas sobre o processo de conversão dos ciganos, como aponta Jordana Aristictih (1995), em uma das versões um cigano teria negado asilo a Maria e José e por isso os ciganos não tem moradia fixa, em outra narrativa os pregos de Cristo teriam sido forjado por um cigano, já em outra, um cigano teria tirado Cristo da Cruz; algumas destas narrativas foram usadas como subterfúgio para perseguição.

¹³ Não afirmo que isto se aplique em todo o mundo por falta de fontes para tal afirmação.



cultura, veem o mundo com outro olhar, observam as transformações feitas pelos gadjin no ambiente e buscam extrair o que há de melhor desta relação.

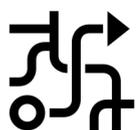
Minha sugestão é que os Calon concebem a relação com os gadje em termos da oposição entre “dado” e “construído”, ou para usar as categorias de Roy Wagner, entre “inato” e “artificial” (1977). Como argumenta Wagner, para “nós, ocidentais”, essas categorias correspondem largamente à oposição entre natureza e cultura. Para nós, água, luz, terra, tempo são dados naturais manipulados culturalmente pelo homem. Meu argumento é que “natureza e cultura” não são uma dicotomia significativa no pensamento calon. Em seu lugar, a oposição entre calons e gadje parece definir sua lógica. Disto decorreria então que o mundo gadje é “inventado” como “dado”, um mundo “sujo”, impuro. Ao mascarar a “construção” do impuro, ele é concebido como um fluxo contínuo preexistente do qual o Calon tem que se “extrair”, “contra inventando” a vergonha como descontinuidade, como produto de sua ação. Vergonha aparece para os Calon como “trabalho diferencial” por meio do qual se fazem Calon a partir de um gadje dado (FERRARI, 2011, p.?).

Ainda sobre os calon, estes entendem que ser livre é estar inserido dentro de sua comunidade/grupo/turma; o sujeito é estritamente condicionado às ações do grupo, não há um líder que tenha poderes de decisão sobre os demais. Em destaque, o cigano que melhor consegue lucros em seu comércio com os gadje e aquele que consegue impor respeito aos demais de forma firme é tido como ‘chefe’. Sua função é ser modelo para os mais jovens e a voz da comunidade frente autoridades dos gadjins, mas notem, não há neste personagem a função de governador ou administrador do grupo.

Esta liberdade está diretamente relacionada ao estilo nômade dos ciganos, característica que pode ter sido desenvolvida como forma de sobrevivência ou que se adaptou e evoluiu por causa desta. O sucesso do nomadismo conta, ainda, com os conhecimentos geográficos acumulados pelos grupos distintos, pelas habilidades comerciais e pela língua, usada quando não desejam que o gadje entenda o que está sendo combinado entre eles.

Logo, o trabalho para o cigano calon possui outra conotação. Estar condicionado às imposições do trabalho formal (tempo, hierarquia, regras) vai contrário ao seu estilo de vida. O sustento do calon se dá, culturalmente, pelo contato comercial com o gadje (FERRARI, 2011); porém isso tem sofrido alterações: alguns ciganos fixados têm se estabelecido no mercado de trabalho, o que gera uma estranheza no grupo.

Os calon tradicionalmente não valorizam a educação formal, pois acreditam que saber ler é uma vantagem para as relações comerciais e, por não se sentirem inseridos no mundo que os cercam, não veem necessidade em aprofundar nos temas relacionados a cultura gadje; com isso, é normal a evasão escolar no grupo. As escolas, desconhecendo tal característica cultural, pouco (ou nada) fazem para conscientizá-lo. No entanto, em cidades



com presença cigana, é possível encontrar indivíduos que conseguiram concluir o ensino superior e atuam como profissionais liberais; há, ainda, um índice cada vez maior de ciganos que conseguem concluir o ensino médio e ingressar no setor público. Assim como no restante do mundo, destes sujeitos que surgem as reivindicações para melhorias no grupo e questionamentos sobre a posição marginalizada dos mesmos (LECCIÓN GITANA, 2018).

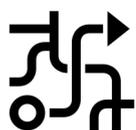
Tanto não se sentem inseridos, que é comum encontrar entre os mais velhos indivíduos que não possuem documentos, no máximo certidões de nascimento. O documento para o cigano é um tipo de passaporte perante as pessoas que representam o Estado, ‘o policial’, ‘o delegado’, ‘a atendente do hospital’, entre outros.

Percebemos, assim, que os ciganos pertencem durante séculos a uma cultura ágrafa, sem escrita, sem literatura própria. É um povo de tradição oral. Isso é fato. No entanto, acrescentamos a essa perspectiva um outro olhar: o povo cigano como um povo fundamentalmente de tradição corporal. (...) Ciganos vivem a condição de itinerância e de suas conseqüências. A tentativa de resgatar essa história, de aprender com ela resulta do desejo de compreender como uma identidade se constrói nesse nomadismo (HILKNER, 2008, p. 5).

Regiane Aparecida Rossi Hilkner (2008) abordou como o corpo do cigano, por meio das tatuagens, dança e vestuário são referenciais para a memória destes grupos, trazendo características de lugares distantes. No entanto, como foram progressivamente se espalhando na Europa e posteriormente na América, subgrupos foram criados a partir dos tradicionais. Por possuir uma cultura ágrafa, baseada na tradição oral, cada comunidade carrega histórias nativas, que podem ser diferentes das encontradas em outras (FAZITO, 2006).

Com a fixação, os jovens ciganos passaram a ter maior contato com a cultura gadje, ademais, o avanço da tecnologia tem distanciado as gerações, e nas narrativas dos mais velhos, há a preocupação de que a tradição se perca. Mesmo com uma população significativa, os velhos (phurê) temem que a memória seja perdida.

Em 2007, a Fundação Santa Sara Kali, junto com o Governo Federal (Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH), produziram o material: “Povo Cigano – o direito em suas mãos” (STANESCON, 2007b); nele, de forma bem didática, a cigana Mirian Stanescon apresenta características da história e da cultura cigana e, em uma seção voltada para os direitos, propõe várias discussões pertinentes para a comunidade. O material é uma prova de que é possível fazer algo acessível às comunidades ciganas e demais segmentos da sociedade.



CONCLUSÕES

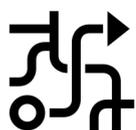
Há muito a ser descoberto sobre o universo cultural cigano, e isso só será possível caso a comunidade cigana estiver disposta a contar para o restante do mundo. Para tal, é essencial que ciganos estejam perfilados nas universidades, produzindo conhecimento e sendo ativos nos debates que mencionam seu povo. Nesse sentido, somente o acesso à educação poderá fazer essa diferença, com políticas que venham a facilitar e incentivar o mesmo.

Com as mudanças ocorridas nos últimos anos e as incertezas que estarão nos aguardando, a cada dia a preocupação sobre o futuro da memória calon aumenta. Os ciganos sobreviveram às várias práticas genocidas a que foram submetidos no decorrer de sua história; no entanto, a questão é se a cultura irá sobreviver a aculturação proveniente dos processos de fixação e até que ponto irá se reinventar, o que não seria impossível se levarmos em consideração o processo de formação da cultura cigana, única quando analisamos características similares e tão distinta quando avaliamos cada uma de forma individual.

Resgatar a memória e preservá-la, buscando reconectar as gerações, ressignificar conceitos norteadores (como o possível fim do nomadismo) e a constante diminuição do caráter comercial itinerante devido a fixação serão os principais problemas para a cultura cigana, em específico a calon. Somente uma educação que seja capaz de romper com os horizontes será capaz de contemplar as necessidades de preservar e avançar. Para tal, será necessária a produção de materiais que qualifiquem os professores que atendem ao público cigano (algo parecido com '*Povo Cigano: o Direito em suas mãos*' (STANESCON, 2007b)) e, ainda, é necessária uma mudança de postura das escolas para que possam inserir as famílias ciganas em seu cotidiano de forma democrática; seja no dia da padroeira dos ciganos ou quaisquer outras formas que venham a demonstrar a cultura para a comunidade e fazer com que estas pessoas se sintam parte, para de fato serem livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. A. *Memórias de um sargento de milícias*. Editora Via Leitura, São Paulo, 1988.
- AMADO, J. *Tocaia Grande: A face obscura*. Editora Record. Rio de Janeiro, 1985.
- ARCAS, M. E. PAES, A. B. A construção histórica da intolerância ao cigano: do mito do surgimento dos ciganos aos materiais divulgados em sala de aula. In: OLIVEIRA, A. C.



Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história. Ponta Grossa-PR, Editora Atena, 2020.

ARISTICTH, J. *Verdade Sobre Nossas Tradições.* Brasil, Editora Irradiação Cultural, 1995.

BASTOS, J. G. D. F. P. (2012). *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal.* Lisboa: Colibri. 2012.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade* (pp-123-152). São Paulo, Editora Ouro Sobre Azul, , 1993.

CASA-NOVA, Maria José. *A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional.* Revista Interacções, n. 2, pp. 155-182 (2006). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/55608821.pdf>. Acesso em 20 mar 2020.

DONOVAN, Bill M. *Changing Perceptions of Social Deviance: Gypsies in Early Modern Portugal and Brazil,* São Paulo, *Jornal de História Social*, v. 26, n. 1, 1992.

EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: Uma Introdução.* São Paulo, Ed. Martins Fontes. 2003

FAGIC, 2020. *El Pueblo Gitano.* Federación de Assiaciones Gitas de Catalunã. Disponível em: <http://www.fagic.org/el-pueblo-gitano/> Acessado em:2020.

FAZITO, D. *A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais.* São Paulo, *Revista Antropológica*, vol. 49 n.2, 2006.

FERRARI, F. *Ciganos Nacionais.* São Paulo, USP. *Acta Literaria* Nº 32 (79-96), 2006

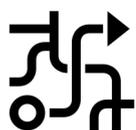
FERRARI, F. *Figura e fundo no pensamento cigano contra o Estado.* São Paulo. *Revista da USP*, Vol.54, n.2, 2011.

FLACH, L. *O jeitinho brasileiro: analisando suas características e influências nas práticas organizacionais.* *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 499-514, set/dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb>

ENCICLOPÉDIA Delta Larousse, 1973. Editora Delta, Rio de Janeiro. p.1662-1664

GUIMARÃES, M. T. S. *O extermínio de ciganos durante o regime nazista.* *História e Perspectivas*, Uberlândia (53): 349-369, jan./jun. 2015

HILKNER, R. A. R. *Ciganos: Peregrinos do Tempo- Ritual, cultura e tradição.* Campinas, 2008.



- HUGO, V. *Notre-Dame de Paris*. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 2011.
- HVIZINGA, P. *Sociedade Obscura*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1984.
- LECCIÓN GITANA. *Gitanos y gitanas hoy - ejemplos del avance del pueblo gitano*. Disponível em: https://lecciong gitana.org/#gitanos_gitanas_hoy Acessado em: 2019
- MÁRQUEZ, G. G. *Cem Anos de Solidão*. São Paulo, Editora Record, 2014.
- MATUOKA, I. *Educação de ciganos no Brasil é marcada por preconceito*. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/09/26/educacao-de-ciganos-brasil-e-marcada-por-preconceito/> Acesso em: 31/10/2019
- MICELI, P. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, século XV e XVI)*. 4ª edição, Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2008
- NETO, J. C. M. *Morte e Vida severina*. Editora TUCA, Brasil, 1955.
- PARELLA, A. L. *Abogados gitanos que luchan por los derechos de su comunidad- Tres juristas cuentan como han llevado múltiples casos de discriminación contra la comunidad gitana*. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/pueblo-gitano/abogados-gitanos-que-luchan-por-los-derechos-de-su-comunidad> Acessado em: 06/06/2020
- PIERONI, G. *Destestáveis na metrópole e receados na Colônia, Varia Historia*, Belo Horizonte, 1993.
- ROMÁN, T. S. *La diferencia Inquietante: viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos*. Madrid. Siglo XXI, 2010.
- RUDE, G. *A multidão na história*. Campos, Rio de Janeiro, 1991.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 133 p, 2010 [1985].
- STANESCON, M. *Lilá Romai – Cartas Ciganas*. LEOGRAF, 3ª Edição. São Paulo, 2007.
- STANESCON, M. *Povo Cigano – o direito em suas mãos*. Governo Federal, Brasília, 2007b.
- STOKER, B. *Drácula*. New York: Grosset & Dunlap, 1976.

Recebido em: 26/10/2020

Aprovado em: 05/12/2020

ARTIGOS LIVRES

A PRESERVAÇÃO DE UMA MEMÓRIA: DISCUSSÕES SOBRE O PATRIMÔNIO E A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

THE PRESERVATION OF A MEMORY: DISCUSSIONS ON HERITAGE AND IMMIGRATION IN BRAZIL

SANTOS, Rodrigo dos *

<http://orcid.org/0000-0003-4036-6755> 

RESUMO: O presente artigo objetiva articular o conceito de patrimônio cultural e a discussão de imigração, privilegiando processos imigratórios no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente com suábios, húngaros, poloneses e italianos. Para tanto, ampara-se em bibliografias sobre o tema como Hall (2006), Funari e Pelegrini (2009), Paiva (2014) Shephard (2012), Stein (2011), entre outros; buscando destacar abordagens sobre Patrimônio Cultural Material e Imaterial. Como resultado, percebeu-se a importância desta temática para a área de ciências humanas e a relevância da ressignificação dos espaços de memória. Os museus são espaços relevantes de preservação da cultura material, especialmente da imigração.

PALAVRAS-CHAVE: imigração; museus; patrimônio cultural.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo **

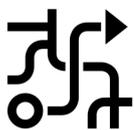
<http://orcid.org/0000-0002-6584-8323> 

ABSTRACT: This present article seeks to articulate the concept of cultural heritage in the discussion of immigration, favoring immigration processes in after the Second World War, especially with Swabians or Hungarians, Poles and Italians. For so much, it is supported by bibliographies on the subject, as Hall (2006), Funari and Pelegrini (2009), Paiva (2014) Shephard (2012), Stein (2011), among others; seeking to highlight approaches on Material and Intangible Cultural Heritage. As a result, the importance of this subject for the area of human science was perceived with the signification of memory spaces. Museums are relevant spaces for the preservation of cultural material, especially immigration.

KEYWORDS
immigration; museums; cultural heritage.

* Doutor em História pela UEM e Docente da UNICENTRO. E-mail: digao_santos9@hotmail.com.

** Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da UEM. E-mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br.



A apreensão dos processos migratórios e imigratórios implica que esses movimentos populacionais ocorrem de duas formas: a primeira, pode ser verificada por meio da concepção de emigração e na visão do migrante a partir do seu local de origem; a segunda, diz respeito a imigração e das expectativas do migrante em relação ao seu lugar de destino. Nesta pesquisa, se privilegia a relação entre o patrimônio e essa segunda forma de deslocamento, ou seja, a imigração.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), artigo 216, define Patrimônio Cultural como um conjunto de bens materiais e imateriais. Entre esses bens se incluem: expressões; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, entre outros. Sendo responsabilidade do poder público, com colaboração da comunidade, a proteção desses bens culturais.

De acordo com Funari e Pelegrini (2009), o tratado do Patrimônio implica duas ideias: os bens materiais transmitidos aos herdeiros com valor comercial ou memorialístico; e o “patrimônio espiritual”, aquele relacionado às vivências das comunidades, seus saberes de ofício, suas celebrações e conhecimentos tradicionais. Sabe-se que não é possível uma separação efetiva entre os bens materiais e imateriais, pois tais intersecções são inevitáveis.

Exposto isso, divide-se este trabalho em duas partes. A primeira, centra-se na discussão sobre a imigração e a preservação do patrimônio material, a partir da percepção de que os museus figuram como guardiões de memória e estão articulados a necessidade de ressignificação do passado. A segunda parte, refere-se à produção imaterial, priorizando-se a relação dessa tipologia patrimonial com os imigrantes originários da Segunda Guerra Mundial.

IMIGRAÇÃO E PATRIMÔNIO MATERIAL

Os museus são espaços importantes de preservação da cultura material, especialmente da imigração. Neste sentido, Paiva (2014) apresenta dois aspectos dos museus para a sociedade, um positivo e outro negativo. Inicia-se pelo aspecto positivo:

Em seu sentido positivo os Museus são territórios de preservação da memória, cultura material e formas intangíveis do patrimônio cultural, cuja dinâmica do tempo tende, por um lado, a subsumir da paisagem e do vivido social; por outro lado, os Museus também são sujeitos que podem atribuir



valor e importância a esses mesmos elementos, independentemente de sua condição de fragilidade -ou não - no contexto social (PAIVA, 2014, 157).

O autor adverte que os museus salvaguardam memórias e eles têm como objetivo preservar o patrimônio cultural que pode ser esquecido com o passar do tempo. Todavia, se reconhece que as instituições museais preservam o que um determinado grupo quer lembrar. Se um artefato está em um museu é porque seu grupo acredita ser digno de preservação, logo, agregam valor e relevância aos objetos preservados (PELEGRINI, 2016).

Isso também é demonstrado nos museus que guardam memórias de imigrantes em seus acervos. Segundo Bacellar (2014), a documentação referente à imigração é ampla e pouco explorada, sendo mais uma alternativa para a consulta e problematização de narrativas por pesquisadores.

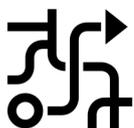
Sobre o ponto negativo de instituições desta natureza, Paiva afirma:

[...] os Museus são territórios que envelhecem. Passadas algumas décadas ou mesmo alguns anos de sua fundação/formação, podem se tornar objetos de estranhamento por preservarem uma memória-história não mais reconhecida no presente. Originários de um passado *distante*, esses territórios da memória tendem a expressar concepções e perspectivas que, potencialmente, podem ser desvalorizadas pelas novas gerações implicando numa série de desafios aos Museus (PAIVA, 2014, p. 163).

Em outras palavras, uma das dificuldades para a preservação do patrimônio cultural material, apontada pelo autor, implica na manutenção do interesse da sociedade em relação aos acervos museais, pois com o passar dos anos, esses espaços de memória podem parecer envelhecidos e estranhos ao presente, tornando-se “desprezíveis” aos olhos das novas gerações.

Uma alternativa para o não envelhecimento dos museus é a resignificação do seu espaço, ou seja, a atribuição de novos sentidos ao patrimônio cultural. Paiva (2014, p.163) cita como exemplo, o espaço do Museu de Imigração de São Paulo.

A antiga Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, desativada de suas funções originais em 1978, depois de 90 anos de funcionamento, abrigou, a partir de 1982, o Centro Histórico do Imigrante; alguns anos depois, foi sede do Memorial do Imigrante- inaugurado em 1998 -, e no presente momento, está prestes a ser o edifício sede do novo Museu da Imigração. Esse espaço é um bom exemplo das transformações pelas quais os espaços *musealizados* sofrem no transcurso de sua existência.



O pesquisador destaca que inicialmente o que hoje é o Museu de Imigração de São Paulo foi originalmente uma hospedaria de imigrantes⁹⁵, desativada em 1978 e transformada no ano de 1982 em um centro histórico e posteriormente em um memorial. A criação de outro sentido para a hospedaria fez com que ela continuasse a ser atual, significando o presente e ao mesmo tempo não deixando de ser guardiã de uma memória, a da imigração de São Paulo.

Outra forma de atualização dos espaços da migração é desenvolvida a partir dos meios digitais. Estes novos espaços garantem a preservação do patrimônio cultural para que seja possível reconstruir narrativas históricas além do impresso, do papel, como aponta Napolitano (2014). Este estudioso ainda destaca que a rede mundial de computadores, a partir da internet, constitui um grande apoio para os pesquisadores, facilitando a preservação dos acervos audiovisuais. Apesar disso, ele afirma que são necessários alguns cuidados na utilização da internet como fonte, principalmente para os iniciantes, pois há em muitos casos apenas um amontoado de informações, sem referência apropriada e verossímil nos *blogs e posts*; e ainda existe um número reduzido de acervos organizados para pesquisa.

Diante disso, indaga-se: onde o pesquisador pode encontrar fontes confiáveis nos meios digitais sobre imigração no Brasil? De pronto, responde-se que os acervos digitais da Biblioteca Nacional, especialmente a Hemeroteca Digital⁹⁶ podem ser úteis para o pesquisador dos estudos (i)migratórios. A Hemeroteca viabiliza a sondagem da temática supracitada em periódicos nacionais e internacionais, por meio de um mecanismo de busca deflagrado a partir de palavras-chave. É possível pesquisar sobre os grupos de imigrantes em matérias e reportagens jornalísticas produzidas nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, e em países como o México, Paraguai, Estados Unidos, entre outros.

Outro acervo muito acessível é o do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). Após um cadastro breve, o pesquisador pode ter acesso às fontes imagéticas e a algumas listas de passageiros dos “vapores” (navios) que se deslocaram para o país nos

⁹⁵ As hospedarias foram criadas no final do século XIX para recepção, triagem e direcionamento de imigrantes para o trabalho. Na triagem o controle médico sanitário incluía banho, desinfecção, troca de roupas e inspeção médica. Durante as duas guerras mundiais (1914-1918/1939-1945) as hospedarias brasileiras também funcionaram como prisões. Outro aspecto relevante é que as hospedarias brasileiras foram instaladas em várias localidades, especialmente na divisa dos estados, e não apenas nos portos de desembarque (REZNIK; FERNANDES, 2014).

⁹⁶ O endereço da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> > Acesso em 10 fev. 2018.



séculos XIX e XX. Essas listas de passageiros estão no formato digital, disponíveis por um código, ou podem ser solicitadas, mediante taxa, pelo serviço de atendimento à distância⁹⁷.

Abreu e Chagas (*apud* FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 15) assinalam que na contemporaneidade ocorreu um crescimento expressivo na constituição de acervos: “Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com os temas referentes à memória, patrimônio e museus”. Além da grande quantidade de informações, Funari e Pelegrini (2009, p. 29) chamam a atenção para o fato de que a inédita e intensa “produção massiva de materiais digitais”, trouxeram novos desafios e problemas para a preservação destes materiais, principalmente, os de origem técnica, relativos a migração de um meio digital antigo para outro mais recente, porque no entendimentos dos deles, tais procedimentos podem implicar a perda informações⁹⁸.

Ainda, há o acervo digital do Museu da Imigração⁹⁹. Este acervo possui cartas de chamada, registros de matrícula, conjunto cartográfico de mapas e plantas, conjunto iconográfico, requerimentos da Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP), jornais e listas de passageiros para o porto de Santos que também pode ser consultado por meio de um buscador de palavras-chave. O acervo reúne materiais de todos os períodos da imigração para o Brasil.

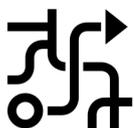
Vale destacar que o acesso as fichas consulares do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro disponibilizados em sua forma online pelo site *FamilySearch*, constituem outra possibilidade de pesquisa. Segundo Leal (2017), esse site foi criado em 2010 pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e disponibiliza de forma gratuita milhões de documentos, em especial, as fichas consulares com registros relativos as décadas de 1930 a 1960. O objetivo do site centra-se na ideia de possibilitar que as pessoas encontrem seus antepassados pelo sobrenome, reconstituindo a genealogia das famílias.

Leal (2017) salienta que as fichas consulares são um rico material de pesquisa que antes do acervo online estavam guardadas exclusivamente no prédio do Arquivo Nacional e eram inacessíveis ao grande público. Essas fichas foram criadas em 1939, a partir de um Decreto-Lei de Getúlio Vargas que regulamentava a entrada de imigrantes no fim da Segunda Guerra. As fichas eram de caráter obrigatório, preenchidas e carimbadas em duas vias e no seu verso possuíam a data de desembarque e a localidade brasileira para

⁹⁷ O endereço do SIAN é <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp> Acesso em 10 fev. 2018. O atendimento a distância é realizado pelo e-mail: consultas@arquivonacional.gov.br

⁹⁸ Os pesquisadores apresentam como um exemplo da dificuldade de preservação do patrimônio digital a guarda dos arquivos de uma empresa falida que possua *copyright* (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 29).

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/livros.php>>. Acesso em 8 fev. 2018.



direcionamento ao trabalho. O imigrante que não a portasse entraria no país, mas com a retenção do passaporte.

Os acervos digitais constituem uma atualização que ocorre com os museus/acervos. Além disso, a modernização dos museus que fazem referência à imigração pode ser realizada pelo alargamento da noção desse fenômeno, pois os movimentos migratórios são classificados a priori em quatro períodos¹⁰⁰, algo que vai muito além da visão cristalizada na historiografia que reconhece basicamente a época da substituição da mão de obra escrava pela imigrante, ocorrida no final do século XIX e início do Século XX¹⁰¹.

Paiva (2014, p. 165) aponta que o Museu da Imigração de São Paulo também visualizou a recriação de sentido:

Assim, as transformações sociais e culturais provocadas pelos novos fluxos imigratórios na cidade de São Paulo, a partir dos anos de 1980 e 2000 produziram outra perspectiva sobre a noção de imigração. A presença de imigrantes latino-americanos, asiáticos e africanos passou a contrastar com a ideia de imigração expressa naquele território que se intitulava Memorial do Imigrante.

O autor menciona que o museu da Imigração de São Paulo começou a abranger novos fluxos imigratórios recentes para a cidade de São Paulo, possivelmente de nordestinos que viam em São Paulo um local de riqueza, pela sua industrialização. Ademais, salienta que o museu também se abriu a outros grupos de imigrantes como o dos latino-americanos, asiáticos, africanos e europeus do meio do século XX e início do XXI.

Paiva (2014) destaca que esta atualização dos museus deve ser pensada a partir de outros aspectos, entre eles, menciona: o apontamento da pluridirecionalidade (novos fluxos de migração); a indicação da circulação de imigrantes e da imigração ilegal. Cita ainda os desafios da atualização dos ambientes de exposição sobre essa temática.

Até aqui, se comentou sobre o patrimônio cultural material salvaguardados pelos museus. O próximo item se concentra em alguns elementos do patrimônio cultural imaterial e sua preservação, dialogando com a imigração do pós-Segunda Guerra Mundial.

IMIGRAÇÃO, IDENTIDADES E PATRIMÔNIO IMATERIAL

¹⁰⁰Segundo Bassanezi (*apud* SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013) o Brasil possui quatro períodos de imigração. O primeiro período é da imigração para a substituição da mão de obra escrava até 1906. O segundo período é de 1906 até próximo a Primeira Guerra Mundial (1914). O terceiro período inicia-se no final da Primeira Guerra Mundial (1918) até o fim do Estado Novo (1945). O último período, o quarto, é do fim do Estado Novo até os dias atuais.

¹⁰¹ Sobre outras formas de imigração ver Santos (2016).



Segundo Pelegrini e Funari (2013) a noção da imaterialidade do patrimônio surge com o fim da Segunda Guerra Mundial, junto com elementos como a superação do nacionalismo e do imperialismo; o reconhecimento de campos de extermínios de povos inteiros, condenados pelas nações democráticas do ocidente; as lutas sociais que minavam a ideia de uma unidade nacional pautada na língua, cultura, origem e território. Os historiadores também destacam que a destruição causada pela Segunda Guerra impulsionou a atenção dos estudiosos no tocante a reconstrução do patrimônio material e imaterial.

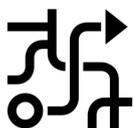
Além disso, pode-se mencionar que a criação de novos territórios e os deslocamentos populacionais na Europa contribuíram para o conceito de patrimônio cultural imaterial. Como exemplo, Applebaum (2016) menciona a expansão do nazismo e do stalinismo durante a Segunda Guerra na Polônia, a perda de território no leste para a Hungria ao fim da guerra e o ganho de fronteira no oeste da Alemanha. Com isso, esses governos promoveram deslocamentos das populações com tentativas de homogeneização de povos. A tentativa de retorno de alemães da Polônia para a Alemanha, Húngaros da Polônia para a Hungria e Poloneses da Hungria para a Polônia.

O movimento populacional teria começado segundo Shephard (2012), antes do fim da Segunda Guerra. A Alemanha nazista promoveu deslocamentos voluntários e involuntários para seu território. Os povos que tiveram seus espaços territoriais invadidos foram designados para sustentar a máquina bélica alemã com o trabalho em minas e fábricas de armamentos, entre outras atividades. Terminada a guerra, a população ficou onde estava, o retorno não foi realizado por falta de estrutura adequada.

Há ainda àqueles que Buruma (2015) e outros pesquisadores denominam de um milhão restante. Dos 17 milhões de sujeitos deslocados pela Segunda Guerra Mundial, aproximadamente um milhão não poderia retornar para as suas antigas moradas¹⁰². Quais foram os motivos para que essa população não retornasse? Alguns fugiam da destruição, outros de governos totalitários e havia os que estavam sem Pátria.

Shephard (2012) apresenta três narrativas de poloneses do pós-guerra que podem exemplificar a possibilidade do retorno. A primeira narrativa é a de Marianna Kisztelinska que no início da Segunda Guerra (1939) foi trabalhar voluntariamente na Alemanha e, na

¹⁰² A maioria dos deslocados de guerra (Pessoas Deslocadas ou *Displaced Persons*) era de origem polonesa, principalmente pela já mencionada reconfiguração europeia promovida pelos “aliados” (SHEPHARD, 2012; APPLEBAUM, 2016).



sequência, perdeu a permissão para voltar a seu país, transformando-se em escrava. Em 1944, casou-se com outro polonês e deu à luz um filho, e pela solidariedade do seu “patrão” conseguiu manter-se casada. No final da Guerra, em 1946, ela e seu companheiro voltaram para a Polônia.

A segunda trajetória referida por Shephard (2012), diz respeito à Wera Letun, ela não queria retornar, pois sua antiga morada na Polônia foi anexada à União Soviética em 1939. Entretanto, ela e seu namorado Mikolaj resolveram retornar. Eles voltariam para Lublin, onde um fazendeiro precisava de mão de obra. No caminho, Letun contraiu tifo e ficou em um hospital. Ao se recuperar, eles desistiram desse projeto e retornaram para um campo de acolhimento para refugiados, na Zona Britânica.

A terceira narrativa sobre poloneses é a de William Lubinieck, que optou por retornar para a Polônia, juntamente com sua família, no imediato pós-guerra. Apesar disso, foi obrigado a esperar por causa da ausência de transporte. Depois disso, eles resolveram ficar nos campos de acolhimento por rumores de que a situação econômica no país estava ruim (SHEPHARD, 2012).

Entre os países que acolheram esta população como mão de obra estão a Austrália, Canadá, Estados Unidos e o Brasil. Conforme assinalam Salles, Paiva e Bastos (2013), no pós-Segunda Guerra Mundial passou a vigorar no Brasil dois tipos de imigração: as imigrações espontâneas, por cartas de chamada de amigos e parentes com ofertas de emprego em cooperativas agrícolas; e a imigração por convênios efetuados entre o governo brasileiro e organismos internacionais.

Posto isso, como assevera Burke (2008), constata-se que todo esse processo de desterritorialização e reassentamento, implica o contato de grupos populacionais com práticas culturais distintas das suas. Logo, percebe-se, conforme Pelegrini (2007), que os valores sociais se alteram com o passar do tempo, fazendo com que o sujeito possa durante sua vida “se identificar com outros grupos” ou até “mudar de grupos”, demandas que interferem na sua “percepção identitária” e, por consequência, no seu “sentido de pertencimento”.

Esta identificação também transforma a relação do patrimônio cultural tangível e intangível entre os imigrantes, relação, aliás, que pode ser construída e reconstruída conforme a necessidade do grupo. Esse movimento é definido por Hall (2006) como “jogo das identidades” o que, em outras palavras, implica a “fragmentação de identidades” e a sua “utilização” conforme a “necessidade”. Do seu ponto de vista, as relações sociais são



extremamente complexas, devido aos processos de mundialização e globalização e provocam, por sua fluidez, a multiplicidade das identidades.

Isso é evidente entre os imigrantes oriundos do pós-guerra e pode ser detectado por meio dos estudos de Frotscher (2011), quando a mesma nos remete a entrevista que realizou com Ruth Vogt¹⁰³. A entrevistada se posicionou identitariamente como sul-americana (brasileira) no pós-guerra, ao apresentar para um soldado estadunidense uma carteirinha de vacinação com uma bandeira brasileira, como uma “tática”¹⁰⁴ para evitar retaliações, por ser alemã. Isso permitiu que os identificados como alemães fossem obrigados a dormir no chão, pelo fato dos soldados terem tomado as camas dos alemães. Apesar disso, ela e o seu filho continuaram dormindo em suas acomodações, por não serem considerados nazistas.

O “jogo das identidades” também pode ser observado a partir de uma resolução, que ordenou que todos os campos de acolhimento realizassem um registro dos seus habitantes. O processo denominado de filtragem¹⁰⁵ visava a reduzir o montante de pessoas que teriam direito de receber auxílio internacional: em específico, mantimentos e abrigo. Como forma de proteção, os sujeitos criaram novas nacionalidades, a partir de criação de narrativas que não eram representativas de sua vida e acusavam a ausência de documentos. Diante disso, podemos indagar: por que criar uma nova identidade? Uma das respostas possíveis é a garantia da sobrevivência. Ser considerado alemão ou colaboracionista significava não receber alimentos e ser expulso dos campos de acolhimento. Criar uma nova identidade configura uma forma para continuar vivendo ou existindo de uma forma “confortável”.

O maior grupo de sobreviventes da Segunda Guerra que veio para o Brasil foi o dos suábios do Danúbio¹⁰⁶. Esse grupo de imigrantes foi objeto de vários estudos, entre eles os de Elfes (1971), Stein (2011) e Santos (2015). Segundo os autores, a sua história está relacionada às migrações pela Europa. Stein (2011) menciona que o termo suábios do Danúbio, surgiu no fim da primeira Guerra Mundial (1914-1918), especialmente com o fim do Império Austro-húngaro e a desmembração desse império em Hungria, Iugoslávia e Romênia. As áreas do

¹⁰³Ruth Vogt, filha de um pastor luterano, nasceu no Brasil em 1920. Em 1938, ela viajou com sua família para Alemanha, no entanto, não quis retornar, ficando sozinha para estudar música. Seus estudos foram financiados por uma entidade não governamental. Em 1939, com o início da Segunda Guerra, ela perdeu a comunicação com seus familiares no Brasil. Em 1942, casou-se com um colega de estudos, que morreu com Ruth grávida, depois de uma missão militar nazista. Com o nascimento do seu filho, ela morou em uma cidade da região alemã Turíngia.

¹⁰⁴Entende-se a tática na perspectiva de Certeau: “A Tática é a arte do fraco”. A “tática” é uma forma de resistência, criada pelos segmentos populares para enfrentar as “estratégias” promovidas pelos agentes do Estado (Cf. CERTEAU, 1998, p. 101).

¹⁰⁵O processo de classificação ficou conhecido como *Skryning*, a pronúncia equivocada de *screening*, que significa em inglês filtragem (SHEPHARD, 2012.).

¹⁰⁶Os Suábios também foram conhecidos pela designação, em alemão, de *Donauschwabern* (STEIN, 2011).



rio Danúbio e seus afluentes foram ocupadas por uma população que tinha migrado de províncias alemãs antes da guerra.

Elfes (1971) também afirma que durante a Segunda Guerra, a localidade habitada pelos suábios foi ocupada pelos nazistas e como defesa, eles resistiram junto com a população local. Com a chegada do Exército Soviético, a maior parte dos suábios abandonou a área e em 1945 outra parte foi expulsa. A Áustria os recebeu em campos de acolhimento e, entretanto, como aponta Shephard (2012), esses campos se assemelhavam aos campos de concentração nazista pelas péssimas condições de alojamento, ou porque tinham servido para essa finalidade, ou por serem antigos campos militares.

Segundo esses autores, Elfes (1971) e Stein (2011), o grupo de suábios do Danúbio era composto por cerca de 2.500 pessoas (2.014 nascidos na Iugoslávia, 119 na Romênia, 16 na Hungria e 12 em outros países), que por intermédio de organizações internacionais, especialmente da Ajuda Suíça à Europa imigraram entre 1951 e 1954, em sete levas, ao município de Guarapuava - PR, na Colônia Entre Rios¹⁰⁷.

O “jogo das identidades” (HALL, 2006), a criação ou recriação de identidades, conforme a necessidade do sujeito pode também ser percebida na designação dos suábios do Danúbio nos periódicos. Como afirma Stein, especialmente na imprensa periódica, os jornalistas evitavam a designação de alemães para esses sujeitos. Evitava-se a denominação para não os relacionar ao nazismo, com isso, se preferia as nomenclaturas: imigrantes europeus, apátridas, suíços¹⁰⁸ e camponeses.

A partir de 1966, liderados pelo presidente de sua Cooperativa Agrária, os suábios passaram a reafirmar sua identidade e a preservar os seus bens patrimoniais, em especial, quando Mathias Leh assumiu a presidência da entidade. A partir de então, eles deram início a produção de narrativas sobre sua trajetória. Tais construções discursivas visaram a celebração dos vinte e cinco anos de existência; e principalmente a construção e preservação das memórias ressignificadas que lhes garantiam uma identificação como sujeitos coletivos (STEIN, 2011, p. 158).

Essa iniciativa de preservar o patrimônio cultural tangível e intangível dos suábios do Danúbio, se deu mediante a fundação Cultural Suábia-Brasileira composta por “um teatro, uma rádio comunitária, espaços culturais multifuncionais, um centro de jovens e o

¹⁰⁷ Stein (2011) aponta que há divergência com relação aos dados sobre a imigração dos suábios, sendo a última leva composta por apenas 4 pessoas.

¹⁰⁸ Eles foram também denominados de suíços por causa da organização suíça que intermediou a imigração ao Brasil (STEIN, 2011). É relevante mencionar que os imigrantes recebiam denominações pejorativas (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013).



Museu Histórico de Entre Rios” (FUNDAÇÃO CULTURAL SUÁBIA-BRASILEIRA, 2016). A fundação é recente, entretanto, o Museu Histórico que tem como objetivo salvaguardar o patrimônio material e imaterial deste grupo de imigrantes foi fundado em 1971 e reinaugurado em 1991.

Portanto, a criação do museu constituiu um marco na trajetória desses indivíduos. Ao se reinventarem em outro país, foi lançado para comemorar os vinte anos da imigração dos suábios do Danúbio, o livro de Elfes (1971). Além disso, o mesmo pesquisador apresenta, com a entrevista de Elisabet Leh, a organização do Museu dos Suábios:

De acordo com Elisabet, Mathias Leh como presidente da cooperativa e também da comissão organizadora dos festejos, incumbiu a funcionária da cooperativa, Ingri Schüssler, de organizar a montagem do museu. Schüssler, com a ajuda voluntária de sua mãe, Katharina Schüssler, Elisabet Leh e de Theresia Roth, começaram a solicitar à comunidade a doação de objetos como roupas antigas e antigos instrumentos domésticos e de trabalho na lavoura, bem como fotografias trazidas da Europa e também do período inicial da Colônia, para comporem o acervo. Como se pode notar [...] de que às mulheres caberia a tarefa de serem guardiãs da cultura suábia (STEIN, 2011, p. 218).

A fundação do museu representa uma vitória para os imigrantes. A vitória de conseguir se estabelecer em uma localidade diferente da sua e manter a sua identidade, preservando seu patrimônio cultural. Nesse caso, as mulheres imigrantes ficaram responsáveis pela preservação deste patrimônio cultural, pois recrutaram o material trazido da Europa, entre os seus. Stein (2011) também afirma que pelo valor simbólico alguns objetos foram comprados pela cooperativa dos Suábios.

A preservação da cultura material se mescla com a produção imaterial na constituição deste museu, cujo acervo reúne artefatos representativos das memórias individuais e coletivas. Os trajes, os móveis e as pinturas foram recriados pelos imigrantes a partir de fotografias do período (STEIN, 2011). Além disso, este grupo ainda possui uma festa que celebra o patrimônio imaterial a partir do material, a *Traktor Fest* que consiste em um desfile de tratores fabricados antes de 1970 e que representa a imigração destes sujeitos¹⁰⁹.

Nessa direção, convém retomar a ideia de que os patrimônios culturais imateriais não são meras abstrações em contraposição ao patrimônio material. Como já se apontou anteriormente, não ocorre uma separação do patrimônio material e imaterial. Aliás, como destaca Fonseca (2009, p. 68), a materialidade é relativa, pois apesar “da presença física” de

¹⁰⁹ Em 30 de julho de 2017 foi realizada a 7ª edição da *TraktorFest*.



um bem, existem recursos intangíveis essenciais para a concretização de determinadas práticas. No caso do canto dos repentistas, por exemplo, o domínio da técnica de cantar e tocar o instrumento se unem a criatividade própria do “improviso” e a sonoridade do gênero. Portanto, constata-se que esta arte possui, por um lado, a presença física dos sujeitos e seus instrumentos, e por outro, a imaterialidade dos saberes musicais e do improviso.

Porém, cabe lembrar como afirmam Funari e Pelegrini (2009), a construção de um patrimônio cultural é arbitrária. O que é considerado patrimônio por um grupo pode não ser para outro, ou ainda, pode ser considerado em um período e não em outro. Isso fica evidente quando Stein (2011, p. 220) assegura: “Nesta perspectiva, os objetos dignos de guarda [pelos suábios] seriam aqueles que foram trazidos da Europa. Embora alguns fossem comprados, seu valor não estaria ligado a critérios mercadológicos ou de uso prático”. Para os suábios que constituíram o seu museu na década de 1970, seu patrimônio cultural estava nos objetos que foram trazidos da Europa, pois representavam sua memória e seu valor era calcado nas lembranças que suscitavam. Isso também é evidente nos trajes que foram reproduzidos para rememorar uma época.

Recentemente a fundação como uma forma de preservação do seu patrimônio cultural imaterial, frente às novas gerações, lançou em língua alemã, a história em quadrinhos *Die Geschichte Der Donauschwaben In Brasilien*¹¹⁰. Uma versão adaptada ao público infantil, da história dos suábios do Danúbio, em que o avô do personagem Sepp conta a trajetória do grupo a partir de sementes mágicas. São ofertados ao leitor *Zeirvertreib*¹¹¹, alguns passatempos: o “jogo de labirinto”, o “jogo dos sete erros” e desenhos para colorir. O primeiro reproduz imagens representativas do processo de construção das casas dos suábios do Danúbio após a imigração; o segundo, mostra a figura do neto e do avô postados ao lado de uma árvore centenária como representação das memórias anteriores a fixação dos suábios no Brasil.

Com isso, se percebe aquilo que foi mencionado por Fonseca (2009), ou seja, que os fluxos migratórios, a agilidade de comunicação, a presença e interpretações distintas de cultura fazem com que se tenha um conceito ampliado de patrimônio cultural. Trata-se de uma definição conceitual que abarca tanto a materialidade e a imaterialidade, manifestas na constituição do museu pelos suábios e na reafirmação de suas memórias por meio da criação de histórias e personagens que povoam a narrativa dos quadrinhos e dos joguinhos

¹¹⁰ Em tradução livre: “A história dos *Donauschwaben* no Brasil” (FUNDAÇÃO CULTURAL SUÁBIA-BRASILEIRA, 2016).

¹¹¹ Passatempo.



direcionados às crianças, de modo a garantir que as referências culturais e tradições desse grupo se perpetue de geração em geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou cumprir o objetivo preliminar de apresentar a relação entre imigração e a constituição do patrimônio cultural, tanto material como imaterial dos suábios do Danúbio. Os bens patrimoniais criam e recriam a identidade dos imigrantes, agregando valores e saberes aos objetos e artefatos, sejam eles suábios ou húngaros, poloneses, italianos, entre outros sujeitos. É certo que eles trouxeram para sua nova pátria objetos da sua cultura material e práticas sociais pautadas por saberes e formas de fazer que receberam como herança dos seus antepassados.

Constatou-se, por outro lado, que os museus, como guardiões de artefatos representativos das vivências e das memórias ressignificadas dos imigrantes, figuram como ambientes importantes para o fortalecimento da(s) identidade(s) dos suábios e para a preservação dos seus sentidos de pertença.

Além disso, instituições museais reúnem elementos riquíssimos a serem investigados por pesquisadores interessados em novos enfoques sobre os grupos imigratórios que se deslocaram para o Brasil. Nessa linha interpretativa, novos desafios são lançados para a abordagem da história dos imigrantes. Um deles é o da revisão da periodicidade que não se circunscreve ao século XIX e início do XX, outro refere-se aos tipos de imigração realizadas no Brasil.

Por fim, assinala-se que, sem dúvida, as novas tecnologias figuram como aliadas da conservação e preservação dos bens patrimoniais. Elas devem ser utilizadas como instrumentos pelos pesquisadores dedicados ao estudo da imigração, embora se reconheça as dificuldades decorrentes das transformações dos suportes técnicos, do excesso de informações que a rede mundial de computadores acumula, e também da existência de poucos acervos digitais organizados e disponibilizados. Nessa direção, salienta-se o quão fundamental foi o acesso aos acervos digitais do Arquivo Nacional, da Biblioteca Digital, do Museu da Imigração e do *Family Search* para a reflexão ora apresentada e para aquelas que estão em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS



- APPLEBAUM, Anne. *Cortina de Ferro: o esfacelamento do Leste Europeu (1944-1956)*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- BACELLAR, Carlos. O uso e o mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 23-79.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.
- BURUMA, Ian. *Ano Zero: Uma história de 1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998. Vol. 1.
- ELFES, Albert. *Suábios no Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1971.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.
- FROTSCHER, Méri. Língua, memória e identidade. Considerações metodológicas sobre histórias de vida de migrantes bilíngues. *História Oral*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 97-122, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- FUNDAÇÃO CULTURAL SUÁBIA-BRASILEIRA. *Die Geschichte der Donauschwaben in Brasilien*. Guarapuava: FCSB, 2016.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória*. Assis, vol. 3, n.1, p. 87-100, 2007.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- LEAL, Bruno. As fichas consulares de estrangeiros no site FamilySearch. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 31-53.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 235-289.
- PAIVA, Odair da Cruz. Museus e memória da imigração: embates entre o passado e o presente. In: PAIVA, Odair da Cruz; LEAL, Elisabete. (Org.). *Patrimônio e História*. Londrina: Unifil, 2014, p. 157-168.



PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Os embates pela memória nos espaços expositivos. In: SCHIAVON, Carmem; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016, p. 51-68.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *Revista de História*. São Paulo, vol. 33, n.1, p. 234-253, 2014.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair; BASTOS, Sênia. Imigração e Política Migratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: SALLES, Maria do Rosário Rolfsen [et. al] (Org.). *Imigrantes Internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013, p. 11-22.

SANTOS, Rodrigo dos. *Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste – Guarapuava, Paraná (1946-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2015, 115 p.

SANTOS, Rodrigo dos. Abordagens da imigração no ensino: desconstruindo a imigração para a substituição da mão de obra escrava e apresentando a imigração do século XX e XXI. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, E Everton. (Org.) *Por um outro amanhã: apontamentos sobre aprendizagem histórica*. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição Ebook LAPHIS/Sobre Ontens, 2016.

SHEPHARD, Ben. *A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

STEIN, Marcos Nestor. *O oitavo Dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

Recebido em: 05/12/2019
Aprovado em: 04/09/2020

DE MARX AO FEMINISMO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

FROM MARX TO FEMINISM: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF GENDER, CLASS AND RACE IN LABOR RELATIONS

VICENTE, Joselia Aparecida Pires*
<https://orcid.org/0000-0001-7867-9568> 

ZIMMERMANN, Tânia Regina**
<https://orcid.org/0000-0001-8107-3102> 

RESUMO: Este artigo pretende analisar questões voltadas à interseccionalidade, entre gênero, raça, etnia e classe, com um enfoque nas relações entre o capitalismo e dominação masculina, evidenciando a desigualdade das mulheres nas relações de trabalho, na vida doméstica, as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa. Para tanto, serão valorosas as contribuições de Marx e seu método de pesquisa histórico-dialético, assim como das teorias feministas que partem da perspectiva da mulher enquanto sujeito e objeto da pesquisa. Compreender a relação entre gênero, raça e classe, e seus desdobramentos é o objetivo principal, isso porque, ao passo que se percebe a realidade histórica de um ponto de vista interseccional será possível buscar uma sociedade mais justa, barrando, enfim, a feminização da pobreza e a opressão patriarcal-capitalista.

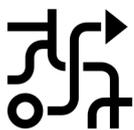
ABSTRACT: This article aims to analyze issues related to intersectionality, between gender, race, ethnicity and class, with a focus on the relationship between capitalism and male domination, highlighting the inequality of women in labor relations, in domestic life, the forms of exploitation women's work inside and outside the home. To this end, Marx's contributions and his method of historical-dialectical research, as well as feminist theories that start from the perspective of women as subjects and objects of research, will be valuable. Understanding the relationship between gender, race and class, and its consequences is the main objective, because, while perceiving the historical reality from an intersectional point of view, it will be possible to seek a more just society, barring, in short, the feminization of poverty and patriarchal-capitalist oppression.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Raça; Trabalho.

KEYWORDS: Genre; Race; Labor.

* Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, formada em Letras e Direito, pós-graduada em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atualmente, mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: joselia_vicente@hotmail.com.

** Doutora em História Cultural e professora da graduação em História e da pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: taniazimmermann@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O marxismo tradicional e algumas vertentes do feminismo não se debruçaram sobre o conceito de interseccionalidade entre diversas estruturas de poder, assim, ela trata das interseções entre diversos fenômenos voltados à raça, gênero e classe. Esses fenômenos influenciam nas mais diversas experiências das mulheres, sendo as relações de trabalho o ponto de partida deste artigo.

O artigo se justifica, ao passo que, Christine Delphy (2013), propõe expressamente que o grupo “mulheres” seja entendido como uma classe, em oposição aos homens, uma vez que eles se beneficiam sistematicamente da exploração do trabalho das primeiras. Ou seja, a dicotomia patrão-trabalhador, pode ser análoga ainda como homem-mulher, já que a diferenciação de gênero, por hora, esquecida pelos marxistas contribuiu para a naturalização da exploração da mulher.

Assim, é necessário frisar que as opressões são estruturais e o esforço de investigação é entender como se dá o funcionamento conjunto de estruturas de desigualdades que têm origens que não se resumem a uma única raiz comum (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Objetiva-se analisar, em especial, relações entre o capitalismo e dominação masculina, evidenciando a desigualdade das mulheres nas relações de trabalho, na vida doméstica, as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa, partindo de um contexto histórico.

Obviamente, não se pretende esgotar a temática, apenas iniciar uma discussão, que pretende compreender, a partir do feminismo, os caminhos da interseccionalidade, elaborando comparações entre a dominação sexual, gênero, classe e raça. Isso porque, ao passo que, isolam-se essas variáveis, tem-se análises parciais, distorções, que inviabilizam uma análise concreta.

Portanto,

a análise conjunta de gênero, raça e classe se apresenta, mas varia o peso relativo de cada uma e as clivagens que estabelecem conjuntamente são interpretadas de modo distinto. De maneira sintética, é possível dizer que enquanto o feminismo marxista e socialista privilegia o par gênero classe (embora isso não signifique que suspenda a raça como problema), o feminismo negro e os estudos das interseccionalidades privilegiam o par gênero-raça (embora isso não signifique que suspendam a classe como problema). (COLLINS, 2015, p. 13)



Para tanto, os métodos de pesquisa utilizados serão aqueles voltados às teorias feministas e seus aportes, que partem da perspectiva da mulher enquanto sujeito e objeto da pesquisa. Serão valorosas, ainda, as contribuições de Marx e seu método de pesquisa histórico-dialético que, ao considerar o ser-social, nos levará a compreender a intrínseca relação entre gênero e classe e seus desdobramentos até a atualidade.

Em suma, compreender a intrínseca relação entre gênero, classe e raça é urgente, isso porque, ao passo que se percebe a realidade histórica de um ponto de vista interseccional será possível buscar uma sociedade mais justa.

Nesse ínterim, na primeira unidade, apresentam-se métodos de pesquisa feminista e uma crítica à compreensão de gênero de Marx; na segunda unidade aborda-se o feminismo marxista e a divisão do trabalho feminino; na terceira e última unidade soma-se uma análise do trabalho “produtivo” e doméstico, do cuidar enquanto trabalho e sustento do capitalismo.

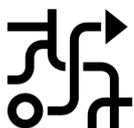
1 DO MÉTODO MARXIANO¹ À PESQUISA FEMINISTA

Para Karl Marx é importante a compreensão de que as classes sociais são os sujeitos coletivos da história, realizam a história. O sujeito cognitivo é a classe. É no interior do sujeito coletivo que as individualidades realizam a apreensão cognitiva objetiva concreta exata. A classe é o verdadeiro sujeito cultural, conseqüentemente o verdadeiro sujeito cognitivo, mas quem realiza a cognição são as consciências individuais.

Dessa forma, é plausível destacar que se segue aqui o método epistemológico histórico-dialético no qual Marx retoma a materialidade grega, propondo um materialismo que considere não simplesmente a razão, mas o ser social, explicando de forma materialista a ontologia do ser social.

Pode-se concluir que partimos da ontologia, das experiências humanas em dado momento histórico para alcançar o conhecimento epistemológico, a partir de um conjunto de procedimentos na busca da compreensão do objeto, e para a construção do conhecimento, no qual o sujeito conhece as categorias do objeto para alcançar, enfim, sua totalidade, o que nos permite a análise da categoria mulher, indo além da visão repleta de lacunas rascunhada por Marx e Engels.

¹ O adjetivo “marxiano” será utilizado sempre em referência à obra de Karl Marx; ao se tratar de forma indistinta das ideias desse e de seus seguidores, utilizaremos o adjetivo “marxista”.



1.1 Crítica a Marx e sua Compreensão de Gênero

O século XXI inicia trazendo novos compromissos relacionados a gênero e feminismos, por isso clássicos como Marx foram revisitados afim de colher sua compreensão acerca de temáticas necessárias, que em seu tempo, e por todo o contexto histórico, não foi capaz de aprofundar. Essa crítica não é rasa, ou tão somente para criticar de forma pejorativa, mas examinando os socialistas podemos buscar recursos para compreender questões de gênero.

Apesar de Marx não ter escrito sobre a temática em si, sua obra encerra numerosos elementos importantes à compreensão de gênero. Sua metodologia, sua concepção histórica, a desconstrução de hierarquias pretensamente naturais, sua teoria da ideologia e seu apreço a autoemancipação. (HOLMSTRON, 2014).

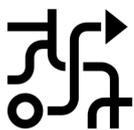
A metodologia de Marx é muito mais apropriada à compreensão de gênero que o liberalismo que vê o papel da mulher como um papel acidental, para Marx (1982, p.263), “esses papéis não são acidentais para os indivíduos e eles podem ser compreendidos somente em termos das relações sociais de poder.” As relações entre homens e mulheres são relacionadas a obrigações sociais, ou seja, relações de poder. Mostra ainda que as hierarquias pretensamente naturais, não são, mas são politicamente construídas e conservadas pelo poder.

Marx tem relativa importância quando não generaliza a mulher, mas a diferencia em suas necessidades. O marxismo nos ajuda a compreender que o gênero é sempre atravessado pela diferença de classes.

No entanto, o peso do gênero é sempre menor enquanto força analítica, o que concentra a teoria no trabalho assalariado capitalista, ignorando o não pago realizado por mulheres em casa, não considerado produtivo, apesar de ser absolutamente necessário para a produção capitalista. Rosa de Luxemburgo, teórica marxista, exemplifica muito bem tal relação:

A dançarina do music hall que, com suas pernas, produz lucro para seu empregador é uma trabalhadora produtiva, enquanto todas as dores das mulheres e mães proletárias entre as quatro paredes de seus lares são consideradas improdutivas. Isso parece brutal e absurdo, mas reflete exatamente a brutalidade e o disparate de nosso sistema econômico atual. (LUXEMBURGO, 1912, apud HOLMSTROM, 2014, p. 349)

Portanto, embora Marx não tenha se debruçado sobre a categoria gênero, deixa um rico legado para que o feminismo tenha condições de uma análise interseccional a partir do recorte de classes. Corroborando,



o Partido Socialista apoiou a batalha pela igualdade das mulheres. Por muitos anos, na verdade, foi o único partido político a defender o sufrágio feminino. Graças a mulheres socialistas como Pauline Newman e Rose Schneiderman, um movimento sufragista foi criado no interior da classe trabalhadora, quebrando o monopólio que, por uma década, as mulheres de classe média tiveram sobre a mobilização das massas a favor do voto. (DAVIS, 2016, p. 40)

Obviamente a obra de Marx não problematizou questões relacionadas à mulher, não foi capaz de colocá-las no cerne da problemática, no entanto, sua contribuição a partir da dialética e da materialidade deram fundamentos para diversas mulheres que partiram da luta de classes para uma teoria feminista.

1.2 Teorias Feministas

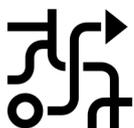
Até a década de 1970 pouco se desenvolvia de um ponto de partida diverso do androcêntrico, nesse sentido Simone de Beauvoir foi vanguarda, já que propunha a igualdade, de fato, entre homens e mulheres, problematizando a suposta igualdade que tão somente servia à inferiorização da mulher, proposta pelos cientistas clássicos:

Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". Essa fórmula, que fez fortuna, é muito significativa: é exatamente a que utilizam em relação aos negros dos E.U.A. as leis Jim Crow; ora, essa segregação, pretensamente igualitária, só serviu para introduzir as mais extremas discriminações. Esse encontro nada tem de ocasional: quer se trate de uma raça, de uma casta, de uma classe, de um sexo reduzidos a uma condição inferior, o processo de justificação é o mesmo. (BEAUVOIR, 1970, p. 17)

Já Mead (1979, p. 297) afirma que “insistir que não há diferenças de sexo numa sociedade que sempre acreditou nelas e dependeu delas, talvez seja uma forma tão sutil de padronização de personalidade como insistir em que existem muitas diferenças de sexo”.

Nesse contexto, os autores clássicos (homens) mostraram-se incapazes de ultrapassar uma concepção de reprodução social no que se refere a gênero, passando por todas as áreas da ciência, da psicanálise aos socialistas. A maioria dos autores assume ser o lugar e o papel das mulheres naturalmente ligados à família, concebida esta como a esfera das emoções, das particularidades e do apagamento das lutas. Haja vista que o tema do trabalho feminino para Karl Marx foi subsumido ao modo de produção familiar, assim como permaneceu, em sua teorização, sob a autoridade do pai de família e não entrou nas relações de produção capitalistas.

Diante dessa lacuna, que apagou o sujeito e objeto feminino da pesquisa é que surge uma nova perspectiva, feminista, que passa a ser utilizada nos meios acadêmicos. Pode-se



afirmar que a mulher passa a ser o objeto e o sujeito da pesquisa, contrapondo a ciência tradicional androcêntrica na qual mulheres são vistas como “segundo sexo”², em outras palavras, a ciência apagou as mulheres de suas perspectivas, fato que as teorias feministas pretendem retomar.

No campo teórico-epistemológico, há o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (BUTLER, 2003).

Há três posicionamentos epistemológicos que baseiam as pesquisas feministas: o empiricista, que segue os pressupostos atuais da ciência, comprometidos com a justificativa e a verdade, porém, denunciam o viés androcêntrico que os perpassa; o feminismo perspectivista, que parte de um ponto de vista das mulheres para elaborar sua fundamentação; e o feminismo pós-moderno no qual as categorias são consideradas de maneira mais diluídas, criticando as estratégias que se pautam em conceitos fundamentais. Conforme Sandra Harding (apud Louro, 1997, p. 152-153) a pesquisa feminista visa

[...] questões ligadas às suas experiências em lutas políticas, portanto, implicadas em interrogações sobre como mudar suas condições [...]. Os propósitos da pesquisa e a análise são inseparáveis da origem dos problemas de pesquisa.

Logo, é preciso fomentar as discussões sobre uma igualdade científica:

Nesse sentido, a discussão acerca do controle científico não é privilégio da crítica levada a cabo pelas feministas. Todavia, em virtude de sua atávica transversalidade, a questão da mulher deixa-se articular livremente com estudos críticos voltados a etnias, raças, classes, gerações, entre outros. Tal articulação entre diversas correntes de pensamento crítico se faz necessária já que, “é evidente que cada forma de dominação utiliza as outras como recursos e se apoiam mutuamente de modos complexos. (HARDING, 1996, p. 18)

Ou seja, o intuito não é isolar a produção do conhecimento atual e passada, para substituí-las por uma nova, mas desmistificar a “não generização” científica e a suposta ausência de interesse pelo poder por ela respaldado.

O feminismo é, portanto, um campo político tanto quanto teórico-epistemológico, embora tenha assumido variadas tendências, vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, em permanente (des)construção. Por consequência, as intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes movimentos feministas, entre

² Simone de Beauvoir denuncia o papel da mulher a partir de uma perspectiva secundária em relação ao homem, a expressão também intitula sua obra mais importante “O Segundo Sexo” escrita em 1949.



eles: o radical, o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista (Toledo, 2003). Por fim, não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos.

2 MULHER OU MULHERES?

Muito se discute acerca da nomenclatura, por consequência, categoria que abarque melhor os conceitos atuais: gênero, mulher ou mulheres? Indiferente de raça ou questões de classe, é o que diferencia o pensamento feminista do pensamento de esquerda, o que nos une ultrapassa o que nos diferencia, isso porque, a identidade da mulher é construída por traços biológicos e sociais como o corpo feminino que é a pré-condição para que a opressão permaneça. Entretanto,

mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. (PEDRO, 2005, p. 82)

Essas mulheres trabalhavam dentro e fora do lar há muito tempo, assim, o trabalho que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para os filhos, maridos e pais das mulheres negras (PEDRO, 2005).

Dessa forma, a categoria mulher não seria o suficiente para abarcar as particularidades e necessidades de todas as mulheres

a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. (PEDRO, 2005, p. 82)

Essa nova formulação de “mulher” é para Nicholson (2000) uma ideia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Por fim, muitas historiadoras, filósofas feministas entendem que

compreender esse alargamento exige levar em conta o contexto no qual se desenvolviam essas discussões. Essas feministas contestavam concepções presentes no pensamento de esquerda influenciado pelo marxismo, para as quais a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente: a classe, por exemplo, é uma condição de exploração e opressão objetiva. (PISCITELLI, 2002, p. 5)



Ou seja, os mecanismos de opressão não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, inclusive, como destaca Bell Hooks (1984), na posição de oprimidas e de opressoras. Assim, recriar a categoria mulher possibilita o reconhecimento de diferenças entre mulheres, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política – que, não exige um sentido definido para o termo mulher.

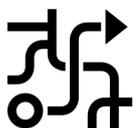
Logo, é necessário um esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas com a formulação de um projeto político feminista, mostrando como essa compatibilização não é incongruente.

Desse ponto de vista, os debates que tiveram lugar entre as feministas pós-modernas acerca da necessidade de desfazer-se do termo “mulher” como categoria de análise e definir o feminismo em termos puramente oposicional foram mal orientados. Para reformular o argumento que apresentei: se na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes, e a pergunta que devemos nos fazer é se foi transcendida a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. Se a resposta for negativa (tal como ocorre quando consideramos a organização atual do trabalho reprodutivo), então “mulher” é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres – como eram para o movimento feminista dos anos 1970 – e um nexo de união com a história das bruxas. (FEDERICI, 2017, p.21)

2.1 Interseccionalidade da Opressão

A opressão é permeada pelas condições inerentes de cada mulher, mulheres negras ou brancas, trabalhadoras assalariadas, profissionais liberais ou proprietárias, heterossexuais ou homossexuais, sua condição determina os níveis de opressão aos quais cada mulher é submetida.

Um recorte se faz necessário quando observamos as relações interseccionais voltadas à raça. Anne McClintock em sua obra “Couro Imperial” relaciona a mulher colonizada (negra e indígena) com a própria terra a ser conquistada, esta seria outra fêmea dominada pelo homem branco. Terra e mulheres em posição de servidão ao europeu, diante disso “o imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder” (MCCLINTOCK, 2010, p.21). As mulheres colonizadas já sofriam opressões dentro de suas realidades, quando atravessadas pelo europeu, foram ainda mais exploradas que o homem colonizado.



Em contrapartida, a mulher colonial (branca europeia) desfrutou de alguns privilégios “emprestados” pelo homem, hierarquicamente, permaneceram acima do homem colonizado, o que (BEAUVOIR, 1970, p.13) confirma “burguesas, são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas.” Surge, assim, a figura da mulher ociosa, pois o trabalho depreciaria as mulheres, sendo algo destinado às colonizadas. Nesse contexto, Angela Davis explica:

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 2)

Constantemente racismo e sexismo são pares, dessa forma, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras. (DAVIS, 2016, p. 33). Nesse sentido, as imigrantes que aceitavam o emprego doméstico ganhavam pouco mais do que as negras.

As mulheres brancas – incluindo as feministas – demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas raramente se envolveram no trabalho de Sísifo que consistia em melhorar as condições do serviço doméstico. Nos programas das feministas “de classe média” do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada – ao menos por parte das mulheres mais abastadas – para a exploração de suas próprias empregadas. (DAVIS, 2016, p. 33)

No que diz respeito à mulher indígena, quando os europeus, em meados de 1532, chegaram aos Andes, avistaram mulheres muito diferentes das europeias-cristãs, no período colonial, as mulheres ameríndias foram descritas e explicadas a partir da misoginia e dos papéis entendidos como femininos da Europa cristã. (SILVA, 2017). Assim, essa mulher passa a ser julgada com base em pressuposto impertinentes a elas e a quaisquer mulheres, apesar de essa discussão ser muito posterior à chegada dos europeus à América.

Nos dias atuais tem emergido um maior interesse sobre gênero e as necessidades das mulheres indígenas, isso porque as demandas de gênero no seio das comunidades indígenas despertaram e se fortaleceram nas últimas décadas.

Por fim, para Cristiane Lasmar (1999), garantir a visibilidade às mulheres indígenas é uma forma de evitar os estereótipos a elas atribuídos, a invisibilidade das indígenas é fruto da invisibilidade dos povos indígenas, mas pesa mais às mulheres devido ao seu gênero. Pontua, ainda que, de acordo com alguns dos costumes, as mulheres atuam nas áreas ligadas



à domesticidade e alguns locais são restritos aos homens, essa característica acaba sendo o pressuposto de uma desvalorização universal do domínio doméstico, o que será discutido adiante de forma mais ampla, além da mulher indígena.

O feminismo, em suma, abre mão de sua radicalidade quando não enfrenta essas convergências e perde de vista a subordinação interseccional estrutural, que representaria uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Portanto, não há como se falar em feminismo sem diferenciá-lo, porém, não se deve apenas diferenciá-lo sem unir as pontas que nos trazem ao ponto de partida de todas as lutas feministas, a opressão, que ocorre de modos diversos, mas ocorre pelo fato de sermos mulheres.

3. MULHER, CLASSE E TRABALHO

Nos últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre a categoria mulher, confirmando a pluralidade de posições teóricas existentes, como a teoria feminista, que fundamenta a área dos estudos de gênero. Nicholson expõe:

Quero sugerir que pensemos no sentido de ‘mulher’ (...) como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características. (NICHOLSON, 2000, p. 34-35)

Linda Nicholson acredita não em uma interseção do gênero com as diferenças de raça, classe, etc., mas em uma coexistência desses vários fatores: “nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ser mulher” (NICHOLSON, 2000, p.15).

Assim, mesmo que algumas mulheres alcancem posições de maior remuneração e de comando na política ou no mundo empresarial, mantidas as hierarquias de raça e de classe, não corresponde a alterações nas vidas das demais, nem anula a efetividade das relações de dominação masculina que incidem sobre elas (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Mulheres sempre estão sujeitas à violência patriarcal que submete suas vidas e corpos, transformando-os em objetos de consumo, mercantilizados, adentram o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Essa diferença diz respeito, inclusive, às formas de combate possíveis dentro da violência patriarcal impetrada (VAZQUES, 2018).



Mulheres são oprimidas por serem mulheres. Mulheres da classe trabalhadora, além da opressão patriarcal, sofrem a exploração de classe.

[...] uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade de gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa (SCOTT, 1989, p. 10).

Entretanto, “no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise” (SCOTT, 1989, p. 13). Para a autora, as feministas marxistas sobrepõem as questões econômicas às de gênero e, na ânsia de “encaixar” as análises sobre a questão da mulher no escopo geral da luta de classes, não permitiram o desenvolvimento de novas perspectivas de análise. (VAZQUES, 2018, p. 139)

Logo, partindo do feminismo marxista, a exploração de classe que atinge o conjunto do proletariado, atinge a mulher, e a opressão patriarcal pode ser e é perpetuada em meio a sua própria classe, “mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão” (FEDERICI, 2017, p.17).

Portanto, o patriarcado funciona como um sistema de poder no qual se assenta o capitalismo, assim, mesmo os homens da classe trabalhadora conseqüentemente acabam por exercer a violência patriarcal sobre suas companheiras, filhas, etc.

3.1 Feminismo Marxista: Análise de Gênero

O movimento feminista surge junto a toda a mobilização da Revolução Francesa, que se constituiu como a grande revolução burguesa (COSTA e SARDENBERG, 2008). Assim como na segunda onda feminista:

Com o benefício da visão retrospectiva, podemos ver agora que o surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, da variante organizada pelo Estado, que acabou de ser analisada, para o neoliberalismo. [...] No Terceiro (mundo), por contraste, a neoliberalização foi imposta usando a dívida como ameaça, como um programa forçado de “ajuste estrutural” o qual subverteu todos os princípios centrais do “desenvolvimentismo” e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais. Curiosamente, a segunda onda do feminismo prosperou



nestas novas condições. O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa de base ampla. Atraindo partidários de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos. O efeito não foi apenas ampliar imensamente as fileiras de ativistas, mas também transformar as visões de senso comum de família, trabalho e dignidade. (FRASER, 2009, p.22-23)

Ou seja, as mulheres (burguesas) estavam pouco preocupadas com a exploração sofrida pelas mulheres da classe trabalhadora, estabelecendo uma mulher universal. A crítica a esse feminismo burguês foi feita pelas feministas socialistas, como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, que denunciavam essa vertente pela busca da igualdade sem questionar seus próprios privilégios, mantidos dentro da ordem social estabelecida. Nesse sentido, foram as feministas socialistas que introduziram a importância de se pensar a classe dentro do movimento feminista.

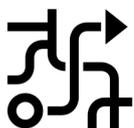
Assim, o feminismo marxista defende a centralidade do trabalho na explicação de todas as outras categorias comumente utilizadas ao se tratar de relações de opressão. Gênero não pode ser lido autonomamente, sem se pensar em classe, em trabalho. Haja vista que o feminismo marxista afirma que o capitalismo, apesar de não inventar a opressão de gênero, apropriou-se dela a seu favor. Em corroboração, Elizabeth Souza-Lobo (1991) explicita que uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero é uma luta que tolera e legitima a exploração das mulheres.

Outra problematização expõe as hierarquias entre as mulheres, mostrando que os privilégios de classe as posicionam diferentemente. É essa aproximação do problema que (SAFIOTTI, 2013, p. 133) expressou ao dizer que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”.

Portanto, o debate feminista no seio do marxismo parte da recusa à percepção de que a desigualdade de classe de alguma maneira subsume todas as outras (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34).

3.2 Divisão Sexual do Trabalho

Para Christine Delphy o homem seria o burguês e a mulher o proletário, analogia, inspirada em Engels (LALLEMENT, 2014). Frederick Engels (1884) afirmava que a sujeição da mulher é produto das relações sociais, portanto pode ser modificada, porém a divisão do



trabalho masculino e feminino é algo natural (biológico), reafirmando o mito do homem caçador e da mulher que cuida da casa.

Entretanto, as mulheres não se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas, exerceram trabalhos assalariados em dados momentos históricos (com exceção das que integravam a classe dominante). Assim Engels reproduziu um estereótipo que ainda persiste. Apesar de ser contra a concepção naturalista de dominação, analisa o trabalho doméstico como algo naturalmente feminino (TRAT, 2014).

Em contrapartida Pierre Naville argumenta que a separação dos sexos não tem nada de natural, que as “inferioridades físicas” da mulher não a impediriam de exercer qualquer trabalho, mas que “o problema consiste precisamente em criar condições sociais, biológicas, pedagógicas e tecnológicas nas quais as mulheres possam participar da vida profissional da nação sem prejudicar sua natureza física particular.” (In: LALLEMENT, 2014, p.375).

Ele ainda salienta que quando foi preciso, as profissões femininas migraram para transportes e mecânica sem dificuldades para atender a demanda. Portanto, a noção de aptidões é ilusória. A existência de desigualdades profundas projeta nos jovens a noção de que o trabalho exercido pelo homem é mais significativo, desvalorizando aquele exercido pela mulher, assim, não somente o sistema não é simétrico em relação à força de trabalho, como isso reflete nas relações sociais constantemente, o que explica os trabalhos ditos femininos ainda serem mal remunerados.

Para a professora Magda de Almeida Neves³, algumas profissões são conhecidas como “guetos femininos” no mercado de trabalho.

O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens. (NEVES, 2007, p. 14-15)

Os lugares tradicionais das mulheres são o das professoras, enfermeiras, secretárias, recepcionistas. E os salários nessas profissões são baixos, porque a remuneração da mulher, em muitos momentos, se deu pelas “qualidades femininas” exigidas nas funções e como complementação à renda familiar.

Após a Segunda Guerra Mundial se instaura ainda mais essa divisão de trabalho entre homens e mulheres, que valoriza o modelo do homem que seria o “ganha-pão”

³ NEVES, Magda de Almeida. Entrevista com a professora Magda de Almeida Neves. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>. Acesso em: 04/08/2016.



(LALLEMENT, 2014, p. 379) e desvaloriza o da mulher, criando o mito da mulher inativa, que se limita ao trabalho doméstico, apagado e ignorado por não ser considerado produtivo. Aqui tem início o apagamento do trabalho de cuidar (NAVILLE, 1948).

Sociólogos reconhecidos tentaram justificar essa repartição de papéis que se impõe ao imaginário ocidental. No entanto, a linha é tênue, entre as tarefas domésticas e o trabalho considerado produtivo, para as mulheres que sempre precisaram se dividir entre as duas formas de trabalho. Apenas recentemente que os historiadores e historiadoras conseguiram convencer que, contrariamente às representações dominantes, as mulheres (proletárias) sempre trabalharam (SCHWEITZER, 2002).

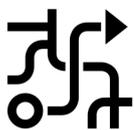
Enfim, o próprio sistema educacional prevalece nas exigências do sistema produtivo, assegurando desigualdades. As mulheres recebem qualificação inferior, permanecendo em menor número nas profissões de prestígio, assim, as divisões sociais do trabalho acabam que se sobressaem às capacidades individuais.

3.2.1 Trabalho Doméstico e a Manutenção do Capital

Nem a economia clássica, nem o marxismo científico estimaram como produtivo o trabalho das mulheres em casa. Assim, a partir de a segunda onda feminista iniciou-se uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos lares, por consequência, sobre o trabalho doméstico que se estende à atualidade, e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas.

O trabalho doméstico é visto como uma questão fundamental da opressão feminina, portanto, é óbvia a necessidade de valorização social do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres. Uma das questões apresentadas a respeito da desvalorização do trabalho doméstico e não reconhecimento do mesmo está ligada ao fato desse trabalho não se encaixar nos conceitos de trabalho regularmente utilizados, ou seja, não é uma atividade remunerada, portanto, não produtiva para os moldes capitalistas.

Cristina Carrasco resume que “não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social” (CARRASCO, 2008, p. 99). “O problema seria aquilo que o trabalho doméstico não é: ele não tem ciclos de acumulação, não estabelece relações salarizadas e seus produtos não têm preço no mercado” (TORRES, 1988, p. 03). Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, é difícil, sendo o mesmo subestimado. Em suma, “a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres” (ARRIAGADA, 2007, p. 244).



3.2.2 Economia do Cuidado

A economia feminista ou economia do cuidado a princípio buscava o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O capitalismo nunca satisfaz totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção, sendo o trabalho doméstico uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho.

Assim, o trabalho de cuidar, embora imprescindível à manutenção do capital, se manteve invisibilizado. Cristina Carrasco (2003) atribui a invisibilidade do trabalho realizado na esfera privada a dois grandes motivos: o primeiro está relacionado ao caráter ideológico patriarcal, que atribui maior valor às atividades desenvolvidas pelo poder masculino, já que o próprio grupo dominante é responsável pela atribuição de valores; o segundo se relaciona ao funcionamento dos sistemas econômicos, os quais procuram se apresentar como autônomos, ocultando a importância do trabalho de cuidar, essencial à produção e à manutenção da força de trabalho e da vida.

Cuidar é inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana, comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas, sobretudo, porque estão naturalizadas, o que é exemplificado a seguir:

Se (Adam Smith) tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio. Adam Smith também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias. (MARÇAL, 2016, p.29)

Sendo um trabalho invisível, exercido por um gênero também invisibilizado, Adam Smith foi incapaz de percebê-lo e, portanto, de teorizá-lo (CARRASCO, 2018). Assim, como tantos outros autores que jamais analisaram a importância do cuidar para a vida humana que, fatalmente, tornou-se uma forma de oprimir e paralisar mulheres.

Logo, quando se fala de opressão, é preciso entender que a exploração do trabalho doméstico, do cuidado, pelos homens e pelo capital é uma forma de opressão. Enquanto as mulheres se ocupam do trabalho doméstico dificilmente rompem barreiras necessárias à compreensão de sua própria exploração.

Por fim, não há como mensurar o tempo e empenho em cuidar, a economia do cuidado pretende problematizar algo invisível, o que dificulta ainda mais uma mudança. Transformar um padrão patriarcal, capitalista não é fácil, mas as teorias feministas se



propõem a debater e buscar a ruptura de paradigmas, já que o cotidiano da mulher, como se apresenta, é cada dia mais insustentável.

Para finalizar, a frase da psicóloga e escritora Clarissa Pinkola Estes, ilustra muito bem tais afirmações: “Já vi mulheres que insistem em limpar toda a casa antes de sentar para escrever, sabemos um aspecto curioso do trabalho doméstico é o fato de que ele nunca acaba, é o jeito perfeito de paralisar uma mulher”.⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

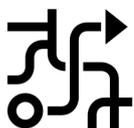
Conclui-se que a partir da segunda metade do século XX, o apagamento histórico de gênero, passa a ser questionado pelas teorias feministas, rompendo, consideravelmente, redomas de opressão de gênero. No entanto, a opressão prevalece e não se dá desassociada da classe. Obviamente, as mulheres pobres se diferenciam das mulheres de classe média, que se diferenciam das negras ou das indígenas.

Compreendendo o fato de que o sufrágio ou a luta pela liberdade de se trabalhar foram lutas burguesas, já que as mulheres pobres sempre trabalharam, é primordial um ponto de vista interseccional, ancorado no feminismo marxista. Nesse sentido, Marx, indubitavelmente, trouxe sua contribuição da discussão de classe para uma discussão de gênero e classe, pois apesar de não ter se debruçado sobre questões das mulheres, baseou a eclosão do feminismo marxista e o método histórico-dialético imprescindível às teorias atuais.

Nesse ínterim, o trabalho de cuidar foi invisibilizado, não relacionado à sobrevivência do capitalismo, usado pelo capital e pelo homem, que oprime a mulher dentro lar, ainda que seja um socialista. O que explica, em partes, o fracasso do socialismo, que não considerou a força de trabalho da mulher.

Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, conseqüentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a resignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal – sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema

⁴ Clarissa Pinkola Estés, [psicóloga Junguiana](#), [poeta](#) e [escritora norte-americana](#) especializada em traumas pós-guerra. Ficou mundialmente conhecida por seu livro de 1992, *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*, onde aborda o arquétipo feminino, seus mistérios e potência com base em mitos, histórias ancestrais e contos.



capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro. (FRASER, 2009, p.30)

Dessa forma, devemos aceitar a impossibilidade de uma sociedade igual sem o debate de gênero, haja vista que as mulheres foram apagadas pelos autores clássicos. Em contrapartida, hoje, após décadas de estudos feministas, as mulheres buscam recontar a História por um olhar em que sejam sujeito e objeto da pesquisa, sem ignorar a História até então.

Embora ser mulher seja o que nos une em nossas lutas feministas, é necessário um olhar interseccional que não nos permita esquecer as diferenças que não precisam, necessariamente, nos desunir, mas serem ponto de partida para a empatia em relação às dores e desafios de cada mulher.

Em suma, respeitar o lugar de fala e de luta de cada mulher é princípio para uma teoria feminista que abarque todas as mulheres e seus anseios, permitindo a elas que ultrapassem a academia e movam a militância em busca de transformações relevantes. Transformações que devem e necessitam alcançar o trabalho imprescindível de cuidar, que gera, alimenta, mantém vivos os trabalhadores e trabalhadoras que sustentam o próprio capital. Somente então, ao valorizar o trabalho e a força de trabalho feminina, em todas as circunstâncias, seja ela assalariada ou não, é que poderemos barrar a feminização da pobreza e a opressão patriarcal-capitalista.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. Signs: *Journal of Women in Culture and Society*, 1988, vol. 13, n. 3, pp. 414-415.

ARRIAGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

_____. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria de Jesus (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2006.

_____. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados*. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

CHASIN, José. *O método dialético*. O texto é a transcrição de parte de aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

_____. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

ENGELS, Friedrich. (1884). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

_____. (1845). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009. Acesso em 15/10/2019.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.



_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 1993, pp. 07 - 32.

_____. Del problema de la mujer en la ciência al problema de la ciência en el feminismo. In: *Ciência y feminismo*. Madri: Ediciones Morata, 1996, pp. 15 - 27.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão de gênero. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

LALLEMENT, Michel. Pierre Naville e a divisão do trabalho entre sexos: o sistema produtivo em última instância. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. *Periódicos UFSC*. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em 20/10/2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e reconstrução. *Educação e Realidade*, 20(2), 101-132, 1995.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARÇAL, Katrine. *¿Quién le hacía la cena a Adam Smith? Una historia de las mujeres y la economía*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial; tradução: Plínio Dentzien*. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, set./dez. 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos feministas* 11.2 (2000): p. 9-41.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005. Acesso em 15/10/2019.



PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42. Acesso em 15/10/2019.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a Economia Política do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989.

SCHWEITZER, Sylvie. *Les femmes ont toujours travaillé*. Une histoire du travail des femmes aux XIXe et XXe siècles, Paris, Odile Jacob, 2002.

SILVA, Amanda Cristina Souza da. *Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas. Anais do III Encontro de Descendentes de História da Unifap*. Macapá: 2017.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2008.

_____. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/cecilia-marxismo_o_genero_nos_une.pdf. Acesso em: 26/11/2020.

TRAT, Josette. Frederich Engels: Da propriedade privada à sujeição das mulheres. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações entre patriarcado e capitalismo. *Argum.*, Vitória, v. 10, n. 2, p. 135-147, maio/ago. 2018.

Recebido em: 28/09/2020
Aprovado em: 05/12/2020

ENTRE A ESCRAVIDÃO E O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO: AFETOS E DESAFETOS DO VIGÁRIO DA VARA DR. DOMINGOS COELHO SAMPAIO, VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, DE 1756 A 1762

BETWEEN SLAVERY AND THE COURT OF THE HOLY OFFICE: AFFECTIONS AND DESAFETOS OF THE VICAR OF VARA DR. DOMINGOS COELHO SAMPAIO, VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, FROM 1756 TO 1762

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo *

<https://Orcid:0000-0002-7652-1959> 

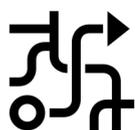
RESUMO: A proposta deste estudo é investigar alguns aspectos da atuação do vigário da vara dr. Domingos Coelho Sampaio da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio, no período de sua atuação, entre os anos de 1756 a 1762. Analisamos um afeto e um desafeto do vigário da vara serrano: o grande afeto era seu ex-escravo José Coelho Sampaio, solicitante de carta guia para transitar entre o Brasil e Portugal; o seu desafeto era o padre João Álvares da Costa, vigário colado da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, denunciado por descumprimento de ordens papais e cujo processo chegou ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. A metodologia de pesquisa é centrada na investigação bibliográfica e documental de arquivos públicos do Brasil e Portugal. O resultado é uma narrativa que mostra a atuação da vigararia da vara na comarca eclesiástica serrana pertencente à Diocese de Mariana, instalada oficialmente na Vila do Príncipe.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Colônia, Escravidão, Tribunal do Santo ofício, Comarca do Serro do Frio, Vila do Príncipe.

ABSTRACT: The purpose of this study is to investigate some aspects of the performance of the foreign vicar dr. Domingos Coelho Sampaio of the parish of Nossa Senhora da Conceição in Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio, in the period of his performance, between the years 1756 to 1762. We analyzed an affection and a disaffection the vicar of the stick: the great affection was his ex-slave José Coelho Sampaio, requesting a guide letter to transit between Brazil and Portugal; his disaffection was the priest João Álvares da Costa, pasted vicar of the parish of Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, denounced for noncompliance with papal orders and whose case reached the Tribunal of the Holy Office of Lisbon. The research methodology is centered on bibliographic and documentary investigation of public archives in Brazil and Portugal. The result is a narrative that shows the performance of the foreign vicar in the mountain ecclesiastical district belonging to the Diocese of Mariana, officially installed in Vila do Príncipe.

KEYWORDS: Colony Brazil, Slavery, Court of the Holy Office, District of Serro do Frio, Vila do Príncipe

* Mestrando no curso de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: guim.goncalves@hotmail.com



INTRODUÇÃO

*Não há nada mais gratificante do que o afeto correspondido,
nada mais perfeito do que a reciprocidade de gostos
e a troca de atenções.
(Cícero, 106-43a.C)*

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe, capital da Comarca do Serro do Frio, na Capitania de Minas Gerais, foi criada em 1713 na qualidade de “encomendada”, ou seja, com vigário provisório. Em 1724, a paróquia serrana foi elevada à categoria de “colada”, fazendo jus ao seu vigário, proprietário fixo do território da freguesia. Desde 1714, a Diocese do Rio de Janeiro havia indicado um vigário da vara para a sua comarca eclesiástica mineira. Em 1745, com a criação da Diocese de Mariana, a indicação do vigário da vara passou a pertencer ao bispo residente naquela cidade (Quadro 1).

QUADRO 1 – Vigários da vara da Comarca Eclesiástica da paróquia de Nossa Senhora da Conceição
Vila do Príncipe – 1714-1829

Período	Padre	Título de nomeação
05/02/1714 a 24/06/1719	Antônio Mendanha Souto Maior	Licenciado
29/06/1719 a 29/06//1720	Antônio Pina	Cônego e mestre-escola do Cabido da Diocese do Rio de Janeiro
17/08/1721 a 17/09/1724	José de Castro Couto	Licenciado
18/09/1724 a 18/01/1776	Simão Pacheco	Licenciado
19/06/1730	Dr. Manuel Tavares Pereira	Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra
1755 a 1756	Dr. Manuel Cardoso Frazão Castelo Branco	Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra [?]
1756 a 1762	Dr. Domingos José Coelho Sampaio	Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra [?]
1776 a 1785	Dr. Nicolau da Silva Belo	Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra
1785 a 1788	Dr. Manuel José da Fonseca Brandão	Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra
30/05/1793 a 29/04/1797	Gregório dos Reis Melo	Mestre de Capela
25/03/1806 a 31/03/1819	Francisco Rodrigues Ribeiro de Avelar	Licenciado
01/01/1821 a 31/01/1829	Dr. Manuel Francisco da Silva	Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra

Fontes: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO; ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA; BRISKIEVICZ, 2017; MESQUITA; SEABRA, 2013, p. 65-69; SENNA, 1903, p. 171.

O objetivo deste estudo é apresentar alguns aspectos da atuação do vigário da vara Dr. Domingos José Coelho Sampaio, no período do exercício de seu cargo, entre os anos de 1756 a 1762. Apesar de não conseguirmos a comprovação de sua formação em Cânones na



Universidade de Coimbra (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, 1290 a 2012), seu trânsito pelo reino e a referência dos documentos oficiais ao título de “doutor” indicam seus estudos superiores nesta importante universidade portuguesa.

Dividimos o estudo em dois momentos: o afeto e o desafeto, o amor e o ódio, a amizade e a inimizade. Afeto e desafeto apenas como formas de lidar com seus conhecidos no dia a dia, devido as suas atuações profissional e domiciliar. O ex-escravo do vigário da vara chamado José Coelho Sampaio solicitou ao Senado da Câmara da Vila do Príncipe uma carta guia para livremente transitar pelo Brasil e pelo reino, na Europa. Analisamos como esta relação foi construída. Por outro lado, o vigário da vara colecionava inimigos, um deles, o pároco de Conceição do Mato Dentro, o padre João Álvares da Costa, denunciado formalmente por descumprir ordens papais, criando embaraços para seu rebanho de fiéis devotos. Analisamos os documentos do afeto e do desafeto do vigário da vara a fim de demonstrar como era a atuação deste juiz forâneo na Comarca do Serro do Frio na segunda metade do século XVIII, como construía sua sociabilidade e como atuava nesta sociedade escravista e organizada rigidamente em torno da moral conservadora católica de forte caráter reformista e contrarreformista, balizadas ainda pelas densas sombras do Concílio de Trento.

É importante considerar para uma compreensão alargada das relações do vigário da vara serrano com seus afetos e desafetos que toda forma de autoridade eclesiástica no Brasil no século XVIII foi estabelecida pelo *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia* publicado em 1704, e que antecedeu as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707, ambos resultados da preocupação do bispo Sebastião Monteiro da Vide em disciplinar em sagradas letras o dia a dia da igreja colonial brasileira. O *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia* disciplinou o funcionamento do Auditório Eclesiástico ou Relação Eclesiástica instalada em Salvador, em 21 de novembro de 1676, com a atribuição de atuar como tribunal de segunda instância, julgando as apelações e agravos das decisões tomadas em primeira instância nas causas em que os bispos ou membros dos juízos eclesiásticos fossem parte. De acordo com o *Regimento do Auditório*, este era formado por um provisor, vigário-geral, chanceler, desembargadores, juiz dos casamentos, juiz das justificações, juiz dos resíduos, visitantes, vigários da vara, promotor da Justiça, advogados do Auditório, escrivão da câmara, escrivão da chancelaria, escrivães da visitação, notários apostólicos, escrivães do Auditório, meirinho do Arcebispado, escrivão da vara e armas,



inquiridor, distribuidor, contador, solicitador da justiça e resíduos, porteiro da Relação e Auditórios, depositário do Juízo e seu escrivão.

Dessa forma, com a publicação do *Regimento do Auditório* em 1704 e das *Constituições Primeiras* em 1707, o gesto pedagógico colonial de convivência entre os bispos e seus padres, entre os párocos e seus fiéis devotos e entre os fiéis e suas irmandades e confrarias, ou seja, o que era autorizado e proibido em relação às práticas católicas em território brasileiro foram consagradas em documentos que nortearam o agir desses atores sociais e conduziu os processos ordinários da distribuição da justiça e dos serviços eclesiais. O vigário da vara era uma autoridade necessária no organograma da hierarquia eclesial e estava prevista em documentos oficiais e sua função era reconhecida como mediadora entre os mandos e desmandos dos padres e párocos, bem como os desajustes religiosos dos fiéis nas suas comunidades. Não é demais recordar que acima do vigário da vara estava o bispo da diocese e que acima do bispo havia o rei a quem cabia a decisão final em muitos casos – dependendo de seus interesses na colônia e da distribuição de privilégio no sistema das mercês – em seus múltiplos tribunais e conselhos, caso fosse o condenado recorrendo nas instâncias menores e suas posses permitissem a contratação de licenciados e advogados. Ao rei, era garantida toda a autoridade, inclusive em aplicações ou não de penas eclesiais de último recurso (HESPANHA, 1993, p. 288). O vigário da vara era o responsável pela administração da justiça no território das minas gerais dentro de sua comarca eclesial. Eram suas atribuições administrativas “acompanhar os clérigos na sua vida e no exercício de suas funções e velar pela correção das expressões litúrgicas e pela boa administração dos bens eclesiais” (SANTOS, 2008, p. 7).

UM AFETO: O ESCRAVO FORRO DO VIGÁRIO DA VARA SOLICITA CARTA GUIA

Uma carta de guia requerida por José Coelho Sampaio, preto, liberto, natural da Costa da Mina para transitar livremente pela Comarca do Serro do Frio, as capitanias brasileiras e pelo Reino de Portugal talvez seja um dos documentos mais importantes para a demonstração do jeito barroco serrano de ser e seu gesto pedagógico colonial. A carta guia ou carta de passe livre foi solicitada por José Coelho Sampaio no dia 26 de abril de 1768 ao Senado da Câmara. Antes de analisar este documento, outro, anterior, fundamenta o seu pedido. Trata-se do Alvará de 19 de setembro de 1761:



Eu el-rei faço saber aos que este alvará com força de lei virem que sendo informado dos muitos e grandes inconvenientes que resultam do excesso e devassidão com que, contra as leis e costumes de outras Cortes polidas, se transporta anualmente da África, América e Ásia para estes Reinos um tão extraordinário número de escravos pretos que, fazendo nos meus domínios ultramarinos uma sensível falta para a cultura das terras e das minas, só vêm a este continente ocupar os lugares dos moços de servir que, ficando sem cômodo, se entregam à ociosidade e se precipitam nos vícios que dela são naturais consequências; e havendo mandado conferir os referidos inconvenientes e outros dignos da minha real providência com muitos ministros do meu Conselho e Desembargo, doutos, etc. Moratos e zelosos do serviço de Deus e meu e do bem comum, com cujos pareceres me conformei, estabeleço que do dia da publicação desta lei nos portos da América, África e Ásia, depois de haverem passados seis meses a respeito dos primeiros e segundos dos referidos portos, e um ano a respeito dos terceiros, se não possam em algum deles carregar nem descarregar nestes Reinos de Portugal e dos Algarves, preto ou preta alguma. Ordenando que todos os que chegarem aos sobreditos Reinos, depois de haverem passado os referidos termos contados do dia da publicação desta, fiquem pelo benefício dela libertos e forros, sem necessitarem de outra alguma carta de manumissão ou alforria nem de outro algum despacho além das certidões dos administradores e oficiais das Alfândegas dos lugares onde portarem, as quais mando que se lhes passem logo com as declarações dos lugares donde houverem saído, dos navios em que vierem e do dia, mês e ano em que desembarcarem, vencendo os sobreditos administradores e oficiais os emolumentos das mesmas certidões, quatro peados à custa dos donos dos referidos pretos ou das pessoas que os trouxeram na sua companhia. Dilatando-se-lhes porém as mesmas certidões por mais de quarenta e oito horas contínuas e sucessivas, contadas da em que derem entrada os navios, incorrerão os oficiais que as dilatarem na pena de suspensão até minha mercê. E neste caso incorrerão os que se acharem gravados aos juizes e Justiças das respectivas terras que nelas tiverem jurisdição ordinária, para que qualquer deles lhes passe as ditas certidões com os mesmos emolumentos e com a declaração das dúvidas ou negligências dos sobreditos administradores ou oficiais das Alfândegas; a fim de que, queixando-se deles as partes aos regedores, governadores das Justiças das respectivas Relações e Jurisdições, façam logo executar esta de plano e sem figura de Juízo e declarar da mesma sorte as penas acima ordenadas. Além delas mando que a todas e quaisquer pessoas, de qualquer estado e condição que sejam, que venderem, comprarem ou retiverem na sua sujeição e serviço, contra suas vontades, como escravos, os pretos ou pretas que chegarem a estes Reinos, depois de serem passados os referidos termos, se imponham as penas que por direito se acham estabelecidas contra os que fazem cárceres privados e sujeitam a cativoiro os homens que são livres. Não é porém da minha intenção, nem que a respeito dos pretos e pretas que já se acham nestes Reinos e a eles vierem dentro dos referidos termos, se inove coisa alguma, com o motivo desta lei; nem que com o pretexto dela desertem dos meus domínios ultramarinos os escravos que neles se acham ou acharem. Antes, pelo contrário, ordeno que todos os pretos e pretas livres que vierem para estes Reinos viver, negociar ou servir, usando da plena liberdade que para isso lhes compete, tragam indispensavelmente guias das respectivas Câmaras dos lugares donde saírem pelas quais conste o seu sexo, idade e figura; de sorte que concluam a sua identidade e manifestem que são os mesmos pretos, forros e livres. E que vindo alguns sem as sobreditas guias na referida forma, sejam presos e alimentados e remetidos aos lugares donde houverem saído, à custa das pessoas em cujas companhias ou embarcações vierem ou se acharem. E este se cumprirá tão inteiramente como nele se contém. Pelo que mando à Mesa do Desembargo do Paço, de Conselhos da minha Real Fazenda e do Ultramar, Casa da Suplicação, Mesa da Consciência e Ordens, Senado da Câmara, Junta do Comércio destes Reinos e seus domínios, governadores a Relação e Casa do Porto e das Relações da Bahia e Rio de Janeiro, vice-reis dos Estados da Índia e Brasil, governadores e capitães gerais e quaisquer outros governadores dos mesmos Estados e mais ministros, oficiais e pessoas deles e destes Reinos que cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este meu alvará, sem embargo de quaisquer outras leis ou disposições que se oponham ao seu



conteúdo, as quais hei também por derogadas para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor. E mando ao doutor Manoel Gomes de Carvalho, do meu Conselho e chanceler-mor destes Reinos e senhorios, o faça publicar e registrar na Chancelaria-mor do Reino. E da mesma sorte será publicada nos meus Reinos e domínios e em cada uma das comarcas deles, para que venha à notícia de todos e se não possa alegar ignorância, registrando-se em todas as Relações dos meus Reinos e domínios e nas mais partes onde semelhantes leis se costumam registrar e lançando-se este mesmo alvará na Torre do Tombo. Dado no Palácio de nossa senhora da Ajuda a 19 de setembro de 1761. Rei. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Leis Originais, 1761, Maço 6, n. 40; SOUZA, 1783-1818, v. 2, p. 117-118).

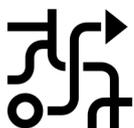
Como de praxe, um alvará régio começava pela motivação ou justificação da sua ordem e o porquê de sua publicação. O argumento principal era sempre o sossego dos povos. Mas para além dessa justificativa retórica, havia outra, muito mais importante: um número extraordinário de escravos pretos estava sendo enviado das colônias para o Reino a fim de substituírem os moços em suas tarefas cotidianas, permitindo que esses jovens mantivessem-se na ociosidade e na prática de vícios, com o aumento da criminalidade. Em outras palavras: lugar de escravos deveria ser nas colônias nos serviços das minas e suas lavras na cultura das terras e suas lavouras.

A consequência do alvará régio era que depois de seis meses nos portos da América e da África e um ano nos portos da Ásia não poderia embarcar com destino ao Reino de Portugal e dos Algarves preto ou preta alguma. Nesse caso, preto ou preta queria dizer escravo e por conta disso todos seriam libertos e alforriados quando apresentassem suas certidões dos administradores e oficiais da alfandega dos portos coloniais no momento de sua chegada a Portugal.

O que interessava ao liberto serrano José Coelho Sampaio ao pedir sua carta guia ao Senado da Câmara era que ele iria ao Reino viver, negociar ou servir querendo usar plenamente sua liberdade, sem criar problemas imigratórios. A responsabilidade da carta guia era das respectivas Câmaras dos lugares de onde saíssem e deveria constar o sexo, idade e figura, comprovando que se tratava de um preto, forro e por isso mesmo, liberto. A fim de evitar problemas o preto forro serrano pediu seu documento oficial.

Vejamos, agora, a carta de guia de José Coelho Sampaio passada pelo Senado da Câmara da Vila do Príncipe alguns anos depois da publicação do alvará régio de 1761, transcrita por Maria Eremita de Souza da fl. 2-2v. do “Livro 42 Aberto pelo ouvidor M. de Souza Guerra de Araújo”, não mais existente no Arquivo do Iphan Serro:

Juiz, vereadores e procurador que servimos no Senado da Câmara em esta Vila do Príncipe por eleição na forma da lei. Aos que a presente nossa carta de guia virem fazemos saber em como perante nós em ato de vereação compareceu José Coelho Sampaio homem preto natural da Costa da Mina escravo que foi do reverendo José



Coelho Sampaio e nos apresentou uma carta de alforria que lhe passou o dito seu senhor dizendo pretendia ir para fora desta comarca e ainda para o reino de Portugal requerendo-nos lhe passássemos esta Guia na forma da Lei novíssima de 19 de setembro de 1761 e para procedermos com a observância da dita lei e segundo a sua determinação vimos e examinamos o dito José Coelho Sampaio que reconhecemos ser o próprio de que tratamos o qual é o que parece de idade de vinte anos pouco mais ou menos estatura [...] a crescer de cor pálida algum tanto de corpo delgado de rosto e cara comprida, testa escantilhada, olhos pardos e grandes, orelhas grandes, nariz em boa proporção, beiços grossos, dentes grandes e claros, sem barba ainda, sem sinal na cara nenhum. E por ser esta a figura do dito liberto a nosso parecer e por ele ser requerida a presente carta de Guia lha mandamos passar por nós somente assinada e selada com o selo das armas reais que serve neste Senado nesta Vila do Príncipe, em Câmara que escrevi. João Pinto Coelho Tomé Fernandes Guimarães, João da Silva Bacelar, Antônio Peixoto Guimarães. E não continha mais em a dita carta de Guia do que o mencionado acima que aqui transladei bem e fielmente da própria a que me reporto nesta Vila do Príncipe, aos 26 dias do mês de abril de 1768 anos. E eu, José Pereira do Amaral escrivão da Câmara que o escrevi, assinei e consertei José Pereira do Amaral.

Consertada por um escrivão, José Pereira do Amaral

Carta de Guia requerida por Felipe Coelho Sampaio, homem preto, ao nobre Senado e manda passar pelos ditos oficiais da Câmara dela cujo seu teor é o seguinte. O Juiz e Vereadores e Procurador etc. compareceu Felipe Coelho Sampaio, homem preto, natural da Costa da Mina, escravo que foi do reverendo dr. Domingos Coelho Sampaio e nos apresentou uma carta de alforria que lhe passou o dito seu senhor dizendo pretendia ir para fora desta Comarca e ainda para o Reino de Portugal requerendo-nos lhe passássemos carta de Guia na forma da Lei novíssima de 19 de setembro de 1761 etc. e para procedermos em observância da dita lei e segundo sua determinação vimos e examinamos o dito Felipe Coelho Sampaio que reconhecemos ser o próprio de que tratamos, o qual é do nosso parecer de idade de 25 anos, pouco mais ou menos, de estatura ordinária, de cor preta natural, bem feito de corpo, pés e perna, nem gordo, nem magro, de rosto redondo, testa pequena, olhos a modo de pardos, orelhas pequenas, nariz meio chato, em boa proporção, beiços ordinários, dentes alguma coisa grandes, pouca barba, sem sinal na cara. E por ser esta a figura do dito liberto etc. mesma data (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 53, n.p.).

O anteriormente proprietário do escravo alforriado José Coelho Sampaio tinha sido o vigário da vara, o reverendo dr. Domingos Coelho Sampaio. Este padre trabalhou na Comarca Eclesiástica da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe subordinada diretamente à Diocese de Mariana pelo menos nos anos de 1760 e 1762. Nesse período, ele realizou a devassa do caso de infâmia, blasfêmia e heresia em Conceição do Mato Dentro, do qual era acusado principalmente Felipe Álvares de Almeida e seus camaradas José Luiz de Sampaio, Paulo José da Cunha e Custódio Ferreira Braga, como analisamos anteriormente.

Do padre Domingos Coelho Sampaio não sabemos a naturalidade e apesar de seu nome não constar no arquivo da Universidade de Coimbra, o seu cargo e título em documentos oficiais faz supor que fosse bacharel em Cânones, pois não era um licenciado apenas. As relações do escravo alforriado José Coelho Sampaio com seu antigo proprietário revelam grande proximidade entre os dois: o escravo não foi gerado na senzala, antes foi comercializado diretamente da Costa da Mina com mercadores de escravos serranos. Talvez

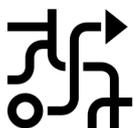


tenha chegado moleque¹¹⁶ à Vila do Príncipe (a primeira certidão fala de 20 anos, a segunda de 25) e foi então adquirido pelo padre. Sabemos que os padres circulavam pelo território mineiro e durante o período em que os documentos oficiais comprovam o cargo do padre Domingos como vigário da vara, consta também que recebeu braças de terras na rua do Corte. É provável que o padre tivesse além de sua casa de moradas na vila outras propriedades, fossem elas lavras, fazendas ou chácaras. Para administrar seu patrimônio precisava de estar presente na vila. Ele teria outros escravos além do liberto José, pois um deles, também preto forro, foi preso na cadeia da vila e se chamava outro escravo (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 53, n.p.). Por isso, é de se supor, também, que o padre negociava alforrias com seus escravos, cujo pagamento lhe renderia bons rendimentos anuais.

O preto forro José Coelho Sampaio tinha sido um escravo ladino¹¹⁷ e por isso conhecia as primeiras letras, sabia ler e escrever. Isso pode ter acontecido por falar originalmente o português quando foi escravizado e comercializado, ou talvez tenha aprendido o português já no Brasil. Teria o padre Domingos lhe ensinado a ler e escrever ou já teria aprendido na África? Fato é que os escravos ladinos conseguiam certa projeção social e nesse caso específico, parece que o escravo ladino conseguiu com alguma habilidade pagar sua alforria ou, num caso raro, ter negociado sua liberdade em função de prestação de serviços futuros ao seu antigo proprietário. Fato é que esses serviços estavam ligados ao Reino e supomos que tivesse a ver com despachos em tribunais por procuração, pois com isso o padre ganharia tempo: enviava um procurador ao Reino sem necessidade de realizar uma longa viagem, ao mesmo tempo que podia se dedicar aos negócios na Vila do Príncipe ou nas suas freguesias. O exercício da advocacia no século XVIII era realizado por prepostos oficiais e a necessidade deste serviços era demasiadamente grande, e os padres advogados não eram impedidos de exercerem seus ofícios para além das obrigações eclesiásticas, fossem elas como testamenteiros em Minas Gerais e no Reino (as famílias demandavam por procuração os

¹¹⁶ O termo moleque/*moleke* traduzia para os antigos as crianças e adolescentes escravizados. Segundo Boxer (1963, p. 285), ao copiar uma relação de preços em Minas Gerais de 1703-1713 do livro de Antonil *Cultura e opulência do Brasil* (1837), aparecem os preços dos escravos, sendo que um molecão era identificado como um negro entre 8 e 15 anos, no valor de 250 oitavas; um moleque era identificado como um menino negro, de menos de oito anos no valor de 120 oitavas.

¹¹⁷ Segundo Paiva (2015, p. 37), “no final do Setecentos não havia muitos problemas de comunicação entre as populações ibero-americanas. Não havia grandes problemas nem mesmo para entender os negros ‘boçais’, que chegavam sem falar as línguas dominantes nas áreas ibéricas. Lembre-se que o português ou línguas crioulas nele baseadas tornaram-se línguas geais ou francas em várias em várias áreas africanas entre os séculos XV e XVIII”. Para Moura (2013, p. 234), ladino era o “nome dado ao africano já instruído na língua portuguesa, na religião e no serviço doméstico ou no campo, para distinguir do negro novo, recém-chegado, a que se dava o nome de boçal [...]. Ladino é a corruptela de latino, equivalente a letrado, culto, inteligente”.



mais diversos serviços de cobrança e pagamento de dívidas, assim como de venda de bens móveis e imóveis). De fato, um advogado que tivesse um funcionário com livre trânsito entre o Brasil e o Reino aumentaria seus rendimentos pela mobilidade transatlântica.

Outro detalhe da carta de guia é o conhecimento da legislação portuguesa que para o Senado da Câmara era novíssima, apesar de ter sido publicada em 1761 e o pedido do liberto José ter sido feito em 1768. Atente-se à idade do liberto José: a idade de 25 anos era, normalmente, tida como parâmetro para um “homem bom” assumir cargos públicos. Nesse caso, a primeira carta foi reescrita e na segunda ele apresentava 25 anos. Não queremos dizer que ele desfrutasse do privilégio de “homem bom” – estatuto para brancos, opulentados e livres – mas juridicamente a sua idade precisava cumprir a formalidade compartilhada pelos oficiais do Senado da Câmara. Além da colocação da “idade de adulto” ou a “idade de chefe de família”, chama a atenção o fato de que o liberto José apresentasse oficialmente o mesmo sobrenome do seu ex-proprietário. Isso nos leva a duas suposições: o padre o batizou seu escravo dando o seu sobrenome para o registro oficial, no batistério; ou este foi comprado muito jovem, talvez mesmo um moleque, e por conta disso tenha recebido outro nome para vincular sua pessoa diretamente ao padre. O fato é que José, escravizado e liberto por seu senhor, transitava pela Vila do Príncipe com o sobrenome do vigário da vara, desfrutando dos benefícios de sua alforria e agora solicitava legalmente o reconhecimento de sua liberdade de viver, negociar ou servir até mesmo no Reino.

A economia da alforria criou relações muitas vezes negadas pela historiografia brasileira. Não havia nada de abominável, imoral ou antiético em negociar com os escravos a sua coartação, manumissão ou alforria. Era um costume do mundo antigo, perpetuado na Idade Média e que chegou ao Brasil e na Vila do Príncipe bastante (re)conhecido como prática relativa ao gerenciamento da escravaria. Uma coisa, contudo, é perceber a regularidade e normalidade da negociação pela liberdade dos escravos, outra, é inverter a cruel realidade da escravidão rural e urbana, colocando a exceção da manumissão como regra geral, onde todos os escravos tinham direitos iguais. A escravidão sempre foi e será abominável sob todos os pontos de vista. O que precisamos é perceber que entre a regra – o direito inquestionável do senhor em relação ao seu escravo em aceitar ou não negociar com ele – e a exceção – alguns proprietários lucravam com a alforria e a praticavam como aumento de seus rendimentos –, há biografias (talvez poucas se tomarmos os números absolutos do comércio escravista na Vila do Príncipe) que permitem narrar a alforria através de relações de afetos, concubinatos e favores. Qual tipo de afeto ligava José ao padre Domingos? Os documentos oficiais quanto a isso se calam.

UM DESAFETO: O VIGÁRIO DO MATO DENTRO DENUNCIADO PELO VIGÁRIO DA VARA

Por outro lado, os (des)afetos que ligavam o vigário da vara serrano dr. José Coelho Sampaio e o vigário colado da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro João Álvares da Costa parecem ficar bem evidentes em um processo que chegou a ser remetido à Inquisição de Lisboa, depois dos trâmites pela recém-criada Diocese de Mariana. Trata-se de uma denúncia do vigário da vara contra o padre colado do Mato Dentro por causa de supostas indulgências apócrifas. Tudo se passou em Conceição do Mato Dentro em dezembro do ano de 1753 e girou em torno de publicação impressa (Fig. 1) afixada em duas colunas da igreja onde o padre colado João Álvares da Costa ia fazer o seu sermão na festa de Santana, pedindo que os fiéis devotos contribuíssem com o frade franciscano João, recebendo assim indulgência plenária garantida pelo Papa Adriano, para quem rezasse e comungasse de posse de contas ou grãos.

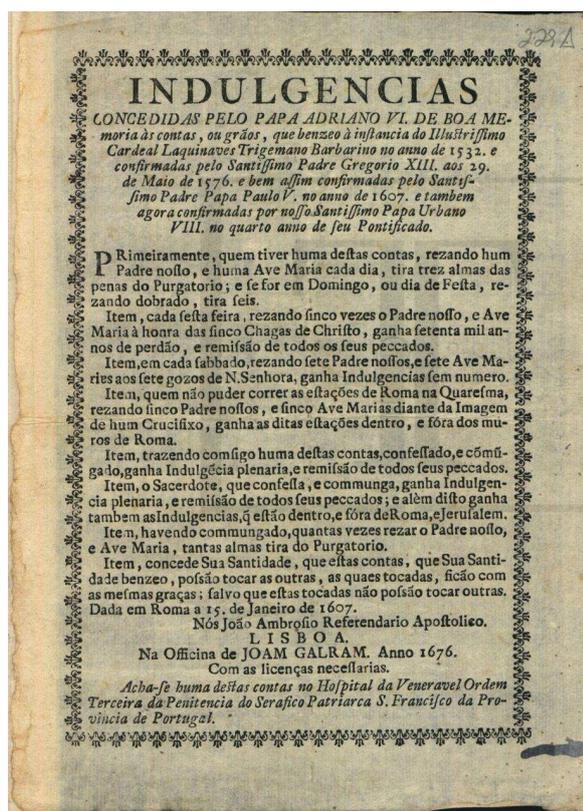
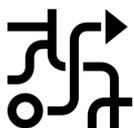


Figura 1 – Folheto de indulgências anexada ao processo do padre João Alvares da Costa. Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, 1753, fl. 229A.

O problema eclesiástico acontecido em 1753 parecia resolvido para o padre João Álvares da Costa apesar de todo o desgaste com as diligências e sua prisão por desobediência



das ordens superiores do Bispado de Mariana que no fundo estava autorizando a ação do frade João em nome do Sumo Pontífice, de Roma. Podemos nos perguntar o que teria gerado a briga entre o pároco e o frade franciscano. Não há outra resposta que não seja o interesse pelas conhecenças ou rendimentos paroquiais. A venda de indulgências era garantida pela Igreja e seus vendedores sempre foram muito bem tolerados nas Minas Gerais. O pároco do Mato Dentro provavelmente não queria que seus rendimentos diminuíssem ou fossem compartilhados com um frade estrangeiro à sua paróquia. A ampliação do conflito se deu por conta de que seus inimigos públicos, entre eles padres encomendados e fiéis devotos, usaram da oportunidade para fazê-lo perder sua autoridade diante do bispo e diante dos paroquianos. O processo foi retomado em 1757 pelo vigário da vara da Comarca do Serro do Frio, dr. José Coelho Sampaio de quem o padre acusado pedia suspeição, por se tratar de outro inimigo público. A justificativa escrita do padre Costa enviada ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa foi a seguinte:

Ministro Reverendo Sr. Frei Paulo Digníssimo Comissário.

Em dezembro do ano de 1753, achei em duas das colunas da minha Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro, um sumário impresso do teor da cópia inclusa. E vendo que as tais indulgências são apócrifas na forma que dizem os Diretórios que cito em frente, e Decretos posteriores as certas concessões o tirei e guardei por evitar enganos a meus fregueses. Nas oitavas do Natal do mesmo mês, estando eu para pregar da festa de S. Ana que se festejava neste tempo e é [...] Manuel Teixeira da Silva e Francisco Borges de Souza pedindo-me quisesse eu no sermão persuadir o uso das contas Adrianas e indulgências do dito Sumário que assim o pedia frei João, religioso leigo de São Francisco que fora o que tinha posto na igreja aquele papel. E com efeito no fim do sermão pelo contrário persuadi não aceitassem tais contas e paéis por as indulgências que afirmavam estarem havidas por apócrifas e nulas que não crescem nelas, nem em outros semelhantes papéis e tivessem só por verdadeiras as indulgências da Cruzada e aquelas que fossem vistas pelo Ordinário, e publicadas pelo seu pároco, e não dessem crédito e papéis e indulgências que publicavam os pedidores de esmolas que o seu regimento era tirar ouro com novidades de engano. No dia seguinte achando eu ao dito frade na igreja enfadado, mandei buscar o tambarino e disse ao padre Miguel de Carvalho de Almeida Matos lesse os decretos posteriores a data do papel e os desenganei. Porque do mesmo frade mandou o Exmo. Sr. Bispo dar eu denúncias de mim e fazer Sumário de testemunhas em junho de 1754, o qual tirou o Reverendo Doutor Manoel Cardoso Frazão de Castelo Branco¹¹⁸, então vigário da vara e hoje [vigário] geral do Bispado. E como [frei João] era meu inimigo declarado inquiriu mulatos e alguns brancos meus inimigos, como é o padre Miguel Carvalho, Joaquim de Santiago, Plácido de Sá Couto, que tinham feito parcialidades contra mim, e com inimigos, e mulatos ordenou a culpa, ao mesmo tempo que podia inquirir gente mais acreditada que há naquele continente, porque a minha persuasão foi em púlpito e dia dos demais concursos que há naquela igreja. Não obstante terem-me acusado por libelo e preso no Juízo Eclesiástico desse Bispado há dois para três anos contra o que vim com execução *facti non punibilis* ajuntando o mesmo Sumário dos [grãos] Adrianos e

¹¹⁸ Foi o terceiro vigário-geral da Diocese de Mariana; em 1756, já se encontrava de posse da cadeira de arcepestre. No dia 14 de julho desse mesmo ano foi provido no cargo de vigário-geral, ficando até 03 de janeiro de 1761 (PIRES, 2008, p. 49). Em 14 de abril de 1755 foi denunciado por João Teixeira Leitão por ordenar prisões inconvenientes do Santo Ofício (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, 1755, fl. 302).



mostrando não ser culpável a mesma persuasão por os Diretórios trazerem Decretos e Catálogos em que os dão por apócrifos. Tendo agora notícias que o reverendo vigário da vara Domingos José Coelho de Sampaio tirava nova inquirição das mesmas testemunhas e segundo o que publicou um mulato por nome Manuel Pereira Lima perante Manuel do Nascimento da Silva, José Botelho, fui por ordem do Tribunal do Santo Ofício afirmando o dito mulato jurava mesmo contra mim, e o dito Botelho que para a frota me remetiam preso para o mesmo Tribunal por me culparem [...] (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquirição de Lisboa, 1753, fl. 231-231v.).

A nova prisão do padre Costa na cadeia da Vila do Príncipe pelo vigário da vara dr. José Coelho Sampaio parece ter gerado nele um descontrole emocional imedido. Todas as pessoas à sua volta eram inimigos capitais de notório saber público, fossem eles os mulatos e brancos depoentes, o frade acusador e os vigários da vara. Contudo, percebe-se que o padre estava ciente de que sua desobediência às regras papais e episcopais se configurava gravíssima com possibilidade de prisão por muitos anos no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Ele não conseguia demonstrar juridicamente que tinha razão em considerar a indulgência pelos grãos adrianos apócrifa. Por isso, sabia que seu capricho de pároco colado em se aferrar aos rendimentos de sua propriedade estava com os dias contados. No seu derradeiro pedido que transcrevemos a seguir mostra um padre sem amigos influentes, com argumento frágil diante dos fatos e ao que tudo indica, com outros vícios que colaboraram para seu isolamento, talvez um deles, a ganância, muito comum naquela época em que o brilho do ouro revelava a busca intensa pela opulência:

Suposto o dito vigário da vara é suspeito por o senhor bispo ver há muitos anos meu capital inimigo e desejar a minha perdição, e desonra, como é público e notório a todos e consta de autos de recursos que hoje se acham no Distrito do Paço da Corte de Lisboa. E os testemunhos foram tirados em casa do meu encomendado meu inimigo pelas demandas que trazemos e da inquirição foi escrivão o padre Eusébio Antônio de Figueiredo meu inimigo como é notório na freguesia. E os testemunhos foram mulatos e brancos meus inimigos e de pouco crédito, havendo gente de inteiro crédito. Contudo, como meu procedimento é notório pelos bons desta comarca e por todos os que me conhecem e sempre cri e creio em tudo o que crê e ensina a Santa Madre Igreja e no poder que o vigário de Cristo tem para conceder indulgência e nunca ensinei os meus fregueses, nem preguei o contrário. Só sim que não acreditassem aquele Sumário de Indulgências dos Adrianos e outros semelhantes por se terem declarados apócrifos e nulos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição em frente da cópia inclusa, o que afirmei fundado no que dizem os Diretórios e Decretos, e com o zelo de evitar enganar a meus fregueses e se nisto errei e fiz mal, peço perdão ao Santo Tribunal e me submeto à correção, e penitência que me devem. E se as testemunhas afirmarem mais do que eu confesso ou é por mensão entenderem em tudo o que eu disse, ou por eu me não explicar bem o que sucede comumente e me ter meios e concursos. Ou é por malícia a fim de me descreditar e perder, pois o que eu falei foi só a respeito dos contar Adrianos e de outros papéis semelhantes. E não de poder de conceder indulgências que creio e confesso há na Igreja de Deus e se assim não fora não pesuadiria no mesmo sermão que tomassem Bulas da Cruzada na qual seguravam que indulgências especiais sem elas as não havia. Rogo a V. R. ponha na presença do Santo Tribunal estas circunstâncias e peço um [...] e espero que antes de qualquer procedimento se digne mandar inquirir outras testemunhas por Comissário e não



atenda ainda que fabricada por os ministros do Exmo. Sr. Bispo inimigo capital meu que me faz todo o mal que pode e deseja por paixão particular como se bem consta e notório. [...] Cadeia da Vila do Príncipe, e dezembro 8 de 1757 (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquirição de Lisboa, 1753, fl. 229-229v.).

O cargo de vigário da vara com sua autoridade e autorizações; a luta pelo poder nas paróquias serranas; a disputa pela opulência através dos rendimentos paroquiais com suas cômputas e conhecimentos; a vaidade pessoal dos cargos num contexto de grande teatralização da vida social; e por fim, uma crescente malha eclesiástica estendida por todo o território da Comarca do Serro do Frio produziram encontros de sacerdotes com os mais variados perfis de comportamento diante de suas funções sagradas nos arraiais e vilas, capelas filias ou matrizes de freguesia. Os padres eram autoridades locais indiscutíveis, até que os ressentimentos populares pudessem aparecer, especialmente quando os rivais sabiam da força de seu próprio testemunho. É que para os antigos, a palavra escrita era resultado da palavra falada, o discurso dito em espaço público. O registros escritos dos processos para consulta mostram uma sociedade que acreditava fundamentalmente na palavra e no discurso, de onde provinha uma de suas características, a honradez do caráter podia ser comprovado pelo que foi dito diante de todos os ouvintes. Numa sociedade teatralizada fundamentada nas aparências a palavra era um instrumento de atuação pela qual muitos ganhavam aplausos – fossem eles simbólicos ou reais, outros o ostracismo – outra forma de apagamento de um indivíduo da memória coletiva.

CONCLUSÃO

As complexas relações de afetos e desafetos do vigário da vara dr. Domingos Coelho Sampaio, em sua atuação na comarca eclesiástica da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe, entre os anos de 1756 e 1754 foram demarcadas de certa forma pelos documentos oficiais exarados pela Igreja no Brasil, em especial as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* publicada em 1707 e amplamente divulgada nas paróquias do Brasil colonial; outro documento fundamental para o estabelecimento dessas tensões relacionais foi o *Regimento do Auditório* em 1704, que preconizava as autorizações do vigário da vara.

É por isso que o trabalho em equipe composta pelo bispo, o vigário-geral do bispado e o vigário da vara gerou um importante processo com coleta de depoimentos contra o sargento-mor Felipe Álvares de Almeida da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, em 1760. A acusação conduziu-se nas várias etapas do processo, seguindo todo



o ritual previsto nas *Constituições* de 1707. Nos autos do processo de blasfêmia e falsidade ideológica posto que Felipe Álvares de Almeida dizia-se confessor, ou seja, possuidor das ordens maiores, dados somente aos sacerdotes habilitados em processo *de genere et moribus*. Entre 1760 e 1762, circularam correspondências entre a Inquisição de Lisboa, o bispo dom frei Manuel da Cruz (primeiro bispo da Diocese de Mariana), a Vigararia Geral de Mariana comandada pelo reverendo dr. Teodoro Ferreira Jácome¹¹⁹ e a Vigararia da Vara sob direção do reverendo dr. Domingos José Coelho Sampaio¹²⁰ da comarca eclesiástica da Vila do Príncipe, responsável direta pelos depoimentos do acusado e demais testemunhas, juntando essa devassa aos autos. Felipe Álvares de Almeida ficou preso na cadeia da Vila do Príncipe onde foi interrogado sendo enviado a Vila Rica para ouvir sua sentença¹²¹. A carta do bispo ajuntada aos autos do processo expõe o caso em minúcias:

Porque nos cortou com grande mágoa de nosso coração que na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato dentro da Comarca do Serro do Frio deste nosso Bispado, sucederam os horríveis casos, que sabidas heresias, e contem blasfêmias heréticas, trazendo várias pessoas e um homem despido e preso pelo pescoço pintando-o para este efeito com tinta vermelha fingindo com este sangue, e levando-o por várias partes especialmente a uma varanda em que o intitularam Ecce Homo; como também se fizera um ajuntamento de homens brancos e outro de pretos para o fim de encomendar as Almas, mas com tais estrondos e sinais ridículos que faziam uma horrenda dissonância e que acumulram várias blasfêmias; e que além do sobredito houvera um secular que esquecido do temor de Deus chegara a fingir-se sacerdote e pároco, confessara e casara várias pessoas: mandamos ao reverendo vigário da vara da dita Comarca aqueles danos para este efeito os nossos poderes tire

¹¹⁹ Segundo Rodrigues (2007, p. 53), “a Vigararia da Vara cumpria um papel importante no envio de casos à Inquisição mesmo que o vigário da vara não fosse Comissário. Os casos que estivessem em andamento naquela instância, ou mesmo os que já tivessem recebido sentença, poderiam ser enviados ao Comissário do Santo Ofício, geralmente os da sede do Bispado e, a partir dele, serem encaminhados para o Tribunal de Lisboa. O promotor da Vigararia da Vara da Vila do Príncipe assim procedeu em 1770 quando denunciou o padre José de Brito e Souza porque, no ato da confissão, tinha o costume de fazer perguntas a respeito dos cúmplices dos casos que lhe eram confessados. A denúncia foi feita ao Comissário de Mariana, João Roiz [Rodrigues] Cordeiro, que após tal procedimento mandou ordem para que tirassem sumário das testemunhas antes de enviar o caso ao Tribunal do Santo Ofício”. De fato, o processo contra o padre Brito começou com uma denúncia ao vigário da vara padre Dr. Nicolau da Silva Belo, em 19 de outubro de 1769, servindo o padre Brito no arraial do Rio Vermelho, onde o caso aconteceu, sendo ele padre encomendado daquela recém-criada paróquia. O longo processo ouviu muitas testemunhas, mas o padre não foi incriminado (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Inquisição de Lisboa, 1769, fl. 87-102).

¹²⁰ Este padre morava em uma casa na antiga Rua do Corte, pois no “Livro de Aforamentos aberto a 18 de julho de 1762” em que há um lançamento de um lote localizado “do Corte para a Santa Rita João Batista da Silva santeiro parte com Caetano de tal e Domingos José Coelho” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 100, n.p.); à fl. 125v. o padre parece regularizar suas terras: “Corte do Conselho para Santa Rita: Domingos José Coelho três braças na rua quem vem do Corte do Conselho para Santa Rita que partem de uma parte com João Batista da Silva santeiro e de outra com quem de direito”. Este livro não se encontra mais no Arquivo do Iphan Serro. A braça de terra media 2,2 metros, ou seja, de frente, o lote do padre tinha 6,6 metros.

¹²¹ Villalta (2007, p. 32-34) narra a trajetória dos culpados de maneira diferente, fazendo entender que Felipe Álvares teria sido remetido a Lisboa, para os cárceres do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Contudo, os documentos mostram que Felipe foi até Vila Rica saindo da Vila do Príncipe e seus comparsas receberam suas admoestações na cadeia serrana. Prova disso é que o tio de Felipe Álvares enviou de Portugal uma petição para o Brasil, denunciando a perseguição dos inimigos da família. Trata-se do frei Pedro da Conceição, da Ordem de São Francisco, morador de Lisboa.



logo com toda a circunspeção devassa dos sobreditos casos e vendo suficiente prova contra os delinquentes os prenda e sequestre; e concluída a devassa a remeta ao Tribunal competente. Dada neste nosso Palácio Episcopal da Cidade Mariana nos 16 de junho de 1760 sob nosso sinal somente (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, 1760, fl. 99).

A sentença não passou de admoestações no sentido de que se evitassem qualquer reptição dos atos contrários à religião católica. Dessa forma no dia 07 de março de 1762 ficou definida a sentença de Felipe Álvares de Almeida levado à cadeia de Vila Rica para a audiência com a presença de dois de seus familiares. No dia 31 de maio de 1762 foi lavrado um Termo de Admoestação a José Luiz de Sampaio, Paulo José da Cunha e Custódio Ferreira Braga réus presos na cadeia da Vila do Príncipe para que tratassem de viver como católicos e se “abstivesse[m] de atos de galhofa de nossa religião católica” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, 1760, fl. 159-161v.). Ouvir as testemunhas, colher seus depoimentos, escrever partes do processo originando-os ou cumprindo diligências de outros distritos era função do vigário da vara.

Portanto, entre afetos e desafetos, a atuação do vigário da vara serrano dr. Domingos Coelho Sampaio demonstra como se dava sua sociabilidade na segunda metade do século XVIII entre seus escravos e a constante aplicação dos mecanismos da economia da alforria, como a coartação de seus cativos, além da prática de orientação sobre a legislação a fim de garantir ao seu ex-escravo o acesso ao Reino e ao território brasileiro livremente. O acesso à legislação facilitava a vida deste vigário da vara, que possivelmente exercia suas funções de advogado entre o Brasil e o Reino, motivo certo para que seu ex-escravo solicitasse sua carta guia: ao que tudo indica o escravo forro tornou-se seu ajudante nos negócios advocatícios, tendo procuração para atuar em seu nome em Portugal. As viagens para prestação de serviços fariam parte dos combinados a serem executados no processo de coartação? O escravo forro ainda mantinha laços de pertencimento mais fortes com o vigário da vara, teria sido, por exemplo, seu filho? Não sabemos. Os documentos nada informam. O que passou para a história é que havia entre eles um forte afeto, proporcionando uma parceria entre esses dois homens – um africano alforriado e um padre advogado – na segunda metade do século XVIII.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Souza e Comp., 1837 [1711].



ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Índice de alunos da Universidade de Coimbra, 1290 a 2012.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Inquisição de Lisboa*. Denúncia de João Teixeira Leitão contra Manoel Cardoso Frazão Castelo Branco, padre, 1755, fl. 302, Santo Antônio do Itambé [Vila do Príncipe], Cód. PT-TT-TSO-IL-030-0306.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Inquisição de Lisboa*. Denúncia de José Botelho Borges, padre, contra Miguel de Carvalho Almeida Matos, padre, por blasfêmia e proposição herética, ao dizer que a devoção nos bentinhos era invenção, sem validade alguma para suas almas, 1755, fl. 383-395, Itapanhoacanga [Vila do Príncipe], Cód. PT-TT-TSO-IL-030-0306.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Inquisição de Lisboa*. Denúncia de Francisco Paim da Câmara contra o padre José de Brito e Souza por perguntar na confissão o nome dos cúmplices, 1769, fl. 87-102, Arraial do Rio Vermelho, Cód. PT-TT-TSO-IL-030-0319.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Inquisição de Lisboa*. Processo contra o padre João Álvares da Costa por proibição de indulgências adrianas a pedido do frade franciscano João na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, 1753, fl. 229-231v., Conceição do Mato Dentro [Vila do Príncipe], Cód. PT-TT-TSO-IL-030-0312.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Leis Originais*, 1761, Maço 6, n. 40.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. *Cadernos*. Caderno [53] 18-01-1978 Esdeva, n.p.; Caderno [100] 14-04-1984 Tilibra Árvores, n.p.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

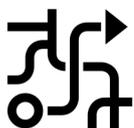
BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da crônica e suas anotações: história das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas*. (14/03/1702 a 14/03/2003). Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017.

HESPANHA, António Manuel. O poder eclesiástico: aspectos institucionais. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1993. p. 287-290.

MESQUITA, Sônia Nunes; SEABRA, Maria da Glória. *Paróquia do Serro*. História de fé. Serro: Edição das Autoras, 2013.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo*. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII. As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o tribunal eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.



RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. 2007. 241fl. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Fabrício Forcato dos. A nódoa da luxúria sob a batina: confrontos entre clérigos seculares e paroquianos na Vila de Paranaguá no século XVIII. *Revista Ágora*, Vitória, n. 8, 2008, p. 1-30.

SENNA, Nelson Coelho de. Traços biographicos de serranos ilustres, já fallecidos, precedidos de um bosquejo histórico sobre a fundação da cidade do Serro (Minas Gerais). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXV (2ª parte), p. 333-374, 1903.

SOUZA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e. *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes pertencentes à Administração da Fazenda Real*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1783-1818 (6 volumes).

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010 [1707].

VIDE. Sebastião Monteiro da. *Regimento do Auditorio Ecclesiastico, do Arcebispado da Bahia, Metropoli do Brasil e da sua Relação, e Officiaes da Justiça Ecclesiastica, e mais cousas que tocão ao bom governo do dito Arcebispado*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853 [1704].

VILLALTA, Luiz Carlos. A igreja, a sociedade e o clero. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais*. As minas setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 25-57.

Recebido em: 23/07/2020

Aprovado em: 30/11/2020

ENSAIOS DE GRADUAÇÃO

RESISTÊNCIA ESCRAVA APESAR DA LEI: A VIOLÊNCIA SENHORIAL E CERCEAMENTO LEGAL CONTRA OS ESCRAVIZADOS NO BRASIL IMPÉRIO

*SLAVE RESISTANCE IN SPITE OF THE LAW: THE MANORIAL
VIOLENCE AND LEGAL RESTRAINT AGAINST THE ENSLAVED IN
BRAZIL EMPIRE*

CREMONESI, André Guilherme*

<https://orcid.org/0000-0001-8765-5963> 

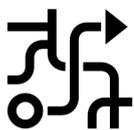
RESUMO: O período pós-independência no Brasil foi marcado pela continuidade do sistema escravista, da economia agroexportadora, monocultora e latifundiária que se constituiu desde a colônia através das violências e cerceamento senhorial e estatal contra os negros cativos até a abolição da escravidão. Dessa forma, o objetivo deste artigo é perceber a utilização dos mecanismos de controle para com os escravos, como, por exemplo, a violência senhorial, o Código Criminal de 1830 e a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, e seus consequentes insucessos diante das diferentes formas de resistência escrava durante o período imperial no Brasil, analisadas através de processos criminais das fazendas do Oeste Paulista relatados por Maria Helena Pereira Toledo Machado no capítulo “Senhores, feitores e escravos: uma pedagogia da violência.” do seu livro “Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888” (1987).

Palavra-chave: Escravidão; legislação; resistência escrava..

ABSTRACT: The post-independence period in Brazil was marked by the continuity of the slave system, of the agro-exporting, monoculturist and landowner economy that was constituted from the colony through the violence and the state and state curtailment against the captive blacks until the abolition of slavery. Thus, the objective of this article is to perceive the use of control mechanisms towards slaves, such as, for example, manorial violence, the Criminal Code of 1830 and Law no. 4 of June 10, 1835, and their consequent failures in the face of different forms of slave resistance during the imperial period in Brazil, analyzed through criminal processes of the Oeste Paulista farms reported by Maria Helena Pereira Toledo Machado in the chapter "Gentlemen, feitores and slaves: a pedagogy of violence" of her book "Crime and Slavery. Work, struggle and resistance in the farms of São Paulo. 1830-1888" (1987)..

Key-words: Slavery; legislation; slave resistance.

* Graduando do 8º período do curso de História do UFMS/ CPTL. Integrante da Residência Pedagógica. E-mail: andreguilhermecremonesi@gmail.com.



INTRODUÇÃO

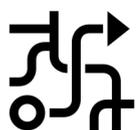
Mesmo após a emancipação política em 1822, o Brasil permaneceu, majoritariamente, com uma economia baseada no tripé latifúndio, monocultura e escravidão. Esse tripé, constituído por Portugal ainda na época colonial, possibilitava que a então metrópole explorasse as matérias-primas encontradas no território brasileiro para abastecimento do mercado europeu. Dessa forma, Jurandir Malerba (1999) destaca a constituição desse sistema que possibilitou não apenas o aliciamento de grandes propriedades de terra para poucos senhores, mas também o fortalecimento e manutenção do grande poder dessa elite agrária. Assim, Malerba aponta que o proprietário da terra era tido como senhor e juiz, sendo livre de qualquer contestação. Além disso, o círculo familiar ultrapassava os laços consanguíneos e atingia também escravos e homens livres que dependiam direta e unicamente do senhor (MALERBA, 1999, p.28).

Essa estrutura patriarcal, que permaneceu no período imperial, haveria de se demonstrar frágil porque, apesar das visões que apontavam para a proteção, pacificação e harmonia com que senhores, feitores e escravos supostamente viviam, se apresentou ainda mais forte a concretude das fontes que revelam a existência de negociações e conflitos entre esses diferentes agentes sociais que buscavam atender seus próprios interesses: para o latifundiário, a grande produção e a manutenção do seu poder; ao escravo e aos pobres e livres, a sobrevivência seja ela manifesta ora na defesa dos interesses do senhor, ora na busca pela liberdade.

No caso das fazendas de café do Oeste paulista, as exigências do mercado externo justificaram o insaciável desejo por produtividade e também o estabelecimento de uma pedagogia da violência, já que, segundo Machado (1987), na visão dos senhores, os escravos eram os mais aptos para a realização dos trabalhos pesados nas lavouras, porém tenderiam ao ócio, questão que só poderia ser supostamente resolvida, portanto, por meio dos castigos aplicados pelos feitores ou pelos próprios senhores.

Por outro lado, na defesa de sua sobrevivência, os cativos não permaneceram inertes diante da violência e dos (des)mandos senhoriais, de forma que, esgotadas as possibilidades de negociação, eram comuns os casos de resistência individual ou coletiva, eventual ou cotidiana, em confrontações diretas ou de maneiras sutis.

Principalmente as revoltas escravas e as manifestações abertas e diretas contra os senhores e seus agregados, como a Revolução em São Domingos (Haiti) e a Revolta dos Malês



na Bahia, geraram o que Azevedo (1987) chamou de “medo branco”, sentimento que se apoderou das elites do império, a ponto de procurarem outros sistemas de trabalho que pudessem substituir a escravidão, mas também a utilizaram do poder legislador para criarem leis visando o benefício das elites senhoriais, como, por exemplo, o Código Criminal de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832 ou ainda a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835 que previram os crimes e as penas aplicáveis aos escravos em caso de resistência não apenas aos seus senhores, mas à todo o sistema escravista que abarcava em si a própria estrutura monárquica.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é perceber a utilização dos mecanismos de controle para com os escravos, como, por exemplo, a violência senhorial, os Código Criminal de 1830 e a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835 e seu conseqüente insucesso diante das diferentes formas de resistência escrava durante o período imperial no Brasil analisadas por meio de processos criminais das fazendas do Oeste Paulista presentes na historiografia coligida.

A VIOLÊNCIA SENHORIAL

Como já destacado anteriormente, a violência senhorial contra os escravizados se deu pela tentativa de justificação de que os escravos seriam contrários aos trabalhos a eles impostos, porém os senhores procuravam, na realidade, defender sua alta produtividade enquanto a Coroa visava a manutenção do sistema criado ainda no período colonial de exploração da mão-de-obra escrava para a constituição dos latifúndios e da produção monocultora para exportação que abastecia os cofres públicos e privados com dinheiro europeu. Quanto a isso, Silvia Hunold Lara (1988) destacou sobre o período colonial que o escravo e a escravidão eram preservados de qualquer contestação, já que eram fontes de lucro tanto para o Estado quanto para os senhores. Essa afirmação permanece válida para o período imperial.

A suposta preguiça dos escravos não se demonstra uma justificativa sustentável, porém para os interesses da época foi o suficiente para que os senhores exercessem os castigos que lhes eram convenientes. Keila Gringerb no texto “Castigos Físicos e Legislação”, do Dicionário da Escravidão e Liberdade (2018), observa que até a criação do primeiro Código Criminal do Império do Brasil, em 1832, haveria apenas as Ordenações Filipinas como legislação que previam as conseqüentes penas para os crimes cometidos pelos escravos. Porém, essa legislação previa apenas, de forma geral, a possibilidade de executar as penas sem discriminar a especificidade das mesmas. Essa brecha possibilitou que os senhores se



utilizassem de sua própria conveniência para castigar, abrindo espaço para excessos. Porém, nem ao Estado e nem aos senhores era interessante que esses castigos ultrapassassem um determinado limite porque o excesso poderia representar a não obediência, como Grinberg destaca pelas palavras de Jorge Benci:

O jesuíta italiano Jorge Benci, em fins do século XVII, chegou a advertir os senhores de que "o escravo calejado com o castigo já não o teme; e, porque não o teme, não lhe aproveita". Para ele, para ser eficaz, o castigo deveria ser "moderado": "Haja açoites, haja correntes e grilhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação devida, e vereis como em breve tempo fica domada a rebeldia dos servos". (GRINBERG, 2018, p.144)

Mesmo com essa advertência, os senhores, no século XIX, se utilizavam de excessos e de motivos banais na aplicação dos castigos, o que não passou despercebido por parte dos escravos que, como já havia previsto Jorge Benci, se rebelavam e atacavam seus senhores, como também é possível perceber na próxima citação que Maria Helena P. T. Machado faz no seu livro "Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888." (1987) acerca de um processo criminal registrado na comarca de Taubaté, no Oeste paulista:

Esta exigência perpassa o processo criminal de lesões corporais graves contra o feitor, ocorrido na fazenda de dona Carolina Cabral, situada no bairro do Rio das Antas, na comarca de Taubaté, em 1885, no qual Caetano, escravo da mesma senhora, "confessa ter cometido o crime que lhe é ter dado com uma enchada em João Fernandes que foi feitor da fazenda...". Justificando-se do delito, "disse que em um sabbado a tarde tendo acabado o serviço na roça, mandou-os o feitor para casa afim de que depois que jantassem fizessem outro serviço. Elle interrogado estando com o pé machucado seguio atraz dos outros passando por uma roça de milho quebrou uma espiga de milho verde. O feitor vendo isto perguntou-lhe a quem tinha pedido para quebrar. Respondeu-lhe o interrogado que a ninguém visto suppor que não fasia mal quebrar uma espiga de milho. Apoz isto sahio elle interrogado no caminho o feitor lhe dera duas relhadas e pelo movimento do mesmo parecendo a elle interrogado que o feitor ia atirar-lhe com o revolver que trazia para se defender deo-lhe com a enchada para o que tão bem contribuíram as dores que estava soffrendo no pé machucado". (MACHADO, 1987, p. 83)

Nesse relato é possível observar em alguns pontos a nítida rigidez com que os senhores e feitores tratavam os escravos: 1) o escravo relata que "... em um sabbado a tarde tendo acabado o serviço na roça, mandou-os o feitor para casa afim de que depois que jantassem fizessem outro serviço". Isso demonstra a grande carga de trabalho a que os



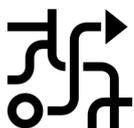
escravos estavam submetidos. Ricardo Salles (2018) destaca que a carga horária de trabalho dos escravos se iniciava antes do nascer do sol, sendo interrompida para, no máximo, duas refeições diárias e indo até o escurecer quando havia o retorno para as senzalas. (SALLES, 2018, p.128) Quanto a isso, Machado (1987) complementa apontando para uma duração de 15 a 18 horas diárias sendo que nas colheitas se realizava o mais longo período.

Outro destaque a ser feito no relato é: 2) “Elle interrogado estando com o pé machucado...”. Aqui novamente se impõe a percepção de desumanidade e rigidez com que os senhores e feitores impunham aos escravos que, mesmo estando em condições adversas, eram levados ao trabalho. 3) “...passando por uma roça de milho quebrou uma espiga de milho verde... o feitor lhe dera duas relhadas e pelo movimento do mesmo parecendo a elle interrogado que o feitor ia atirar-lhe com o revolver que trazia para se defender...”. Novamente percebe-se a violência exagerada aplicada devido a um gesto supostamente desprezioso e simples do escravo que poderia ter gerado, na visão do senhor, um prejuízo financeiro por parte do feitor, mas que, excedendo ao “aceitável” definido pelos limites da negociação/acomodação, levou-o à morte.

Machado ainda destaca que os senhores poderiam castigar escravos doentes e os mais velhos objetivando que os escravos sãos percebessem nos castigos o poder que emanava do senhor, mas, principalmente, o futuro que lhes era possível caso não seguissem as ordens senhoriais. Dessa forma, o senhor poderia até ser beneficiado com a morte desses escravos, porque, já doentes e velhos, eles produziam muito pouco e em compensação o senhor teria disciplinado os demais sem que fosse necessário castigar algum escravo produtivo.

Esse é o caso do processo criminal de 1884, no qual o fazendeiro e negociante de café português, fixado em Campinas, Antonio José Torres, foi denunciado como causador, por maus-tratos, da morte de pelo menos três escravos. A análise das peças criminais relativas a esse fazendeiro sugere que, embora “bárbaro e cruel, tratando notoriamente mal a todos os seus escravos”, segundo o arrazoador do juiz, Torres escolhia, para descarregar sua ira, apenas os velhos ou doentes, já incapacitados para o trabalho do eito. Assim, Roberto Velho foi surrado e depois abandonado no mato para morrer, Roberto Novo e Sabino, escravos recém-adquiridos, mas doentes, sofreram queimaduras no rosto e nas barbas e foram colocados no viramundo e coberto com mel. Sabino, insistindo em não sucumbir aos castigos, recebe missões impossíveis de serem executadas e acaba sendo enxotado da fazenda para falecer nas matas próximas. (MACHADO, 1987, p.75)

Apesar de toda essa violência, haviam entre os senhores as exceções que se acostumaram a seguir a advertência e constatação feita anteriormente por Jorge Benci e



conjugavam os castigos com algumas formas de incentivos dados aos escravos. Deve-se destacar que se tratam de exceções e não se visa aqui justificar os castigos mesmo que interpostos com agrados feitos aos escravos. De forma geral, a escravidão trata-se de um sistema desumano que, no caso aqui estudado, desenvolveu uma pedagogia de violência e um controle social visando única e exclusivamente a manutenção dos privilégios senhoriais e de seus lucros. Isso posto, passamos a analisar a forma pela qual a legislação beneficiou os senhores na aplicação dos castigos e na manutenção da pedagogia da violência.

A LEGISLAÇÃO

Inicialmente é necessário entender como as legislações foram se constituindo no Brasil, primeiro na colônia e depois no império. Como colônia, o Brasil era juridicamente ligado à Portugal, de forma que o direito português foi validado para a realidade das suas colônias. Amplamente baseado no direito romano, o direito português se constituiu em Ordenações que serviriam como uma compilação das leis e regras vigentes. As primeiras foram organizadas pelo rei D. Afonso V (1438 – 1481), sendo que somente em 1521 foram reformadas pelo rei D. Manuel (1495 – 1521) e novamente pelo rei Felipe II em 1603, momento em que também há a unificação dos países ibéricos.

Juntamente com a legislação, a escravização de negros africanos também foi se constituindo como uma forma legítima de domínio, principalmente a partir da bula papal *Romanus Pontifex* (1455) que, segundo Mattos e Grinberg (2018), previa o direito de Portugal invadir regiões africanas governadas por não cristãos e escravizá-los. Dessa forma, percebe-se como as leis foram sendo constituídas para cercear a liberdade e a humanidade dos negros escravizados.

Mattos e Grinberg (2018) destacam o paradoxal status jurídico dos escravos que se manteve durante toda a escravidão no Brasil. Esse paradoxo consistia em definir o escravo como um bem semovente, sem direitos e incapaz de possuir obrigações. No entanto, segundo as autoras, esse corpo jurídico também impedia que os escravizados fossem castigados exageradamente e os obrigava a responderem por crimes que viessem a cometer, concedendo, assim, um certo status de criatura responsável por seus atos. (MATTOS, GRINBERG, 2018, p. 164-165)

Um ponto a ser destacado aqui é a intromissão da Justiça na propriedade senhorial a partir da inclusão do escravo no aporte legal. Antes, o Estado era responsável apenas por impedir as fugas e as conseqüentes formações dos quilombos, garantindo que os envolvidos



fossem castigados de forma pública e exemplar, cabendo ao senhor o mesmo controle, porém restrito à sua propriedade. Ao incluir um aparato de controle das punições nas legislações, o Estado passa a legislar também sobre a propriedade privada, reduto maior dos senhores onde podiam utilizar-se da sua autonomia e das suas conveniências para medir os castigos a serem aplicados aos cativos. Então, ao mesmo tempo em que o Estado delimita a ação dos senhores como forma de evitar possíveis insurreições escravas, também se abre a brecha reconhecendo o escravo juridicamente.

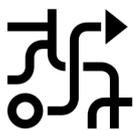
Por outro lado, porém, apesar dessa aparente abertura, essas leis foram criadas essencialmente para que os senhores tivessem aparato jurídico para denunciar e penalizar os escravos, além de tentar conter o medo que vinha tomando conta das elites por causa tanto das revoltas de escravos quanto pelo que Azevedo (1987) chamou de “onda negra” que seria o grande número de escravos que estavam sendo traficados do norte e sul do país para as fazendas de São Paulo.

Uma das revoltas que certamente contribuiu para esse contexto foi a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador – BA, na noite do dia 24 para o dia 25 de janeiro de 1835. Os escravos, principalmente islâmicos, se organizaram realizando diversas reuniões escondidos de seus senhores com o objetivo de se rebelarem para, na visão de João José Reis e, segundo os próprios escravos em depoimentos posteriores à revolta, colocarem fim ao regime escravista e fundar um território independente e islâmico na Bahia.

Se não fosse pela denúncia de Guilhermina Rosa de Souza que obrigou a antecipação do conflito planejado inicialmente para a manhã do dia 25, talvez os escravos pudessem ter alcançado algum êxito, principalmente porque apesar de serem poucos os que planejaram a revolta, Salvador se tratava à época de uma cidade de maioria escrava, o que possibilitaria a adesão rápida dos demais escravos caso eles fossem incentivados pelos revoltosos. Outro aspecto a ser destacado é o caráter islâmico que poderia configurar a revolta numa verdadeira *jihad* (Guerra Santa) com o objetivo maior de converter a Bahia à Alá.

De qualquer forma, há de se destacar que apesar das inúmeras prisões, mortes e também deportações de africanos de volta para a África, o maior impacto que a revolta dos malês gerou foi o sentimento de insegurança nos senhores e na administração pública já que a revolta poderia incitar que novas rebeliões escravas ocorressem no restante do território brasileiro.

Por isso, a discussão sobre a abolição da escravidão e do tráfico negreiro se intensificou, ressaltando que talvez não seria mais rentável manter a escravidão e todo o aparelhamento de segurança que ela exigia. Além disso, houve um endurecimento das penas



e uma crescente vigilância sobre os escravos e negros libertos a fim de manterem o controle social sobre esses indivíduos. Sobre isso Marco Morel (1960) conclui que os negros escravizados não chegaram a abalar o regime escravista, mas promoveram novos rumos na legislação repressiva, no vislumbre da imigração de estrangeiros e no debate para o gradual processo de abolição da escravidão. (MOREL, 1960, p.58-59)

Essa insegurança causada na população não-escrava vai se expressar na visão dos senhores das fazendas de café diante dos contingentes de negros cativos vindos do norte e sul (“onda negra”) do país para trabalharem nas suas fazendas, aflorando a preocupação já latente com possíveis novas revoltas ou ainda a possibilidade de uma guerra civil, ao estilo norte-americano, em que o norte imporia ao sul a abolição da escravatura sem nenhuma indenização.

Por isso, ocorreu uma intensificação dos debates acerca do fim da escravidão e da consequente substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante de forma que Azevedo aponta para uma forte pretensão da classe dirigente em preservar o poder dominante da grande propriedade e do capital ao mesmo tempo em que promoveriam a libertação dos escravizados e a sua gradual integração social. (AZEVEDO, 1987, p.89)

Portanto, a criação de mecanismos como o Código Criminal, o Código de Processo Criminal e, principalmente, a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, se fizeram necessárias para a manutenção do controle social e do grande capital em detrimento dos negros cativos. Deve-se dar destaque ao artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835 que diz:

Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem. (BRASIL, 1835, p.1)

Essa lei, que vai perdurar até o fim da escravidão, é o ponto máximo da legislação como forma de salvaguardar a soberania senhorial sobre o escravo. Não somente pela defesa do senhor e de sua família, mas de todos aqueles que, sendo seus representantes diretos e mais próximos dos escravos (administradores, feitores), necessitariam também de alguma proteção. Porém, é necessário observar que, apesar de todo o aparato legal criado pelos senhores e legisladores da época, os escravos viram, nas discussões sobre o fim da escravidão promovida pelos mesmos e na própria legislação, um caminho que poderia lhes proporcionar a liberdade tão sonhada. Portanto, não poderiam retroceder.



A RESISTÊNCIA

Apesar de todo o arcabouço senhorial e jurídico criados no período imperial de forma a tentar conter as movimentações escravas de insatisfação, Machado aponta para uma análise de que não seria possível que o escravo se submetesse em todo o tempo aos desejos senhoriais e ao território das negociações/acomodações porque, assim, não conseguiria sobreviver. A autora destaca que:

... o escravo, colocado sob o jugo da disciplina e o império da produtividade, compreendia também que preencher as expectativas do senhor, tornar-se enfim um bom escravo, podia significar um dispêndio de energia física incompatível com suas forças e a renúncia a qualquer autonomia cultural e emocional. Afinal, “ser lince, para ver o aceno do seu senhor”, “águia para lhe penetrar nos pensamentos”, “boi, para resistir ao trabalho” e, “para sofrer os castigos, jumento” eram atitudes que precisavam ser dosadas com cuidado, de forma a, além de redundarem em determinadas contrapartidas, não colocarem em risco a própria sobrevivência do escravo. (MACHADO, 1987, p.64)

A partir disso, podemos perceber que não apenas a ação dos senhores mas também as ações dos escravos eram dosadas a fim de que pudessem manter a sanidade física e mental diante de tamanha exploração, mas também buscar a sobrevivência visando a possibilidade da liberdade. Além disso, os escravos deveriam sempre, através da resistência, lembrar aos senhores e ao próprio Estado os limites “aceitáveis” da exploração, de forma que não houvesse legitimação dos excessos que poderiam levar a novos e ainda maiores castigos.

Deve-se destacar que apesar de analisarmos aqui o período imperial, em qualquer outro momento da história em que houve exploração de qualquer natureza, também existiram formas de resistência que buscassem frear essas práticas. Porém, no período imperial do Brasil, principalmente pela pressão abolicionista externa e internamente, após o fim do tráfico negreiro transatlântico em 1850 e pela contrariedade das leis, também já analisadas neste artigo, que alçaram juridicamente o escravo à posição de responsável pelos delitos, os escravos passaram a utilizarem-se desses mecanismos para forjar a sua liberdade. Quanto a isso, Azevedo aponta que

Individualmente ou em pequenos grupos, de forma premeditada ou não, eles se revoltavam e matavam, e ao invés de simplesmente fugir, como era costumeiro – internando-se em quilombos nas matas ou mesmo em agrupamentos de leprosos à beira das estradas -, começam a se apresentar



espontaneamente à polícia, como se julgassem de seu direito matar quem os oprimia. (AZEVEDO, 1987, p.180)

Machado (1987) também vai apontar casos em que, percebida os excessos e os castigos praticados apenas pelo bel-prazer de feitores ou senhores, os escravos cometeram os crimes previstos pela Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, como, por exemplo, o caso do escravo Marcelino que

... ao ser mandado pelo feitor, durante o trabalho do eito, “deitar para apanhar”, assassinou-o com o facão que trazia à cintura. Inquirido pelas autoridades judiciárias sobre as causas que o haviam levado a praticar o crime, Marcelino respondeu que, “por não ter crime algum”, ele não merecia ser castigado. (MACHADO, 1987, p.66)

Outro ponto colocado por Machado é a elevação de um escravo à posição de feitor que o colocava numa dualidade entre a obediência aos mandos senhoriais e a proximidade e fidelidade aos demais cativos. De forma que a luta pela sobrevivência tanto do escravo que castiga quanto do castigado devem ser levadas em consideração, revelando a situação estratégica utilizada pelos senhores para direcionamento da raiva entre os cativos, como é possível observar a seguir:

Nesse sentido, a resposta que obtém Luís, feitor e escravo do barão da Palmeira, ao exortar seu parceiro a adequar-se aos padrões brancos, é reveladora do comportamento esperado do mesmo pelos seus companheiros. Censurando a conduta do feitor cativo, Manoel Cearense, escravo do mesmo senhor, pelos castigos, segundo ele, exagerados que lhe havia aplicado Luís, diz “pois que branco manda dar, negro dá o que branco manda, mas branco manda dar, negro dá uma, pára para ver se branco manda continuar”. Ato contínuo, o feitor desferiu quatro relhadas no escravo, que revida, dando-lhe uma facada, esse cai e ele “com raiva deo-lhe mais facadas não sabendo quantas.” (MACHADO, 1987, p.69)

Apesar de darmos especial atenção à resistência direta e conflituosa entre escravos e os senhores, é importante destacar a resistência sutil e cotidiana muitas vezes negligenciada na historiografia por não causar tamanho impacto na estruturação do sistema escravista, porém igualmente importante para entendermos as formas de sobrevivência usadas pelos escravos. Assim, Scott também chama a atenção para essa resistência no campo:

... pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa - a luta prosaica, mas constante, entre



os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os alugueis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. (SCOTT, 2002, p.12)

Assim, podemos ver a confirmação dessa resistência através, por exemplo, da utilização do jongo (dança de origem africana) para manter o ritmo cadenciado exigido pela capinação nas fazendas de café e que poderia ser manipulado pelos escravos a fim de impor um ritmo lento para que os mais velhos pudessem acompanhar o trabalho sem tanta dificuldade e a prejudicassem, de certa forma, a produtividade tão desejada pelos senhores.

Obviamente não podemos relatar todas as situações de resistência, mas ignorar a resistência cotidiana e sutil seria ignorar o esforço também cotidiano de escravos e escravas pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, Schwarz e Gomes (2017) rebatem a historiografia e a iconografia que consagraram o patriarcalismo, a docilidade e a harmonia entre os senhores, feitores, escravos e os demais agente sociais do período da escravidão no Brasil. Destaca-se ser imprescindível a análise contínua e qualificada sobre as reações escravas aos mandos e desmandos das classes dirigentes escravistas, tendo em perspectiva as revoltas, insurreições, assassinatos, envenenamentos, suicídios, abortos, mas também as situações de negociação/acomodação como a diminuição do ritmo de trabalho, os limites dos castigos e até mesmo o uso da legislação em favor dos escravizados.

Portanto, apesar da legislação e da complementaridade que a mesma fazia com o mando senhorial, a resistência escrava se manteve, reforçando os caminhos inevitáveis para a liberdade, mais tarde confirmados pela Lei Áurea. Assim, é necessária também a reflexão acerca dessa mesma resistência, hoje muitas vezes reinterpretada como violência escrava, mas que devem ser vistas como assim as fontes as revelam: resistência sobre resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



BRASIL, Código Criminal do Império do Brasil. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1831. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em 18/04/2020.

GRINBERG, Keila. Castigos Físicos e Legislação. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos crítico*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 144 - 148.

GRINBERG, Keila e MATTOS, Hebe. Código Penal escravista e Estado. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos crítico*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 163 - 168.

LARA, Silvia Hunold. Controle social e reprodução da ordem escravista. IN: LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 29 - 56.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Senhores, feitores e escravos: uma pedagogia da violência. IN: *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987, pp. 62 - 86.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá. Eduem, 1999.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)*, Companhia das letras. São Paulo. 2003.

SALLES, Ricardo. Café e Escravidão. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos crítico*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.123-129.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Raízes, Campina Grande, v. 21, nº 01, jan/jul - 2002, p.10-31.

FONTES

BRASIL, Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou cometerem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1835. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm Acesso em 18/04/2020.

Recebido em: 18/04/2020

Aprovado em: 16/11/2020

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: UM DEBATE EPISTEMOLÓGICO

CONSTRUCTION OF HISTORICAL KNOWLEDGE AND HISTORICAL AWARENESS: AN EPISTEMOLOGICAL DEBATE

DIAS, Deyse Vivian *

<https://orcid.org/0000-0001-5577-4597> 

FRANÇA, Victor Hugo de Almeida **

<https://orcid.org/0000-0002-4193-0701> 

RESUMO: O presente texto tem por objetivo expressar as construções do pensamento histórico conforme a História se consolidou como uma ciência que produz conhecimento verdadeiro e fiável. Em uma análise epistemológica, busca-se analisar o processo de formação da identidade e da consciência histórica, que ocorre de modo contínuo. Assim, esse trabalho tem o intuito de evidenciar a importância da reflexão acerca dos conhecimentos científicos dentro do ensino de História e a função social do indivíduo na sociedade.

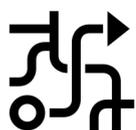
Palavras Chaves: Conhecimento histórico; Ciência histórica; Consciência histórica.

ABSTRACT: This text focus is pointed to express the constructions of historical thought as history has consolidated itself as a science that produces true and reliable knowledge. In an epistemological analysis, it seeks to analyze the process of formation of identity and historical consciousness, which occurs continuously. Thus, this work aims to highlight the importance of reflection on scientific knowledge within history teaching and the social function of the individual in society.

Keywords: Historical knowledge; Historical science; Historical consciousness.

* Acadêmica do 6º período do curso de História. Bolsista do PET História. E-mail: deysedias429@gmail.com.

** Acadêmico do 4º período do curso de História do CPTL. E-mail: vhugo012@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

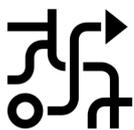
A afirmação da História como fundamentada em um método empírico que expresse uma verdade e fiabilidade científica são importantes para trilhar os caminhos pelos quais a ciência histórica se construiu no Brasil e no mundo. Todavia, os limites de verdade apresentados pela historiografia muito se alteraram conforme a História se construía ao longo do século XIX e XX.

O presente texto tem por objetivo apresentar um panorama epistêmico acerca da construção do conhecimento histórico, pensando como a escrita da história se altera conforme a influência de determinadas correntes historiográficas, e debater como a didática da História se torna a principal ferramenta para a formação de uma consciência histórica nas sociedades humanas. Ademais, busca-se entender alguns pressupostos de verdade histórica e como as construções sobre a identidade e o papel do historiador são importantes para a apreensão de um conhecimento científico fiável.

Em um primeiro momento, desenvolve-se as concepções de História e historiografia, de modo que, entender como se deu a construção das ciências humanas, especialmente a histórica, possa auxiliar na compreensão da ciência pela qual nos deparamos epistemologicamente no presente. Assim, as abordagens comtianas positivistas no século XIX, tinham por objetivo aplicar os métodos empíricos das ciências naturais, também, nas ciências humanas. Todavia, as humanidades apresentam maior complexidade quanto as questões subjetivas que só podem ser analisadas a partir da construção de um método próprio de apreensão dos acontecimentos humanos. Assim, é nas primeiras décadas do século XX que a Escola dos Annales traz outras perspectivas acerca das formas com que se constrói a historiografia, de modo a apresentar um método próprio de observação dos documentos históricos.

A Escola dos Annales surge na década de 1930, com a revista francesa Organizada por Marc Bloch e Lucien Febvre, os quais fundam a importante escola historiográfica responsável por questionar e transformar o método positivista na historiografia, de modo a instituírem novos métodos empíricos de observação das fontes e de ampliação do leque para tal análise documental.

Aqui, vale ressaltar que o conhecimento histórico produz uma representação confiável da realidade e, para isso, se faz necessária a presença do historiador para a análise dos fatos humanos. O campo historiográfico, à partir de seu método, tem sua especificidade



da forma explicativa do conhecimento histórico que, ao incorporar a problematização e a crítica, distancia-se das tramas da narrativa de ficção (GABRIEL, 2012, p. 194).

Assim como salienta Stone em “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história” (1991), no transcurso do século XX, uma historiografia que prezava pelo documento escrito, pela análise sequencial de dados e que, vezes, se baseava em um único parâmetro de análise, pôde ser repensada quanto a importância da memória e das identidades individuais e coletivas. É de tal processo que nasce uma historiografia antropológica, que passou a tratar os seres como passíveis de historicidade.

Para tanto, o conhecimento construído pela historiografia e como ele se traduz para a formação de uma consciência histórica é importante na análise epistemológica acerca de tal temática. A aprendizagem histórica, apoiada na Didática da História, a qual reelabora didaticamente a ciência histórica, é essencial para o sujeito e a para a formação da consciência histórica.

A Didática da História, assim como a ciência histórica, se completa dentro do ensino de história, de modo a utilizar do conhecimento fiável e da sua reflexão sistemática para aprimorar o processo de aprendizagem dentro do ensino formal. Além da relação da didática com a teoria, existe também a relação entre o saber histórico acadêmico e o aprendizado informal que resulta da história dos lugares de memória coletiva e veículos midiáticos. O ensino de história é responsável por abarcar as diversas esferas que permeiam sua historicidade e o contexto em que o indivíduo está inserido, pois o indivíduo lida com toda forma de aprender e a partir disso se forma a consciência histórica, tendo em vista a inerência desse aspecto na formação dos seres humanos. É a partir do processo de estruturação prática nos meios de escolarização que tal consciência se traduz no vínculo do sujeito para com o meio social.

Tal processo de formação de uma consciência histórica se dá por um processo contínuo de aprendizagem e, o ensino regular, é um dos principais fatores para tal desenvolvimento. A aprendizagem se traduz como algo em movimento contínuo, em outras palavras, configura-se com o sujeito, que sempre está aprendendo algo ou deduzindo, assim, tudo é um constante processo para se aprender cada vez mais. A história é transformadora, assim, além da apreensão do conhecimento histórico, requer-se do indivíduo ter o entendimento de conhecimentos multidisciplinares e não apenas o histórico: a didática da História depende de um saber multifacetado e de uma rede fatorial de conhecimentos (MARTINS, 2017, p.24). Aprendizagem histórica está ligada a competência sociocultural, já



que só pode transformar o ser humano a partir de algo com um significado histórico, que esteja também ligado a um presente que condiciona os questionamentos ao passado.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

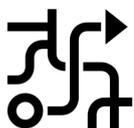
O surgimento da História como uma ciência humana, desvincilhada de uma forma tradicional e amplamente vinculada a filosofia, no século XIX é interposto por tentativas de se construir o novo campo de saberes como dotado de uma verdade absoluta e imutável. Tal processo se deveu-se, principalmente, ao método empírico, que, mesmo permitindo um grande avanço científico e tecnológico nas sociedades, negativou e clivou a ideologia e a ciência. As ciências humanas surgem de tal processo dicotômico e positivista.

Assim, a teoria de Augusto Comte buscou reproduzir métodos das ciências naturais nas humanas. Todavia, enquanto as ciências humanas começam a ser pensadas teoricamente e metodologicamente, as ciências naturais, suas leis e métodos já estão consolidadas em seus campos específicos e, por essa razão, o método positivista não se constituiu como adequado para a construção da ciência histórica.

Em contrapartida, no século XX, diversos movimentos historiográficos, principalmente os Annales e a escola de Frankfurt, passam repensar tais teorias positivistas e questionam as formas com que o conhecimento e as verdades históricas eram produzidos e analisados. Por conseguinte, aos poucos, a História passou a se constituir como a ciência que questiona as verdades absolutas, em sua maioria oficializadas, e institui uma verdade temporária, que varia conforme os contextos em que o acontecimento é analisado.

A escrita da História também se modifica drasticamente com o repensar da metodologia histórica no início do século XX. De uma historiografia marcada pela narrativa descritiva e pouco problematizadora, os novos historiadores buscaram transformá-la em uma historiografia analítica. Portanto, as narrativas foram abandonadas pelo fato de não se explicarem os porquês e desenvolverem-se apenas a relação entre causa e consequência. A influência marxista e da metodologia científica também foram importantes fatores para tais mudanças, visto que os historiadores passaram a se interessar em sociedades e não indivíduos, assim, se explica a necessidade da análise serial de dados. (STONE, 1991)

Todo o processo que a historiografia sofreu nas primeiras décadas do século XX possibilitou a percepção da produção histórica baseada em uma rede fatorial multidisciplinar. É de tal conceito que Estevão Resende Martins desenvolve seu texto “O conhecimento histórico e sua rede fatorial” (2017). Nele, o autor busca salientar como a



verdade histórica é construída a partir de pressupostos teóricos e metodológicos que afirmam a análise dos acontecimentos passados. Todavia, essa verdade não é imutável, ela é temporária até que outra teoria se prove. O conhecimento e a ciência são progressivos e não estagnados: cada produção é importante para a construção do conhecimento, mesmo que seja refutada por outra.

A Teoria da História questiona sempre o processo de construção da ciência histórica e da fundamentação de métodos, de modo a legitimar as formas de construção dos conhecimentos e mecanismos de produção de desenvolvimento de competências para se aprender e entender os aspectos que dizem respeito ao passado humano. No texto, Martins defende a história como uma ciência que tem métodos confiáveis, sem que se produza um conhecimento absoluto/pleno. A ideia de ciência histórica sempre se altera.

Portanto, o conceito de história, diz respeito ao acontecimento propriamente e do processo de reconstituição do mesmo pela historiografia, uma análise de formas e nuances. A teoria da História busca exatamente compreender como se dá o processo de construção da historiografia e os aspectos relacionados a ela. Portanto, a epistemologia “não investiga diretamente o passado humano” (MARTINS, 2017, p.27), mas como o acontecimento foi trabalhado pela historiografia.

Marc Bloch, em “Apologia da História ou o Ofício do Historiador”, publicado após sua morte em 1949, por mais que a História estude os acontecimentos anteriores, os conhecimentos para a produção historiográfica estão situados no presente, visando a compreensão da estruturação da atualidade com objetos passados, contudo, não somente o passado é o objeto de pesquisa e sim a ação humana no passado. Assim, a análise histórica é um conjunto interdisciplinar, já que as ações humanas podem se tornar objeto de pesquisa do historiador junto de seus questionamentos. Nesse sentido, História, para o autor, não se cria sozinha. Entretanto, a história construída no imaginário de certo indivíduo não é suficiente para os estudos da ciência histórica pois esta memória individual, além de possuir teor sentimental, se mostra desordenada e narra apenas fatos ocorridos de acordo com o que se lembra e, a memória é muitas vezes falha.

Segundo Martins (2017), o valor de verdade é um recurso de aceitabilidade da produção. Todavia, “os historiadores não investigam apenas ‘fatos’, mas constroem ou reconstroem contextos abrangentes que os articulam” (MARTINS, 2017, p. 31). O que importa não é somente o fato, mas todo o complexo processo que levou ao acontecimento e tudo o que está por trás dos bastidores. Portanto, o conhecimento adquire um caráter relacional entre o sujeito, objeto e as relações sociais que os permeiam. A representação



coletiva e as mentalidades evidenciam que os sujeitos estão sempre interpostos em ideias de mundo.

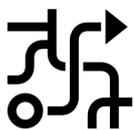
VERDADE E TEMPO: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A verdade é uma circunstância dependente do tempo entrelaçado em uma rede complexa de espaços e interações. Segundo Estevão Resende Martins, na história, a memória acumulada pelas culturas históricas “evidencia que a busca da verdade [...] é uma constante na organização social do saber” (MARTINS, 2017, p. 37). Desse modo, somente entendendo essa premissa da história produzindo um conhecimento científico dentro de uma constante antropológica, a ciência pode se tornar confiável. O ser humano produz conhecimento e cultura a todo tempo, de modo que o mundo e suas relações são definidos por tais produções, fazendo-se compreender tais indivíduos como ativos de um processo histórico-cultural.

A teoria da história busca compreender o mundo em suas especificidades, de modo a sempre demonstrar suas bases de produção. Deve-se levar em conta três questões: a estrutura que busca compreender fidedignamente, os acontecimentos e estabelecer uma distinção entre o ocorrido, a narrativa e as interpretações históricas. O historiador, ao escrever qualquer texto deve narrar o passado, sempre reconhecendo que a história não reproduz os acontecimentos e sim capta nuances. Ao historiador, cabe o papel de investigação a partir de vestígios. A estrutura do pensamento histórico está amplamente vinculada a tal pensamento.

Por conseguinte, a qualidade historiográfica deriva da consistência textual e empírica: não se pode somente inventar as dimensões dos acontecimentos passados. Não existe texto histórico sem fontes, história se faz com documento, seja ele oral, escrito ou material. A capacidade de convencer é outro aspecto que interpola a produção do texto histórico: a história é ciência ou literatura?

Quando o historiador trabalha as fontes do seu objeto de estudo, a investigação metódica de tais, para atender os níveis estipulados para a construção de uma produção fidedigna, entra em ação, de modo que a produção historiográfica seja denominada a partir de uma noção de metanarrativa: uma narrativa que se fundamenta em outras. “Toda pretensão de verdade carece de demonstração efetiva no texto resultante da investigação” (MARTINS, 2017, p. 48): é daí que o método e o trabalho comprobatório das fontes entram em ação na produção historiográfica. Assim, ao ler um documento da historiografia, não se pode



simplesmente decretar veracidade: se fazem necessárias a análise da simples verossimilhança e uma abordagem crítica que se utilize da hermenêutica (interpretação de sentidos) e da heurística (decisão racional da análise documental).

Portanto, a história não é a ciência do passado, é a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2001). O historiador tenta compreender demandas, o aqui e o agora. O método científico busca sempre a imparcialidade: o objetivo não é apelar e sim se valer. Assim, considerar a verdade como filha do tempo é nada mais que um ceticismo. Deve-se compreender que o método é um caminho para a verdade, de modo a compreender as tessituras das redes fatorias formas de se construir verdades fiáveis na pesquisa documental.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA, DIDÁTICA E O ENSINO DE HISTÓRIA

A educação pode ser considerada o meio mais importante para o desenvolvimento da humanidade, ela ajuda na formação da consciência histórica e aquele que possui educação pode ter mais acesso aos bens culturais, constituindo-se como um fim em si mesmo. Segundo Martins (2017) a meta é a autoeducação, tudo pode ser transformado por meio do conhecimento. A educação formal (no ambiente escolar) não é o único meio de formação da consciência histórica, ela também é construída em outros ambientes como: museus, teatros, cinema, entre outros e, portanto, a dimensão estética da cultura histórica também se qualifica como um conhecimento. O saber histórico e a consciência histórica têm uma relação de interdependência dentro da rede de ensino formal ou informal instituído pela sociedade, sendo considerado um fator cultural.

A consciência histórica é uma junção de conceitos e fatores, já que para se chegar a ela se faz necessário refletir sobre o que é memória histórica, aprendizado histórico e cultura histórica. O processo de consciência se inicia com experiências ocorridas com os indivíduos no meio sócio-cultural e vai progredindo de acordo com o tempo e espaço em que estão inseridos. A consciência histórica é desenvolvida de forma natural e também dogmática, face a ajuda de determinados fatores considerados importantes para historiadores ou pesquisadores que podem ter diferentes significações.

Vemos que a consciência histórica passa por um processo dentro das escolas e também no meio sociocultural, para então ser formada. A cultura e valores são enraizados dentro do agente estruturando-se com a ajuda da memória histórica, assim, tais



experiências são construídas de acordo com as vivências do sujeito e reflexões acerca dos acontecimentos. A consciência histórica é formada com o tempo, por isso ela depende do meio que o indivíduo está inserido, sendo então relativa, pois depende de alguns fatores para se concretizar.

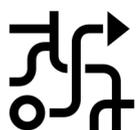
A narrativa histórica apresenta uma grande relevância para se obter histórias do passado, que auxiliaram na formação e entendimento da consciência histórica, porque é possível ter compreensão que quando se busca no passado experiências para serem utilizadas no futuro estará utilizando a narrativa como interceptora, até mesmo quando se utiliza a memória histórica.

Sendo o ser humano um ser essencialmente social, a consciência histórica é construída a partir de todo um processo amplo de aprendizagem e percepção da cultura social. Por conseguinte, é preciso separar os dois modos: a razão da história e a história viva. A razão, é refletida pelo lado dos estudos, pesquisas e da prática científica em geral. Já, naquilo que se refere à história vivida, a consciência é construída com fatos da memória histórica e experiências do passado. Pensando nas duas maneiras, elas apresentam uma relação entre si, pois a reflexão é sempre um papel de suma importância em ambos processos. (RÜSEN, 2006)

A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade específica consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida. Aprender é a elaboração da experiência na competência interpretativa e ativa, e a formação histórica nada mais é do que uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida. Essa capacidade de aprendizado histórico precisa, por sua vez, ser aprendida. (RÜSEN, 2007: 94 apud BARROM; CERRI, 2011 p.5)

Rüsen destaca em sua fala o aprender, da relação entre conhecimento e consciência. Ao introduzir dentro do ensino de história realiza-se a complementação entre um e outro, o que, por sua vez ocasiona a transformação da práxis. Assim, a aprendizagem histórica é de suma importância para a formação da consciência histórica e quando uma identidade histórica é formada ela leva o indivíduo a melhor se situar e se posicionar dentro da sociedade.

É importante entender que a didática e a ciência são importantes para o indivíduo, as duas se completam. Em determinado momento a didática da história, de forma empírica



e integrada com a ciência histórica, para que se pense de forma socialmente institucionalizada e profissionalmente regulamentada.

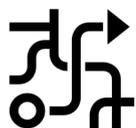
A ciência e a didática histórica contribuem para a construção da consciência histórica, por meio da junção da teorização e de debates pessoais. Essas duas áreas da história são necessárias para o ensino, nenhuma se sobressai a outra, pois o aprendizado é um processo que depende da narrativa e a partir disso se questiona o que a narrativa traz e também suas fontes e isso se torna uma reflexão da ciência. (BERGMANN, 1989/1990)

A didática da história e ciência da história dialogam criticamente com o presente e o futuro: a história não pode ser unicamente reconhecida como a ciência do passado. A História está sempre respondendo a problemas e toda especialidade precisa estar conectada com um mundo da vida. O campo epistemológico da História sempre se questiona da importância da história para a vida, desmitificando valores, questionando entre realidade histórica, partindo de novos problemas, derrubando modelos e instituindo continuamente novas possibilidades de orientação. Ao se aprender a pensar com o pensamento histórico, a didática da história é uma maneira particular de se orientar a partir de procedimentos metodológicos e com isso aprender a questionar a realidade (BERGMANN, 1989/1990).

A história passou por mudanças ao longo do tempo, ela deixou uma visão mais tradicionalista para se inserir no ensino escolar, estabelecendo uma relação com a natureza (RUSEN, 2006). Além de se preocupar com a escolarização, ela se relaciona com a vida, questionando valores históricos para não se tornar fatos naturalizados, porque o mundo está em constante mudança, então um ato que é considerado certo perante a sociedade, pode passar a ser visto como errado. As narrativas são questionadas, até porque os agentes históricos são outros.

O ensino de história forma o indivíduo para o meio social e é importante pensar como a didática da história influencia nesse processo, pois é importante formar uma consciência que depende de diversos fatores.

O ambiente escolar ainda é conservador, e precisa seguir uma linha de raciocínio que se aproxima mais da teoria da história, pois a natureza das questões do ensino decorrem da Teoria, assim, é pedido para os alunos aprenderem o conteúdo de forma mais objetiva, mas é perceptível a importância da didática dentro do ensino, ela tem uma dimensão empírica, reflexiva ajudando na formação da identidade do sujeito. A consciência histórica do indivíduo é um ponto primordial para conduta do sujeito perante o meio social. (BERGMANN, 1989/1990)



O professor de história tem um papel importante dentro do ambiente formal, ele precisa entender a parte teórica e prática e com isso ir se adequando para transmitir conhecimento. Antes de mais nada ele precisa entender de história e dos processos de identidade, pois esse processo de aprendizagem faz parte da formação da consciência histórica dos alunos, e também não se deve ignorar o conhecimento adquirido antes da escola. Então a didática ajuda a responder questionamentos do presente e visa a qualidade na formação do professor, para cada vez mais ter melhoria no ensino de história.

O conhecimento é transmitido dentro da sala de aula e também em outros ambientes, por exemplo, cinema, teatro, meio familiar, igreja, entre outros, então o desenvolvimento da identidade é importante para definir quem é o indivíduo, dentro e fora da escola. Conhecimento é ato político que perpassa os muros da escola, visando a construção de uma cultura sócio-histórica. (GABRIEL, 2015)

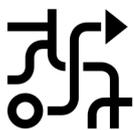
A história é uma disciplina necessária e complexa de se aprender, cada sujeito é diferente e conseqüentemente aprende de forma diferente, um aluno do ensino fundamental não vai aprender como um aluno do ensino médio, então a reconfiguração do saber histórico para cada fase é imprescindível no aprendizado histórico, além da aproximação com o cotidiano dos alunos ajuda a compreender melhor o conteúdo que precisa ser passado (SCHMIDT, 2015). O processo de aprendizagem histórica é constante e quantitativo, então os métodos de ensino e aprender precisa ser mudada sempre que necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se concluir que a História traçou muitos caminhos para se consolidar como uma ciência que produz um conhecimento científico fiável. Desde a ascensão no século XIX, a metodologia utilizada pela historiografia sofreu diversas alterações, as quais são objeto de estudo da teoria da História.

Em primeiro plano, a história se construiu nas bases da metodologia das ciências naturais. Assim, a historiografia positivista apresentava um forte caráter narrativo e pouco analítico: ela se atentava em como aconteceu e não o porquê aconteceu, de modo que tal método não pôde ser suficiente para expressar limites para a consolidação de uma produção fiável de conhecimento sobre o passado.

Com as transformações epistemológicas provocadas pelos Annales e a Escola de Frankfurt, a historiografia mundial passou a se alterar, de modo a modificarem a escrita da



história para um método amplamente analítico dos acontecimentos históricos. Tal metodologia ainda se mostrou rígida quanto ao reconhecimento de outras fontes além do documento. É com a Terceira Geração dos Annales que a historiografia reformula e traz novos tipos de fontes históricas para a produção do conhecimento científico.

A História faz parte da construção da formação da consciência histórica. Ela estabelece uma relação entre a prática e a teoria e as duas se completam, o conhecimento histórico apresentado de forma objetiva é importante para dar base aos questionamentos que forem levantados a partir disso. A reflexão junto com a experiência vivida leva a melhor forma de aprendizagem, com isso o indivíduo conseguirá desenvolver melhor conduta dentro da sociedade.

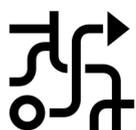
A didática da história leva a formação de pessoas melhores, conseqüentemente de um mundo melhor, porque o sujeito reflete sobre temas que são importantes, por exemplo, a história das mulheres, ditadura, questões de gênero, desigualdade social, entre outros. A consciência histórica leva os sujeitos a pensarem sobre situações do cotidiano. O processo de aprendizagem acontece em diversas instâncias da vida, sendo no espaço social e escolar e contribui para a formação da consciência histórica. O sujeito aprende a pensar com a história e através da história, a didática proporciona uma maneira particular de pensar a partir de procedimentos metodológicos e com isso aprender a questionar a realidade.

Com isso aprendemos que o processo de formação da consciência histórica é relativo e é preciso ter uma formação sólida dentro do ensino formal, juntamente com uma base cultural para não se cometer os mesmos erros do passado, e chegarmos a uma “verdade” sabendo que aprendemos em todo momento, assim quando se forma uma consciência histórica entende-se História como ciência.

O ensino formal ajuda a construir uma identidade histórica, indivíduo sem medo de enfrentar desafios e com uma visão de mundo, uma opinião formada sobre o que é melhor para seu meio cultural. O recorte de tempo e espaço exerce grande influência no que o sujeito vai aprender.

Conhecimento e consciência histórica estão associados, uma depende da outra, durante a vida que vai se adquirindo conhecimento histórico, vai sendo formado também a consciência histórica, sendo assim todas as fases e acontecimentos na sociedade, no ensino formal são importantes e contribuem para a identidade histórica.

Não existe uma verdade absoluta, por justamente existir diversas versões sobre o mesmo fato, mas o historiador com a ajuda de tudo que foi visto até o momento, como aprendizagem, consciência, identidade, pesquisa, entre outras coisas pode tirar conclusões



daquilo que mais se aproxima da verdade, que se refere a todo um conjunto de análises acerca de um ou vários acontecimentos. A consciência histórica forma sujeitos coerentes e prontos para se situar perante a sociedade sendo esse o objetivo do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGMANN, Klaus. *A História na Reflexão Didática*. Dossiê História em Quadro Negro: escola, ensino e aprendizagem. Revista Brasileira de História. São Paulo: vol. 9, n. 19, p. 29-42, set. 1989/fev.1990.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GABRIEL, Carmem Teresa. Cultura histórica nas tramas da didatização da cultura escolar (ou Para uma outra definição de didática da história). In ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

MARTINS, Estevão de Resende. O conhecimento histórico e sua rede fatorial. In: MARTINS, Estevão C. de Resende. *Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História*. Curitiba W e A Editores, 2017. p. 15-36.

MARTINS, Estevão de Resende. Veritas filias temporis? O conhecimento e a distinção entre filosofia e teoria da história. In: MARTINS, Estevão C. de Resende. *Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História*. Curitiba W e A Editores, 2017. p. 37-59.

RUSEN, Jorn. E o Ensino de História. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso Alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. V. 1, n. 2, 16, jul. – dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Consciência histórica e aprendizagem: teoria e pesquisa na perspectiva da educação histórica. In ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *O ensino de História em questão: cultural histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

Recebido em: 15/09/2020
Aprovado em: 23/11/2020

RESENHAS

SOUZA, JESSÉ. *A ELITE DO ATRASO. RIO DE JANEIRO: ESTAÇÃO BRASIL, 2019, 272P.*

SOUZA, Raick de Jesus*

<https://orcid.org/0000-0002-2987-2924> 

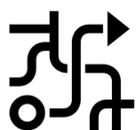
Como tem sido escrita a História brasileira? Qual é o paradigma hegemônico que preside os nossos intelectuais na construção de nosso passado? Quais são as raízes do nosso atraso social? Quais seriam as interações entre os intelectuais e os membros da elite política e econômica? São em torno destes questionamentos que se debruça Jessé Souza em seu livro *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro*.

Jessé José Freire de Souza é um jurista, sociólogo, escritor, professor universitário e pesquisador brasileiro da área de Teoria Social. Nascido em Natal, em 1960, desde a década de 1980, quando concluiu sua formação em Direito pela Universidade de Brasília, tem se dedicado a estudar a construção do pensamento intelectual brasileiro. Possui Mestrado em Sociologia pela UnB (1986), Doutorado na mesma área pela Universidade de Heidelberg (1991), Pós-Doutorado em Filosofia e Psicanálise pela New School for Social Research (1994/95) e Livre Docência pela Universidade de Flensburg (2006). Assumiu em 2015 a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tendo sido exonerado no ano seguinte após o golpe de Estado.

Sua obra está dividida em três partes, nas quais trata do nosso passado escravista, especialmente a partir de nossa historiografia; a formação das classes sociais e seus antagonismos; e por fim “a corrupção real” e as falácias da grande mídia e das classes dominantes para manipulação da grande massa popular.

Em sua nota preliminar intitulada *O racismo de nossos intelectuais: O brasileiro como vira-lata* o autor argumenta que “o poder é uma questão central de toda sociedade”, e por poder compreendemos não apenas a posse do dinheiro – produto das convenções sociais do mundo moderno – como também o monopólio das ideias intelectuais. Dessa forma, justifica

* Mestre em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/COC/FIOCRUZ; Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Professor voluntário do PRÉ-ENEM do Programa de Extensão Territorial do Departamento de Biotecnologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. raickdjs@hotmail.com.



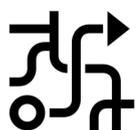
que a construção de uma elite todo-poderosa que domina o Estado só existe para que não vejamos a “elite real” que está nos bastidores da política. Em sua obra, o objetivo do autor é reconstruir os principais elementos da gênese escravista e demonstrar sua influência ainda hoje (SOUZA, 2019, p. 14). O argumento central desse trabalho é provar que, mesmo após a passagem do paradigma do racismo científico para o culturalismo, existe a manutenção da ideia de inferioridade do povo brasileiro em detrimento dos europeus e norte-americanos, norteados a partir da noção de “modernização” (SOUZA, 2019, p. 16-17). A explicação lógica para esse estado de coisa é que, quem domina atualmente, seja economicamente ou politicamente, deve calçar-se na ‘ciência’ e em seus postulados.

Em sua primeira parte, batizada de *A escravidão é nosso berço*, o argumento central defendido é que nossa historiografia, sobretudo, a tradição iniciada com os estudos culturalistas de Gilberto Freyre, naturalizou a ideia de “modernização” e legitimou a subalternidade do povo brasileiro. Outro autor abertamente criticado é Sergio Buarque de Holanda (considerado o pai do liberalismo conservador brasileiro) e suas ideias de “homem cordial” – inferior e desonesto – e de “patrimonialismo”, onde os agentes a frente do Estado são encarados como “vilões” do povo, a fim de esconder os principais dilapidadores e rapinadores de nossas riquezas. Além desses personagens, somam-se a figura de Roberto da Matta, especialmente a partir de seu conceito de “jeitinho brasileiro”.

Em sua segunda parte, denominada *As classes sociais do Brasil Moderno*, mesmo criticado severamente, de acordo com Souza, um dos primeiros intelectuais que mais avançou na compreensão real do Brasil foi Florestan Fernandes, entretanto, o erro deste último teria sido confundir “raça” e “classe”, o que invalidaria uma crítica social realmente satisfatória. O Estado moderno, mesmo iniciado a partir da vinda da família real para o Brasil em 1808, ganhou substância somente a partir de 1930 com o projeto do Estado Novo de Getúlio Vargas, onde o “liberalismo econômico” recebeu os seus maiores incentivos (SOUZA, 2019, p. 118-119). Segundo o autor:

[...] O liberalismo entre nós não surge como demanda de setores burgueses ciosos de garantir espaços de autonomia e ação contra uma ordem estamental e elitista. Dá-se aqui precisamente o contrário. O liberalismo passa a ser o ideário do “mandonismo privado” (SOUZA, 2019, p. 119).

Uma das mais interessantes considerações feitas por Souza é que, no Brasil, a “elite real” alinha-se com a “classe média” e a partir dessa associação é formado o pacto anti-popular, esse mesmo acordo, firmado desde a Revolução Constitucionalista de 1932, justificaria, em partes, a aversão ao PT e as políticas de reparo social implementadas nos



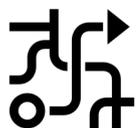
últimos anos. A mais significativa herança do pacto antipopular firmado entre a classe média e a elite real seria a crítica moral ao patrimonialismo e o repúdio ao populismo, tendo como principal veículo a mídia de grande alcance, especialmente a televisão. Além das dinâmicas do pacto, interessa ao intelectual natalense a violência simbólica defendida e perpetrada pelas elites econômicas, sobretudo, a manipulação ideológica da grande massa popular empobrecida e explorada ao longo de nossa história.

Por fim, a terceira e última parte, designada como *A corrupção real e a corrupção dos tolos*, trata da espoliação e exploração por parte da “elite real” da população e das classes trabalhadores e desempregadas. É nesse momento que o autor discute com mais profundidade as estratégias adotadas pela elite real, apoiada pela classe média, pela grande mídia e pelo judiciário contra o governo populista do PT. Seu argumento central é que, a corrupção real não estava na gestão do Estado, como fomos levados a acreditar, pois, essa serviu apenas como bode expiatório para ocultar a verdadeira corrupção perpetrada pela pequena parcela de detentores das grandes fortunas.

[...] Foi isso que fez com que, quando a Rede Globo e a grande mídia conservadora chamaram seu público cativo – a fração protofascista da classe média – às ruas entre 2013 e 2016, quantidades significativas de pessoas das outras frações também reagissem ao apelo. Toda a manipulação política desses setores é marcada pelo prestígio da noção de patrimonialismo e, por consequência, da corrupção apenas da política, e nunca do mercado (SOUZA, 2019, p. 192).

Consoante ao autor, nessa esteira, além do ódio construído ao longo dos últimos anos ao governo do PT, também havia a aversão enrustida a figura do pobre, uma herança de nossa gênese escravista. O resultado desastroso desse embate de interesses entre as classes, colocado em curso pela operação Lava Jato, foi a eleição de Jair Bolsonaro, defensor máximo de um discurso fascista e apoiador de um regime autoritário e ditatorial.

Em linhas gerais, essa é uma brilhante investigação, rica não apenas pelo seu valor empírico, como também pela lógica metodológica. Todavia, acreditamos que, alguns pontos devem ser problematizados, a fim de enriquecer essa abordagem. O primeiro ponto, talvez o mais delicado de todo o trabalho, é a definição não historicizada de “culturalismo”. De acordo com Souza, a gênese do culturalismo brasileiro se dá com as proposições apresentadas por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, orientado, sobremaneira pela Antropologia cultural do estadunidense Franz Boas. Todavia, trazendo para o campo da História, o culturalismo adentrou os circuitos intelectuais brasileiros ainda na segunda metade do século XIX a partir de suas vertentes francesa e alemã, esta última, fazia distinção entre os conceitos de *bildung* e *kultur*. Ambas, mesmo sendo traduzidas como “cultura”,



possuem uma sensível distinção, onde a primeira estava mais ligada a uma noção de construir cultura, como algo individual e singular, ou seja, interação entre o sujeito e a coletividade; e a segunda, por sua vez, estava diretamente ligada a ideia de coletividade, melhor dizendo, civilização material e simbólica de uma dada comunidade. Dessa forma, enquanto *bildung* estaria relacionada ao cultivo de si, *kultur* seria a totalidade das realizações mentais, artísticas e materiais de um povo, isto é, expressão do desenvolvimento social. As duas, entretanto, ao longo do tempo, passam a representar apenas uma ideia singular de “civilização”. O segundo ponto, delicado por sua própria natureza, é a ideia de que a intelectualidade brasileira nunca desenvolveu uma crítica satisfatória aos dogmas conservadores, sobretudo com relação as concepções de “classe” e “raça”, pois, uma simples investigação de nossas produções acadêmicas colocaria em xeque esta compreensão.

Por fim, gostaríamos de saudar o trabalho do nosso intelectual potiguar e fomentar a sua leitura crítica.

Recebido em : 16/04/2020

Aprovado em : 04/09/2020

FONTES

NO CAMINHO DA SALVAÇÃO: OS TESTAMENTOS DE ANTÔNIA BARBOSA DE AZEVEDO E DO VIGÁRIO PANTALEÃO DA COSTA DE ARAÚJO, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1790-1793)*

*ON THE WAY OF SALVATION: THE TESTAMENTS OF ANTÔNIA
BARBOSA DE AZEVEDO AND THE VICAR PANTALEÃO DA COSTA DE
ARAÚJO, CAPTAINCY OF RIO GRANDE DO NORTE (1790-1793)*

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de**

<https://orcid.org/0000-0002-4481-4327> 

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar as transcrições dos testamentos de Antônia Barbosa de Azevedo e do vigário Pantaleão da Costa de Araújo, buscando preservar os originais que estão sob a guarda do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Os testamentos foram escritos, aprovados e abertos na capitania do Rio Grande do Norte, Vila Nova de Extremoz do Norte e Cidade do Natal nos anos de 1790 e 1793. As transcrições foram realizadas dentro das normas estabelecidas no Estado brasileiro, sendo produto de uma pesquisa de Pós-Doutorado realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), havendo financiamento da CAPES.

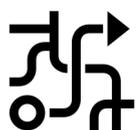
Palavras-chave: Testamentos; Transcrições; morrer

ABSTRACT: The objective of this research is to present the transcriptions of the testaments of Antônia Barbosa de Azevedo and the vicar Pantaleão da Costa de Araújo, seeking to preserve the originals that are under the custody of the archive of the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte (IHGRN). The testaments were written, approved and opened at the Captaincy of Rio Grande do Norte, village of Extremoz and city of Natal in the years 1790 and 1793. The transcriptions were carried out within the norms established by the Brazilian State, being the product of a Post-Doctoral research in Education carried out at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), with funding from CAPES.

Keywords: Testaments; Transcriptions; Die

* Este trabalho é produto de uma pesquisa de Pós-Doutorado realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre os anos de 2017-2018 com financiamento da CAPES.

** Analista de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fundação de Apoio à pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), Pós-Doutor em Educação pela UFRN (PNPD/2017-2018), Doutor em História pela UFPR (2016), pesquisador do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS/UFRN-CNPq), e-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

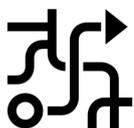
O objetivo deste trabalho é apresentar as transcrições dos testamentos de Antônia Barbosa de Azevedo (1790) e do vigário Pantaleão da Costa de Araújo (1793), moradores na capitania do Rio Grande do Norte. A partir disso, busca-se preservar os originais elaborados, aprovados e abertos no apagar das luzes do século XVIII, que atualmente encontram-se sob a guarda do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), especificamente depositados na Divisão de Documentos Manuscritos.

Os testamentos supramencionados pertencem a uma coleção de documentos raros referentes ao litoral da capitania do Rio Grande do Norte. O material em tela compõe um conjunto minúsculo de 32 testamentos, que foram transladados para o livro de notas da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação na segunda metade do século XVIII. O livro de registro cartorial reunia informações sobre testadores da Cidade do Natal, comunidade de São Gonçalo, Vila Nova de Extremoz do Norte e Vila de São José do Rio Grande.

Salienta-se, que a senhora Antônia Barbosa de Azevedo era natural da capitania do Rio Grande do Norte, moradora da Vila Nova de Extremoz do Norte, filha de um casamento legítimo e esposa do alferes Mariano Lopes de Oliveira. Por outro lado, o vigário Pantaleão da Costa de Araújo, era natural da capitania de Pernambuco, morador do sítio da jacobina na Cidade do Natal, também filho de um matrimônio igualmente legítimo. Porém, ambos ao elaborarem os respectivos testamentos desejavam colocar as almas no caminho da salvação e terem sepultamento digno.

Considera-se que os testamentos são uma invenção religiosa da Idade Média. Durante todo período moderno da história, tiveram modelos de redação orientados e divulgados pelos manuais de bem morrer, publicados com muita aceitação na sociedade portuguesa, difundidos no imenso mundo colonial de além-mar. Ressalta-se ainda, que a regulamentação daquele tipo de documento estava nas páginas das Ordenações Filipinas, legislação portuguesa que vigorou em toda a América portuguesa e Império do Brasil (1822-1889).

Sob esse viés, os testamentos eram geralmente elaborados ao fim da vida, deveriam ser escritos, ou ditados obrigatoriamente por indivíduos livres que estivessem em perfeita saúde mental. O estado de consciência do testador deveria ser declarado nas linhas elaboradas, ou seja, os testamentos dos séculos XVII, XVIII e XIX assumiram dupla função:



não só permitiam o acerto de contas do indivíduo com mundo celestial e humano, mas sobretudo possibilitavam a transmissão de bens moveis e imóveis (FURTADO, 2012).

Os dois testamentos identificados, relativos ao litoral da capitania do Rio Grande do Norte, apresentam um padrão comum na estrutura textual. No preâmbulo dos documentos os testadores tentavam remir os pecados e buscam fugir da condenação eterna. Com isso, encomendavam as almas a praticamente todos seres celestiais, expressavam os desejos de sepultamentos honrosos, detalhavam como deveriam ocorrer os enterros. Na sequência os bens eram declarados e distribuídos a partir de afetos e estratégias familiares, surgiam missas, esmolas e alforrias para cativos. Tudo para poder colocar a alma no caminho da salvação!

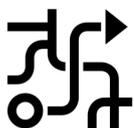
Ao fim dos documentos há sempre a declaração de um oficial tabelião, em que reconhece a legitimidade do material e das testemunhas envolvidas no processo. Assim, a última sessão dos testamentos era denominada de termo de abertura, elaborada por um oficial da justiça régia, ou mesmo, por um vigário. A partir disso anunciava-se a morte do testador, fazendo público os desejos fúnebres e divulgando quem eram as pessoas indicadas para testamenteiros.

Como dito, raros foram os documentos testamentários da capitania do Rio Grande do Norte que chegaram ao tempo presente, sobretudo os referentes a Vila Nova de Extremoz do Norte e Cidade do Natal. Uma vez que a capitania supracitada foi durante todo o período colonial marcada pela pobreza material, submetida a capitania de Pernambuco e a capitania da Paraíba de forma administrativa e jurídica, respectivamente (POMBO, 1922; CÂMARAS CASCUDO, 1986; LYRA, 1998; MONTEIRO, 2000).

A partir disso, os indivíduos mais ricos da Vila Nova de Extremoz do Norte e da Cidade do Natal na segunda metade do século XVIII, eram pobres quando comparados aos ricos moradores do centro-sul da América portuguesa, produtores de açúcares, mineradores e mercadores de escravos. O raciocínio apresentado, comprova-se nos curtos testamentos deixados por Antônia Barbosa de Azevedo e Pantaleão da Costa de Araújo.

Os documentos que expressam as últimas vontades daqueles indivíduos setecentistas, agora transcritos sob as normas do Arquivo Nacional Brasileiro, vem a público com as marcas de suas trajetórias, alguns pontos de ilegibilidade que foram causados pela ação de insetos e acidentes com água ao longo do tempo. No entanto, tais lacunas não interferem na compreensão total do texto.

Em um contexto mais amplo, afirma-se que a capitania do Rio Grande do Norte passou por um processo de crescimento populacional na segunda metade do século XVIII,



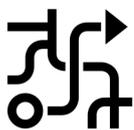
como outras regiões da América portuguesa, pois entre 1774 e 1786 o contingente geral da capitania era de 23.812 habitantes, sendo que a Cidade do Natal e a Vila Nova de Extremoz Norte juntas comportavam 3.288 moradores (ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1923).

Adicionalmente, dentre os moradores daquelas pequenas sociedades, figuravam Antônia Barbosa de Azevedo e o padre Pantaleão da Costa de Araújo, como tantos outros indivíduos que viveram no norte da América portuguesa, pertencentes ao nível superior da hierarquia social, ao fim de suas vidas declararam em seus pequenos testamentos patrimônios compostos por: terras, gado, escravos e poucos objetos domésticos.

No entanto, a primeira página do testamento ditado por Antônia Barbosa de Azevedo deixava expresso um conhecimento sobre os saberes da morte, tal como a necessidade de um passamento seguro ao mundo dos mortos.

[...] Primeiramente encomendo minha alma a santíssima trindade que a criou e ao padre eterno pelo amor de seu unigênito filho o queira receber a mim como recebeu a sua estando para morrer na árvore da cruz e a meu senhor Jesus Cristo, peço por suas divinas chagas já que desta vida me fez mercê dar-me o seu precioso sangue com merecimentos de seus trabalhos me faça também mercê na vida que [ilegível] dar o prêmio de [ilegível] a sua glória. Peço e rogo a Virgem Maria Nossa Senhor mãe de Deus e a todos os santos da corte do céu, especialmente ao anjo da minha guarda e ao santo de meu nome e a Senhora Santa Ana e a Nossa Senhora do Ó e aos mais de minha especial devoção, queiram por mim interceder [ilegível] quando a minha deste mundo sair, que eu protesto viver e morrer como verdadeira cristã na Santa Fé Católica crer tudo quanto crê e manda crer a Santa Madre Igreja Romana, rogo ao senhor José Teixeira da Silva, e ao senhor Marcos Teixeira da Silva, e ao senhor Manuel Rodrigues da Silveira por serviço de Nossa Senhora dos Prazeres, e por me fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado na Matriz desta Vila de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel, ao pé do altar do Senhor do Bomfim, meu será amortalhado no hábito de São Francisco e será depositado em uma casa para dela sair acompanhado pelo meu pároco e seu coadjutor com enterramento costumado para a Santa Madre Igreja, e se dirá quatro missas de corpo presente no dia do meu enterramento duas, e as duas no segundo dia um ofício de corpo presente, duas capelas ao reverendo Padre José Rodrigues Pereira que a minha alma tudo o meu testamenteiro assistirá e dará a esmola dela [...] (TESTAMENTO DE ANTÔNIA DE AZEVEDO, 1790, fl. 78v).

Na condição de homem da Igreja, Pantaleão da Costa de Araújo também demonstrou no preambulo do testamento escrito de próprio punho, conhecimento sobre as práticas de bem morrer. Com isso, ajustando para que a saída de sua alma do universo dos vivos fosse simples, porém honrosa.



Em nome da santíssima trindade, padre, filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro em quem creio, a quem amo e a quem adoro, saibam quantos este instrumento de testamento ou cédula [ilegível] do mais [ilegível] sacramento para sua validade quando do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e três, eu Pantaleão da Costa de Araújo, vigário desta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação [ilegível] da mesma [ilegível] de saúde de [ilegível] meu juízo que Nosso Senhor foi servido dar-me [ilegível] do na infabilidade da morte [ilegível] da sua hora e modo com que me virá da [ilegível] ter este testamento perante para bem de minha alma, de modo que se segue. Primeiramente [ilegível] a minha alma a seu criador onipotente, rogando [ilegível] humildemente queiram por sua infinita bondade e pelo merecimentos de meu Senhor Jesus Cristo que a remiu fazê-la herdeira da Glória aqueles que o firmemente alcançasse por grande ser a misericórdia de Deus o criador é infinito seus merecimentos do precioso sangue e morte de meu senhor Jesus meu redentor que em sem medida as peço infeliz de minhas culpas e também confrado na intercessão e patrocínio da virgem Maria minha senhora e de seu santo esposo o senhor São José, do santo anjo da minha guarda, dos santos arcanjos, São Miguel, São Gabriel e Rafael e de todos os mais anjos de minha devoção, em segundo lugar porque meu corpo formado de pó e em pó se há de tornar, seja sepultado na minha Igreja Matriz sem pompa, porém com a decência de meu estado, seja envolto em hábito e São Francisco de quem sou irmão terceiro com sobrepulis estola e cruz nas mãos, como os religiosos; seja levado a sepultura e por seis pobres, [...] (TESTAMENTO DE PANTALEÃO DA COSTA DE ARAÚJO, 1793, fl. 80v).

É necessário apontar que o desejo revelado pelos testadores quanto ao bem morrer e ao enterro digno, não era apenas resultado das condições materiais construídas por eles ao longo da vida, mas sobretudo resultado de uma “pedagogia da morte”, práticas fúnebres que se ensinava e aprendia no cotidiano da América portuguesa (REIS, 1991; RODRIGUES, 2005).

CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS

Por fim, desde longas datas os testamentos são recorrentemente tomados como meio de informações sobre o passado humano em sociedade. Assim, destaca-se na historiografia brasileira o clássico *Vida e morte do Bandeirante*, escrito por José de Alcântara Machado d’Oliveira (1929). Tal como, *A colônia em movimento*, livro escrito pela historiadora Sheila de Castro Faria (1998), passando por outros muitos trabalhos acadêmicos-científicos que nunca foram publicados, porém, quando editados apresentam uma circulação restrita.

É consenso entre os historiadores que os testamentos elaborados em outras temporalidades, apresentam-se como documentos importantes e necessários para compreensão de múltiplas dimensões do passado. Os testamentos em suas estruturas são



portadores de informações que podem ser examinadas por procedimentos qualitativos e quantitativos (MARCILIO, 1983; SANTOS, 2013).

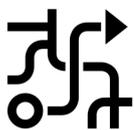
Em suma, as transcrições a seguir poderão servir como materiais para o processo de ensino e aprendizado de futuros pesquisadores. Ademais, pode ser utilizado na capacitação de historiadores e como fonte para investigações nos campos da História da Educação, História Sociocultural, História Econômica, História da Cultura Material, entre outras possibilidades de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais.

TRANSCRIÇÕES

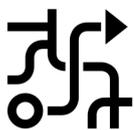
Documento 1 Testamento de Antônia Barbosa de Azevedo Vila de Extremoz, 17 de março de 1790

Testamento com que faleceu Antônia Duarte de Azevedo, moradora no Ceará termo desta cidade.

Em nome da santíssima trindade, padre filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e aos dezessete dias do mês de março do dito ano, neste sítio do Taboão terras do Ceará de Cima, termo da Vila de Extremoz, capitania do Rio Grande do Norte, em minha casa, estando eu Antônia Barbosa de Azevedo em meu perfeito juízo e entendimento de saúde que Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte e desejando pôr minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido levar-me para si, assim pedi e roguei a Inácio Teodoro Tavares me escrevesse este meu testamento como eu ditasse, na forma seguinte. Primeiramente encomendo minha alma a santíssima trindade que a criou e ao padre eterno pelo amor de seu unigênito filho o queira receber a mim como recebeu a sua estando para morrer na árvore da cruz e a meu senhor Jesus Cristo, peço por suas divinas chagas já que desta vida me fez mercê dar-me o seu precioso sangue com merecimentos de seus trabalhos me faça também mercê na vida que [ilegível] dar o prêmio de [ilegível] a sua glória. Peço e rogo a Virgem Maria Nossa Senhor mãe de Deus e a todos os santos da corte do céu, especialmente ao anjo da minha guarda e ao santo de meu nome e a Senhora Santa Ana e a Nossa Senhora



do Ó e aos mais de minha especial devoção, queiram por mim interceder [ilegível] quando a minha deste mundo sair, que eu protesto viver e morrer como verdadeira cristã na Santa Fé Católica crer tudo quanto crê e manda crer a Santa Madre Igreja Romana, rogo ao senhor José Teixeira da Silva, e ao senhor Marcos Teixeira da Silva, e ao senhor Manuel Rodrigues da Silveira por serviço de Nossa Senhora dos Prazeres, e por me fazerem mercê queiram ser meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado na Matriz desta Vila de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel, ao pé do altar do Senhor do Bomfim, meu será amortalhado no hábito de São Francisco e será depositado em uma casa para dela sair acompanhado pelo meu pároco e seu coadjutor com enterramento costumado para a Santa Madre Igreja, e se dirá quatro missas de corpo presente no dia do meu enterramento duas, e as duas no segundo dia um ofício de corpo presente, duas capelas ao reverendo Padre José Rodrigues Pereira que a minha alma tudo o meu testamenteiro assistirá e dará a esmola dela // Declaro que sou natural de Ari[ilegível] de Nossa Senhora do Ó de Papari desta capitania, filha legítima do capitão João [ilegível] Pimentel e sua mulher Mariana de Azevedo já defuntos, casada com o alferes Mariano Lopes de Oliveira [ilegível] metade servido [ilegível] do reino de cujo matrimonio não tenho filho, [ilegível]. Declaro [ilegível] que se acha na [ilegível] da casa de meus pais ou parentes vinte cinco cabeças de gado de criar, três bestas, dois poldrinhos, [ilegível], uns aviamentos de fazer farinha, duas caixas pequenas de pau amarelo, três [ilegível] de cobre de pôr mel // um [ilegível], cinco escravos cabras, três [ilegível] de uma [ilegível] Declaro que me deram de esmola chamada ela Isabel, a qual se acha hoje forra que meu marido a aforrou, como também forrou uma filha da dita por nome Rita e os que bastam em meu poder são os acima declarados, entre eles um por nome João, uma fêmea por nome Ana, e os deixo forros por minha morte, que por me acompanharem com amor e lealdade, pelos bons serviços os forro pelo amor de Deus, como também a outra fêmea por nome Maria que meu marido diz a dera a uma filha sua não consinto na dádiva também a deixo forra com a condição porém de acompanhar a meu marido quando vivo, e por sua morte será forra e liberta e torno a dizer que consinto na dádiva o dito meu marido fez a sua filha [ilegível] como dito fica // Declaro mais que os dois cabras Henrique e José lhes faço uma esmola a cada um deles de vinte mil réis para adjutar-se de suas liberdades // Declaro o mais que da minha fazenda que possuo depois de cumpridos e pagos os meus legados serão herdeiras as minhas sobrinhas segundos filhas de Maria José, minha sobrinha legítima, mulher de Pedro Ferreira // E deixo dez mil réis por esmola [ilegível] legítimo de Manuel Rodrigues da Silveira segundo [ilegível] segundo que não devo nada a ninguém e que a fazenda acima declarada foi do trouxe da casa de meus pais e meu testamenteiro cumpra tudo quanto tenho neste

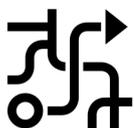


declarado, revogo outro qualquer testamento ou codicillo que antes deste tenha feito [ilegível] que [ilegível] era [ilegível] de verbo adverbium, porque os hei por [ilegível] declarados [ilegível] satisfazerem legados [ilegível] aqui declarado [ilegível] expediente ao mais que neste meu testamento ordeno [ilegível] aos meus declarados e nomeados testamenteiros [ilegível] por serviço de Deus e por me fazer mercê queiram aceitarem serem meus testamenteiros como no principio deste meu testamento tenho pedido [ilegível] todos justos [ilegível] in solidum dou todos os meus poderes que [ilegível] para dos meus bens tomarem, venderem o que necessário for para meu enterramento, pagas as minhas dívidas, se houverem, cumprindo todos os meus legados e para tudo os constituo meus bastantes procuradores, feitores e administradores com livre e geral administração e poderes em todos os meus bens que houverem a si em qualquer parte onde se achem e tudo poderão fazer sem impedimento de meu marido ou algum de qualquer qualidade ou condição que for por ser esta a minha última vontade sem que para isso fosse em dúvida de alguém e não porque é minha disposição e vontade e para maior força e vigor peço e rogo as justiças de Sua Majestade Fidelíssima, assim eclesiásticas como seculares a cumpram e guardem assim e da maneira declarada e se por falta de se aprovar ou por algum outro respeito não possa vale como testamento escrito, espero que ao menos valha com nuncupativo, por evitar toda a ocasião de nulidade, e por ser já cega não poder assinar, pedi e roguei a Manuel Rodrigues que este fez a rogo da testadura Inácio Teodoro Tavares // Assino a rogo da testadura Antonia Barbosa de Azevedo , Manuel Rodrigues da Silveira// Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento da derradeira e última vontade que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa anos, aos vinte e três dias do mês de Março do dito ano, neste sítio chamado o Ceará de Cima, termo da Vila de Extremoz, capitania do Rio Grande, comarca da Paraíba, em casas do alferes Nazário Lopes de Oliveira, para onde eu tabelião adiante nomeado fui vindo por ser chamado por Antonia Barbosa de Azevedo, mulher do alferes Nazário Lopes de Oliveira, pessoas que reconheço pelas mesmas de que se tratam, de que dou minha fé, a qual testadura em seu perfeito juízo e entendimento, que Deus Nosso Senhor foi servido dar-lhe segundo me pareceu [ilegível] alguma e por ela me foi dado este papel dizendo-me era seu solene testamento e que o havia mandado escrever por Inácio Teodoro Tavares e que depois de escrito lera e estava na mesma forma que ela testadura o tinha ditado e queria que eu tabelião lhe aprovasse, porquanto ela dita testadura o aprovava retificava de novo, e tudo quanto estava escrito ela testadura o havia mandado escrever pelo dito Inácio Teodoro Tavares, e queria se cumprisse e guardasse tudo como nele se contém e declaro e que revoga



outro qualquer testamento ou codicillo ou cédula que antes deste tivesse feito, pois era contente só este valesse e tivesse vigor e pedia a justiça de Sua Majestade Fidelíssima, assim eclesiásticas como seculares lhe dessem inteiro cumprimento, o qual testamento o tome da mão da dita testadura e achei escrito em duas laudas escritas por banda em duas meias folhas que abaixo da segunda principiou esta aprovação e estava assinado a rogo da testadura Manuel Rodrigues da Silveira, pela sua própria letra por ela não ter sua vista e ser cega, ao que escreveu, achei nem nenhum vício e só com uma entrelinha logo no principio do testamento sem mo[ilegível] que dúvida faça pelo que aprovei e o hei por aprovado pelo quanto por razão de meu officio sou obrigado sendo todos presentes por testemunhas // Francisco Xavier [ilegível] Albino Rodrigues [ilegível] Jacinto dos Reis // Manuel Rodrigues da Silveira // Manuel [ilegível] // Rafael Fernandes // pessoas que reconheço pelas mesmas de que se tratam e que reconhecem a testadura e assinaram a rogo da testadura // Manuel Rodrigues da Silveira, Francisco Gomes de Melo, Valentim [ilegível] escrevi [ilegível] em fé de verdade José Gomes de Melo comigo próprio tabelião José Gomes de Melo assino a rogo da testadura, Manuel Rodrigues da Silveira [ilegível] Jacinto dos Reis // Cruz de Francisco Xavier // Cruz de Manuel Leão Feitosa de Mendonça Cabral // Rafael Fernandes // Albino Rodrigues // aos três dias do mês de setembro de mil setecentos e noventa e três, no lugar do [ilegível] desta freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de São Manuel, depois do falecimento da testadura me foi entregue este testamento que [ilegível] passa em fé de provê-lo // Valentim de Medeiros de Vasconcelos, vigário de Extremoz // Não aceito este testamento por ser homem ocupado hoje, Ceará, vinte de setembro de mil setecentos e noventa e quatro // José Teixeira da Silva // Não aceito tanto por ser ocupado no cargo de juiz de órfãos, como por não me querer aniquilar, Ceará, vinte de setembro de mil setecentos e noventa e quatro Manuel Rodrigues da Silveira / E não se continha mais em o dito testamento sua aprovação, termo de abertura dele, aceitação dos testamenteiros que eu, padre José Felix dos Santos, escrivão da vara desta cidade, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, aqui registrei bem e fielmente do próprio testamento que foi me apresentado por parte do reverendo doutor vigário da vara, aos dezesseis de novembro do ano de mil setecentos e noventa e quatro. Eu, padre José Felix dos Santos, escrivão da vara que o escrevi e assinei.

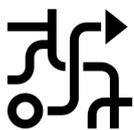
O padre José Felix dos Santos



Documento 2 Testamento de Pantaleão da Costa de Araújo Natal, julho de 1793

Testamento com que faleceu o Doutor Pantaleão da Costa de Araújo, vigário desta freguesia.

Em nome da santíssima trindade, padre, filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro em quem creio, a quem amo e a quem adoro, saibam quantos este instrumento de testamento ou cédula [ilegível] do mais [ilegível] sacramento para sua validade quando do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e três, eu Pantaleão da Costa de Araújo, vigário desta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação [ilegível] da mesma [ilegível] de saúde de [ilegível] meu juízo que Nosso Senhor foi servido dar-me [ilegível] do na infabilidade da morte [ilegível] da sua hora e modo com que me virá da [ilegível] ter este testamento perante para bem de minha alma, de modo que se segue. Primeiramente [ilegível] a minha alma a seu criador onipotente, rogando [ilegível] humildemente queiram por sua infinita bondade e pelo merecimentos de meu Senhor Jesus Cristo que a remiu fazê-la herdeira da Glória aqueles que o firmemente alcançasse por grande ser a misericórdia de Deus o criador é infinito seus merecimentos do precioso sangue e morte de meu senhor Jesus meu redentor que em sem medida as peço infeliz de minhas culpas e também confrado na intercessão e patrocínio da virgem Maria minha senhora e de seu santo esposo o senhor São José, do santo anjo da minha guarda, dos santos arcanjos, São Miguel, São Gabriel e Rafael e de todos os mais anjos de minha devoção, em segundo lugar porque meu corpo formado de pó e em pó se há de tornar, seja sepultado na minha Igreja Matriz sem pompa, porém com a decência de meu estado, seja envolto em hábito e São Francisco de quem sou irmão terceiro com sobrepulis estola e cruz nas mãos, como os religiosos; seja levado a sepultura e por seis pobres, a quem se dará esmola de quatro mil réis e porque dirijo que sejam chegados os mais pobres tementes a Deus, poderão ser nomeadas mulheres, as quais darão por si homens que me carreguem para a sepultura, e porque não quero a fausto de música a dinheiro que lhe havia dar, e mais este mil réis se repartirá com os pobres que [ilegível] terem meu enterro, cuja esmola não seja menos de pataca d[ilegível] missas de corpo presente, todos os sacerdotes que nesta cidade se acharem e dirão ao tavarío, não só os que me assistirem [ilegível] se não também se [ilegível] da freguesia os que não vierem porém os que assistem ao enterro ainda sendo de fora se lhe dará os tavrese não



se [ilegível] morrendo nesta freguesia se não ao pároco no [ilegível] de morrer no meu sítio ou em outra parte vizinha fará o [ilegível] ofício de corpo presente em que se dará [ilegível] aos padres e [ilegível] assistirem [ilegível] de graduação que estiverem presentes e não ao povo miúdo, no dia estimo o pároco [ilegível] vezes fizer me fará ofício com a esmola de seis mil réis e aos clérigos esmolas de duas patacas, no qual ofício sejam admitidos os clérigos que pároco viu que são necessários sem dos seus porem todos de [ilegível] e não de sumarra dar se há de mais neste ofício sem ao pároco, aos cantores e os padre que forem ao altar do mesmo modo quero que se faça o ofício no trigésimo dia e haverá demais missas que todos os sacerdotes com as [ilegível] e tem do ofício da obrigação que fará o pároco quando lhe [ilegível] não querendo o pároco estar por estas disposições dos ofícios e meu testamenteiro acometerá em três capelas de missas com esmola ordinária que serão ditas, podendo ver até o trigésimo dia // Os bens que possuo são os seguinte: as casas em que moro há junto delas outra pequena, um sítio chamado da Jacobina, está dele outra que comprei a Francisco Pereira, quinze escravos com um que foi para Maranhão, sete aqui e oito em Pernambuco no engenho de meu irmão, os poucos trastes que hão na casa que são um faqueiro e mais sete colheres e outros garfos de ponta e três facas com cabo de prata e uma arca velha e um caixão de louça, uma papeleira livraria, duas camas, roupa, frásqueiras, garrafões e tudo o mais que em casa se achar, menos dias mesas e cadeiras que são dos herdeiros do defunto meu compadre Antônio da Rocha, que haja, e tudo mais que em casa se achar tomará posse o meu testamenteiro, disporá para satisfazer as minhas disposições / As casas em que moro com o quartinho no fundo do quintal, e as pequenas junto do açougue as deixo e dou a Senhora da Apresentação do modo seguinte: o seu rendimento principal se empregará no que for necessário para o adorno do altar da senhora, tiradas quatro patacas para o pároco cantas dias de finados um momento pelas almas, as quatro patacas duas para o pároco e duas para os clérigos que assistirem [ilegível] em mais dez tostões para o administrador, as casas [ilegível] e açougue nas quais [ilegível] quintal de [ilegível] o seu rendimento se pintará [ilegível] consertem e melhorem tanto umas como outras [ilegível] e se alugarão como o da Jacobina e o que comprei a Francisco Pereira [ilegível] dos meus dou ao Santíssimo Sacramento da minha Matriz do modo que se segue: do rendimento se tirarão [ilegível] para o serviço e orná-lo da capela da Senhora [ilegível] e um amis do administrador [ilegível] maior [ilegível] rendimento se repartirá com os pobre dia da Senhora da Apresentação das esmolas, chegando o rendimento para [ilegível] de quatro mil réis para irmã e não para o bispo [ilegível] por este [ilegível] o rendimento para [ilegível] darão em outro que seja mais fértil resta esmolas por [ilegível] as viúvas [ilegível]mente sendo minha [ilegível] afilhados ou



descendentes destes como o tal sitio e não conservará [ilegível], porém se rejeitar que é mais útil, digo, sem feitor que assiste com os escravos de seu rendimento se tirará o estipendio para o tal feitor, porém, se julgar que ' ' e mais útil arrendar-se da mi[ilegível]dor o poderá fazer consertar se for o vigário chamado do santíssimo e se for a irmandade cujos votos se forem empatados o juiz da irmandade do Orago desempate ao vigário como desejo que esta minha disposição permaneça se morrer algum dos escravos logo se comprará outro que seja moço, sem vicio, contudo, e assisto para o serviço ainda que para aquele ano se falte algum ou algumas das disposições acima declaradas. Declaro que sou filho de Pantaleão da Costa de Araújo e de D. Josefa Pessoa de Melo já defuntos, por cuja razão não tenho herdeiro forçado e por isto instituo de melhor modo que dever ser por meus herdeiros que deve ser para meus herdeiros a meus irmãos os mestres de campo João Carlos de Araújo e D. Maria Barbosa Pessoa de Melo, se estes morrerem primeiro do que eu, a meu sobrinho o Morgado Manuel Correia de Araújo, depois satisfeitos os meus legados acima expressados. Para que esta minha última vontade teha o fim que desejo rogo ao amigo o reverendo doutor provedor Antônio Carneiro de Albuquerque ser bem aos senhores reverendo Bonifácio da Rocha Vieira, o capitão Antônio da Rocha Bezerra, queiram ser meus testamenteiros, porém digo por meus testamenteiros, porém, digo por me fazerem esta última esmola mercê pelo amor de Deus como de qualquer deles confio aos quais todos juntos e cada um de qual in solidum instituo e faço meus bastantes procuradores e administradores, feitores, agente se solicitadores ou como melhor nome requeira pelas leis novíssimas, com todos os meus poderes necessários para haverem a si tomarem posse e administrarem os bens que possuo e como por mim aprovado fazerem as minhas disposições e todo o que necessário for para sua execução ou qualquer [ilegível] pias in [ilegível] para a Senhora da Apresentação, para o santíssimo sacramento e para a Santíssimas almas do purgatório quero que só deem conta os administradores de três em três anos os muito reverendos padres visitantes que vieram a esta Freguesia e não vindo muito reverendo senhor vigário geral e juiz das contas de Pernambuco isto ainda que toque pelo mês do falecimento a [ilegível] porque esta é minha última vontade e por ser matéria eclesiástica. Declaro que nenhum outro testamento tenho feito, e neste reservo para mim o poder de mudar, diminuir, aumentar e acrescentar tudo o que me parecer melhor e bastará que a minha vontade seja manifesta por carta aos meus testamenteiros, a quem instituo em juízo ou fora dele dou todo o crédito e por isto torno a rogar a meu amigo o senhor doutor provedor Antônio Carneiro de Albuquerque e ao senhor padre Bonifácio da Rocha Vieira e ao capitão Antônio da Rocha Bezerra queiram por esmola e amor de Deus atestar esta testamentaria para executar na forma expressada, e as justiças



eclesiásticas e seculares façam cumprir inviolavelmente por serviço de Deus e para o devido efeito pela melhor via este testamento, cédula ou codecilho e faço de minha letra e sinal no dia e era retro // Pantaleão da Costa de Araújo // Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento ou derradeira e última vontade virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e três anos, aos dezesseis dias do mês de julho do dito ano, nesta cidade do Natal, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, capitania do Rio Grande do Norte em casas de morada do muito reverendo padre vigário Pantaleão da Costa de Araújo, perante eu tabelião adiante nomeado fui vindo e sendo aí apareceu o [ilegível] o dito padre vigário de pé, com saúde, em seu perfeito juízo e entendimento que Deus foi servido dar-lhe, pessoas que reconheço pela própria de que se trata de que [ilegível] me foi dado este papel da sua mão para [ilegível] dizendo-me era seu solene testamento que o tinha [ilegível] e por estar conforme ao que [ilegível] ele testador também o aprovava [ilegível] a justiça de Sua Majestade Fidelíssima [ilegível] seculares e eclesiásticas, façam dar [ilegível] cumprimento como sua única e derradeira vontade, o qual [ilegível] corri e o achei limpo, sem vício, borrão ou entrelinha [ilegível] faça só [ilegível] uma [ilegível] estava a palavra que dei [ilegível] testamento estava [ilegível] e outra que acaba onde principia esta aprovação, cujo testamento escrevo diz por aprovado tanto quanto em direito posso e por razão do meu ofício sou obrigado sendo a tudo presentes por testemunhas que também assinaram Inácio Nunes Correia Tomás// Antônio Rodrigues Sepúlveda // o licenciado Leonardo Pinheiro de Araújo // Joaquim José de Andrade // o licenciado Francisco Pinheiro Teixeira // alferes Antônio José Barbosa // Antônio Joaquim dos Espirito Santo pessoas que reconhecem ao testador e todas de mim tabelião reconhecidas pelas próprias de que se tratam, de que dou fé eu, Patrício Antônio de Albuquerque, tabelião do público judicial e notas nesta cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte e seu termo por Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde etc que escreve e assinei nesta aprovação em dito mês e ano retro declarado e neste testemunho de verdade Patrício Antônio de Albuquerque // Pantaleão da Costa de Araújo // Inácio Nunes Correia Tomás // Francisco Pinheiro Teixeira // Leonardo Pinheiro de Araújo // Joaquim José de Andrade // Antônio Rodrigues Sepúlveda// Antônio Joaquim do Espirito Santo // Antônio José Barbosa // Aos vinte dias do mês de novembro de mil setecentos e noventa e quatro anos nesta cidade do Natal, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação // Reverendo [ilegível] Ignácio Pinto de [ilegível] foi aberto este testamento com que faleceu da vida presenta o reverendo [ilegível] Pantaleão da Costa de Araújo, vigário [ilegível] trata do seu funeral se [ilegível] de que mandou fazer este termo em que [ilegível] o padre José Felix dos Santos, escrivão [ilegível]



Inácio Pinto de Almeida Castro, coadjutor do Rio Grande // Cumpra-se e re[ilegível] a testamentaria, por ser [ilegível] vinte quatro de novembro [ilegível] Antônio Carneiro de Albuquerque [ilegível] e não se continha mais nada [ilegível] aprovação, termo de abertura dele, aceitação do testamento que eu, o padre José Felix dos Santos, escrivão da vara desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, aqui registro bem e fielmente do próprio testamento que me foi apresentado por parte do doutor provedor Antônio Carneiro de Albuquerque, aos vinte e quatro de novembro de mil setecentos e noventa e quatro. Eu, o padra José Felix dos Santos, escrivão da vara que o escrevi e assinei.

O José Felix dos Santos

Visto em visita, 23 de outubro de 1724

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

CÂMARA CASCUDO, Luís. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testemunha da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi, DE LUCA, Tania. Regina. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 93-118.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983, p. 61-75.

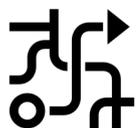
MONTEIRO, Denise Matto. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 2000.

OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Empreza Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929.

POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro – século XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. Por uma história da morte: fontes, metodologia e possibilidades interpretativas sobre o Seridó. In: MACEDO, H. A. M; SANTOS, R. S. (Orgs.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013, p. 181-197.

FONTE

ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1923.

FUNDO DOCUMENTAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Notas. *Testamento de Antônia de Azevedo*. Nº cx. Ant. 113. Nº. Cx atual: Ano: 1790. Fls. 78-80v.

FUNDO DOCUMENTAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Notas. *Testamento do vigário Pantaleão da Costa de Araújo*. Nº cx. Ant. 113. Nº. Cx atual: Ano: 1793. Fls. 80 v - 83 v.